

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO

ANTÔNIO GILBERTO BALBINO

A IGREJA E A EDUCAÇÃO FEMININA NO SUL DE MINAS (1900-1950): O
ULTRAMONTANISMO E AS INCURSÕES DA MODERNIDADE

ITATIBA

2018

ANTÔNIO GILBERTO BALBINO

A IGREJA E A EDUCAÇÃO FEMININA NO SUL DE MINAS (1900-1950): O
ULTRAMONTANISMO E AS INCURSÕES DA MODERNIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São
Francisco como exigência para obtenção do título de
Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos
Formativos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luzia Batista de Oliveira
Silva.

ITATIBA

2018

37.009.81 Balbino, Antônio Gilberto.
B145i A Igreja e a educação no Sul de Minas (1900-1950) :
 o ultraromantismo e as incursões da modernidade /
 Antônio Gilberto Balbino. – Itatiba,
 2018.
 274 p.

 Tese (Doutorado) – Programa de Pós-
 Graduação *Stricto Sensu* em Educação da
 Universidade São Francisco.

 Orientação de: Luzia Batista de Oliveira Silva.

 1. Educação. 2. Igreja. 3. Congregação Religiosa.
 I. Silva, Luzia Batista de Oliveira. II. Título.

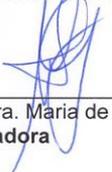


UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Antonio Gilberto Balbino defendeu a tese "IGREJA E A EDUCAÇÃO FEMININA NO SUL DE MINAS (1900-1950): ULTRAMONTANISMO E AS INCURSÕES DA MODERNIDADE" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 07 de fevereiro de 2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva
Orientadora e Presidente



Prof. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Examinadora



Prof. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia
Examinadora

(participação por videoconferência)
Prof. Dr. Fábio Lopes Alves
Examinador

(participação por videoconferência)
Prof. Dr. Adrian Alvarez Estrada
Examinador

Para Andréia, minha esposa, Lênin e Izadora, queridos filhos.

AGRADECIMENTOS

Nesta longa estrada acadêmica vou caminhando e não posso deixar de agradecer:

Aos meus pais, Almerin e José (in memoriam), pelo exemplo de amor à família, e pelo empenho na formação de seus filhos. À minha esposa e aos meus filhos pela compreensão e parceria ao longo desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade São Francisco, Moysés e Fátima pela partilha do conhecimento e constante apoio. Aos professores da banca Maria de Fátima, Marcia Mascia, Fábio, Adrian e Alex pelas valiosas recomendações ao meu trabalho.

Aos colegas de curso pela amizade e companheirismo ao longo de nossas *passagens* por Itatiba e outras cidades nos congressos e seminários.

À minha professora e orientadora, Luzia Batista de Oliveira Silva, pelo incondicional apoio e presença constante no processo de elaboração desta pesquisa. Levo comigo um pouco de sua sabedoria, e acima de tudo seu amor à vida e respeito à dignidade humana.

À CAPES pelo apoio financeiro.

RESUMO

A tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco – USF, na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos. O objeto de pesquisa centrou-se na investigação sobre as relações entre igreja, educação e poder local no Sul de Minas, atentando para as transformações próprias do período de transição do mundo rural para o urbano na região, num diálogo constante com o projeto de modernidade que se consolidará ao longo da primeira metade do século XX. Optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental que indicou a predominância do pensamento liberal em disputa com o ultramontanismo para se ter adeptos em todos os setores da sociedade, inclusive na educação. Procurou-se esclarecer os encontros e desencontros vivenciados pelas congregações religiosas num momento em que Igreja e Estado estavam imbricados no controle da educação no processo de institucionalização da educação no Sul de Minas. O Estado ainda sem condições de assumir por completo a educação do povo brasileiro mantinha boas relações com o episcopado, que se servia das congregações religiosas femininas vindas da Europa para oferta da educação, especialmente às filhas dos proprietários rurais e comerciantes. Portanto, consideramos a problematização histórica do processo de escolarização na região na primeira metade do século XX pertinente, contribuindo assim, para a história da educação.

Palavras-chave: educação – igreja – congregações religiosas.

ABSTRACT

The thesis was defended in the *Stricto Sensu* Post-Graduation Education Program in São Francisco University - USF, in the research line Education, Society and Training Processes. The object of research focused on the investigation of relations between church, education and local power in the Minas South West, taking into account the typical transformations in the transition period from rural to urban in the region, in a constant dialogue with the project of modernity which will consolidate throughout the first half of the 20th century. We opted for bibliographical and documentary research that indicated the predominance of liberal thinking in dispute with the ultramontanismo to with followers in all sectors of society, including education. It sought to clarify the encounters and disagreements experienced by religious congregations at a time when Church and State were imbricated in the control of education during the process of institutionalization in the Minas South West. The State, still unable to fully assume the education of the Brazilian people, maintained good relations with the episcopate, which used the women religious congregations from Europe to offer education, especially to the daughters of the farmers and merchants. Therefore, we consider the historical problematization of the schooling process in the region in the first half of the 20th century, then contributing to the history of education.

Key words: education - church - religious congregations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Barco a vapor do Rio Sapucaí.....	45
Figura 2: Documento final dos bispos.....	53
Figura 3: Imagem de São Francisco de Assis e Santa Joana Francisca.....	84
Figura 4: Colégio da Visitação – Pouso Alegre.....	86
Figura 5: Diploma E. Normal da Visitação.....	89
Figura 6: Matriz de Pouso Alegre e Instituto S. Dorotéia.....	95
Figura 7: Colégio Santa Dorotéia.....	97
Figura 8: Colégio Sagrado Coração de Jesus – Itajubá.....	109
Figura 9: Colégio Santa Ângela.....	117
Figura 10: Dormitório das internas.....	118
Figura 11: Grupo de normalistas.....	119
Figura 12: Formandas com a paraninfa.....	120
Figura 13: Xerox da carta de Benedita Braga Cobra.....	124
Figura 14: Dormitório das internas.....	126
Figura 15: Colégio Nossa Senhora do Carmo.....	127
Figura 16: Entrega de diplomas – Colégio S. Ângela.....	129
Figura 17: Formandos de 1944 e 1946.....	129
Figura 18: Alunos do colégio de Sion.....	144
Figura 19: Diploma Normalista de Sion.....	145
Figura 20: Prédio do Colégio de Sion.....	146
Figura 21: Hino do Colégio de Sion.....	147
Figura 22: Estação Ferroviária de Varginha.....	149
Figura 23: Escola Normal dos Santos Anjos.....	151
Figura 24: Colégio Santos Anjos – 2017.....	152
Figura 25: Colégio Santa Terezinha.....	155
Figura 26: Escola Normal de Passa Quatro.....	156

Figura 27: Foto do Colégio.....	158
Figura 28: Colégio Padre Júlio Maria.....	160
Figura 29: Colégio Sagrado Coração de Jesus.....	163
Figura 30: Colégio Imaculado C. de Maria.....	166
Figura 31: Colégio Santa Edwiges.....	171
Figura 32: Colégio Santo Inácio.....	175
Figura 33: Documento bolsa do clero.....	185
Figura 34: Colégio São José.....	201
Figura 35: Foto de formatura.....	202
Figura 36: Santa Carmen Sallés.....	205
Figura 37: Colégio Imaculada Conceição.....	207
Figura 38: Colégio Imaculada Conceição.....	210
Figura 39: Colégio de Guaxupé.....	212
Figura 40: Construção original.....	218
Figura 41: Colégio Imaculada Conceição	219
Figura 42: Colégio Paula Frassinetti.....	225
Figura 43: Colégio Sagrado C. de Jesus.....	226
Figura 44: Internas do colégio.....	227
Figura 45: Boletim.....	228
Figura 46: Boletim de notas.....	228
Figura 47: Boletim de notas.....	229
Figura 48: Colégio São Domingos.....	233
Figura 49: Colégio Jesus Maria José.....	237
Figura 50: Prédio atual do colégio.....	238
Figura 51: Colégio Nossa Senhora das Graças.....	241

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	26
1 – IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO NO SUL DE MINAS: ROMPIMENTO OU ESTREITAMENTO DOS LAÇOS NO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO.....	26
1.1 Igreja e Estado no início do período republicano: especificidades.....	26
1.2 Incursões no Sul de Minas: modernidade e modernização.....	33
1.3 O projeto romanizador no Sul de Minas.....	41
1.4 As ações ultramontanas dos bispos no Sul de Minas.....	47
1.5 Liberalismo e comunismo: adversários do ultramontanismo.....	54
1.6 A presença maçônica e os atritos com a hierarquia da igreja católica no Sul de Minas.....	57
1.7 Educação e escolarização no Sul de Minas.....	64
CAPÍTULO II.....	72
2 – A DIOCESE DE POUSO ALEGRE E O PROJETO ULTRAMONTANO.....	72
2.1 A chegada do bispo e a implantação do processo de instrução.....	73
2.2 A criação da diocese de Pouso Alegre.....	75
2.3 Primeiro bispo da diocese: Dom João Corrêa Nery.....	78
2.4 Colégio da Visitação de Pouso Alegre-MG: Ordem da Visitação de Santa Maria.....	83
2.5 De Dom Antônio Augusto de Assis a Dom Octavio Chagas de Miranda: preocupação com a instrução e formação religiosa.....	90
2.6 O Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre-MG: Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti.....	95
2.7 Colégio Sagrado Coração de Jesus de Itajubá-MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap.....	100
2.8 Colégio Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata-MG: A Companhia das Virgens chega ao Sul de Minas.....	112
2.9 O Colégio Santa Ângela de Paraisópolis-MG: Congregação das Ursulinas.....	116
2.10 O Colégio Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata-MG: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.....	122
CAPÍTULO III.....	130
3 – CAMPANHA-MG: A DIOCESE E A EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE MODERNIZAÇÃO.....	130
3.1 Estreitas relações entre política, educação e religião em Campanha-MG.....	132
3.2 A igreja e a expansão da instrução em Campanha-MG.....	139
3.3 O Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha-MG: Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion.....	143

3.4 Colégio Santos Anjos de Varginha-MG: Congregação dos Santos Anjos.....	147
3.5 Colégio Santa Terezinha de Caxambu-MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap.....	153
3.6 Instituto Nossa Senhora Aparecida de Passa Quatro-MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap.....	156
3.7 Colégio Padre Júlio Maria de Boa Esperança-MG: Congregação das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora.....	158
3.8 Colégio Sagrado Coração de Jesus em Conceição do Rio Verde-MG: Instituto Religioso das irmãs franciscana de Dillingin.....	161
3.9 Colégio Imaculado Coração de Maria de São Lourenço-MG: Congregação das Irmãs Franciscana e Missionárias do Coração Imaculado de Maria.....	164
3.10 Colégio Santa Edwiges de Aiuruoca-MG: Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt.....	166
3.11 Instituto Santo Inácio em Baependi-MG: Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt.....	173
CAPÍTULO IV.....	177
4 – INCURSÕES DA MODERNIDADE EM GUAXUPÉ-MG: TRILHOS, CAFÉ, BISPADO E EDUCAÇÃO.....	177
4.1 O despertar da fé e a modernização.....	178
4.2 A criação da diocese de Guaxupé e as relações com as elites regionais.....	181
4.3 O Colégio Sagrado Coração de Jesus e Maria em Carmo do Rio Claro-MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap.....	188
4.4 O Colégio São José de Passos-MG: Irmãs da Providência de Gap.....	197
4.5 O Colégio São Jose de Paraguaçu-MG: Irmãs da Providência de Gap.....	199
4.6 O Colégio Imaculada Conceição de Machado- MG: Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino.....	203
4.7 O Colégio Imaculada Conceição de Guaxupé-MG: Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino.....	211
4.8 O Colégio Imaculada Conceição de Passos- MG: Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino.....	215
4.9 O Colégio Paula Frassinetti de São Sebastião do Paraíso-MG: Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti.....	219
4.10 O Colégio Sagrado Coração de Jesus de Alfenas-MG: Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração.....	225
4.11 O Colégio São Domingos de Poços de Caldas-MG: Congregação Romana de São Domingos.....	230
4.12 O Colégio Jesus Maria José em Poços de Caldas-MG: Congregação das Irmãs Jesus Maria José.....	234
4.13 O Colégio Nossa Senhora das Graças de Areado-MG: Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação.....	238

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
REFERÊNCIAS.....	247
PERIÓDICOS.....	253
FONTES DOCUMENTAIS.....	254
ANEXOS.....	257

INTRODUÇÃO

Por que pesquisar educação feminina no Sul de Minas? A resposta nos remete à temática da memória e da experiência ao retornar às minhas origens, esforçando para rememorar experiências de minha trajetória desde a infância vivida num sítio no município de Silvianópolis–MG, até a execução deste projeto centrado na relação entre igreja e educação feminina no Sul de Minas.

Retomando Walter Benjamin quando evidencia a importância da memória que guarda a experiência do passado, valorizando detalhes de uma vida simples no meio rural, porém cheia de significados, apesar da poeira que o tempo encoberta, ainda é possível socializar e narrar, considerando todo seu poder esclarecedor. A vida vivida numa pequena propriedade, cercada por grandes fazendeiros, já nos inquietava ao perceber a desigualdade existente em torno da posse da terra. Uns têm muito, e outros muitos têm muito pouco. Nossas longas caminhadas nas estradas em chão batido era uma imposição dos latifundiários que não nos permitiam cortar caminhos, pois nossas pegadas sobre as pastagens poderiam caracterizar uma invasão de propriedade.

Uma família grande de oito irmãos, criados com as limitações quase comuns no interior de Minas. Escolas distantes, ausência de transportes, pouca comunicação com o mundo urbano, salas de aulas multiseriadas e o processo ensino-aprendizagem centrado na decoreba e repetição. Não tinha outra opção. Tínhamos que encarar o que estava posto. Era a única possibilidade para chegarmos ao ginásio e ir morar na cidade. Nossos sonhos miravam a cidade de Pouso Alegre-MG, que nos meados dos anos de 1970 dava os primeiros passos para a industrialização. Até então sua população vivia do comércio dinamizado pelos trens que cortavam a cidade, apitando e anunciando a chegada do progresso. De repente os trilhos dos trens, símbolos da modernidade, passaram a atravancar o próprio progresso, que exigia empresas de ônibus coletivos transportando trabalhadores para os distritos industriais em tempo *record* para não perder a batida do ponto. As fábricas dariam uma nova dinâmica à cidade, que receberia trabalhadores das pequenas cidades, iludidos com a possibilidade de dias melhores.

Meus pais ficaram sós no campo com a partida dos filhos para a cidade “grande” em busca de educação, empregos e vivências no mundo considerado moderno. Com muita “arrumação” e pouca convicção entrei no Seminário Santo Antonio Maria Claret dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, congregação de origem espanhola.

Os estudos do ensino fundamental (5^a. a 8^a. series) foram feitos internamente com professores padres e alguns leigos. O ensino médio (1^o. ao 3^o. colegial) num colégio confessional dirigido pelos Padres Pavonianos. Assim, passei minha adolescência sob o comando de padres claretianos, reproduzindo uma formação autoritária voltada para a busca de uma cultura clássica humanística. Além das disciplinas comuns do currículo, estudávamos latim, francês e a língua mãe da congregação, o espanhol.

A próxima etapa foi um ano de noviciado na cidade de Campina-SP, dedicado à reflexão e estudo sobre a vida religiosa. Tínhamos formação interna e externa, na qual convivíamos ao longo do ano (novinter) com noviços e noviças de outras congregações. Creio que aqui começou o meu interesse pela educação feminina. Os religiosos mantinham seus noviços, filósofos e teólogos com os trabalhos dos padres nas paróquias, colégios, faculdades, editoras e palestras. As religiosas eram mantidas quase que exclusivamente por colégios confessionais espalhados por todo o país. Chamava-me a atenção a diversidade de congregações e a aproximação com as elites mineiras.

O ingresso no nível superior se deu no ano de 1986, cujo vestibular exigiu uma redação com o tema sobre a educação pública brasileira. Foram três anos cursando filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Nos finais de semana a congregação possibilitávamos experiências pastorais nas periferias de Belo Horizonte – MG, principalmente nas favelas próximas de Contagem-MG. As leituras e reflexões na Universidade nos capacitava para fazer o enfrentamento com o sistema injusto e desalmado, predominante na capital mineira. Internamente perturbávamos o reitor, exigindo uma formação mais aberta e próxima do povo explorado. Alguns colegas experimentaram a radicalidade da inserção no meio dos pobres, tal qual pregava os teólogos da libertação. Nossas férias eram ocupadas com trabalhos missionários no interior de Minas, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Amazonas.

O curso de filosofia da PUC-MG aberto aos leigos, mas com predomínio de seminaristas diocesanos, religiosos e religiosas de várias congregações, que partilhavam conosco parte do cotidiano de suas comunidades e de seus empreendimentos, inclusive dos colégios confessionais, onde muitos formandos cumpriram seus estágios e iniciaram no magistério. Os professores desempenhavam suas funções acadêmicas com liberdade, apesar do conservadorismo do Grã-Chanceler da Universidade, exceto alguns casos isolados de relacionamento com a coordenadora do curso que os levavam a demissão.

Passávamos o dia na Universidade cursando disciplinas do bacharelado, da licenciatura e do curso de história, que acabou sendo muito proveitoso profissionalmente. Deixando o seminário no ano de 1989, retornei a Pouso Alegre, onde iniciei minha vida profissional no magistério, trabalhando no ensino público e privado como professor de história. O cotidiano escolar possibilitou-me a função de gestor, atuando na direção de escolas de ensino fundamental e médio por 14 anos. Retornei à Universidade – Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG – onde cursei pedagogia com habilitação em inspeção escolar e supervisão escolar.

O ingresso na Universidade São Francisco se deu em 2006 para o mestrado na linha de história, historiografia e ideias educacionais. O objeto de pesquisa foi a trajetória do Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre. O ano de conclusão do curso coincide com meu ingresso no ensino superior em 2008 na Faculdade Católica de Pouso Alegre no curso de filosofia. Destaco ainda, minha experiência no Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Inconfidentes-MG, lecionando disciplinas na área da filosofia e história da educação no curso de formação de professores de nível superior. Atualmente concilio pesquisa, aulas na faculdade e supervisão pedagógica numa escola municipal.

A pesquisa colocou-me diante de variadas fontes que abordam a relação entre Igreja Católica, Estado e educação, especificamente o processo de escolarização no Sul de Minas na primeira metade do século XX. A literatura destaca a separação entre igreja e Estado, após a Proclamação da República a nível nacional. Por vezes me inquietava, diante da especificidade desta relação na região sul-mineira. Assim sendo, o contato com as fontes primárias foi delineando os caminhos a serem seguidos no doutorado, procurando compreender as relações deste processo de escolarização na região. Optei por compreender o processo voltada para as elites, ou seja, a educação feminina das filhas dos homens de posses do Sul de Minas, fazendeiros criadores de gado ou cafeicultores e grandes comerciantes das principais cidades sul-mineiras. Vale destacar que muitos destes senhores proprietários ocuparam cargos públicos em seus municípios, inclusive grande parte dos prefeitos, deputados, senadores e até presidentes da República eram possuidores de grandes extensões de terras. As fontes nos mostrarão o quanto esses detentores do poder local nas variadas cidades atuaram em parceria com a hierarquia católica, estreitando os laços entre Igreja e Estado.

As relações entre Estado e igreja no Brasil sempre foram muito próximas, salvo alguns distanciamentos isolados. No início do período republicano dá-se a separação

oficial, proporcionando perdas de espaços à hierarquia católica num momento de expansão das ideias liberais e do crescente processo de laicização da sociedade. Este quadro incomodaria a igreja católica, levando os bispos brasileiros buscarem um novo posicionamento, implantando o processo de diocesanização por todo o Sul de Minas. A estratégia adotada pelos clérigos brasileiros para recuperar o espaço perdido, perpassaria a educação da juventude vindo ao encontro do ideal de civilização imposto pelos republicanos. Congregações religiosas femininas e masculinas chegarão em várias partes do país atendendo ao convite dos bispos, engajados na oferta da educação, principalmente das mulheres, tradicionais parceiras da igreja na formação religiosa e reprodução das tradições católicas.

Dessa forma, propomo-nos estender nosso olhar para o Sul de Minas, buscando compreender o processo de romanização da igreja e o lugar das congregações religiosas no processo educacional que assegurou a formação das moças segundo os preceitos da Igreja. As relações entre o Estado republicano e a igreja católica no início da República serão analisadas considerando as aproximações e tensões entre modernidade republicana e o processo de romanização implantado na região. Para tanto, partiremos do objeto de investigação: a atuação da igreja católica no processo educacional sul-mineiro na primeira metade do século XX. Nossa pesquisa tem como fio norteador a relação entre igreja, Estado e educação. A partir deste, procuraremos responder: poderemos falar em separação entre Estado e Igreja no Sul de Minas na primeira metade do século XX?

Analisaremos o contexto em que as instituições religiosas se estabeleceram na região, destacando os encontros e desencontros que marcaram a passagem destas congregações num momento em que Igreja e Estado disputavam o controle da educação. Objetivamos explicar o processo de diocesanização implantado na região como parte de um movimento maior característico das relações institucionais entre Santa Sé e fiéis, igreja e Estado republicano. Parece-nos que esta temática é um campo rico e pouco explorado porque, “uma abordagem que tomasse como objeto as próprias congregações poderiam contar uma outra história acerca de sua posição na igreja e na sociedade brasileira” (LEONARDI, 2010, p.29). O trabalho será constituído de pesquisa documental, onde atentaremos para a identidade e subjetividade dos documentos pertinentes ao nosso objeto de pesquisa. Portanto, teremos a história da educação sul-mineira fundamentada na história cultural e social.

Dentre as fontes documentais eclesiais utilizamos cartas episcopais, encíclicas, livros de tomo, relatórios descritivos das dioceses, diários episcopais, revistas comemorativas das dioceses, livros de autores pertencentes ao clero, livros de atas das congregações, documentos oficiais das congregações, revistas e livros comemorativos das congregações, livros de colação de grau dos colégios católicos, relatórios de inspeção dos colégios, álbuns de fotografia das cúrias e dos colégios católicos. As fontes de pesquisa documental foram encontradas nos arquivos das cúrias desta circunscrição religiosa (Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé), nos arquivos das congregações, nos arquivos e bibliotecas dos colégios católicos. Os documentos não eclesiais como atas de visitas das câmaras, literatura de autores leigos, relatórios dos colégios sob fiscalização das superintendências de ensino, livros de matrículas, revistas comemorativas das cidades, álbuns de fotografias das câmaras municipais. Estes documentos foram encontrados nos arquivos das câmaras municipais das cidades de Pouso Alegre, Campanha, Guaxupé, Varginha, Paraisópolis, Borda da Mata, Caxambu, Areado, Machado, Passa Quatro, São Sebastião do Paraíso, Passos, Paraguaçu, Ouro Fino, Itajubá, Carmo do Rio Claro, Alfenas, Poços de Caldas, nas Superintendências Regionais de Ensino, nas bibliotecas municipais das cidades sul-mineiras, nos museus, arquivos das cúrias, arquivos das paróquias, casas de cultura, instituições de ensino (ex-colégios religiosos) da região, etc. Essa extensa documentação nos permitiu discutir e problematizar as ações dos variados sujeitos, e os discursos da hierarquia católica regional e dos homens de posses, detentores do poder local.

O discurso eclesial caracterizar-se-á como um discurso teológico e político comprometido com o processo de romanização implantado pelos bispos conservadores, e por outro lado o discurso republicano voltado para a busca do progresso, abrindo espaços para as incursões da modernidade na região sul-mineira. Estes discursos fazem parte dos debates ideológicos iniciados no final do regime monárquico, que se intensificam após a separação da igreja e Estado num contexto de expansão das ideias republicanas no país.

Delimitamos o espaço denominado Sul de Minas. Uma extensa faixa de terras localizada na parte meridional do Estado banhada por vários rios, fazendo divisas na sua parte sudoeste com o Estado de São Paulo e na parte sudeste com o Estado do Rio de Janeiro. Em termos eclesiais pertence à *Regional Leste 2* – Província Eclesial de Pouso Alegre, agrupando a Arquidiocese de Pouso Alegre, e as Dioceses de Campanha e Guaxupé. Tomamos como marco cronológico os anos compreendidos entre 1900 a 1950, período em que a região experimentava a atuação dos bispos segundo o modelo

ultramontano, favorecendo a configuração da educação como instrumento viabilizador das transformações que colocaria as moças pertencentes à elite sul-mineira num lugar de destaque no novo espaço social. O recorte temporal que optamos como marco inicial é o de 1900, ano em que se dá a criação da diocese de Pouso Alegre, cujos bispos implantarão o modelo ultramontano. Este período coincide com o crescimento do modelo político de caráter positivista e laico, o que preocupava a hierarquia da igreja na região, motivando os bispos a acelerar o processo de romanização da Igreja no Sul de Minas. O marco final é o ano de 1950, momento em que a tradição conservadora da igreja perderá forças e as diretrizes da igreja católica experimentará um processo de mudanças. Nesta década questões votadas para a violência e para as injustiças sociais começam a ocupar a mente de parte do clero e de muitos leigos engajados nas pastorais. A atuação da igreja sofrerá uma reformulação de sentido naquilo que norteia suas diretrizes, propriamente dita, culminando com a fundação da CNBB em 1952 por intermédio de D. Hélder Pessoa Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Dentre as ações ultramontanas no Sul de Minas nossa pesquisa procura compreender o apoio decisivo dos bispos na oferta da educação, intermediando a vinda das congregações religiosas como um instrumento de ampliação da reforma religiosa também entre os membros da elite sul-mineira, que abririam colégios cujos currículos priorizavam a formação cristã das futuras mães de família. O ensino confessional terá um importante papel na educação brasileira, especialmente no Sul de Minas, portanto nossa pesquisa quer contribuir com a história da educação ao explorar esta temática de caráter regional ainda pouco pesquisada. Colocar em evidência a trajetória que as instituições educacionais católicas de ensino realizaram sob o comando dos bispos na região sul-mineira. Nosso olhar traçará paralelos entre igreja, educação e poder local.

Os colégios dirigidos pelas freiras de origem europeia foram recebidos como expressão do mundo moderno, ainda que existisse divergências com os ideais católicos por parte da elite local, firmaram parcerias reconhecendo a contribuição das religiosas no processo de escolarização, e por outro lado a igreja procurava expandir sua missão evangelizadora num momento de combate aos ideais liberais que atingia os grotões das Minas Gerais após a implantação do regime republicano, como também a ameaça protestante que desde meados do século XIX já marcava presença na região¹. Vale destacar

¹ A primeira igreja protestante sul-mineira foi organizada em Borda da Mata, em 1869, pelo Reverendo Robert Lenington, missionário norte-americano, que ali se estabeleceu por algum tempo. (FRANCO, 2003, p.103).

a presença dos protestantes por todo o Sul de Minas visitando comunidades e fazendo divulgação de suas igrejas, inclusive comercializando bíblias em várias cidades na região, dentre elas Borda da Mata, Botelhos, Caldas, Camanducaia, Itajubá, Machado, Ouro Fino, Passos, Pouso Alegre e Silvianópolis. Outra ameaça à afirmação da igreja na região seria a expansão da maçonaria no Sul de Minas, considerada pela hierarquia católica um mal que poderia desvirtuar os católicos da vivência das doutrinas, justificando assim, o combate implacável dos bispos aos maçons. Abordaremos a relação conflituosa entre esta associação e a igreja evidenciando suas concepções e doutrinação pregada nos periódicos de circulação regional, num momento em que a imprensa vai se constituindo como um dos pilares da vida política, religiosa e educacional na sociedade sul-mineira.

Nossa pesquisa se apoia nas fontes primárias, analisando os jornais de maior circulação na região, especialmente os jornais oficiais das dioceses, pois entendemos que a imprensa foi a grande divulgadora dos princípios norteadores das relações sociais no Sul de Minas, tornando-se um grande instrumento para reconstrução da história da educação regional. A imprensa sul-mineira desempenhou um papel de caráter educativo ao servir-se como instrumento das autoridades políticas e religiosas na tentativa de influenciar os leitores. Vale destacar que o Sul de Minas possui uma vocação para a imprensa. No dia 7 de setembro de 1830 publicou-se *O Pregoeiro Constitucional*. O primeiro da cidade e do Sul de Minas. Este jornal foi fundado pelo Padre José Bento Ferreira de Melo com tipografia própria². Ainda na condição de arraial em 1830 foi a primeira no Sul de Minas e a quinta na província a possuir imprensa.

Na cidade de Campanha surgiria o *Opinião Campanhense* em 1832, fundado por Bernardo Jacinto da Veiga. Os historiadores da região apontam a existência de vários jornais publicados a partir de meados do século XIX e início do século XX. Nossa pesquisa privilegia os jornais encontrados nos arquivos do Museu Municipal Tuany Toledo da Câmara de Pouso Alegre, Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort de Campanha, Museu Municipal Alferes Belisário de Paraguaçu e os jornais dos arquivos das cúrias de Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé, especialmente os jornais das cúrias impressos sob direção, circulação e financiamento dos bispados nas três dioceses.

² O Pregoeiro foi o jornal de combate, impresso em tipografia própria, adquirida, pelo Padre José Bento. Lendo-o, verifica-se que jamais teve intuídos comerciais, não faz nenhuma referência à própria oficina nem publica expediente de negócios. Foi o jornal de muitos assinantes honorários e escolhidos, de pequena e cuidada tiragem. A impressão que deixa a leitura deste notável jornal é a da distinção das ideias que apregoava. (QUEIROZ, Amadeu de. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998, p. 78).

O jornal “Semana Religiosa” da diocese de Pouso Alegre, lançado pelo bispo D. Nery em 1902 e suspenso em 1908, porém em 1916, D. Octavio reinicia sua publicação, que permaneceria por cerca de 80 anos³. “Voz Diocesana” da diocese da Campanha, e “Jornal Diocesano” da diocese de Guaxupé, lançado em 1918 com o nome de “Boletim Diocesano, em 1921 receberia este nome, e em 1941 o mesmo seria organizado pelos padres Hermínio Malzone Hugo e José do Amaral Ornelas, semanal de 16 páginas⁴, e outros, nos ajudarão na compreensão das relações entre igreja, instrução e poder local. Atentaremos para as especificidades destas fontes, tal qual destaca Marcia Hilsdorf Dias, “atentar para o jornal enquanto um produto cultural, produzido por sujeitos históricos, determinados e inseridos em um contexto histórico também determinado”⁵.

Recorremos a Edward Palmer Thompson como parte de nosso referencial teórico na busca de compreensão do passado humano. Seu pensamento encontrado no conjunto de sua obra, especificamente em *A miséria da teoria* abre muitas possibilidades aos pesquisadores em história da educação, principalmente quando se considera as várias categorias teóricas propostas por ele, como experiência e cultura, relacionando-as com o currículo e cultura escolar, o que nos possibilita ampliar os suportes teóricos para pesquisa, tal qual destaca Marcus Aurélio Taborda, “parto da hipótese de que o conhecimento da obra do historiador inglês pode representar um incremento dos procedimentos de pesquisa em história da educação no Brasil” (2008, p. 47). A experiência faz o papel de mediadora, estabelecendo a conexão entre o processo histórico e nossas ações, ajudando-nos a rever práticas, costumes e até mesmo, auxiliar no processo de construção de identidades.

As reflexões de Thompson nos oferecerão conceitos, premissas e hipóteses, necessárias para a pesquisa e para o entendimento da escola como organizadora da cultura. A pesquisa buscará então um diálogo envolvendo a história, especificamente abordagens do Sul de Minas, a historiografia e os suportes da pesquisa em história da educação com as noções apontadas por Thompson. Atentaremos para uso de termos que dificultam o trabalho do “historiador sensato”. Cabe ao historiador depurar as fontes, estabelecer uma série de combinações que facilite contato com as informações para o processo de elaboração de nossa narrativa. Assim sendo, não poderemos errar e considerar a história pronta, sem trabalhá-la, pinçá-la, todavia, requer do historiador no contato com as fontes a

³ QUEIROZ, Amadeu de. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Pouso Alegre: Gráfica Imagem Borda da Mata, 1998, p.91.

⁴ MENDONÇA, Padre Clayton Bueno (Org.). **Revista Centenário: diocese de Guaxupé**. Poços de Caldas: Editora Santuário, 2016, p. 178.

⁵ (DIAS, 1999, p.22).

filtragem como instrumento diante de seu caráter ideológico. As evidências históricas nos permitirão dialogar com experiências de um tempo vivido por outros sujeitos, porém aprender com estes considerando o movimento e o contexto da época, ressignificando e dando inteligibilidade ao passado. Nossas perguntas não partirão do nada, mas sim das múltiplas fontes, que poderão nos levar ao conhecimento do passado, fazendo uso da criticidade sem particularismos, e tão pouco análises presas às determinações políticas, econômicas e ideológicas. Compreender a realidade social, conforme destaca Taborda⁶, em todas as complexidades possíveis, onde homens e mulheres se constituem como sujeitos.

Raymond Williams, um dos intelectuais mais atuantes do pensamento crítico do século XX, apresenta-nos um conjunto de conceitos que nos instrumentaliza na análise e na crítica da organização da sociedade e da cultura. Suas reflexões abrem possibilidades para pensar a educação e sua história. Em seu livro *Cultura* as abordagens apontam a grande dificuldade de definição do termo, porém ele faz uma sistematização do desenvolvimento do conceito de cultura, relacionando-o com as variadas transformações que naturalmente se dão entre os homens. Entende sociedade como um “conjunto composto de relações sociais que se caracterizam pelas múltiplas opressões de camadas menos favorecidas” (2000, p. 206). Na busca de compreensão do termo destaca que cultura se originaria e se referia ao cultivo de vegetais, e por extensão cultivo da mente humana, servindo da sociologia e da antropologia para indicar “modo de vida global de determinado povo, ou grupo social”, o que teria predominado até o século XVI. Todavia, a partir do século XVIII seu significado se ampliou significando também conhecimento e progressos sociais. Vale destacar aqui as transformações que concomitantemente acontecem na Europa neste momento histórico, assim sendo, a ideia de cultura se aproxima da de civilização. No século XIX esta aproximação será questionada, ampliando seu sentido, associando à religião, às artes, família, vida pessoal, significado e valores. Estes estudos foram decisivos para desencadear uma nova concepção de significado, entendendo cultura como “um sistema de significações, onde uma determinada ordem social é vivenciada e interpretada” (2000, p. 209).

Raymond William, alerta-nos sobre o cuidado de fixar determinado conceito, sem antes colocá-lo num contexto histórico específico. Compreender o conceito de cultura requer ao longo desta pesquisa relacioná-la às transformações históricas ocorridas na

⁶ TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, v.8, nº. 1, jan./abril, 2008.

sociedade sul-mineira proporcionadas pelas mudanças na transição do mundo rural para o mundo urbano e nas classes sociais, assim como nas produções culturais destas classes.

Encontramos muitas dificuldades diante da precariedade dos arquivos das bibliotecas públicas, dos museus e das superintendências regionais de ensino. Estes lugares de memória (NORA, 1993, p.7) ainda carecem de investimentos nos espaços físicos e na formação de profissionais especializados para catalogar, armazenar estes documentos. Deparamos com importantes documentos armazenados em caixas de papelão em locais escuros e com pouca ventilação. Nos arquivos das cúrias constatamos uma crescente preocupação dos bispos com as atividades arquivistas, porém ainda bastante burocrático o acesso para pesquisa dos leigos, requerendo autorização especial do chanceler para se ter contato com tais documentos. Nas instituições confessionais e nos arquivos das congregações a situação é outra. Deparamos com um amplo material bem conservado e um rigoroso controle do acesso das pessoas que lá visitam, evitando assim danos ao material.

Esta pesquisa nos colocará diante de muitos documentos, por meio dos quais tentaremos compreender sem julgar, reler o passado sem as paixões do presente, cumprindo o real papel do historiador tal qual destaca Eric Hobsbawm “a principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender” (1995, p. 15). Nosso primeiro passo foi viajar por todo o Sul de Minas. Nossas andanças possibilitaram-nos contato com uma diversidade de material de pesquisa, exigindo uma rigorosa seleção de fontes, evitando assim, nos perder diante da multiplicidade de informações e registros. O segundo passo foi a análise de cada documento, tentando identificar quem o produziu, quando e em que circunstância ele foi elaborado, e por último cruzando informações, traçando paralelos e interrogando os documentos. Não nos prendemos somente nos documentos escritos, consideramos os álbuns de fotografias, charges, gráficos, mapas e ilustrações, em tudo que é próprio do homem, tal qual destaca Lucien Febvre:

Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1989, p. 249).

Ciente que estas fontes testemunham experiências de sujeitos em um determinado momento de sua trajetória com interesses diversos, fomos analisando os que exercem o importante papel de nortear nosso trabalho. Viajamos por várias cidades sul-mineiras, construindo uma consciência histórica pautada no diálogo entre passado e presente, permanências e mudanças, sem perder o compromisso com a objetividade histórica.

No primeiro capítulo a relação entre Igreja, Estado e educação no Sul de Minas será analisada com foco na atuação dos bispos sul-mineiros na primeira metade do século XX num contexto de implantação das ações ultramontanas executadas desde a criação da diocese de Pouso Alegre em 1900 até 1950. Como também as estratégias adotadas pelos bispos das dioceses de Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé diante do processo denominado romanização, no qual a hierarquia da igreja desenvolvia seu enfrentamento ao projeto modernizante em curso. Destacaremos as aproximações e os conflitos entre igreja católica e as premissas do mundo moderno, especialmente as ideias liberais que provocarão uma reação orquestrada pelo Vaticano tentando recuperar a centralidade da igreja nos destinos da sociedade, controlar o sistema educacional e a formação das futuras mães e educadoras das famílias sul-mineiras.

No segundo capítulo o contexto de fundação da diocese de Pouso Alegre, e o processo romanizador implantado pelos bispos de tendência ultramontana nas paróquias em variadas cidades. Procuraremos compreender a parceria entre igreja, congregações religiosas e poder local na construção de um processo educacional na região, num momento de expansão das ideias republicanas e de busca por escolarização por parte das famílias tradicionais. Colocar em evidência a eficiência das irmãs de origem europeia na condução dos colégios, voltados para a formação das moças filhas dos proprietários e comerciantes regionais.

No terceiro capítulo, de início analisar a liderança da cidade de Campanha na região indicando políticos que marcariam presença no cenário nacional favorecendo as incursões da modernidade na cidade e a expansão da instrução. Destacaremos a criação da diocese de Campanha, a atuação dos bispos ultramontanos, e as relações das freiras educadoras com o poder local no processo de constituição e consolidação dos colégios confessionais.

No quarto e último capítulo nos detivemos na análise da criação da diocese de Guaxupé e a atuação da hierarquia da igreja no processo de diocesanização e abertura de colégios religiosos numa parceria envolvendo congregações, bispado e poder local. Entender o processo de implantação e consolidação do bispado e de conquista de espaços

por parte da igreja, é fundamental para se compreender o cotidiano dos colégios religiosos na diocese de Guaxupé comprometidos com a oferta da educação nos moldes europeus às filhas dos proprietários locais, e a formação religiosa segundo às orientações ultramontanas. Dessa maneira, na parte final do capítulo, analisaremos ainda as relações estabelecida pelos padres, bispos e religiosas educadoras com os representantes políticos da região e com os senhores, fazendeiros e grandes comerciantes.

CAPÍTULO I

1 – IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO NO SUL DE MINAS: ROMPIMENTO OU ESTREITAMENTO DOS LAÇOS NO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO?

Neste capítulo analisaremos as relações entre igreja, Estado e educação no Sul de Minas na primeira metade do século XX. A análise considerará o contexto em que estas relações se constituíram, procurando compreender o papel dos bispos na disputa com os liberais para retomada do *status quo* da igreja católica na sociedade sul-mineira. Ao analisar o processo de romanização imposto pelos bispos na região, destacaremos os adversários da igreja sul-mineira na fase de implantação e expansão dos colégios confessionais, e das disputas dos ideais liberais com a política ultramontana.

Visitamos os arquivos das dioceses de Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé. Todos bem preservados e organizados seguindo às orientações de profissionais na fase de compilação dos documentos. Tivemos acesso às cartas pastorais, correspondências entre bispos e padres, livros de atas e de tombo, balanços contábeis, encíclicas, álbuns de fotografias, jornais oficiais das dioceses e outros jornais regionais. Além das fontes documentais, guardadas nos museus públicos, casas de cultura, e uma vasta produção literária de caráter local e regional preservada nas bibliotecas públicas municipais. Estes documentos serão fundamentais para se compreender as relações entre estas instituições no início do período republicano no Sul de Minas.

1.1 Igreja e Estado no início do período republicano: especificidades

As relações entre Igreja Católica e Estado são tão antigas quanto a origem do Brasil. No momento em que o Estado português se fazia presente em terras brasileiras a igreja se encontrava do lado selando os laços entre as duas instituições. A convivência entre poder temporal e poder espiritual sempre foi estreita no país, apesar de alguns momentos de

distanciamentos, tanto a hierarquia católica quanto os representantes do poder local procuraram preservar as vantagens deste convívio. A igreja expandirá seu ideal evangelizador desde os tempos da colônia, porém dentro de um projeto maior, que contribuiria para o domínio português na América, aproveitando as boas relações entre igreja católica e regime monárquico.

Todavia, na segunda metade do período monárquico já se observava a dificuldade de permanência do regime em manter-se como sistema de governo, frente aos avanços do pensamento republicano comprometido com a derrubada da monarquia e instauração da República. A extinção do tráfico negreiro com a *Lei Eusébio de Queiróz* (1850) e o fim da escravidão com a *Lei Áurea* (1888) criariam sérias dificuldades às elites agrárias, favorecendo o fortalecimento de um novo setor da economia, cuja produção estava centrada no trabalho assalariado.

Constata-se uma substancial mudança na economia no final do Império, e uma ocupação de espaços cada vez mais expressiva por parte da burguesia cafeeira, pois apresentava-se mais dinâmica, favorecendo o mercado interno, correspondendo assim aos imperativos do capitalismo e às pressões das potências europeias interessadas em ampliar o mercado consumidor na América. À medida que os senhores de engenho, no final do século XIX e início do XX, perdiam espaço no cenário político brasileiro, a burguesia industrial crescia e estreitava seus laços com o capitalismo internacional. Uma classe média em formação adepta do pensamento liberal começa a ocupar espaços na sociedade, dificultando a continuidade do governo monárquico e consequentemente ampliando as ideias republicanas. Assim sendo, a monarquia cairia em 1889 e um novo quadro se configuraria no cenário político com a constituição das oligarquias estaduais que chegariam ao poder nos Estados. Entretanto, 85 % da população brasileira⁷ ainda era analfabeta. Esta realidade comprometia a grande empreitada que se iniciaria na busca por formação, instituição da moral e do civismo entre os cidadãos, necessidades estas do lema *Ordem e Progresso*. Portanto, coube a constituição republicana lançar as bases e as finalidades da educação, dentre elas a liberdade, laicidade e acima de tudo a gratuidade.

As tensões entre as duas instituições aumentam no momento em que se inicia o discurso dos republicanos que projetava separar a igreja do Estado. A separação se consolidaria com a constituição republicana, apontando as perdas da igreja que não terá mais a proteção do Estado, mas ganhará liberdade, ficando livre das interferências do trono

⁷ VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

nas questões internas do clero brasileiro. O decreto de 7 de janeiro de 1890⁸ efetiva a separação, proibindo a intervenção do Estado nas questões religiosas, dando plena liberdade de culto. Mas, a liberdade de culto preocupará os bispos brasileiros, que não viam com bons olhos a manifestação e propagação de outras religiões. Neste momento as lideranças republicanas iniciarão um processo de secularização patrocinado pelo Estado, o que também incomodará a hierarquia da Igreja Católica temerosa de que uma onda de ateísmo avançasse sobre a povo brasileiro.

Assim sendo, a igreja reagirá e se manifestará publicamente por meio da “*Carta Pastoral ao Clero e fiéis da Igreja do Brasil, 1890*”⁹. Neste documento os bispos encorajam todo o clero a buscar sempre a restauração da religião como fio norteador do povo brasileiro, assim como a obediência e lealdade às decisões da igreja. Diante deste quadro desfavorável à igreja, os bispos adotarão várias estratégias para reafirmar a centralidade da Igreja católica, dentre elas ampliar a oferta da educação, que chegaria ao interior de Minas por meio da parceria com as congregações religiosas europeias. Esta seria uma das mais eficientes ações do movimento romanizador em franco enfrentamento com o liberalismo dos republicanos. Vale destacar que as relações entre o clero conservador e as lideranças políticas enfrentavam um progressivo distanciamento desde a “questão religiosa”, e se intensificaria à medida que o pensamento liberal vai se consolidando com a crescente influência dos republicanos na sociedade brasileira. Os bispos irão reagir contra as medidas

⁸ Decreto n.º. 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

Art. 1.º. É proibido à autoridade federal, assim como a dos Estados Federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vendando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2.º. A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3.º. A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuaes, sinão também as igrejas, associações e institutos em que se achem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4.º. Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5.º. A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6.º. O governo federal continúa a prover à cõngrua, sustentação dos actuaes serventuários do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7.º. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisório, 7 de janeiro de 1890, 2.º. Da República. (WWW.planalto.gov.br).

⁹ Documento redigido por Dom Antônio Costa e assinado por todos os bispos católicos no Brasil.

adotadas pelo governo republicano sobretudo aquelas voltadas para a modernização e laicização da sociedade, conforme destaca Riolando Azzi:

A contestação principal do episcopado ao regime republicano provinha do caráter leigo que o Estado passou a ostentar a partir de então. Os bispos consideravam a tese da laicidade do Estado como sinônimo de declaração de ateísmo, e por isso negam legitimidade ao governo republicano. Segundo eles, tratava-se de um Estado ateu que se sobrepunha a uma pátria de profundas tradições católicas; uma verdadeira anomalia, que devida ser extirpada quanto antes, pois esse regime não confessional fora imposto ao país à revelia da vontade do povo. (AZZI, 1994, p. 23).

A preocupação com a formação das elites estava entre as prioridades dos republicanos em formar seus filhos e filhas para ocupar as funções importantes na administração pública, ampliando a autonomia política e administrativa dos Estados e garantindo o domínio das oligarquias regionais nas instituições e decisões políticas. Este contexto político leva os bispos a investir em ações de caráter estratégico, aproximando dos fiéis para tentar manter a hegemonia da fé católica e fortalecer os laços de obediência e dependência às instruções romanas. Uma das ações mais adotadas pelos bispos sul-mineiros foram as visitas pastorais, por meio das quais se difundiam a doutrina católica, combatiam as heresias, pregavam os bons costumes e se tornavam conhecidos, fortalecendo a autoridade dos bispos frente ao povo. Incentivada desde o Concílio de Trento, será aperfeiçoada e praticada por todos os bispos ultramontanos na primeira metade do século XX.

Por outro lado, a hierarquia da igreja católica contraditoriamente saía em defesa de uma sociedade hierarquizada com formação humanística estreitando os laços com o poder nos mais variados municípios sul-mineiros. Após a separação entre igreja e Estado, os bispos se reunirão com maior frequência e tomarão medidas visando recuperar o *status quo* da igreja junto à sociedade. Ao analisar as viagens pastorais realizadas pelos bispos podemos considerar que elas possuíam, dentre tantos objetivos, a busca por uma aproximação com o poder local nas comunidades católicas. Por meio destas visitas os bispos animavam os fiéis, fiscalizavam o clero, reafirmavam a doutrina católica e aproximavam-se das autoridades estabelecendo parcerias. As orientações maiores provinham da Santa Sé e faziam parte da política de romanização, que tinha nos bispos os grandes divulgadores das prerrogativas romanas entre os fiéis no Sul de Minas. Mas conhecendo o contexto de suas dioceses, eles procuravam estar juntos do povo impondo

sua autoridade e os princípios norteadores da vivência na fé católica. Estas viagens exigiam muito dos bispos, devido à extensão territorial de suas dioceses, os poucos recursos econômicos e a precariedade das estradas e dos meios de transporte na região. Portanto, os sacrifícios eram reais e acabavam expondo o bispo à poeira, chuvas e outras situações adversas, consequências da realidade predominantemente rural da região.

Vale destacar o sentido simbólico destas visitas, que colaboravam para reforçar o imaginário popular sobre a figura episcopal. A aproximação dos fiéis através dos ritos litúrgicos alimentava a alma das pessoas, principalmente aquelas em estado de frieza e desesperança que buscavam na autoridade religiosa a renovação de suas crenças assumidas desde o batismo.

Outro aspecto relevante das visitas era o diálogo com as autoridades locais. Durante a estada do bispo nas localidades um horário era reservado para que o representante do poder religioso recebesse os representantes do poder temporal. Prefeitos, deputados, delegados e outros eram acolhidos pelo bispo. A autoridade religiosa necessitava de legitimação da autoridade política, assim como a autoridade política fazia uso da presença do bispo para aumentar sua visibilidade junto ao povo. Nas cerimônias religiosas lugares de destaque nas igrejas eram reservados às autoridades locais mantendo a velha tradição da hierarquização da sociedade. No final das celebrações o povo cumprimentava as autoridades pegando na mão e beijando o anel do bispo.

As visitas dinamizavam o local, possibilitando um maior contato entre as pessoas, encontros, comemorações, procissões, festas dos santos protetores e padroeiros, e outras festividades motivadas pela presença do bispo. As autoridades civis promoviam eventos cívicos valendo-se da presença do bispo para reunir a população fortalecendo os laços com seus eleitores, evidenciando sua autoridade junto à população. Nos sermões, nos gestos, e no comportamento o bispo realçava sua autoridade e sua função como comandante da igreja e como líder bondoso preocupado com a saúde espiritual de seus fiéis. Por outro lado, as autoridades destacavam seu zelo com a cidade colocando-se como responsáveis pelos avanços e conquistas daquela localidade. Assim sendo, estas visitas oportunizavam o culto à autoridade e à hierarquização da sociedade no Sul de Minas. As cerimônias nas comunidades combatiam-se a luta de classes, e difundiam-se a ideia de uma sociedade homogeneizada temente a Deus e obediente às autoridades.

Apesar da separação entre os poderes a igreja buscava uma parceria, um empreendimento maior para que a preservação moral da sociedade fosse consolidada,

garantindo assim a disciplina e a ordem. Esta postura dos bispos correspondia às orientações da Santa Sé que pregava a boa harmonia entre os dois poderes e a prosperidade do povo¹⁰. Portanto, os bispos sul-mineiros mantinham a tradição e continuavam proclamando a sacralidade dos poderes mantendo relações muito próximas com os representantes do poder político:

Os bispos, portanto, continuam apregoando, como sempre haviam feito durante o período colonial e imperial, a origem divina do poder e da autoridade, sem qualquer preocupação em identificar a questão da legitimidade humana na aquisição das posições de mando na sociedade civil. Em consequência disso, o poder público é apresentado como imagem e aparência da majestade divina. A autoridade política, pois, deve ser obedecida fielmente. Os prelados não abrem espaço algum para a análise das possibilidades da contestação democrática. A obediência às autoridades públicas é apregoada como um dever consciente por parte dos súditos, numa verdadeira sacralização do poder constituído, conforme a tradicional doutrina do magistério eclesiástico. A única exceção admitida para a negação da obediência é a violação aberta dos direitos da religião católica. Mas, paradoxalmente, os próprios bispos recusam-se a levar esse princípio às últimas consequências. Os prelados vão mais além: não apenas ressaltam a sacralidade do poder constituído e a necessidade de cooperação entre Igreja e Estado, como também continuam a insistir na necessidade de preservação da ordem social. Não obstante a impiedade do Estado, a ordem social republicana devia continuar sendo mantida fielmente. (AZZI, 1994, p. 44).

A atuação da igreja percorrerá caminhos com características contraditórias, ora atuará em perfeita sintonia com os poderes constituídos na região contribuindo na manutenção da ordem, da estrutura social e das instituições republicanas, ora fará enfrentamentos às lideranças e instituições defensoras das ideias modernizadoras.

O senador da República Dr. João Beraldo numa solenidade em Borda da Mata – MG, cidade vizinha de Pouso Alegre-MG, no seu discurso destacava:

A instrução primária em Minas, o glorioso Estado a que temos ufania de pertencer, tem, nestes últimos quartéis de tempo, alcançado um sensível desenvolvimento, mercê dos grandes espíritos, a cuja sabia orientação tem sido confiada a administração do estado. E, não há dúvida, meus senhores, uma realidade incontestável, o grande avanço que a instrução popular conquistou entre nós nestes últimos tempos, contrastando, sensivelmente

¹⁰ Aliás, a própria Santa Sé recomendava aos bispos que não abrissem muito o fosso entre o poder político e o eclesiástico: pelo contrário, buscassem antes as formas possíveis de entendimento. Conforme essa linha de orientação, na audiência concedida ao episcopado brasileiro a 22 de junho de 1899, o Papa Leão XIII recomendou muito “que se procurasse estar na mais cordial harmonia com os poderes da nação”. (AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.).

com o methodo rotineiro de antanho. (Gazeta de Pouso Alegre, 22/04/1917, nº. 47, p. 2-3).

Estas ideias assumirão a forma de conhecimento, que as novas ciências se encarregarão de colocar em prática. O discurso proferido pelos republicanos passa a ser aceito como verdadeiro, afinal eles prometiam a modernização, o conforto, e insistiam que este era a única alternativa para o país.

Marilena Chauí analisando a dicotomia entre poder-saber, alienação-conscientização, elite-povo, sociedade civil-Estado, reflete sobre o “discurso competente” apontando a especificidade do discurso ideológico como aquele que pretende “coincidir com as coisas, anula a diferença entre o pensar, o dizer e o ser” (1982, p.3). As ideias tomam outros caminhos, outra direção. Deveria estar nos sujeitos sociais, mas inverte o processo e os sujeitos sociais é que “parecem estar nas ideias”. Esta análise, nos remete no discurso dominante dos republicanos, carregado de uma ideologia voltada para o progresso, sendo a educação o instrumento mais eficaz para concretização desta crença.

O discurso “competente” passa a ser o discurso elitista de quem tinha poder e interferia na organização da sociedade e nas relações sociais. O clero fará o discurso competente tentando se firmar num contexto de diversidades. Em plena expansão dos ideais de modernidade a igreja condenava o estilo moderno de ser, e para reforçar a clericalização no Sul de Minas atrelava as práticas do catolicismo popular ao passado, considerando que uma das características da religião popular enquanto catolicismo rural era a “presença dos leigos como estimuladores da vida religiosa”, assim sendo, a classe dominante composta na região por fazendeiros e grandes comerciantes, irá aos poucos aderir à religião tridentina, correspondendo assim, às expectativas da hierarquia da igreja. Os preceitos da romanização condenarão as práticas religiosas que não fossem difundidas pelo clero oficial. A religiosidade espontânea perderá espaços para “religião vertical” (p. 73), imposta autoritariamente. Os ecos do discurso religioso passam a ser ouvidos por toda a região sul-mineira, fortalecendo a crença na religião como compensadora das angústias e desencantos suscitados pelas relações sociais, conforme destaca Chauí:

A religião fornece orientação para a conduta da vida, sentimento de comunidade e saber sobre o mundo, compensando a miséria por um sistema de “graças”: cura, emprego, regresso ao lar do marido ou esposa infiel, do filho delinquente, da filha prostituta, o fim do alcoolismo. Fornece também um sentimento de superioridade espiritual, compensando a inferioridade real e, para alguns (classe média urbana baixa), a promessa

de ascensão social como recompensa da retidão moral, enquanto para outros (os pobres) reforça a visão fatalista da existência, cujo prêmio virá um dia, no além. (CHAUI, 1982, p. 76).

As relações entre igreja e poder local na região sul-mineira serão analisadas a partir das parcerias estabelecidas para oferta do ensino nas escolas confessionais, assim sendo, estamos levantando a seguinte hipótese: as relações entre igreja, educação e poder local no Sul de Minas se estruturarão a partir de parcerias firmadas na primeira metade do século XX para execução do processo de escolarização? Portanto, nesta região mineira não podemos falar em separação entre Igreja e Estado, conforme regia o Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890, mas sim numa composição de forças que permitirá a implementação de vários colégios na região?

O discurso da igreja aparentemente se opunha ao discurso dos intelectuais republicanos na fase de expansão dos ideais liberais, porém as práticas as aproximavam, visto que ambas não almejavam alterações na estrutura da sociedade. Procuraremos ao longo deste trabalho responder estas hipóteses.

1.2 Incursões no Sul de Minas: modernidade e modernização

As discussões sobre educação do povo brasileiro estavam diretamente associadas ao projeto nacional de formação cidadã como condição para trilhar os caminhos do progresso, concretizando assim a democracia. Para civilizar as massas, fazia-se necessário estender a oferta da instrução, inclusive no interior, constituindo-se como importante elemento de difusão dos valores republicanos no país. A educação passa a ser considerada como um dos pilares básicos para a “edificação e normatização” da sociedade ocidental. A proposta central consistia em exaltar a crença no progresso, na técnica e na ciência (KUHLMANN JR., 2001, p.36). Muitas das exposições internacionais que se realizaram desde a segunda metade do período republicano serviam de palco para discussões e formulações de propostas para as instituições educacionais. O Brasil se fazia presente, pois buscava com o auxílio de seu imperador, seguir os passos das nações desenvolvidas. Apesar das gritantes desigualdades existentes no final do Império brasileiro, a postura era apresentar-se como nação civilizada. Moysés Kuhlmann explicita:

As primeiras exposições são caracterizadas por uma perspectiva mais paternalista em relação às questões sociais. Posteriormente, há uma inflexão no sentido do caráter “científico” das propostas. No caso brasileiro, inicialmente se valoriza a educação especial, como no catálogo da Exposição de 1866, que destaca os institutos para a educação de cegos e surdos-mudos, existentes no Rio de Janeiro. Depois, fica evidente uma ênfase na infância e nas instituições a ela dedicadas. (KUHLMANN JR., 2001).

Analisando o papel das exposições como síntese e materialização da modernidade, Sandra Jatahy Pesavento dirá:

As exposições foram também elementos de difusão/aceitação das imagens, ideais e crenças pertinentes ao *ethos* burguês. Nesse sentido, elas procuraram passar as noções de que empresários triunfavam porque eram competentes, o progresso era necessário e desejável, o capitalismo provocava bem-estar, a fábrica era lugar de harmonia e não de conflito, a fraternidade entre os povos era possível de ser mantida, etc., etc (PESAVENTO, 1997, p.15).

Destacará também o caráter didático-pedagógico destas exposições, divulgadora das premissas liberais aproveitando o predominante espírito ufanista:

Quanto ao segundo tópico – a educação – era considerado da maior relevância. As exposições haviam sempre tido um caráter didático-pedagógico, de instruir, de fazer conhecer o novo, de vulgarizar o conhecimento científico e abrangê-lo em todos os seus ramos e facetas, numa verdadeira preocupação enciclopedista. Tratava-se agora de salientar outro lado da educação: seu conteúdo formativo. Uma coisa era, pois, educar o operário e seu filho, habilitando-os técnica e profissionalmente ou ensinando-lhes as primeiras letras; outra era adestrá-los, formando o bom cidadão, ajustando ao sistema, dócil ao trabalho, amigo do patrão (PESAVENTO, 1997, p. 124).

Essas transformações, segundo Marshall Berman, dentre outras, indicam um processo chamado de modernização, impulsionado por uma nova percepção de mundo, chamada de modernidade. Dá-se, portanto, o entrelaçamento de modernização com modernidade, representando nesse século uma terceira fase da modernidade, em que:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedade... (BERMAN, 1986, p.16).

A modernidade seria a “experiência dos modernos”, experimentada desde o início dos tempos modernos e se estendendo até os nossos dias, buscando tornar-nos não apenas objetos, mas acima de tudo, sujeitos. As transformações das coisas levarão o homem moderno a encontrar-se num ambiente de aventura, poder, alegria e crescimento. Destaca Berman que, esta experiência da modernidade acaba anulando “fronteiras geográficas”, nação, dentre tantas. O processo da modernização dá vida ao crescimento urbano, principalmente neste momento em que a vida rural na região sul mineira perde espaço para as relações na cidade, impulsionada pelos surtos industriais gerados pelos imigrantes que se estabeleciam na região.

O Sudeste tornou-se o centro do poder econômico do país, favorecendo o processo de urbanização nesta área cada vez mais acelerado. O novo regime republicano provoca uma grande mudança nas relações entre Igreja e Estado, como consequência da separação consagrada na constituição republicana. A Igreja no Brasil até então manteve estreitas relações com a classe senhorial, todavia agora inaugurará uma nova fase, aproximando da classe burguesa em plena fase de expansão. Riolando Azzi, destaca:

Esta aliança do aparelho religioso católico com a burguesia agrária não significa que esta seja uma classe social católica. Seus filhos vão frequentar as escolas católicas, onde eles recebem uma educação moderna, de estilo europeu; suas mulheres frequentarão as igrejas e tomarão parte nas atividades caritativas e nas associações piedosas; mas a burguesia agrária continua, em geral, afastada da Igreja. (AZZI, 2002, p.12).

A burguesia agrária estava totalmente ocupada com as atividades do campo, porém começava a se abrir para as incursões na modernidade buscando experiências na vida urbana, valorizando os padrões sociais burgueses. Mas pertencer a essa sociedade urbana exigia busca por formação, pelo conhecimento letrado, o que poderia levar a

distinção de classes e a ascensão social. Esta realidade apresentava-se como um desafio, visto que o analfabetismo era grande e o nível de instrução das mulheres era precário. A igreja ocupará espaço importante na formação das elites do país. O ensino confessional viria ao encontro das necessidades do episcopado brasileiro preocupado com a formação cultural e acima de tudo com a preservação da fé. Os colégios católicos atendendo ao chamado dos bispos abrirão as portas e ofertarão um ensino compatível com as famílias pertencentes à burguesia rural como também à classe média em ascensão, e contribuiria na luta contra as escolas protestantes em ampla expansão no país, consideradas hereges pelos bispos¹¹. O episcopado brasileiro pregará contra a modernidade, mas na prática a igreja procurava se fortalecer na sociedade urbana apostando na educação. Contraditoriamente a igreja se coloca à disposição da sociedade urbana, cujos fios norteadores eram condenados pela hierarquia católica. As ideias liberais e socialistas eram vistas pela igreja como um perigo, pois poderiam contribuir para o distanciamento dos fiéis da igreja, diminuindo sua influência sobre o povo brasileiro.

Por outro lado, clubes, partidos políticos, associações e outras agremiações conquistavam espaços na sociedade, e o comando das instituições passava a ser ocupado por homens comprometidos com o pensamento republicano. Estes acreditavam que a escola era o lugar certo que poderia encaminhar os indivíduos no caminho do progresso, para tanto seria necessário ter o controle do processo de escolarização. A educação passa a ser considerada como uma grande “aposta” para o processo de civilização da sociedade, e o Brasil considerado atrasado não poderia esperar, a busca pelo progresso da nação tornou-se um imperativo e só seria alcançado pela educação. Assim sendo, um movimento liderado pelos republicanos surgiria no país pregando a supremacia da educação na transformação da realidade.

O Estado tomava consciência de seu importante papel neste momento de expansão das ideias liberais, colocando-se como responsável pela oferta da educação, o que desagradava a igreja católica, sua aliada desde os tempos de colônia. A igreja comandada

¹¹ O princípio fundamental era a consideração da crença protestante como uma heresia. Tratava-se, portanto, de uma doutrina reprovada pela igreja, sendo seus adeptos destinados à condenação eterna. Como segunda razão estava a maior abertura protestante para a educação sexual, a valorização da mulher e a democracia liberal, aspectos esses combatidos pela instituição católica como contrários à doutrina de Cristo. Finalmente, os protestantes eram acusados de defender a hegemonia pró-americana no país, contrariando os interesses brasileiros. (AZZI, Riolando; GRIJP, klaus Van der. O combate contra as escolas protestantes. In: **História da igreja no Brasil**: terceira época – 1930-1964. Petrópolis: vozes, 2008, p. 152.

por uma hierarquia tradicional se colocara como adversária do liberalismo, e temia pela perda do espaço entre os fiéis num momento de laicização.

Abordando a relação entre Igreja Católica e Estado no início do século XX, Ivan A. Manoel comenta:

Seguindo de modo bastante ortodoxo as vertentes do positivismo e do liberalismo europeu, os ativistas políticos brasileiros declaram-se antimonarquistas, ateus e anticlericais. No Brasil dos meados do século XIX para o século XX até as primeiras décadas do século XX, ser ateu, republicano, e anticlerical era, para muitos, ostentação de modernidade. Essa seria, para muitos, a marca da modernidade, a liberdade de pensamento e expressão sem as supostas ou reais peias intelectuais e morais impostas pelo catolicismo ultramontano, na passagem do século XIX para o século XX. Seria para muitos, mas não para todos, e a existência de vozes discordantes gerou arestas políticas entre os grupos e envolveu a Igreja Católica Romana, cujo exemplo mais conhecido foi a Questão Religiosa que culminou na prisão dos bispos D. Antônio de Macedo Costa, do Pará, e D. Vital, de Olinda. (MANOEL, 2010).

Esta fase colocaria Estado e Igreja em posições opostas no que se refere aos princípios norteadores da ação de ambos. Mas na prática a igreja vai se adequando às necessidades das famílias de posses, que também eram tradicionais, mas buscavam inserir suas filhas no mundo urbano cada vez mais moderno.

Wenceslau Gonçalves Neto afirma que:

Nos anos seguintes à instauração da República, a igreja católica procurará adaptar-se à nova realidade, estabelecendo as bases para uma reorganização interna, tanto do clero, como definindo uma linha de ação política visando recuperar pelo menos parte do poder recentemente perdido. (GONÇALVES NETO, 2010, p.204).

Os pais queriam que suas filhas usufríssem das conquistas da modernidade, porém não poderiam perder o sentimento de fé a crença nos dogmas da igreja num momento em que a região priorizava o crescimento urbano superando velhas práticas do mundo rural. A nova sociedade urbana emergente, sob a hegemonia das elites dirigentes impulsionadas por imigrantes, buscava uma educação mais abrangente para suas filhas. Estas famílias pertencentes às oligarquias exerciam um forte controle das relações nas cidades do interior de Minas. Usando seus recursos financeiros e políticos, a classe proprietária apoiará

decisivamente a organização de um sistema de escolas particulares dirigidas por religiosas, visando à educação de suas filhas.

Estas famílias, ao mesmo tempo em que patrocinavam um projeto modernizante, no que se referia à educação feminina em Minas, agindo na contramão das ideias liberais e contribuindo para um sistema educacional conservador, cujo ponto de referência em matéria pedagógica era o jesuitismo que se encontrava inserido no processo de romanização do catolicismo. Educar as filhas não era mais um luxo ou uma desnecessidade. O advento de uma sociedade em contato com o mundo moderno, que caminhava para a urbanização, a consolidação de uma classe social que se enriquecia na produção agrícola, mas que via no comércio e mesmo na indústria o futuro bem próximo, demonstrava ser a educação feminina uma imposição social e uma necessidade ao mesmo tempo. Ao projetar a educação feminina, os bispos do Sul de Minas pretendiam constituir um núcleo educacional solidamente apoiado nos pressupostos do ultramontanismo¹². À educação caberia a tarefa de modelar o caráter das educandas conforme os preceitos e os valores morais católicos. Propunha levar as alunas a absorver esses preceitos morais e religiosos, pela prática das virtudes, e do conhecimento de verdades religiosas. A proposta educacional inserida na teoria ultramontana:

O objetivo final, mais amplo, da educação proposta era formar jovens cultas, polidas, sociáveis, mas, acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem, na família e na sociedade, os valores do catolicismo romanizado. (MANOEL, 2010).

Neste momento de grandes transformações, o mundo rural vivenciado nesta região vai sendo substituído por ideais da burguesia de tradição rural, que vê na educação papel imprescindível para execução de seus projetos centrados na ideologia positivista. Sendo assim, o projeto educativo de várias congregações corresponderá às prerrogativas do Vaticano e aos anseios das famílias tradicionais que não abriam mão da formação cristã, através dos ensinamentos religiosos e morais, e em segundo plano, a instrução cultural e artística centrada nos princípios humanistas.

¹² O ultramontanismo, de acordo com David Gueiros Vieira, foi um termo usado desde o século XI para descrever os cristãos que defendiam o ponto de vista dos papas. No entanto, no século XIX, ultramontanismo passou a significar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja católica e sua reação ao pensamento liberal. (BARATA, 1999, p.102).

O liberalismo dos republicanos choca-se com o conservadorismo do ultramontanismo¹³, mas contraditoriamente configura-se um crescimento substancial da presença da igreja junto às famílias no Sul de Minas, principalmente nas três primeiras décadas do século XX. Os bispos assumirão a responsabilidade da oferta da educação para as elites, que apesar de buscar o estilo burguês de ser, assimilará também as práticas tradicionais do cristianismo romanizado, reproduzido dentro dos colégios comandados pelas religiosas fieis às orientações do catolicismo ultramontano. A formação intelectual e a formação religiosa compunham o currículo dos colégios voltados para as moças filhas de pais de posses. As futuras normalistas aceitavam com facilidade as pregações e reflexões dirigidas pelas superiores, fazendo uso de muita disciplina no cotidiano dos colégios, o que era entendido como virtude que as moças deveriam possuir. Uma doutrinação religiosa transmitida pelas orações, festas aos santos, confissões, adoração ao santíssimo, retiros espirituais, dentre outras práticas.

As instituições de ensino ocuparão papel decisivo na inserção da sociedade na nova ordem, correspondendo assim ao plano de modernização, preparando as filhas dos homens de posses do Sul de Minas para o novo contexto considerado moderno. Os padrões burgueses serão almeçados pelas elites, principalmente o estilo francês de ser. Neste momento os profissionais liberais brasileiros como médicos, engenheiros e professores tomarão para si a responsabilidade de construir a nova sociedade, conforme comenta Riolando Azzi:

Esses agentes consideravam-se os construtores de uma nova ordem social, separando o Brasil de um passado considerado como período de inércia e de atraso. Em razão da inspiração europeia, essas primeiras décadas do século XX, passaram a ser consideradas como a *Belle époque* nacional. (AZZI, 2002, p. 15).

Mas a grande transformação na educação sul-mineira seria fruto do trabalho dos bispos. Na diocese de Pouso Alegre chegariam as congregações *Ordem da Visitação de*

¹³ A solução apresentada era a reafirmação do poder espiritual da Igreja sobre o mundo. Os ultramontanos defendiam a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna laicizada (AZZI, 1994, p.7).

Ultramontano se referia àqueles que, na França e na Alemanha do início do século XIX, centravam sua fidelidade em uma região que ficava depois das montanhas dos Alpes, em Roma onde se encontrava o sucessor de Pedro: o Papa. (WERNET, 1991, p. 178).

O ultramontanismo, de acordo com David Gueiros Vieira, foi um termo usado desde o século XI para descrever os cristãos que defendiam o ponto de vista dos papas. No entanto, no século XIX, ultramontanismo passou a significar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja católica e sua reação ao pensamento liberal. (BARATA, 1999, p.102).

Santa Maria – Visitandinas – (1902), Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti (1911), Irmãs da Providência de GAP (1912), Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena (1943), Irmãs da Congregação de Santa Úrsula (1943). Na diocese da Campanha, Congregação das Religiosas Nossa Senhora de Sion (1904), Religiosas da Congregação dos Santos Anjos (1923), Irmãs da Providência de GAP (1928), Congregação das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora (1938), Instituto Religioso das Franciscanas de Dillingin (1938), Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt (1938), Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria (1956). Na diocese de Guaxupé, Irmãs da Providência de GAP (1904), Congregação Romana de São Domingos (1906), Congregação das Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino (1912), Irmãs Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração (1921), Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti (1925), Congregação das Irmãs Jesus Maria José (1928), Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação (1949).

Nos próximos capítulos analisamos o processo de diocesanização da igreja sul-mineira e o lugar reservado às congregações na educação regional. Destacaremos a parceria estabelecida entre bispados, religiosas, proprietários de terras, comerciantes e poder local. Problemas como entender a relação entre os momentos de distanciamento e de aproximação entre Igreja e Estado no Sul de Minas. As fontes desta pesquisa nos permitirão colocar em evidência as contradições e as complexidades da trajetória da igreja na primeira metade do século XX. Seria o Estado leigo realmente desprovido de valores como acreditavam os bispos no início do período republicano? Podemos falar em separação entre igreja e Estado Republicano sendo os homens de posses dentre eles muitos adeptos e defensores do liberalismo, os responsáveis pelos suportes materiais como terrenos, casas e doações às congregações religiosas?

1.3 O projeto romanizador no Sul de Minas

As diretrizes do Papa Leão XIII neste momento propunham a ampliação da presença do clero junto ao povo com a difícil missão de combater o mundo moderno, as ideias liberais, a maçonaria e o socialismo. Assim sendo, a igreja criará no Brasil de 1900 a 1942, sessenta novas dioceses, das quais treze seriam elevadas a arquidiocese (LIMA, 2001, p.156). A multiplicidade destas demonstravam a preocupação da igreja em inserir-se no meio do povo para atender suas necessidades espirituais, e conseqüentemente colocar em prática o projeto romanizador. No Sul de Minas seria criada pelo Papa Leão XIII em 1900 a diocese de Pouso Alegre – MG, pelo Decreto *Regio Latissime Patens*, a diocese da Campanha – MG, pelo Papa São Pio X em 08 de setembro de 1907 através do Decreto *Spirituali Fidelium Bonum*, e a diocese de Guaxupé-MG, pelo Papa Bento XV em 03 de fevereiro de 1916 pela Bula *Universalis Ecclesiae Procuratio*.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da igreja católica no país divide o Brasil em *circunscrições eclesiais católicas*, organizando-as em dezessete regiões episcopais, subdivididas em províncias eclesiais. A pesquisa abrange o espaço sul-mineiro, no qual situa-se a *Província Eclesiástica de Pouso Alegre*, criada em 1962. Esta região denominada Sul de Minas localiza-se na parte meridional do Estado de Minas Gerais, fazendo divisas com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Possui extensa região banhada por vários rios, dentre eles os rios Grande, Verde e Sapucaí, por onde bandeirantes paulistas navegaram buscando metais preciosos dando início ao povoamento na região¹⁴.

Historiadores apontam a passagem de bandeirantes no final do século XVI, dentre as primeiras citam a de Martim Corrêa de Sá, no século seguinte as viagens foram intensificadas, culminando com a primeira descoberta oficial de ouro por Antônio Rodrigues Arzão entre 1692 e 1694, conforme destaca (PARANHOS, 2012, p. 21-32), porém no início do século XVIII sertanistas paulistas iniciariam o trabalho com minas na região¹⁵. Ao atingir às minas do Rio Verde em 1737 os paulistas fundam os primeiros

¹⁴ PARANHOS, 2012, p. 21.

¹⁵ Em 1720, o Padre Lourenço de Toledo Taques e seu irmão João de Toledo Pisa e Castelhana, com genros e filhos, iniciaram o povoamento de Carrancas; pouco depois, em 1723, já se achavam nas minas do Itajybá (Delfim Moreira), em serviço de mineração, o Padre João da Silva Caualo, Miguel Garcia Velho e outros, os quais partiram também de Taubaté, trampolim que era dos bandeirantes para as ditas minas; pelo ano de 1737, Cipriano José da Rocha, oriundo, ao contrário dos demais, de São João Del Rei, chega às minas do Rio Verde. (FRANCO, 2003, p.16).

arraiais como Baependi, Aiuruoca e o arraial da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade, hoje Campanha–MG, transformados em Vila, conforme ressalta (PARANHOS, 2012, p. 71), Campanha da Princesa da Beira, em 1798, Santa Maria do Baependi, em 1814 e Aiuruoca em 1834. Oito anos depois de atingirem às minas do Rio Verde, descobririam próximo ao Rio Sapucaí, minas em Santa Ana do Sapucaí, hoje Silvianópolis–MG, e na região denominada Ouro Fino em 1748, ambas coordenadas pelo português Francisco Martins Lustosa. Esta região foi governada pela Capitania do Rio de Janeiro até 1709, quando se cria a Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro (1709)¹⁶, que seriam separadas, surgindo como uma unidade independente a Capitania de Minas Gerais em 2 de dezembro de 1720. Ficaram sob a jurisdição eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro até 1745, quando a coroa portuguesa cria as dioceses de Mariana e São Paulo. Todavia com a posse do primeiro bispo de Mariana Dom Frei Manoel da Cruz em 15 de outubro de 1748¹⁷, a freguesia de Santa Ana do Sapucaí passaria para o comando do bispo de Mariana em 1749.

Nos anos seguintes surgiram conflitos e disputas pela jurisdição eclesiástica do Sul de Minas entre as duas capitanias, ficando o bispo de São Paulo novamente responsável pelo pastoreio da região sul-mineira. Em 3 de agosto de 1900 com a criação da diocese de Pouso Alegre, esta região passaria para o comando deste novo bispado, dispensando, portanto, os trabalhos eclesiásticos dos paulistas entre os mineiros. A diocese criada contemplava os interesses e articulações de setores da igreja local e de lideranças políticas da cidade e região. As três dioceses terão papel decisivo na implantação de instituições de educação na região.

Vale destacar, que os bispos do Brasil, fiéis às diretrizes da Santa Sé, atuarão intensificando a aliança entre burguesia agrária e igreja. Num documento de significativa importância, sob o título “*Alguns pontos de reforma da Igreja no Brasil*” – elaborado em 1890, logo após a proclamação da República – D. Antônio de Macedo Costa, designado como arcebispo primaz do Brasil, fazia a seguinte observação:

O zelo de alguns bispos que têm podido obter religiosos e meios para ajuda-los a fundar casas, já conseguiu muito, e a prova temo-la em muitas casas de instrução e educação fundadas por congregações francesas, alemães, italianas, especialmente para meninas, e já florescentes em diversas dioceses. Dá-nos os parabéns o Santo Padre pelo resultado do

¹⁶ PARANHOS, 2012, p. 33.

¹⁷ PARANHOS, 2012, p. 41.

nosso zelo neste ponto importantíssimo, e vivamente exorta todos os preladados a desenvolver a respeito ação em maior escala, para evitar às famílias católicas a dura necessidade de, por falta de escolas e colégios católicos, enviar seus filhos a colégios protestantes, onde a protestante ou nenhuma religião se ensina. (AZZI, 2005, p. 34).

Diversos institutos de vida consagrada que deixaram a Europa e passaram a dar atenção especial à burguesia rural em várias partes do Brasil, desejosa de educar seus filhos e filhas dentro dos padrões europeus. Simultaneamente começaram a atuar nas áreas geográficas como o Sul de Minas, que contava com uma presença significativa de migrantes europeus, cujas jovens tinham mais facilidade de assimilar esse modelo de ensino. Coincidentemente neste momento se ampliava o leque das profissões masculinas, os homens foram se desinteressando pelo ensino primário. Ao mesmo tempo, cada vez mais as moças passaram a se interessar pela profissão de professoras, sendo esta profissão aceita pelos pais como bastante cabível ao sexo feminino. As transformações sociais exigiam dos pais uma formação que preparasse seus filhos para essa nova mentalidade urbana.

Portanto, essa relação entre igreja e Estado no Sul de Minas foi bastante estreita, pois a igreja procurava reconduzir a sociedade brasileira para dentro do espírito católico, assim como, neutralizar as influências e a expansão dos fenômenos modernos, conforme aponta *Mauro Passos e Lucélia de Almeida Neves Delgado*:

O estudo da sociedade brasileira permite-nos constatar a presença do catolicismo nas diversas instituições e nos vários níveis sociais. Historicamente sua influência foi marcante, desde sua implantação com o regime do padroado. O poder da igreja católica expressava-se na sua capacidade de agregar o católico nas diversas formas de representação religiosa – irmandades, confrarias e paróquias. Assim, o elemento religioso desempenhava um papel significativo no horizonte das pessoas e nas diversas camadas sociais. (DELGADO; PASSOS, 2005, p. 49).

O fenômeno religioso procurava abranger as pessoas em sua totalidade, inclusive a assistência aos pobres passa a ser uma constante preocupação, e diante das dificuldades do Estado em atender às demandas da população, a igreja católica assumiria o papel extremamente importante na educação das crianças e jovens, e no apoio aos carentes e desamparados.

O Sul de Minas experimentava uma fase de transição neste momento. Uma sociedade capitalista pautada pelas relações sociais e econômicas seguia as regras impostas pelo mercado. Estudos apontam as especificidades da região no início do século XX, evidenciando o processo de formação, tanto de uma ampla rede de infraestrutura de transportes como o crescimento urbano e industrial, porém ambos relacionados ao fortalecimento da economia cafeeira:

Ainda que provisoriamente, é possível pensar que as ferrovias no Sul de Minas Gerais começaram a se instalar para atender uma região dinâmica e promissora voltada para o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo e para o plantio e exportação de café. E, mais importante, o que se observa é a constituição do sistema ferroviário com interligação do Sul de Minas como os portos do Rio de Janeiro e Santos ou com os mercados dos Estados vizinhos, uma modernização do transporte que poderia surgir como condição para fortalecer o mercado interno (GODOY; BARBOSA, 2008), mas que, ao que parece, surge para estreitar as relações, inclusive de dependência, com outras regiões. (SAES; COSENTINO, 2012, p. 34).

A modernização dos transportes terrestres e fluviais muito colaborou para o processo de transição da economia na região. Companhias férreas¹⁸, como *Estrada de Ferro Rio Verde* (E. F. Minas e Rio) – a partir de 1909 integra a *Rede Sul Mineira*; entre 1887 a 1888 a *Estrada de Ferro* e depois *Companhia Viação Férrea Sapucahy*; em 1892 se inicia o tráfego da *Estrada de Ferro Muzambinho*, que se ligava a *Companhia Mogiana*. Estas companhias formariam a *Rede Mineira de Viação* em 1931. Quanto à navegação *Saes* e *Martins*, destacam:

Evidentemente, a navegação a vapor no Sul de Minas representou enorme avanço em relação ao ir e vir de canoas e balsas rústicas impulsionadas por varas. Por outro lado, para zonas agrícolas que não possuíam acumulação de capital suficiente para construir ferrovias, caso de parte das terras do sudoeste mineiro drenadas pelos rios Grande e Sapucaí, a criação de companhias de navegação capazes de levar passageiros e cargas até estações ferroviárias ou pontas de trilho era a solução mais viável. Por isso,

¹⁸ Estrada de Ferro Minas e Rio (Trecho de Cruzeiro até Três Corações – inaugurado em 14/06/1884). Estrada de Ferro do Sapucaí (Caxambu e Cristina – 15/03/1891; Trecho Cristina a Maria da Fé inaugurado em 27/09/1891; trecho Maria da Fé a Itajubá inaugurado em 27/09/1891. Em 1895 inaugura-se o trecho até Pouso Alegre). Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (Organizada em 1872. Trecho de Cascavel a Poços de Caldas inaugurado em 01/10/1886). Estrada de Ferro Muzambinho (Trecho inaugurado em 1891 (SAES, 2012, p.188).

o transporte intermodal sul-mineiro na virada do século 19 para o século 20 parecia apropriado para elevar os ganhos econômicos e sociais no chamado “Planalto de Minas”. Afinal, a integração da navegação fluvial com a produção de dezenas de municípios, colocando-os em contato com os principais mercados brasileiros e portos de exportação. (MARTINS, 2012, p. 237).



(Figura 1: Fonte: Livro: História de Carmo do Rio Claro. Biblioteca pública).

Portanto, a articulação da rede férrea com a fluvial foi determinante para a formação de uma economia capitalista na região, que acelerou o processo de modernização nos grotões sul mineiros, tirando as cidades do interior do isolamento e inserindo-as na dinâmica urbana das cidades maiores. A correlação entre café, indústria, ferrovias e bancos no Sul de Minas explicam a especificidade da região no processo modernizador impondo a demanda por outros serviços. Nesse período a escola passa a ser mais valorizada. Intelectuais darão a escola o papel central de responsável pela educação dos filhos das elites com a nobre missão cívica e civilizacional. Republicanos enxergarão na escola a arma de que dependia a superação dos entraves para se alcançar o progresso.

Entre os anos de 1891 a 1930 começaram a chegar ao Brasil várias instituições religiosas que viriam cumprir o papel que deveria ser do Estado, na sua totalidade. No Sul de Minas os bispos tomarão para si estas necessidades da população, e como forma de controle e zelo pastoral oferecerão educação e subserviência. Através do ensino religioso, a igreja exercia um significativo controle das consciências, haja vista que a maioria das pessoas neste momento era seguidora do catolicismo, sendo as mulheres, principalmente religiosas, as responsáveis pelo processo educativo na perspectiva da disciplina e da

docilidade. Aproveitando deste fervor ideológico, a igreja estreitará suas relações com o poder local, mantendo seus privilégios e assumindo postura conservadora, que agrada as elites preocupadas com a ordem social. A classe proprietária foi protegida, e pouco se pensava em ampliar o direito às condições de vida digna, bastava à religião para as classes dominadas.

Assim sendo, esta parceria entre igreja e poder local caracterizará as cinco primeiras décadas do século XX. O mundo “civilizado chegaria pela educação”. A ciência e a técnica abririam os caminhos para o progressivo crescimento urbano, cabendo aos educadores a tarefa de criar princípios e normas de urbanidade, favorecendo aos letrados a conquista de posições de destaque. As propostas para a educação no período, tanto dos considerados “tradicionalistas” como também dos “renovadores”, estavam direcionadas para as elites, comprometidas com um projeto de sociedade essencialmente elitista. Jamil Cury, analisando o período ressalta que:

Até 1930, as necessidades do país ainda comportavam, com a oligarquia no poder, um tipo de educação voltada para a satisfação dos interesses oligárquicos: ornamento cultural, preenchimentos dos quadros da burocracia do Estado e das profissões liberais. Neste sentido, ampliam-se as camadas do processo educativo escolar. A educação atende exclusivamente as elites. (CURY, 1978, p.18).

Coincidentemente neste período, final do Império e início da República, a economia capitalista impunha ao país a institucionalização escolar, conforme destaca Sérgio Castanho (2007, p.40): “a educação torna-se progressivamente uma prática institucional-escolar, isto é, realizada na instituição que historicamente se especializou na tarefa educativa, a saber, a escola”. Portanto, as congregações religiosas na região do Sul de Minas Gerais desempenharão com competência as funções de educadoras exemplares, inserindo as futuras professoras na prática dos sacramentos, principalmente a eucaristia, atuando na perspectiva da disciplina e manutenção da ordem, contemplando o projeto romanizador¹⁹extremamente conservador, adversário das ideias liberais e socialistas, e contando com o apoio dos bispos, preocupados com os destinos da fé e empenhados em afastar seus fiéis das ideias da sociedade em formação, consideradas mundanas. O contexto

¹⁹ Dentre os traços essenciais do projeto romanizador, segundo Oliveira, destacam-se a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e o senso da hierarquia eclesiástica. Dessa forma, segundo esse modelo, o “bom católico” era aquele que frequentava regularmente os sacramentos e obedecia incondicionalmente à autoridade eclesiástica (BRITO, 2007, p.25).

era favorável à expansão das instituições escolares, e bastante desafiador aos bispos em suas tarefas de fortalecimento do ultramontanismo na região.

1.4 As ações ultramontanas dos bispos no Sul de Minas

As relações da igreja com o Estado no início do século XX ainda vivenciava resquícios da ilustração que levaria o Estado moderno a um novo posicionamento frente à hierarquia da igreja em vários países europeus. A expansão das ideias básicas da ilustração nortearia as cidades mercantis em plena fase de enriquecimento, o que levaria o comércio europeu a adotar os critérios da razão e não-religiosos na economia. O desenvolvimento da ciência e da técnica seriam decisivos para o uso racional nas relações sociais. Os discursos em defesa da educação tornavam-se cada vez mais expressivos e obras importantes seriam escritas em meados do século XVIII, como “A educação da raça humana” de Gotthold Ephraim Lessing (1725-1781), “Émile ou Tratado sobre educação” de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), e “Como Gertrudes ensinava seus filhos” de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Críticas mais contundentes seriam feitas à religião por David Hume, que exaltava a razão e atacava a argumentação de que o cristianismo era racional.

Com a Revolução Francesa a igreja passaria por um distanciamento em relação ao Estado com a “constituição civil para o clero”, inclusive com perseguições ordenadas por Napoleão Bonaparte. Todavia, com a queda de Bonaparte a família Bourbons recupera o poder e o Papa Pio VII retornaria a comandar os Estados Pontifícios em 1814.²⁰ Nesta fase de restauração do catolicismo formaria uma nova cultura cristã. A cúria romana investiria na difusão de uma igreja universal, combatendo as tendências de igrejas consideradas nacionais.

A Santa Sé Romana temia ainda o avanço das ideias liberais como também as relações sociais após a Revolução Francesa pautadas na liberdade de expressão e no espírito crítico. Diante deste contexto, o Vaticano reagirá impondo suas prerrogativas que norteariam os ritos católicos e a vivência dos fiéis nas comunidades sob os cuidados dos bispos. Este quadro favorecerá o surgimento de uma corrente de pensamento na França no

²⁰ (DREHER, 1999, p.145).

século XIX, denominada ultramontanismo²¹, tendo como referências os pensadores Joseph Marie de Maistre, Hughes Felicité Robert de Lamennais, Louis Veuillot, dentre outros, pregando e legitimando o poder papal bem como suas diretrizes. O discurso ultramontano se inspirava nas encíclicas papais, e se fazia presente no país, pois o catolicismo sob a influência do iluminismo expandia-se no Brasil ao longo do século XIX e início do século XX, o que incomodava a hierarquia da igreja, que reforçaria as orientações pastorais fieis ao centralismo romano. O termo ultramontanismo ou romanização caracterizará a atuação da igreja no mundo católico, orientada na maior parte das vezes pelo Vaticano desde início do século XIX até meados do século XX, em que pregava a aversão ao mundo moderno, centralismo na doutrina católica, e acima de tudo combate às ideias liberais e à liberdade secular²². A partir de 1950 a pastoral da igreja tomará outra postura, e parte dos setores católicos atuarão numa nova orientação com caráter político mais definido.

Vale destacar que a Encíclica *Mirari Vos* editada em 1832 pelo Papa Gregório XVI seria a primeira que influenciaria os bispos, reafirmando a centralidade de Roma nas ações pastorais dos bispos, e conseqüentemente criava obstáculos nas relações entre igreja e Estado pautadas na submissão dos clérigos frente ao poder do imperador. Outras encíclicas reforçariam o ultramontanismo como *Quanta Cura* (Papa Pio IX – 1864), *Qui Pluribus* (Papa Pio IX – 1846), e *Divini Illus Magistri* (Papa Pio XI – 1929), evidenciando a autoridade do Vaticano, combatendo o protestantismo, maçonaria, o socialismo e sobre tudo as ideias liberais.

Alguns bispos no Brasil se destacaram com suas ações ultramontanas, como Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana–MG (1844-1875), Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo (1852-1861), Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará (1861-1889), Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda–PE (1872-1878). No Sul de Minas destacariam os bispos da diocese de Pouso Alegre–MG, Dom João Batista Corrêa Nery (1901-1908), Dom Antônio Augusto Assis (1909-1916), Dom Octávio Chagas de Miranda

²¹ O termo *ultramontano* tem uma longa história e foi usado, desde o século XI, para denominar os cristãos que reconheciam a liderança de Roma e do Papado. O dicionário *The Oxford Dictionary of the Christian Church* designa o vocábulo como sendo uma tendência da igreja em favor da centralização da autoridade papal em oposição a uma independência diocesana nacional. Em terras brasileiras esta ala do clero cresceu lentamente e foi influenciada por religiosos estrangeiros ou nacionais que estudaram nos seminários da Europa, mais especificamente em Roma e na França. Para alguns autores, como Ronald Polito de Oliveira, os ultramontanos eram um grupo conservador, pois desejavam não somente a concentração do poder eclesiástico nas mãos do Papa, mas também eram contrários à propagação do protestantismo, do socialismo, do liberalismo, da maçonaria e do jansenismo (OLIVEIRA, 2010, p. 15-16).

²² ALVES, Hercules Alfredo Batista. **A educação feminina na região da Campanha**- MG: O Collegio Marianno (1867-1907). Itatiba, USF, 2014, p. 161.

(1916-1954). Na diocese da Campanha os bispos Dom João de Almeida Ferrão (1909-1935) e Dom Inocêncio Engelke (1935-1960), e na diocese de Guaxupe–MG, os bispos Dom Ranulpho da Silva Farias (1920-1939) e Dom Hugo Bressane de Araújo (1940-1951).

As ações destes bispos enfatizavam a total aversão ao mundo moderno, considerando o liberalismo nocivo aos fiéis. Assim sendo, a igreja deveria recuperar seu poder como instituição e centralidade nas questões de fé, como também a exclusividade católica na produção e reprodução do saber. Este contexto favorecerá as investidas da igreja, principalmente dos bispos ultramontanos na oferta e controle da educação das crianças e jovens. Ivan Manoel comenta esta questão:

Ao controlar o sistema educacional, a Igreja poderia, na verdade, controlar o sistema de difusão de ideias. Se lhe era impossível controlar a produção do saber e circunscrever as ideias novas à sua doutrina, o controle do sistema educacional dava-lhe a oportunidade de, ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de ideias contrárias às suas teses e dogmas. Por isso a igreja, no Brasil, ao lado de lutar arduamente contra a laicização do sistema educacional, organizou o seu próprio sistema de ensino (MANOEL, 2010, p. 57).

A igreja estava consciente de que investir nas moças, as futuras mães, garantiria a parceria destas mulheres na educação da família segundo os princípios ultramontanos, o que poderia possibilitar-lhe uma ampla intervenção no espaço escolar. Miceli ressalta que a hierarquia da igreja aproximará das elites locais, preservando as orientações da Santa Sé, porém formando “uma sólida aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes” (MICELI, 1988, p. 14), que tinham interesse nas contribuições que a igreja poderia oferecer nesse momento de implantação da nova ordem política. Vale destacar que o calendário religioso fortalecia a aproximação entre hierarquia e poder local, através das festividades, para legitimar o poder eclesiástico como também o poder político dos grupos oligárquicos. Portanto, foi decisivo o apoio dos bispos para chegada das congregações religiosas e abertura dos colégios como instrumento de ampliação da reforma religiosa também entre os membros da elite sul mineira, cujos currículos destes colégios priorizarão a formação cristã das futuras mães. Os colégios de variadas congregações religiosas, cujos carismas estavam focados na educação com currículos contendo disciplinas como canto orfeônico, francês, latim, inglês, trabalhos manuais, educação física e outras, seguindo modelo europeu, considerado moderno. A imprensa divulgava a oferta destes serviços oferecidos pelas irmãs, influenciando os pais, na sua maioria proprietários rurais e grandes

comerciantes a matricularem suas filhas nos internatos, onde seria possível prepará-las para viver no novo contexto urbano que se apresentava. Assim, a igreja fortalecia sua presença junto às famílias e expandia suas influências junto ao poder local, aproveitando da ineficiência do Estado na oferta da educação, conforme destaca Miceli:

A criação de escolas secundárias, femininas e masculinas, se tornaram um dos principais itens dos programas de governo dos dirigentes oligárquicos, inclusive nos estados mais atrasados. Não podendo arcar diretamente com os encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadros docentes e administrativos, e sem contar com o respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional, os governantes estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais preferiram dar mão forte aos empreendimentos confessionais. (MICELI, 1988, p. 22).

O cenário político em muitos países europeus não era favorável às congregações religiosas que enfrentavam perseguições de governos e de grupos religiosos contrários. Algumas das ordens mais importantes receberiam convites de bispos brasileiros, e contariam com as contribuições generosas de fiéis e de fazendeiros poderosos na cessão de casas e terrenos para construções dos colégios, além de outras vantagens que permitiriam às religiosas educadoras se estabelecerem para oferta da instrução, garantindo assim, o sucesso da política de romanização.

A criação das dioceses de Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé respectivamente, vem ao encontro do movimento da Reforma Católica iniciada na segunda metade do século XIX, que buscava a implantação das diretrizes emanadas do Vaticano, processo este também denominado de política de romanização. As diretrizes da Santa Sé atendiam às necessidades deste momento histórico da igreja católica no Brasil. A igreja vinha enfrentando desafios na relação com a monarquia desde o Segundo Reinado²³ e, intensificaria as diferenças com os republicanos, principalmente após a separação entre Igreja e Estado, paradoxalmente crescia a influência do papado entre os católicos brasileiros com a expansão da estrutura organizacional da igreja em todos os Estados do país, conforme “inúmeros historiadores da Igreja são unânimes em apontar o século XIX como um momento-chave para os rumos tomados pela organização eclesiástica em âmbito nacional” (MICELI, 1988, p.11). A igreja viria intensificar suas ações nesta fase de reação

²³ Mesmo antes do confronto aberto entre os bispos brasileiros e a Coroa no início da década de 70, já se haviam claramente delineadas indisfarçáveis rotas de colisão entre a cúpula da hierarquia eclesiástica, crescentemente identificada com as diretrizes pontifícias, e o governo imperial. (MICELI, 1988, p. 16).

do Vaticano contra os imperativos do mundo moderno, destacando os perigos da modernidade que levaria os infiéis ao pecado comprometendo a salvação das almas²⁴.

Assim, os bispos sul-mineiros aproveitarão do momento de explosão da imprensa católica, para ampliar, divulgar e circular suas ideias e doutrinas através dos jornais, alguns mantidos pelas dioceses, e pequenos periódicos, uma verdadeira “estratégica discursiva” adotada pela igreja (LEON, 2014). Outro instrumento importante usado para divulgação das doutrinas católicas foram as visitas pastorais, como já foi pontuado, e as cartas pastorais, por meio das quais os pastores se aproximavam dos fiéis, tentando protegê-los das influências do mundo moderno, consideradas perniciosas à fé dos católicos e adversárias da igreja.

Os arquivos das dioceses preservam muitas cartas dos bispos endereçadas aos padres, políticos, e leigos atuantes nos movimentos das paróquias. Foram usadas como um forte instrumento de controle da doutrina católica, expansão das orientações romanas e aproximação dos bispos com o povo sul-mineiro nos municípios distantes das cúrias. Os bispos orientavam os fiéis na observância da fé e ressaltavam em suas reflexões os perigos do mundo moderno:

Não vos deixeis ilaquear com as varias ciladas do demônio, com as máximas alliciadoras e commodas do mundo, com os erros e desatinos de nosso século, com as seducções e atractivos das criaturas; com o goso dos sentidos, com o desfructar da matéria, como si fôramos meros animaes; com os passatempos, os folguedos, os arruídos das festas, as ilusões e encantos desta vida, o bem estar da terra. (Carta Pastoral de D. Ranulpho da Silva Farias, Guaxupé, 1920, p.31-32).

Uma das grandes preocupações dos bispos ultramontanos foi manter a unidade da igreja e a união das paróquias com o bispado, representadas pelos padres e seus auxiliares nomeados pelo próprio bispo. Na carta circular nº. 34, Dom Inocêncio Engelke escrevia:

²⁴ A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através das *Encíclicas Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864) que condenaram drasticamente os chamados “erros modernos”, a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma “o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”. Esse repúdio à sociedade contemporânea acelerou a difusão do mais feroz ultramontanismo e reforçou as veleidades políticas de seus porta-vozes intelectuais e partidários em diversos países europeus. Desde então, os órgãos dirigentes centrais da Igreja não pouparam esforços na promoção orquestrada do culto místico à figura do papa, chegando ao extremo de proclamar o dogma da infalibilidade papal por ocasião do primeiro Concílio Vaticano (1870). (MICELI, 1988, p.12).

Como o bispo não vem a ser somente um simples ornamento da diocese, mas sim, um operário, que deve às vezes abandonar a sua sede para visitar as paróquias e administrar os sacramentos, assim, achamos ser necessário também que o vigário em tempo oportuno abandone as 99 ovelhas e busque a que está longe, talvez desgarrada e prestes, quem sabe, a submergir no vício ou abandonar para sempre o seu Deus. (ENGELKE, 1934, p.1-2).

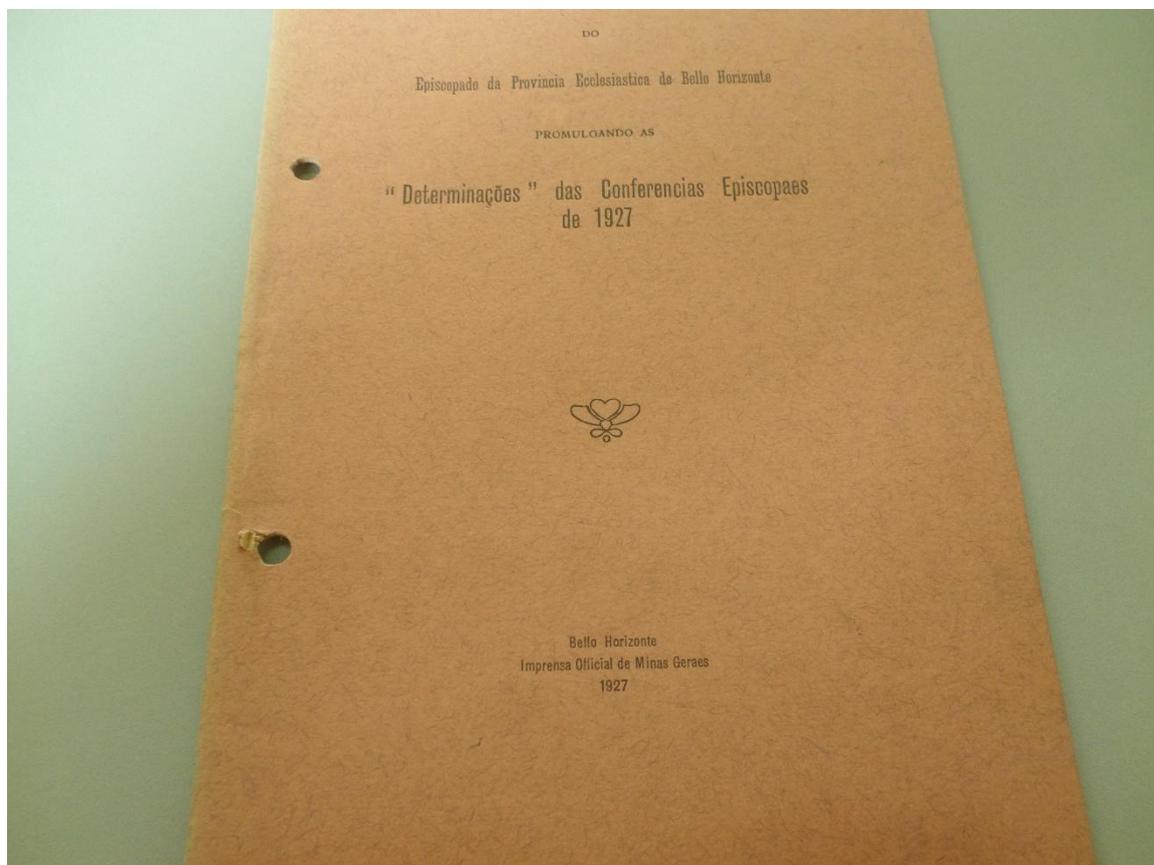
Outra estratégia adotada pelos bispos consistia na inserção de leigos nas associações, movimentos, congressos e outros agrupamentos existentes nas paróquias. Os leigos se sentiam motivados a participarem da missão da igreja, respondendo assim à convocação recebida desde o batismo. A igreja ciente das dificuldades para execução de seu projeto que visava recuperar sua supremacia na sociedade, estreitará os laços com os leigos atuantes, inserindo-os nas congregações marianas, associações das filhas de Maria, apostolado da oração, e outros movimentos, conforme destaca Engelke:

Sim, amados irmãos e filhos dilectíssimos a rechristianização da humanidade é o fim nobre de toda a A. C., para que a igreja não pode dispensar a participação dos leigos. E os primeiros leigos que naturalmente devem ser chamados para a linha de frente sem dúvida são os membros das diferentes associações catholicas. (D. Inocêncio Engelke. Carta circular, nº. 34, 20/01/1934, p.3-4.).

Bispos pertencentes à Província Eclesiástica de Belo Horizonte promulgaram várias “determinações” em 1927 para conhecimento dos párocos em todas as regiões desta província, transferindo a missão aos padres de atentarem para a presença dos homens na igreja, inserindo-os nos movimentos:

15. Concitamos, portanto, aos nossos rvm. Vigários a se dedicarem com particular devotamento ao cultivo dos seus parochianos homens. Procurem attendel-os com delicadeza e prontidão, deêm-lhes lugar distincto e commodo nas egrejas, cuidem carinhosamente dos seus sodalícios e fudem-lh’os si não existem.

16. Entre estes sodalícios merecem particular indicação a Conferencia de São Vicente e o Apostolado da Oração (possivelmente separado do das senhoras) a Liga Catholica e para os moços (os quaes podem também fazer parte das outras associações) a União dos Moços Catholicos e Congregações Marianas. (Arquivo da Cúria de Guaxupé).



Documento final da reunião dos bispos. Fonte: Arquivo da Cúria de Guaxupé.

Este documento (“Determinações” das Conferências Episcopais de 1927) foi elaborado por bispos de várias dioceses mineiras, cujo conteúdo está “em obediência às disposições da igreja”, objetivando levar a todos os fiéis o “espírito da igreja”, cumprindo assim, orientações do Vaticano como parte significativa do projeto romanizador. Na sua introdução os bispos exortam os vigários para que façam “leitura pública” das determinações e acima de tudo se empenhem para que seus paroquianos as assimilem. O documento (1927) destaca a facilidade do trabalho com as mulheres, considerado fértil nas várias paróquias, porém reconhece a força masculina, considerada abandonada pela ação católica. Assim sendo, a exigência imposta aos padres é de que devam se aproximar dos homens, inserindo-os nos movimentos da igreja, caracterizando-se como mais uma das

estratégias colocadas em prática pelos padres, cumprindo assim, as normativas impostas pelos bispos aos seus auxiliares.

1.5 Liberalismo e comunismo: adversários do ultramontanismo?

As ações ultramontanas dos bispos sul-mineiros se apresentarão como adversárias do liberalismo e do comunismo. Fontes documentais eclesiais apontarão os perigos destas correntes presentes na sociedade no início do período republicano, consideradas pela hierarquia da igreja como incompatíveis com a doutrina católica, portanto os leigos deveriam ser alertados pelos vigários nas paróquias, evitando assim se desvirtuarem do caminho do bem que levava à salvação.

A igreja se posicionará contra o Estado leigo difundido pelos republicanos após a proclamação da República, pois considerava o catolicismo a única religião tradicional do país que correspondia a grande maioria da população, assim sendo, não aceitaria a nova constituição que impunha a separação entre igreja e Estado. Discursos dos bispos brasileiros ressaltavam que “não queremos ser nação sem religião e sem Deus; não queremos ser governados por um governo ateu” (AZZI, 1994, p. 20). Percebe-se, portanto, o engajamento dos bispos em difundir uma imagem negativa do regime republicano, cujo caráter da constituição era leigo. Ao longo de nossa pesquisa destacaremos que as diferenças entre igreja e Estado se iniciarão no final do Império, culminando com o decreto de extinção do padroado.

Os bispos consideravam a tese da laicidade do Estado como sinônimo de declaração de ateísmo, e por isso negam legitimidade ao governo republicano. Segundo eles, tratava-se de um Estado ateu que se sobrepunha a uma pátria de profundas tradições católicas; uma verdadeira anomalia, que deveria ser extirpada quanto antes, pois esse regime não-confessional fora imposto ao país à revelia da vontade do povo. (AZZI, 1994, p. 23).

Em meados do século XIX o pensamento católico europeu intensificaria seu caráter antiliberal por meio do ultramontanismo, chegando ao Brasil com a hierarquia católica ainda com forte influência sobre a população. Opunha-se às ideias de modernização e de

progresso, num contexto de expansão dos ideais de modernização influenciados pelo positivismo²⁵ comtista que eram favoráveis ao processo de industrialização e ao progresso. O pensamento liberal estava veiculado às ideias republicanas, expressas nos discursos voltados para a liberdade e progresso, inclusive com a contribuição dos maçons e dos protestantes. Assim, o Estado brasileiro assumiria características liberais e laicas.

Os bispos aumentariam as críticas à laicização do Estado, que vinham acompanhadas da acusação da ilegitimidade do casamento civil e os perigos do ensino leigo nas escolas, considerado pelos clérigos, perigoso para toda a nação, pois levaria ao ateísmo. Portanto, a República corria riscos de se transformar numa anarquia onde imperaria o caos.

Durante o século XIX o Vaticano, principalmente no pontificado do Papa Pio IX, já denunciava os princípios liberais em plena expansão na Europa após a Revolução Francesa. No Brasil os bispos além de criticar o liberalismo, o associava ao comunismo e ao ateísmo. As encíclicas, cartas episcopais e jornais religiosos alertavam os fiéis quanto “a falsa liberdade” que distanciava os cristãos da ética imposta pela fé católica. O episcopado brasileiro entendia que, conforme destaca (AZZI, p. 31), “a filosofia liberal se constitui numa doutrina desorganizadora dos princípios éticos vigentes na sociedade”.

O socialismo também passa a ser condenado como uma força provocadora da desordem e inimiga da religião desde meados do século XIX. A encíclica *Nostis et Nobiscum* de 1849 afirmava que “os principais arquitetos dessa maldosa trama desejam empurrar os povos, agitados por qualquer doutrina perversa que aparecer, à subversão de toda a ordem das coisas humanas e a arrastá-los aos execráveis sistemas do novo socialismo e comunismo”. Em seguida a Encíclica de 1864, *Quanta Cura*, alertava que, pessoas trabalhavam para que “a doutrina da Igreja católica seja totalmente afastada da instrução e educação da juventude, e os tenros e flexíveis ânimos dos jovens sejam miseravelmente contagiados e depravados por perniciosos erros e vícios de toda sorte”. No início do século XX a *Encíclica Graves de Communi Re* em 1901 pregava que:

há necessidade de uma união de mentes corajosas com todos os recursos que podem dispor. A colheita de miséria está diante dos nossos olhos, e os

²⁵ Corrente filosófica que surgiu na França com princípios idealizados por Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857). No Brasil esta doutrina foi aplicada por Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) na Academia Militar do Rio de Janeiro.

projetos terríveis dos mais desastrosos levantes nacionais estão nos ameaçando a partir do poder crescente do movimento socialista.

Em várias outras encíclicas os papas manifestarão preocupação extrema com o socialismo e estendiam esta luta aos bispos. No Sul de Minas os bispos farão uso dos jornais católicos, das cartas episcopais e das pregações para condenar o liberalismo e o comunismo. O Jornal *Voz Diocesana* publicará parte da Encíclica *Sumi Pontificatus* de Pio XII (1939), em que ressaltava os erros dos tempos presentes:

A época atual acrescentando novos erros aos desvios doutrinários do passado, levou-os a extremos dos quais se não podiam originar senão desorientação e ruínas. E antes de tudo, é certo que a raiz profunda e última dos males que deploramos na sociedade moderna é a negação e repulsa de uma norma de moralidade universal, quer na vida social e das relações internacionais, isto é, o desconhecimento, tão difundido nos nossos tempos, e o esquecimento da própria lei natural, que tem o seu fundamento em Deus, criador supremo e absoluto, onisciente e justo vingador das ações humanas. (Jornal *Voz Diocesana*, ano I. n.º. 17, 1948, p.2).

As fontes pesquisadas, principalmente os jornais das dioceses, registram as constantes preocupações dos bispos com o comunismo colocando em destaque, artigos condenando o regime. Textos publicados no *Voz Diocesana* classificam o socialismo como antirreligião ou “religião às avessas”, “mística falsa camuflada de política”, “negação dos valores espirituais do homem”, “é uma negação da liberdade, e por isso uma negação do homem”. Segundo o pensamento do episcopado tornava-se necessário, reforçar o ensino da doutrina católica, levando a igreja sul-mineira a intensificar o processo de diocesanização com criação de várias paróquias por toda a região. Os vigários também atuavam em sintonia com os bispos, criando associações católicas no interior das igrejas para fortalecer a piedade e a vivência segundo os princípios do catecismo católico.

Ao longo deste trabalho colocaremos em evidência o discurso da hierarquia católica condenando o liberalismo, o comunismo, o protestantismo e a maçonaria, vistos como inimigos da igreja e do cristão, por outro lado, destacaremos também as contradições da própria igreja católica se juntando aos liberais nos municípios numa composição de forças para abertura e manutenção dos colégios confessionais com currículos que contemplavam às exigências da sociedade burguesa cada vez mais voltada para a modernidade.

1.6 A presença maçônica e os atritos com a hierarquia da igreja católica no Sul de Minas

Analisar a presença da maçonaria no Sul de Minas não foi fácil devido à escassez de pesquisas de caráter científico sobre esta temática, o que nos levou a priorizar os jornais e revistas, suportes de memórias da época que deram um grande espaço às reflexões relacionadas à maçonaria²⁶. Buscamos nos jornais de circulação local e regional dados para produção historiográfica na área da história da educação sul mineira, considerando o caráter educativo desta relação entre imprensa e educação. A imprensa contribui para a compreensão do cenário político e social da sociedade que buscamos conhecer. É possível perceber mudanças que serão introduzidas no cotidiano da vida urbana e que foram registradas pela pequena imprensa. Pela compilação de dados e informações nos aproximamos do passado vivido, ainda que não tenhamos contato direto com os sujeitos envolvidos.

Angelina Bernardete Gatti (2002) analisando a construção da pesquisa em educação no Brasil, alerta-nos que o ato de pesquisar possui características específicas, como a busca de um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação e na compreensão da realidade. Dentre os variados métodos e teorias possíveis para serem adotados podemos produzir conhecimentos com consistência e plausibilidade. Cabe ao pesquisador fazer escolhas e interpretações dos dados e informações colhidas, consciente de que não existe dogmas ou modelos, porém existe sim a necessidade do pesquisador ser criativo e atento.

O uso de jornais como objeto da pesquisa histórica vem ampliando no país, porém precisamos atentar para não correr o risco de buscar num periódico apenas a confirmação, mas fazer uso destas fontes com procedimentos teórico-metodológicos rigorosos. O historiador “problematiza a narração” considerando o próprio acontecimento, conforme destaca Tania Regina de Luca (2005).

²⁶ Até o final do século XVIII, não existia no Brasil a maçonaria, entendendo como tal uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais (VIEIRA, 1980, p. 45). Todavia, o movimento maçônico então nascente logo assumiu um caráter nitidamente antimetropolitano, ou seja, engajado nas articulações de emancipação política da Colônia. Isso significa dizer que a luta pela emancipação esteve associada à expansão das ideias liberais e da própria maçonaria (BARATA, 1994, p.82-83).

Atentamos para os aspectos macrossociais, porém privilegiando o processo histórico de caráter regional e local. Os discursos veiculados na imprensa serão analisados em constante diálogos com o meio social de quem os produziu, filtrando as significações, conforme destaca Maria Helena Camara Bastos:

Como um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes que homogeneízam, modelam e disciplinam seu público-leitor. (BASTOS, 2007, p.152).

Os jornais condensaram ideias de diferentes agentes, inclusive dos bispos e outras autoridades políticas locais, com poder expressivo de “construção de consensos, de propaganda política e religiosa” (FARIA FILHO, 1996), que brotavam da dinâmica social local e regional em diálogos com a circulação de ideias no plano nacional. As instituições religiosas se servirão da imprensa para divulgação de seus serviços educacionais e também para buscar a visibilidade necessária junto à comunidade. Anúncios de abertura de escolas, exames públicos, concursos, exposições, formaturas, ocuparão espaços na imprensa. As lideranças religiosas e políticas, intelectuais, educadores, partidos políticos, aproveitarão da expansão da imprensa na região e proporcionarão grandes debates, dentre eles, os que apontam para a necessidade da instrução.

Os bispos sul-mineiros conduziram seus fiéis com muito zelo, alertando-os sempre dos inimigos da fé católica que ocupavam espaços cada vez maiores na região. Dentre estes inimigos estava a maçonaria que muito preocupava a hierarquia católica em todas as esferas do país. O acesso à literatura maçônica é complexo, devido a postura antimaçônica predominante nas reflexões publicadas nos periódicos da região, e também às limitações impostas às pesquisas nas lojas maçônicas por não pertencer à instituição. Uma significativa pesquisa sobre o tema foi elaborada por Alexandre Mansur Barata, intitulada *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. O autor aponta uma aproximação entre maçonaria e o pensamento liberal a partir do século XVIII, especificamente na França:

Essa noção, que identifica a atuação no século XVIII como instrumento de propaganda do pensamento ilustrado, passa a ser redimensionada, sobretudo com a publicação do trabalho de Maurice Agulhon, *Pènitents et*

francs-maçons de l'ancienne Provence. Segundo esse autor, no século XVIII, ocorreu uma identificação entre “sociabilidade” e “civilização”, expressa no crescimento do número de salões, cafés, clubes, academias. Para ele, a maçonaria era a instância mais conhecida e melhor estruturada dessa nova sociabilidade, que poderia ser considerada liberal, na medida em que veiculava as ideias da ilustração, e também porque sua existência se baseava no caráter associativo voluntário e livre (Agulhon, 1984, pp. 165-211). (BARATA, 1994, p.80).

No Brasil não foi diferente, a introdução da maçonaria assume “um caráter nitidamente antimetropolitano” (BARATA, p.82), o que fortaleceu os laços entre ideias liberais e a expansão das lojas maçônicas no país. Algumas lideranças políticas²⁷ na segunda metade do Império e início da República desempenharão papel importante na divulgação e consolidação da República Brasileira, como também na divulgação dos ideais liberais em vários setores da sociedade. Sua origem no Brasil se dá no início do século XIX, num momento em que o país recebia os impactos das revoluções burguesas, principalmente da Revolução Francesa, e no campo político os enfrentamentos entre conservadores e liberais que culminaria com a independência do país. A primeira loja maçônica se instalaria no Brasil reforçando o discurso de “rompimento com a metrópole”, conforme afirma Alexandre Mansur Barata:

De acordo com o Manifesto de José Bonifácio, publicado em 1831, a primeira loja maçônica regular no Brasil tinha o título de “Reunião” e foi instalada em Niterói, no ano de 1801. A Loja Reunião era filiada a uma Obediência francesa e praticava o Rito Adoniramita (13 graus). (BARATA, 1999, p.59).

Marco Morel no seu artigo intitulado *Maçonaria na luta*, destaca a relação desta associação com o ideário de modernidade política e a mobilização em torno da efetivação da autonomia política do país, e também registra a existência da loja:

Apesar das especulações em contrário, a Loja Reunião, do Rio de Janeiro, é comprovadamente a primeira a ser criada e a reunir-se regularmente no

²⁷ Joaquim Saldanha Marinho – Foi “deputado geral” no Império e senador no período republicano. Grão-mestre na maçonaria. Manoel Deodoro da Fonseca - Presidente da República. Quintino Bocayuva – Ministro de Estado (1901-1904). Nilo Procópio Peçanha – Presidente da República. José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) – Nomeado presidente do conselho de ministros em 1871. Ruy Barbosa de Oliveira – Deputado, senador e ministro. (**Maçonaria no Brasil**. Editora Escala, 2015, p.24-25).

Brasil, em 1801. Tal testemunho veio de um dos mais importantes líderes maçônicos, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), conhecido como “Patriarca da Independência” e que atribuiu a fundação desta “primeira Loja Simbólica Regular” no país, ligada ao *Grand Orient d’Ile-de-France*, à iniciativa de um misterioso “cavalheiro Laurent”, viajante no navio de guerra francês *Hydre*, que fazia a rota para a ilha Bourbon. Antes disso pode ter havido agremiações secretas não maçônicas. Ou, então, as que existiram foram tão clandestinas que não deixaram maiores rastros, atizando a chama da curiosidade de autores do século XX que, mesmo sem documentação, procuraram “evidências”, com destaque para a Conjuração Mineira de 1789, muitas vezes apontada como obra de maçons, da mesma forma que a Conjuração Baiana de 1798. (FIGUEIREDO, 2013, p.133-134).

Nos anos seguintes várias lojas seriam abertas no Rio de Janeiro e em outros Estados, principalmente após o retorno de D. João VI para Portugal, o que daria mais liberdade de ação aos maçons brasileiros, por defenderem a emancipação do país em relação a Portugal. A expansão das lojas para outros Estados foi muito acelerada, de maneira que em 1901 no Estado de Minas Gerais já totalizava 78 lojas²⁸ espalhadas pela capital e interior.

No Sul de Minas no final do século XIX já se instalava em cidades importantes, as primeiras lojas maçônicas, em 04 de outubro de 1884 na cidade de Itajubá, em Poços de Caldas a Loja Maçônica Estrela Caldense no dia 5 de dezembro de 1895,²⁹ e se intensificaria nas três primeiras décadas do século XX por toda a região. Os maçons saíam em defesa da razão e buscavam uma educação livre e laica. Neste contexto a igreja católica reagiria dando início ao processo de romanização do clero, com os bispos aumentando às condenações aos ideais liberais, colocando-se como portadores de um discurso conservador, evidenciando às diferenças e os constantes ataques à maçonaria. Vale destacar que a relação entre igreja católica e maçonaria esteve sempre marcada por conflitos, sendo o mais expressivo o ocorrido no ano de 1872³⁰, quando D. Vital Maria de Oliveira (Olinda) e D. Antônio Macedo da Costa (Belém), cumprindo determinações do Vaticano, suspenderam as irmandades religiosas por ter permitido a presença de maçons entre seus membros, o que resultou na prisão e condenação a serviços forçados dos bispos por ordem do Imperador. Os bispos popularizavam as orientações dos documentos

²⁸ Quadro 1 – Evolução do número de lojas maçônicas por estado (em quinquênios, 1861-1820). (BARATA, 1999, p. 75).

²⁹ LUDICE, Luiz Roberto; SCALVI, Helio Antonio. **Uma estrela fulgurante**: a importância da loja maçônica Estrela Caldense na história de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Sulminas Gráfica e Editora Ltda, 2010, p. 22.

³⁰ (MEIRA, Antonio Carlos, 1998, p. 142).

pontifícios entre os fiéis. A *Qui Pluribus* de Pio IX que exortava os católicos “sobre erros contemporâneos e o modo de os combater”:

2. Não vos é segredo, Veneráveis Irmãos que nestes nossos tempos calamitosos foi desencadeada uma guerra cruel e temível contra tudo quanto é católico, por homens que, unidos em perversa sociedade e imbuídos de doutrina malsã, fechando seus ouvidos à verdade, têm propalado e disseminado, por entre o povo, doutrinas falsas de toda espécie, provindas do erro e das trevas. Horroriza-se-Nos e se confrange o coração de dor, ao considerar os erros monstruosos e os múltiplos artifícios inventados para causar dano; as insídias, as maquinações com que esses inimigos da luz e obreiros ardilosos do erro, se esforçam por apagar toda piedade, toda justiça, toda honestidade; em depravar os costumes; em calçar aos pés os direitos divinos e humanos; em perturbar a religião católica e a sociedade civil e até mesmo arrancá-las pela raiz, caso lhes fosse possível. (Pio IX, 1952, pp.4-5).

Abordando os erros da época o Papa Pio IX colocava em evidência no documento *Syllabus*, complemento da *Encíclica Quanta Cura*, o perigo da maçonaria, quando endossa a reprovação desta sociedade, inclusive considerando-a uma “peste”, e exortava, portanto, os bispos a evitarem o “contágio” com os maçons que tanto “prejuízo causava às almas e detrimento da sociedade civil” (1951, p. 4). Assim sendo, os bispos sul-mineiros faziam a releitura destes documentos entre seus fiéis e por meio das cartas pastorais, dos jornais e panfletos, estendiam suas reflexões aos padres e aos leigos. O início do século XX, momento da expansão das ações do bispado no Sul de Minas coincide com a expansão das lojas maçônicas na região, gerando grandes debates na imprensa regional. Os embates entre igreja católica e maçons se manifestam bem antes da criação da primeira diocese. Com o objetivo de difundir as ideias maçônicas na sociedade sul-mineira, Guilherme Dias, da cidade de Machado–MG, funda o semanário intitulado *A Reforma* no dia 04 de janeiro de 1898. Este jornal receberia o mesmo nome do informativo fundado em Portugal em 1877, que teria como principal objeto levar seus leitores a refletir e agir por si só, sem interferência dos religiosos:

Fundamos a REFORMA – para que o povo leia, aprenda, medite, afim de, por si mesmo, agir, deliberar, independente de orientações estranhas, mais ou menos interessadas; para que a alma popular vibre noutra emoção que não a das praticas religiosas; para que o povo se liberte da influência

perigosa do **Jesuíta**, quebrando, por uma vez, o jugo da superstição e credences antiquarias para, melhormente, com mais critério e segurança, vigiar os seus direitos cívicos e pugnar pelas suas prerrogativas. (A Reforma, ANNO V, NUM. I, 4/01/1903, pag. 1).

O redator destaca a íntima relação entre os ideais republicanos e a maçonaria, unidos no combate aos inimigos do povo. Os jesuítas serão culpados pela ignorância e apatia geral que afetava os brasileiros. Ressalta que a “maldade está latente na alma negra do jesuíta, essencialmente egoísta e inimigo da liberdade”, sendo portanto, responsáveis pelo atraso em que se encontrava a sociedade brasileira:

Tem sido esta a historia da negregada COMPANHIA DE JESUS; tem sido esta a origem da sua supremacia absoluta e despótica. Convem-lhe a ignorância, porque esta gera o fanatismo e o fanatismo origina o mysticismo, e de mysticos e fanáticos se compõe o calendário dos *habitantes da corte celeste!* Eduque-se, pois, o povo; faça-se-lhe compreender que só uma religião é boa – a do Dever. Em synthese – a felicidade do povo, no gozo das máximas liberdades, pela Republica e pela maçonaria, tem sido a nossa norma, como jornalistas, e sel-a-há até ao fim. (A Reforma, ANNO V, NUM. I, 04 /01/1903, p. 1).

O jornal fará dura oposição ao informativo da diocese – *Semana Religiosa* –

Alerta! Exmas. Famílias do Sul de Minas! Lede a historia da França, da Hespanha e de Portugal, porque lá vereies um verdadeiro espelho a mostrar-vos quem é a canalha jesuítica. Conservae em vossa lembrança o facto que aconteceu ao ilustre mineiro Dr. José Calmon, se assim fizerdes, (A Reforma) ficará tranquila, não temendo o órgão official do bispo, a nojenta e repugnante *Semana Religiosa* a calumniar o nosso diretor, o honrado Padre Guilherme Dias, o luctador incessante pela paz, pela sancta religião que o sublime martyr do Calvario tantas vezes pregou. (A Reforma, ANNO V, NUM. I, 04/01/1903, p. 2).

Fatos contundentes envolvendo a hierarquia da igreja católica eram noticiados com destaque no jornal *A Reforma*. Francisco Burlamacchi escreverá um longo artigo para comparar as ações do Padre Corrêa Nery quando atuava em Campinas com suas decisões na condição de bispo no Sul de Minas.

Mas porque? Porque n'aquelle tempo, ele era o sacerdote brasileiro, era unicamente o filho de um homem do povo, mas de homem honrado. E hoje? hoje ele é o Bispo D. João Nery... o homem que foi a Roma e entrou em negociações com o Papa negro, com esse terror da liberdade de consciência, com esse sucessor do nefando Ignacio de Loyola, que mata em nome do amantíssimo e calmo Jesus... que quer novamente acender as fogueiras da Inquisição para impor as suas doutrinas satânicas – (crê ou morre). (A Reforma, ANNO V, NUM. I, 04/01/1903, p. 2).

Todavia, o bispo procurava orientar seus fiéis por toda região sul-mineira, visitando as comunidades e fortalecendo os laços com o poder local. Era bem recebido pelos católicos, conforme destaca o jornal *A Campanha*, órgão do Partido Republicano do município de Campanha:

E com verdadeiro desvanecimento e a mais intima alegria que vejo a alma campanhense contente, grata e agradavelmente impressionada com a presença augusta de D. João Nery, gloria do Episcopado Brasileiro, que com brilhantismo e inexcedível competência dirige os destinos da Diocese Sul-mineira. (A Campanha, Anno II, num. 65, 29/07/1902, p.2).

O jornal Monitor Sul-mineiro também destacará a alegria do povo em receber o bispo:

Tem hoje a legendaria Campanha – a joia do Sul de Minas- a insigne honra de receber a almejada visita do virtuoso Bispo D. João Baptista Corrêa Nery: ella reveste-se de todas as suas galas e os seus habitantes enchem-se de indissível prazer por tão faustoso acontecimento que por certo marcará uma época nos fastos d'esta velha cidade. (Monitor Sul-Mineiro, Anno XXX, num. 211, 29/07/1902, p. 1).

Aproveitando de sua receptividade junto aos fiéis e do crescimento da imprensa na região sul-mineira, os bispos incentivavam a publicação de impressos nas cúrias e nas paróquias de caráter regional nos quais faziam reflexões abordando temas doutrinários, visando orientar os fiéis na vivência dos princípios católicos. Os impressos colaboravam na divulgação do conteúdo das encíclicas e outras orientações dos bispados aos padres e leigos, reforçando a tentativa de intervenção no cotidiano dos católicos e aproximação do Estado.

O bispo através do jornal de sua diocese – *Semana Religiosa* – alertará o povo dos “perigos” da maçonaria, reforçando a tensa relação entre as duas instituições. Entendia que os católicos deveriam ser bem orientados e preparados para o possível enfrentamento com os maçons. Os bispos temiam a adesão dos católicos à maçonaria, portanto, destacavam:

A maçonaria não é apenas uma sociedade, mas uma seita que tem suas próprias ideias religiosas, muito diferentes da Religião Católica e contrários a ela. Não quer saber de religião sobrenatural e revelada por Deus, mas somente de uma religião natural, a < religião de humanidade > e admite como Lei Suprema e base de felicidade somente a moral natural. Admite um Deus, não o Deus uno e trino, creador do céu e da terra, mas o < arquiteto do universo >, já que para eles o mundo é eterno e não foi creado. (*Semana Religiosa*, 24 de março de 1921).

O texto escrito aponta a incompatibilidade com a doutrina católica, e relembra o povo da condenação imposta pela igreja, e proibição aos católicos, “sob pena de excomunhão de nela se alistarem”. Esta relação foi marcada por vários atritos entre lideranças maçônicas e hierarquia da igreja, oportunizando aos bispos a imposição de uma disciplina aos fiéis, proibindo-os de fazer parte desta instituição. A expansão da oferta da educação às moças da região fazia-se necessária para formar uma das pilstras do futuro lar, as mães. Assim sendo, todo esforço em abrir escolas se justificaria para ter o controle da sociedade e das instituições educativas. Investir na educação seria uma das mais eficientes estratégias dos bispos ultramontanos no Sul de Minas.

Nos próximos capítulos veremos como os currículos dos colégios vinham ao encontro das necessidades da política de romanização pregada aos sul-mineiros. A formação religiosa ocupava grande parte da carga horária dos colégios, atendendo aos anseios dos pais que confiavam no trabalho das freiras, considerado moderno e eficiente na formação das moças e na manutenção da ordem estabelecida.

1.7 Educação e escolarização no Sul de Minas

O início do período republicano é marcado por muitas reformas na área educacional. Todas as etapas do ensino passavam por reformas com a tentativa de atender

às pressões de parte da sociedade que almejava por espaços nas novas relações que se estabeleciam no mundo moderno em plena expansão. As elites sentiam a necessidade de prepararem seus filhos para as novas profissões e funções do mundo urbano materializando o discurso republicano voltado para o progresso. Assim sendo, a busca pela escolarização e instrução era defendida pelos intelectuais num processo de circulação de ideias que atingia o interior do país, forçando o governo a adotar políticas públicas voltadas para a instrução e escolarização. Um dos fenômenos marcantes desse momento foi a laicização do ensino público, aproveitando-se das oportunidades após a separação entre Igreja e Estado.

A legislação republicana³¹ voltada para a escola pública primária é de 1890, que dividia o ensino em graus, sendo a escola primária (elementar de 6 a 9 anos; média de 9 a 11 anos e superior de 11 a 13 anos), e a de segundo grau (3 classes de 13 a 15 anos).

Segundo Cynthia Greive Veiga, a gratuidade e obrigatoriedade para crianças de 7 anos aos 13 anos foram estabelecidas em 1872, cujos grupos escolares seriam implantados somente com a Reforma no governo de João Pinheiro (1906-1908). O ensino secundário de acordo com a Lei de 8/11/1890 (Distrito Federal) seria dividido em 7 anos.

As escolas normais receberiam a legislação (Distrito Federal) em 8/11/1890, e depois os Estados foram adaptando, a idade exigida foi de 15 anos e documento que comprovasse a conclusão do 1º. Grau. O curso seria distribuído em 5 anos e no final o professor ou professora estariam habilitados para lecionar no primário.

Analisando a educação em Minas Gerais VEIGA, dirá:

Destacou-se como reformador o jurista Francisco Campos. Em maio de 1927, como secretário dos Negócios do Interior do governo mineiro, ele organizou o I Congresso de Instrução Primária do estado de Minas Gerais, que precedeu as reformas realizadas no biênio 1927-1928. Além de introduzir os princípios da escola ativa. Campos criou a Escola de Aperfeiçoamento, um curso pós-escola normal de dois anos para especialização docente, enviou professoras ao Teachers College da Universidade de Chicago e trouxe mestres estrangeiros para ensinar de acordo com os parâmetros da Escola Nova. Em 14 de novembro de 1930, Francisco Campos foi nomeado por Getúlio Vargas para o recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e saúde Pública. Já como ministro,

³¹ Benjamin Constant – ministro da Instrução Pública lança o Decreto nº. 981 de 8/11/1890, propondo a criação de escolas normais. Código Epiácio Pessoa de 1901 apresenta normas para equiparação de escolas particulares. Rivadávia da Cunha Correia de 1911 estabelecia liberdade de ensino secundário e superior do ponto de vista didático e administrativo. Carlos Maximiliano de 1915 reorganizou o ensino. Rocha Vaz de 1925 tornaria os currículos escolares seriados. Francisco Campos de 1931 instituía o ensino secundário de sete anos. Capanema de 1942 dividia o ensino secundário em 2 ciclos.

criou o Departamento Nacional de Ensino, oficializado em 1º. De dezembro de 1930. (VEIGA, 2007, p.234).

Em 1946 o curso normal foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro com duração de quatro anos, voltado para formar professoras de ensino primário, e o segundo ciclo duraria três anos, formando professoras primárias para escolas normais. Na década de 1940 outras reformas menores visaram melhorar o ensino secundário. Cabia às escolas normais acompanhar as propostas apresentadas nas reformas. De 1942 até a aprovação da primeira LDB (1961) várias iniciativas foram popularizando o acesso à educação de forma gradual, controladas pelo Ministério de Educação e Saúde.

Vale destacar, que a Reforma do Ensino Primário realizada em 1906 no governo de João Pinheiro privilegiaria a instituição dos grupos escolares, que indiretamente se estenderia até às escolas normais de onde sairia as futuras professoras para atender às demandas das elites mineiras, num momento em que a constituição introduzia a eleição direta com voto dos alfabetizados para escolher seus representantes, sendo a maioria da população brasileira analfabeta³². Uma nova cultura escolar era pretendida em Minas Gerais com essa reforma, que dava destaque ao papel social da escola, cuja função seria educar e civilizar as novas gerações. A reforma partia da premissa de que os grupos escolares deveriam materializar os sonhos dos republicanos por uma nova nação, que fosse civilizada e capaz de implantar uma economia consistente nos moldes das potências capitalistas. Este movimento de afirmação da escola como instituição responsável pelo progresso e pela posição social dos indivíduos provinha da doutrina liberal, contribuindo para o denominado “entusiasmo pela educação” (NAGLE, 1976), e se estenderia até meados do século XX.

Muitas das fontes apontam a preocupação dos sul-mineiros com a instrução das moças e moços da região como condição para permanência da ordem e construção do progresso. Leonardo Saturnino da Veiga percorrerá todo o Sul de Minas para elaborar seu trabalho intitulado *Almanak sul-mineiro para 1884*, onde registra a preocupação com a instrução dos jovens e o número insuficiente de estabelecimentos de ensino para atender a procura das famílias:

A este respeito nunca serão demais as queixas e vigilância dos pais de família, imediatamente interessados na boa ordem e regularidade de taes

³² O percentual de analfabetos na sociedade brasileira no ano de 1900, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística era de 75%.

estabelecimentos, que cumpre sejam sempre regidos por cidadãos effectivamente habilitados, de costumes puros e escrupulosos no desempenho de suas atribuições. Supra a atividade dos particulares à acção que frequentemente falta da parte dos encarregados desse serviço – e poderemos obter resultados lisongeiros que a todo o paiz interessão. A instrução secundaria está suprimida, desde 1882, em quase todos os pontos em que existia, funcionando exclusivamente na Campanha aulas publicas no externato, em que são ensinados diversos preparatórios e na escola normal, destinada a preparar alunos para o magistério. Fóra disto, o ensino dessas matérias só póde ser obtido nos collegios particulares, de que adiante nos ocupamos. A falta de aulas secundarias é um embaraço para aquelles que desejão seguir estudos superiores, e entretanto folgamos em reconhecer que não é pequeno, relativamente falando, o numero dos que não se deixarão vencer por essa dificuldade. (VEIGA, 1884, p. 61-62).

A inquietação dos intelectuais já se manifestava no final do século XIX aproveitando a expansão da imprensa na região. No início do século XX a vida urbana nas principais cidades sul-mineiras exigia novos profissionais para atuarem nas funções específicas do comércio, bancos, instituições públicas e outras atividades do cotidiano das cidades. Assim sendo, a educação das mulheres deveria acompanhar as incursões de modernidade e inseri-las no novo contexto:

A mulher deve ser bela, deve ter graças e encantos. Nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou em dote a todas as filhas de Eva; mas todas podem ser belas. Belleza não é formosura nem lindeza; beleza é o resultado das graças; e toda a mulher bem educada póde ter graças; pode lh'as dar a educação, póde reprimir até defeitos do corpo, póde substituir a formosura e fazer linda a fealdade. (Monitor Sul-Mineiro, Campanha – MG, anno: XXXII, 25/12/1901, p.2).

A imprensa foi um grande espaço para divulgação da preocupação com educação do povo.

Nos tempos que passão não há felizmente necessidade alguma de se demonstrar a conveniência e vantagens da instrução e da educação. (Monitor Sul-Mineiro, Anno XXXII – Campanha, 10/10/1901).

A educação é incontestavelmente uma cousa imprescindível em toda gente. Muito infeliz é todo aquele que na sua infância não encontra quem se encarregue de sua educação guiando-o pela senda do bem e do justo. (Monitor Sul-Mineiro – 20/05/1905).

No início do século XX o magistério iria se constituir numa profissão para as mulheres. Esta atividade permitiria a inserção da mulher nas atividades de caráter público. Assim, o magistério se tornaria num “lugar de mulheres e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender” (LOURO, 2006, p. 471). O país experimentava a expansão da industrialização e urbanização, surgindo profissões e novas oportunidades de trabalho aos homens, conseqüentemente a sociedade abriria espaços às mulheres no magistério, aumentando cada vez mais a identificação do sexo feminino com a atividade docente.

Cristina Bruschini e Tina Amado analisando questões sobre o magistério, dirão:

Influenciada pela igreja católica, que dominava o ensino privado no país, a abertura de espaços para as mulheres no magistério visava antes a manutenção de princípios morais conservadores, contra a co-educação e a favor do contato das meninas com mestras no mesmo sexo, do que propriamente a real profissionalização da mulher. De uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria, daí diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido ao contato com estranhos – especialmente os do sexo oposto. (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 5-6).

Os bispos exortavam as futuras professoras a contribuir na missão evangelizadora e na escolarização, reconhecendo a importância da mulher como colaboradora da igreja dentro do lar diante de sua futura família, assim como na sala de aula diante dos educandos. Nos dias de festas, cerimônias com grande concentração de fieis eram momentos oportunos e eficazes para se colocar em prática a missão de pastor e pai espiritual, saudando e revelando o cenário futuro, “à semelhança de quem abre, com as mãos acolhedoras, o reposteiro que encobre um salão ou uma galeria repleta de magnificências, de brilhos e riquezas, de valores e preciosidades pictóricas, de opulências multiformes” (FARIAS, 1936, p.3). No discurso de colação de grau das professoras da *Escola Normal Sagrado Coração* na cidade de Alfenas, o bispo de Guaxupé, D. Ranulpho destacava:

Indo, achar-vos-eis, de continuo, a espalhar, à mão larga, benefícios sem conta, no regime das letras e das sciencias vulgares, dos são princípios, que predestinam os homens à felicidade terrena.

Indo, semearéis como o lavrador laborioso, os germens da honradez. Da elegância moral, que disciplina no solo fecundo de vossos discípulos ditosos.

Indo, construireis como obreiros a peritos, o edifício solido da formação de aquilatados valores.

Indo, qual a avezinha amorosa, urdireis, em cada menino diligente e apto, o ninho das melhores qualidades cívicas e patrióticas. (Discurso de D. Ranulpho da Silva Farias – Colação de Grau – 1933, p. 6).

A nova ordem passa a ser pregada pela intelectualidade num momento em que a circulação de ideias dava visibilidade aos intelectuais motivando reformas no Distrito Federal e em vários Estados brasileiros, tornando o sistema educacional objeto destas, exigindo o reaparelhamento do Estado e investimentos na instrução pública como condição para se chegar ao progresso. Muitos destes intelectuais ocupavam funções seja como técnicos, diretores da instrução pública, e tiveram as chances de implementar suas ideias “resumidas sob a rubrica movimento pela escola nova”, conforme destaca Mariza Corrêa (1988, p.18). A presença destes também se estendia à fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE)³³, conferências e aos congressos, que desde o início do período republicano se manifestavam e culminaria no Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932. O manifesto partia do pressuposto de que a ciência seria o caminho para se chegar ao progresso, e estavam engajados num projeto de modernização da escolarização, especificamente a pública, todavia este projeto implicava superar a influência religiosa. Assim sendo, o manifesto provocaria um grande debate em torno da escola pública, que deveria ser obrigatória, gratuita e leiga. Os cerca de 26 expoentes³⁴ pertencentes ao mundo intelectual brasileiro lançariam este manifesto que seria recebido por parte dos intelectuais como revolucionário, pois era palpável o caráter modernizador da própria educação.

Libânia Nacif Xavier (2002) entende que a modernização da sociedade segundo a visão expressa no manifesto, dependia de uma mudança de mentalidade de que só poderia ser desencadeada por meio da renovação educacional. O manifesto ressaltava a importância da instituição escolar na promoção do livre debate de ideias na difusão de novos valores e,

³³ Associação Brasileira de Educação fundada no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1924.

³⁴ Garcia de Rezende, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Nóbrega da Cunha, Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Edgard Roquette Pinto, Júlio de Mesquita Filho, Mário Casasanta C. Delgado de Carvalho, Atílio Vivácqua, Cecília Meireles, Raul Briquet, Armando Álvaro Alberto, Paschoal Lenime, Afrânio Peixoto, Raul Gomes, Nobrega da Cunha, J.G. Frota Pessoa, A. Ferreira de Almeida Jr., J.P. Fontenelle Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Edgar Sussekind de Mendonça. (XAVIER, Libânia Nacif, 2002, p. 8).

por fim, na formação de homens capazes de dar continuidade ao processo de modernização em curso.

As ideias circulavam nos espaços e lugares do mundo urbano, no qual a escola e imprensa propagavam suas concepções e padrões considerados ideais. O jornal *Gazeta de Pouso Alegre* na coluna, *Escrevinhando*:

O Brazil está fadado a desempenhar no concerto mundial papel muito saliente, já por sua posição geográfica, já por suas riquezas naturaes {...}. O Brazil também espera tudo de sua mocidade. É preciso que ella se una, que combata por todos os meios, sem tréguas nem quartel, as duras hydras que ameaçam nos tragar. É preciso que emprehenda uma cruzada santa em prol da instrução que a diffunda entre os 80 % de analphabetos que vegetam no nosso solo. Extinto o analphabetismo, está extincta a politicagem, pois que esta, como certos anaeróbios que só podem viver onde não podem viver onde não entra o oxygenio vivicador. Só pode medrar onde não penetra o sol sacrosanto da instrução. (*GAZETA DE POUZO ALEGRE, 27 de agosto de 1916, anno I, n.º.13, p. 2*).

Portanto, a construção da nação dentro dos princípios da nova ordem passava pela oferta da educação à mocidade, o caminho mais curto para se regenerar a massa de brasileiros, superando os entraves que impediam o país de atingir a condição de nação moderna e progressista. Políticos, intelectuais, religiosos, higienistas, engenheiros, professores e outros profissionais intensificarão os debates sobre a constituição da escola no país. A nação seria reconstruída, início do período republicano, após desgastes do regime monárquico, pelos palcos da escola e com o respaldo das ciências modernas, cada vez mais presentes nos currículos escolares.

Diante dessa problemática, os Estados da Federação passarão por várias reformas, conforme já destacamos, propostas por técnicos e intelectuais querendo a expansão da escola pública, obrigatória e laica. Todavia, o desafio seria a formação dos professores para ocuparem este novo quadro no magistério. Assim sendo, as escolas normais criadas no Sul de Minas no final do século XIX estavam em crise, e outras mantidas por particulares já não correspondiam às expectativas dos pais. Atentos a esta lacuna, e ciente que o Estado não seria capaz de resolver a curto prazo, a igreja investirá na abertura de colégios confessionais. Os currículos atenderão às imposições das leis, sendo as escolas obrigadas a receberem os inspetores escolares nomeados pelo governo. Portanto, os documentos escolares registram as visitas dos inspetores no cotidiano escolar e os relatórios emitidos

que certificavam todas as ações pedagógicas e administrativas dos colégios religiosos. Veremos que a parceria das irmãs com o poder local facilitará a aprovação e reconhecimento dos colégios, bem como os pedidos de ampliação e mudança de denominação.

CAPÍTULO II

2 - A DIOCESE DE POUSO ALEGRE E O PROJETO ULTRAMONTANO

Neste capítulo analisaremos a criação e consolidação da diocese de Pouso Alegre, e as ações dos bispos ultramontanos diante do processo de romanização em todo o Sul de Minas. Destacaremos a chegada dos colégios confessionais, bem como as relações dos bispos com as irmãs educadoras e a relação dos colégios com o poder local. Discutiremos também as contradições da hierarquia da igreja sustentando um discurso conservador frente às investidas da modernidade, todavia contraditoriamente, executava um currículo considerado moderno e progressista no interior dos colégios, atraindo meninas e moças em busca de instrução e formação religiosa.

Na busca por fontes primárias priorizamos o arquivo da arquidiocese de Pouso Alegre localizado na cúria. Encontramos um vasto material: cartas episcopais, correspondências dos bispos com os padres e leigos, livros de contabilidade, revistas comemorativas da diocese, e muitos jornais lançados desde meados de 1880 até a década de 2005. Após uma longa pesquisa, partimos para os arquivos do colégio confessional local e das cidades, Borda da Mata, Paraisópolis e Itajubá. Tivemos acesso às atas de notas, atas do cotidiano dos colégios, jornais regionais, atas de colação de grau, álbuns de fotografia, relatórios dos inspetores, grades curriculares, boletins de notas, regimentos internos, revistas e livros impressos nos colégios, e produções textuais de autores locais. Analisamos jornais do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo de Pouso Alegre, Centro Cultural Amilcar de Castro de Paraisópolis, Museu Municipal Wenceslau Braz de Itajubá, Biblioteca Pública Municipal Carolina Oriolo de Borda da Mata, Biblioteca Pública Municipal Ursulina Pitaguary de Ouro Fino e Biblioteca Pública Municipal Antonio Magalhaes Lisbôa de Itajubá. Pesquisamos também na Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre.

Nossas primeiras indagações foram referentes às ações do bispado. Que contexto o primeiro bispo de Pouso Alegre encontrou para configuração da diocese? Que relações a hierarquia católica estabeleceu com os representantes do poder local? A igreja se sentiu

ameaçada na fase de implantação do processo de romanização? Quais incursões da modernidade chegaram na cidade no início de 1900? Que currículo os colégios implantaram durante suas trajetórias? Qual a relação dos bispos e das autoridades políticas com a educação? Portanto, para responder estas questões e outras que surgiriam ao longo da pesquisa, iniciamos nosso estudo analisando a chegada do bispo na cidade e sua atuação ao longo dos anos.

2.1 A chegada do bispo e a implantação do processo de instrução

As relações entre bispo e religiosas no Brasil sempre foram marcadas por muita cumplicidade e espírito de cooperação. No Sul de Minas as congregações religiosas no início do século XX foram recebidas pelos bispos como as grandes colaboradoras no momento de criação e extensão das dioceses e do projeto de romanização num contexto em que as ideias liberais e os padrões burgueses representavam uma ameaça à igreja. O bispo considerado protetor das religiosas, oferecerá a infraestrutura necessária para implantação dos colégios, e as congregações tomaram para si a responsabilidade de educar as moças pertencentes à elite sul-mineira dentro dos princípios católicos e preservando a família ainda estruturada segundo o modelo patriarcal. Esta parceria se fazia necessária para que a igreja pudesse manter o povo fiel à tradição católica, e preparar as futuras professoras e mães tornando-as aptas para acompanhar o contexto de transição do mundo rural para o mundo urbano.

A cidade de Pouso Alegre cortada pelos trilhos da Rede Sul-mineira de Viação experimentava às incursões de modernidade. Vale destacar que por esses trilhos chegavam ao município os imigrantes italianos, espanhóis e portugueses trazendo recursos e novas técnicas que seriam aplicadas nas atividades industriais e no comércio local. Portanto, a cidade dava os primeiros passos para o crescimento urbano valendo-se da contribuição da imigração, ferrovias e do surgimento das pequenas indústrias. Estes três elementos foram responsáveis pelo surgimento de uma classe senhorial na região que aproveitando dos trilhos para escoamento de seus produtos foram acumulando capitais e constituindo uma nova classe que almejava os padrões burgueses. Estas famílias passam a buscar uma educação para suas filhas que fosse além do ler, contar e escrever. “Tornava-se imperioso

que elas soubessem ler, escrever, conversar, conhecer etiqueta, línguas estrangeiras, obras de gosto (tarefas de agulha), música, pintura” (AZZI, 2000, p.165).

A diocese seria criada nesta fase de transição para as famílias de posse e de perdas para a igreja no início do período republicano. Algumas regiões do país já possuíam a educação ministrada por religiosas de origem europeia em regime de internato. Riolando Azzi, destaca:

A congregação das Filhas da Caridade teve a precedência cronológica, tendo se instalado no Brasil em 1849; as irmãs de São José chegaram a Itu em 1858, e as religiosas de Santa Dorotéia iniciaram sua atuação educacional no Recife em 1866.

Os colégios das Filhas da Caridade foram os seguintes: Colégio da Providência, fundado em Mariana logo após a chegada das religiosas; colégio Nossa Senhora dos Anjos, fundado em Salvador em 1853; colégio da Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, em 1855, colégio da Providência de Pernambuco, em 1858; colégio da Imaculada Conceição em Fortaleza, em 1865; colégio Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, em 1867; colégio Santa Isabel, em Petrópolis, em 1868; colégio da Imaculada Conceição em Barbacena, em 1887.

Os colégios das irmãs de São José de Chambery foram todos fundados na Província de São Paulo: o colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Itu, o colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho em Taubaté e o colégio Nossa Senhora de Lourdes em Franca.

Finalmente, as irmãs Dorotéias fundaram o colégio São José de Recife e o colégio Santo Antônio de Belém do Pará. (AZZI, 2000, p.166-167).

A chegada do bispo seria determinante para a consolidação da diocese e introdução do processo de escolarização que atendesse aos anseios das famílias de posses da região. O cristianismo romanizado se expandirá pelos grotões do Sul de Minas valendo-se das práticas reproduzidas no cotidiano dos colégios, e do trabalho do bispado fiel às orientações do Vaticano, formando às meninas na prática das virtudes, preservando a ordem e a modéstia reproduzidas desde os tempos coloniais.

Ser professora era uma profissão aceitável considerando o conservadorismo das famílias de posse no momento de definir o futuro das filhas na vida pública. O projeto educativo desenvolvido nos colégios internos no país vinha ao encontro do projeto reformador pretendido pela igreja no momento de formação da diocese, e correspondia às expectativas dos pais frente ao desafio de formar suas filhas. Assim sendo, fortalecia cada vez mais a junção de forças entre igreja e família em prol da educação. A política ultramontana encontraria espaços nos palcos da educação e na imprensa regional,

preservando assim, os laços entre igreja e Estado, apesar dos impactos da separação sofridos após a Proclamação da República.

Os princípios reformadores têm suas origens nos documentos elaborados a partir do Concílio de Trento realizado no século XVI. Ao longo dos séculos os decretos foram sofrendo influências (AZZI, 2000, p. 271), principalmente do ultramontanismo do século XIX, todavia no início do século XX os trilhos da educação seriam os melhores caminhos encontrados pelos bispos para estruturar a diocese e garantir a fidelidade dos fiéis às diretrizes da igreja. Os internatos conseguiam cumprir seu duplo papel, ministrar as aulas com oferta das disciplinas que as ciências modernas exigiam, e a prática dos exercícios voltados para a elevação do espírito temente a Deus.

2.2 A criação da diocese de Pouso Alegre

A trajetória religiosa do povo de Pouso Alegre se inicia com a construção da Capela do Mandu. Historiadores das origens do povoado atestam que “Capela do Mandu” chegou até a denominar o próprio local, antes da efetivação do nome Pouso Alegre³⁵. Assim, podemos afirmar que o fenômeno religioso se manifesta entre os primeiros moradores e contribuiria para a construção da identidade do lugar.

A criação da freguesia do Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre, na capela chamada Mandu, autorizada pelo Príncipe Regente de Portugal daria uma nova dinâmica ao povoado, culminando com a solicitação ao bispo de São Paulo D. Mateus para criação de uma paróquia, o que foi concedido pelo Príncipe D. João VI através do *Alvará Régio* de 6 de novembro de 1810³⁶. O padre José Bento Leite Ferreira de Melo³⁷ tomaria posse como primeiro pároco em 5 de dezembro de 1811, realizando várias obras que possibilitaria a expansão da paróquia e progresso do povoado. Padre José Bento se destacaria também na

³⁵ Assim, a denominação primitiva de um lugar situado às margens de um rio piscoso, onde os viajantes exaustos faziam uma parada temporária para se refazerem de suas canseiras, teria que ser, naturalmente, Pouso do Mandu, nome que prevaleceu, a princípio, até a construção de uma capela no povoado, quando passou a ser conhecido, também, por Capela do Mandu. (GOUVÊA, 2004, p.22).

³⁶ Hei por bem erigir em nova capela digo em nova freguesia Colada a Capela do Sr. Bom Jesus do Pouso Alegre vulgarmente chamada de Mandú, desmembrada da freguesia de Santana do Sapucaí em o Bispado de São Paulo, e, mando o Ver. Bispo daquela diocese que fixa os limites a esta nova freguesia como lhe parecem próprios. (Livro do Tombo, p. 38).

³⁷ Nasceu na cidade de Campanha – MG, em 1785, onde fez os estudos primários. Animado pela vida sacerdotal, transferiu-se para São Paulo aos 20 anos de idade, a fim de completar seus estudos, notadamente, de filosofia, teologia e moral, residindo nesse tempo em companhia do prestigiado e influente bispo Dom Matheus de Abreu Pereira. (Em prosa e verso II. Coletânea da APL, 2005, p. 26).

política chegando inclusive a Senador do Império³⁸. Sua liderança contribuiu para a elevação de Freguesia³⁹ à Vila de Pouso Alegre em 13 de outubro de 1831, cedendo sua casa para instalação da primeira câmara.

A influência do Padre atingiria os próprios costumes da população local, cujos requintes da modernidade seriam introduzidos nas famílias e nas relações sociais por sua influência, conforme destaca Gouvêa:

O padre José Bento procurava introduzir nos hábitos da vida as etiquetas da fina sociedade da corte, e ele próprio, em bailes, figurava em comissões de recepção, fazendo timbre em revelar os seus dotes físicos, que eram de um belo homem. Promovia saraus artísticos, os quais despertavam o interesse e o gosto da população pela arte. Não deixou de influenciar também nos costumes, modificando aos poucos os hábitos da população, razão pela qual as famílias de destaque passaram a se vestir com apuro e a dar mais importância ao interior das casas, às peças de mobília e à decoração de paredes, com revestimento de papéis importados da Europa. Tinham em suas casas prataria, ricos talheres de mesa, e mantinham, para os seus serviços, um pajem vestido de libré. Seus lustres de opalina coloridos, seus cristais e baixelas de prata, demonstravam o requinte de luxo, importância e bom gosto dos senhores ricos da época. (GOUVÊA, 2004, p.45).

A cidade de Pouso Alegre a exemplo da cidade de Campanha se desenvolvia num ritmo acelerado graças às ações de seus líderes religiosos. Outro religioso Padre José Paulino de Andrade, vigário local, assumiria a execução do projeto de criação da Diocese de Pouso Alegre, quando recebeu de Dom Antônio Cândido de Alvarenga a nomeação em 10 de maio de 1899, para a função de “visitador diocesano da porção sul-mineira do bispado de São Paulo”. Este trabalho exigiria atuação do padre junto às duas jurisdições eclesiais, pois parte da região pertencia ao bispado de São Paulo e parte ao bispado de Mariana. D. Joaquim Arcoverde bispo de São Paulo, depois transferido para o Rio de

³⁸ Demonstrando uma tendência natural para a liderança política, e entusiasmado pelas ideias liberais que percorriam o país, o padre José Bento fundou em Pouso Alegre o Partido Liberal, iniciando assim a sua ascensão vertiginosa na carreira política, na qual prestou relevantes serviços à pátria. Nas eleições de 1821 às Cortes portuguesas, foi nomeado eleitor da paróquia de Pouso Alegre; eleito membro da Junta do Governo Provisório da Província, em 20 de setembro de 1821; mais tarde, membro do Conselho Geral da Província de Minas Gerais; deputado geral em três (3) legislaturas, de 1826 a 1834, e, finalmente, Senador do Império, no mesmo ano (8 de agosto de 1834). (GOUVÊA, 2004, p.29).

³⁹ O termo “freguês” servia para designar os paroquianos, que eram, nesse entendimento, “fregueses” do pároco. Contudo, popularmente falava-se em pertencer a uma determinada freguesia quando, de fato, se pretendia falar de se pertencer a uma determinada paróquia. (PARANHOS, 2012, p. 41).

Janeiro, e seu sucessor D. Antônio Cândido de Alvarenga se manifestaram favoráveis e deram às orientações necessárias para os preparativos que objetivavam a criação da diocese. Padre José Paulino iniciou uma campanha para adquirir os recursos necessários para instalação do bispado na cidade. Dentre as ações do padre responsável destacamos a instalação do Seminário Menor de Pouso Alegre para formação dos novos padres que atenderiam às paróquias na região, e as reformas na igreja que seria elevada à Catedral, além de outros estabelecimentos que comporiam a sede administrativa da nova diocese.

Cumprindo as tradicionais exigências, a Santa Sé Apostólica decide criar uma Sé Episcopal na região, conforme registrava o Decreto da Sagrada Congregação Consistorial – *Regio Latissime Patens*, 4 de agosto de 1900- de desmembramento e ereção do novo bispado de Pouso Alegre:

Manda, pois, Sua Santidade que a cidade chamada vulgarmente Pouso Alegre seja erigida como cidade episcopal, da qual a nova diocese receberá denominação, com seus direitos, honras e prerrogativas, dos quais usam e gozam outras cidades dotadas de Sé episcopal na República Brasileira e seus cidadãos. (Revista Diocese Centenária, 2000, p.8).

No mês seguinte chegaria a notícia na cidade, recebida pelo Padre José Maria Mendes, momento em que o Padre José Paulino se encontrava fragilizado, transferindo-se futuramente ao Rio de Janeiro para tratamento médico.

Não é nosso objetivo concentrar discussões sobre a diocese local, mas analisar sua trajetória destacando as relações estabelecidas entre bispado e poder local, as aproximações entre igreja e Estado, e acima de tudo analisar o lugar das congregações religiosas femininas na oferta da educação sul-mineira.

Fontes pesquisadas apontam a preocupação de lideranças do povoado com a educação ainda na condição de Distrito de Campanha, criando a primeira escola do arraial em 1818⁴⁰. Portanto, neste ano inicia-se a escolarização de parte da juventude local por

⁴⁰ Embora sem grandes recursos, Pouso Alegre não se descuidou, desde o princípio, da educação de seus filhos. Já em 1818 surgia a primeira escola do arraial, dirigida pelo padre João Damasceno Teixeira, nomeado pela câmara Municipal de Campanha, o qual exerceu o cargo até 1825. Pouso Alegre era, então, distrito de Campanha. Em 1824, o padre José Antônio dos Reis lecionava filosofia em 1835 funcionava um colégio para meninas, dirigido pela professora Izabel Bressane. Em 1849 criou-se na cidade uma cadeira de Latinidade e Francês, que foi exercida por Saturnino José de Carvalho. Em 1854, Félix Martins lecionava na cidade geografia e francês, e em 1866, Ferdinando Boeschtein e Daniel Ulmann, ambos suíços, fundaram o Colégio Bom Jesus para meninos, transferindo-o, em 1869, para São Paulo.

iniciativa de um membro da igreja. Outras experiências seriam vivenciadas na cidade, todavia com a chegada do primeiro bispo o município e região teriam a oportunidade de conhecer colégios que ofereciam formação que vinham ao encontro dos anseios das famílias de posses. A educação das moças estava entre as prioridades do bispado num momento de expansão de comportamentos considerados mundanos, ocupando espaços estratégicos, afinal o processo educacional que se iniciaria garantiria o controle da igreja sobre os novos lares que se formariam. Um dado modelo de educação das mulheres estava em jogo, assim, podemos afirmar que os valores pregados pela igreja correspondiam aos valores preservados pelas famílias tradicionais da região, garantindo assim, matrículas suficientes para permanência dos colégios. Conforme destacamos no capítulo anterior, neste momento a imprensa teria papel fundamental, divulgando o cotidiano dos colégios e propagando a importância da escolarização. As escolas femininas chegariam ao interior de Minas, configurando assim, as incursões de modernidade no Sul de Minas.

Padrões de comportamento seriam repassados às moças nos colégios internos, o que poderia reafirmar os privilégios e as posições de destaque destas famílias na região. As futuras mães educariam suas filhas na perspectiva da doutrina católica considerada imprescindível na formação do caráter da mulher e manutenção da estrutura social. Estes padrões burgueses chegavam às famílias do interior como sinônimos de civilidade, norteando os currículos dos colégios sob o comando das irmãs orientadas pelo bispo.

2.3 Primeiro bispo da diocese: Dom João Corrêa Nery

João Batista Corrêa Nery natural de Campinas SP com apenas 23 anos foi ordenado padre, assumindo a coordenação de paróquias com muito dinamismo. Em suas primeiras experiências como vigário pregou devoções aos fiéis incentivando-os a participarem de associações, conferências e atividades caritativas. Em pouco tempo seu trabalho seria reconhecido na cidade recebendo o título de cônego. A ascendência do cônego ficou ainda

Com o decorrer dos anos surgiram novas iniciativas no setor da instrução, como a fundação do Colégio São Sebastião para meninos, e o Colégio Nossa Senhora das Dores, para meninas (1872). Outros colégios, de duração efêmera, se sucederam, até que em 1880 surgia o Colégio Mendonça, notável educandário dirigido pelo professor Antônio Francisco Furtado Mendonça, que se tornaria o mais afamado colégio de seu tempo em todo o Sul de Minas. (GOUVÊA, 2004, p. 67).

mais destacada quando em 01 de novembro de 1896 com apenas 33 anos seria sagrado bispo, assumindo a diocese de Vitória no Espírito Santo.

D. Nery colocando em prática o projeto reformador convida congregações religiosas para auxiliá-lo na educação e outras obras assistenciais⁴¹. Porém, o clima da região não era muito favorável a sua saúde, forçando sua transferência para a recém criada diocese de Pouso Alegre. O que de fato aconteceu foi que Dom Nery estava realmente doente. Por isso, necessitava de um clima ameno. Vitória não lhe servia pela sua temperatura escaldante que o obrigou a pedir licença de seis meses em Campinas, sua terra natal (CARVALHO, 1981, p. 51).

Sua trajetória nesta diocese é marcada por muitas realizações:

A 19 de julho de 1901, chega festivamente a Pouso Alegre, vindo de Campinas, o Exmo Sr. D. João Batista Corrêa Nery, que tomou posse da diocese no dia 21, entre grandes manifestações de júbilo. (Revista Diocese Centenária, 2000, p. 18).

Foi com lágrimas de alegria que milhares de católicos saudaram a chegada do bispo a Pouso Alegre, no histórico dia 20 de julho de 1901. Dom Nery vinha de Campinas, cidade que o viu nascer a 6 de outubro de 1863 e consagrar-se à vida religiosa em 1886. A comitiva episcopal viajou em trem especialmente cedido pela Companhia Mogiana. O desembarque do prelado na estação ferroviária pouso-alegrense, por volta das 17 h, ocasionou uma verdadeira explosão de euforia: amalgamavam-se os sons da aclamação popular, dos fogos de artifício, da exibição de três corporações musicais, das badaladas dos sinos. Ao caminhar entre arcos trinfais, o bispo ouvia constantes vivas enquanto crianças vestidas de anjos coloriam o horizonte arremessando flores. (Revista Arquidiocese de Pouso Alegre: 50 anos, 2012, p. 19).

Dentre as atividades de seu bispado, priorizaria a busca pela oferta da educação criando e assumindo o comando de escolas e institutos, o que destacaremos ao longo deste capítulo. Todavia, merece atenção a relação do bispo com a imprensa. A aproximação com a imprensa marcará toda sua trajetória, desde o começo de sua vida como sacerdote em Campinas, quando fundou dois jornais a *Verdade* e o *Círculo de São José*, até os últimos

⁴¹ Ateneu Diocesano foi o Colégio fundado por Dom Nery em Vitória do Espírito Santo, com o apoio do Governo. Fundou também outros Institutos de Educação, que foram instalados nas principais cidades do Estado, também com o apoio do Governo. (CARVALHO, Augusto José de. **Uma vida dedicada à Igreja em Pouso Alegre**. Pouso Alegre: Tipografia Escola Profissional, 1981, p. 40).

dias de seu bispado. Esta questão nos remete à importância da imprensa local e regional, tal qual destaca John Wirth:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o debate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos (...) os números de jornais (quase sempre efêmeros) dedicados à literatura e ao humor estavam em segundo lugar dentre as publicações de interesses especializado, depois da imprensa religiosa. (WIRTH, 1982, p.131).

Estes jornais surgiram por todo o Sul de Minas, principalmente em Pouso Alegre a partir da segunda metade do século XIX, conforme destacamos no capítulo anterior. Percebendo a eficácia destes, no ano seguinte à sua posse o bispo colocaria em prática várias ações que implementaria o projeto ultramontano junto aos fiéis, abrindo um grande debate com os liberais em nível regional. Inicia a publicação do jornal “Semana Religiosa”, valendo-se da contribuição da imprensa, para aproximar-se do povo, difundindo doutrinas e concepções educacionais. Este jornal seria um dos grandes instrumentos usados pela diocese para divulgação do ideário cristão, combater às ideias liberais, ao protestantismo, ao comunismo e à maçonaria:

A 1º. De janeiro de 1902, começou a publicar-se o órgão católico da Diocese – “Semana Religiosa”. A semana Religiosa, desde o seu primeiro número, quase sempre sob pseudônimo, publicava artigos valiosíssimos do Padre Octavio. Usava o pseudônimo porque por força de seus cargos de Chanceler da Mitra, depois Secretário do Bispado, achava conveniente ocultar-se, a fim de não trazer complicações aos mandatos oficiais. (CARVALHO, 1981, p. 71).

D. Nery dará continuidade a reforma iniciada por D.Viçoso⁴². Implantação e reestruturação dos seminários existentes, criação de associações católicas, abertura de

⁴² Dom Antônio Vicente Ferreira Viçoso. Religioso lazarista veio de Portugal para fundar missões no Mato Grosso. Foi indicado bispo de Mariana por D. Pedro II no dia 12/01/1844.

colégios internos, visitas pastorais e propagação dos ideais católicos pelos meios disponíveis. A preocupação com a formação dos futuros padres fazia parte das prioridades do bispo, assim como o cuidado com o comportamento dos sacerdotes diante de seus rebanhos. Antes de sua posse D. Nery fez uma visita em algumas casas paroquiais para se inteirar da diocese e refletir com alguns padres sobre seus comportamentos considerados impróprios, e que escandalizavam os fiéis, tentando assim, moldar seu clero nos padrões tridentinos:

Dom Nery voltando do Espírito Santo, quis incógnito conhecer ao menos alguma parte de sua nova diocese. Vestido de batina preta sem insígnias, sem cruz peitoral e sem o seu solidéu, viajávamos eu e ele como dois padres amigos. Exigiu que eu o tratasse de Padre João apenas, a fim de evitar suspeitas.

Inteirado de que em Santa Rita era o pernoite do trem que ia ligar à Estrada de Ferro Mogiana, na Estação Sapucaí, resolveu fazer uma visita ao Padre Carlos Cerqueira. Às 22 horas de uma terça-feira, sempre incógnito, chegamos Dom Nery e eu à Santa Rita. Na estação um maleiro nos acompanhou, atravessando a velha ponte de madeira, até à casa paroquial. O vigário não estava. Informou-nos Felício, o preto velho que lhe fazia companhia que ele só chegava em casa depois da meia noite. Como sempre, estava jogando truque com os amigos. Paciência. O preto nos mandou entrar. Trouxe um café requentado com biscoitos duros, mas que devoramos com gosto, visto estarmos sem o jantar....

À meia noite chegou o Padre Carlos Cerqueira...

Não repreende o jovem padre, mas mostra-lhe apenas que estava, como outros seus colegas que por ali passaram, já atolado no lamaçal dos vícios, que tanto denegriam a sua reputação e que tantas decepções traziam à S. Madre Igreja. (CARVALHO, 1981, p. 56).

O bispo mesmo antes de tomar posse já se inteirava dos desafios de sua diocese, e conduzirá seu rebanho sempre fiel às orientações da Santa Sé e às tradições ultramontanas. Fazendo uso de mecanismos que facilitassem o controle da diocese, estruturou seu bispado num diálogo constante com os representantes do poder local, valendo-se das vantagens desta relação em benefício das obras voltadas para a educação e para a assistência social. D. Nery manteve relações com políticos locais, regionais e nacionais, estreitando os laços entre igreja e Estado no Sul de Minas:

Em 1905, Júlio Bueno Brandão, criou em diversas regiões do Estado as “Escolas Agrícolas” para meninos carentes de amparo social. Uma delas

foi reservada para Pouso Alegre na “Colônia Agrícola da Faisqueira” e com o nome de “Escola Agrícola Francisco Sales”. Adquiriu-se, então a antiga fazenda de propriedade do Sr. Francisco Sandy e o Sr. Julio Brandão grande amigo de Dom Nery deu ao Bispado a direção da referida Escola Agrícola. Competia, pois, ao Bispo nomear seu diretor. (CARVALHO, 1981, p. 68).

As elites da região necessitavam de formação, e a imprensa era porta-voz destes anseios dos “homens de bens”, preocupados com a inserção de suas filhas no contexto considerado moderno. D. Nery em março de 1902 abre a Escola Diocesana que acolheria meninos pobres da cidade para receber a instrução primária, porém, seu trabalho se voltaria também para os representantes do poder político e econômico local com quem manteria fortes parcerias durante seu bispado. No campo religioso convidaria os padres missionários da Congregação Filhos do Imaculado Coração de Maria – Padres Claretianos – que dariam assistência espiritual ao povo e às religiosas de sua diocese. E na área educacional, correspondendo às expectativas da sociedade local e às necessidades do projeto romanizador, convidaria as Irmãs da Visitação, de origem europeia para assumir a educação das moças filhas dos homens de posses.

As religiosas concentrarão forças nas instituições educativas voltadas para à burguesia rural, correspondendo plenamente ao apelo do bispo, conhecedor da competência das congregações na formação intelectual, moral e religiosa das mulheres. O bispado irá combater a concepção liberal dos republicanos e a laicização do Estado, e por outro lado tentará manter a religião como fio norteador do povo contando inclusive com o apoio das autoridades locais. Consideramos esta questão bastante específica do Sul de Minas.

As transformações socioeconômicas chegavam na região em ritmo lento, comparada às regiões dos grandes centros, favorecendo a atuação da igreja que permanecerá muito próxima do poder político. Os dois poderes, religioso e político, permanecerão em estado de cooperação, preservando a ordem vigente e o respeito às autoridades locais. Esta união de forma não jurídica dos poderes permitirá à igreja presença marcante junto às famílias no Sul de Minas. Os colégios religiosos femininos irão materializar a junção de forças, colocando a igreja no topo da organização social. As duas primeiras décadas do século XX assistirá a uma recuperação por parte da igreja de seu prestígio junto à população, no auge de sua expansão em nível nacional, tornando possível

a política de romanização, principalmente na região sul-mineira tradicionalmente católica e conservadora.

Dentre as primeiras realizações marcantes do bispado de D. Nery destacaríamos a acolhida aos missionários claretianos e às Irmãs da Visitação – monjas visitandinas – do Mosteiro da Visitação de Santa Maria, primeira congregação religiosa feminina que atuaria na educação na região sul-mineira.

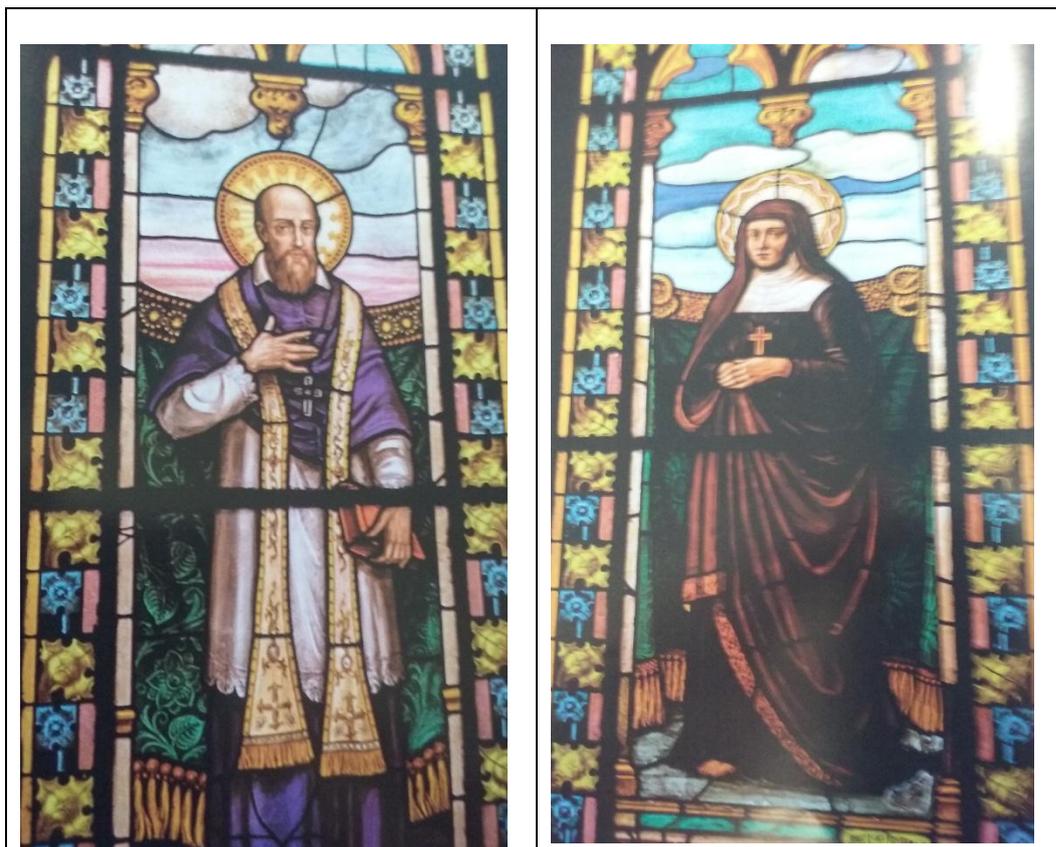
2.4 Colégio da Visitação de Pouso Alegre: Ordem da Visitação de Santa Maria

Esta ordem foi fundada por São Francisco de Sales, bispo francês, doutor da igreja, nascido em 21 de agosto de 1567, e por Santa Joana Francisca Fremyot de Chantal, francesa, nascida em 23 de janeiro de 1572. Os fundadores⁴³ objetivavam “dar a Deus filhas de oração, tão interiores que possam ser julgadas dignas de O adorar em espírito e em verdade” (Livro em comemoração ao centenário do mosteiro, 2015, p. 45).

No dia 6 de junho de 1610, Joana Francisca seguindo as orientações do bispo Francisco de Sales, junta-se a Carlota de Brechard, Jaqueline Favre e Ana Jaqueline Costa para dar início à Ordem. O próprio Francisco será o mestre das noviças, preparando-as para a vida religiosa. O cotidiano do colégio vai sendo construído “por amor e nada por força” (São Francisco de Sales. Testemunha do amor. Vida e mensagem. São Paulo: Mosteiro da Visitação, 2014, p. 61). Em 1618 a ordem receberia a aprovação oficial, segundo as leis do Concílio de Trento. Em pouco tempo se estenderá por vários países. Hoje encontra-se em 33 países com 147 mosteiros.

⁴³ São Francisco de Sales. Patrono da boa imprensa dos jornalistas católicos e dos surdos-mudos. Recebeu do Beato Papa Paulo VI o título de “Doutor do amor Divino”. Humanista devoto, doutor em direito civil e direito canônico, místico e escritor, foi sobretudo uma testemunha do Amor.

Santa Joana Francisca de Chantal. Chegou à perfeição em todos os estados de vida: filha exemplar, esposa e mãe notável, viúva duramente provada, religiosa, já em vida considerada santa. Fundadora da Ordem da Visitação de Santa Maria, juntamente com São Francisco de Sales. Deu grande expansão à Ordem. (Livro em comemoração ao centenário do Mosteiro da Visitação de Santa Maria de São Paulo – SP, Brasil. Irmãs visitandinas: São Paulo, 2015, p. 8).



(São Francisco de Sales)

(Santa Joana Francisca)

(Figura 3- Fonte: *Mosteiro da Visitação Santa Maria: 1915-2015. 100 anos de presença orante em São Paulo*)

A ordem primeiramente manteria contato com o Monsenhor Macchi, Núncio Apostólico do Brasil, manifestando interesse em instalar-se no país. Este representante do Vaticano no Brasil indicaria a diocese de Pouso Alegre para uma futura instalação.

D. Nery recepcionaria as Irmãs Visitandinas em sua diocese, e de imediato lhes confiaria o comando do colégio para meninas. Nossas pesquisas sobre este colégio estão centradas nos jornais de caráter local e regional.

No dia 30 de março de 1902 partiriam do Uruguai a superiora Irmã Maria Eugênia de Lavalle, irmã Maria Madalena Sánchez e uma noviça Maria Bernarda Débias. Passaram por Santos, Campinas até chegarem de trem em Ouro Fino – MG, onde pernoitaram. Desembarcaram em Pouso Alegre no dia 8 de abril de 1902, recebidas na estação, conforme destaca os jornais, com manifestação de muita alegria por parte da população. A pé, conforme destacam os jornais, atravessaram a avenida chegando à catedral para diante do

sacrário renovarem sua fé e entregar à missão de Cristo por meio da vivência religiosa. No dia 12 de abril partiria do Uruguai a segunda turma de irmãs, Maria Isabel Dutra, assistente, Maria Elena Hellot e Ângela Coubaret juntando-se às demais, pois em 1 de junho abririam as portas do colégio externato numa casa alugada no centro da cidade. No ano seguinte receberiam as primeiras internas, iniciando assim, a oferta da educação às moças pertencentes à elite local. As disciplinas oferecidas no colégio contemplavam as novas necessidades de formação das mulheres que precisavam adquirir os padrões de comportamentos burgueses, inclusive aprender língua estrangeira. As alunas eram submetidas aos exames finais sempre diante de uma autoridade, legitimando suas conquistas e aproximando as futuras professoras dos homens de comando da sociedade local.

Desde o dia 9 tem-se realizado neste importante collegio os exames annuaes das alumnas externas, com optimos resultados. Dias 10 e 11 as alumnas foram examinadas em catechismo, portuguez, francez, geografia, historia do Brasil e historia natural. (*Jornal Correio Sul-Mineiro*, Pouso Alegre, 12/11/1904).

Este importante estabelecimento de ensino dirigido proficientemente pelas exmas. Irmãs da Visitação, encerrou no dia 12 do corrente os trabalhos do anno lectivo. Nos dias 10, 11 e 12 realizava-se os exames finaes das alumnas externas, presididos pelo Exmo. sr. bispo diocesano. (*Jornal Correio Sul-Mineiro*, Pouso Alegre, 19/11/1904).

O bispado ajudaria as irmãs na procura por um terreno para a futura construção do colégio. Uma chácara próxima ao centro da cidade com cerca de 12 hectares na parte sudoeste foi adquirida. D. Nery coordenaria a construção do colégio. O prédio seria planejado pelo engenheiro José Piffer, para receber cerca de 200 alunas internas, algumas de outros municípios. O colégio possuía na sua fachada principal 50 metros por 12 metros de largura. As laterais mediam 20 metros de comprimento. Após a porta central, ao lado direito acham-se cinco salas para o externato e corredores, e ao seu lado esquerdo portaria, refeitório e cozinha. Eram dois pavimentos, sendo que no primeiro andar encontravam-se as salas do internato, os dormitórios e as celas das irmãs. No segundo andar provisoriamente abrigava a capela do colégio. Uma construção ampla com portas e janelas que permitiam boa ventilação, uma “reconhecida salubridade é um socego para os paes das alunnas”. (*Jornal Correio Sul-mineiro*, Anno I, nº. 21). Possuía corredores espaçosos, área de lazer, e outras dependências semelhantes aos colégios europeus construídos na segunda

metade do século XIX. Frequentar este colégio seja em regime de internato ou externato proporcionava distinção entre as moças da cidade, conferindo *status* junto à sociedade local.



(Figura 4 – Álbum de fotografias. Arquivo Mosteiro de SP).

Em 24 de dezembro de 1904 antes mesmo do término das obras, mudaram para o Colégio construído na chácara, localizada próximo ao centro, facilitando a caminhada das alunas até suas dependências, como também permitindo sua visibilidade:

Este conhecido e acreditado collegio acaba de ser transferido para o prédio próprio, já em grande parte no dia 6 de janeiro p.
Em companhia do distinto engenheiro sr. José Piffer, sob cuja habilíssima direção está sendo construído aquelle bello edificio, e para tal fim especialmente convidados, fizemos há dias uma visita ao Collegio da Visitação. (Jornal *Correio Sul-Mineiro*, 24/12/1904).

Uma construção grandiosa, que contrastava com a simplicidade da maioria das casas do município. Hoje, esta construção acolhe o 14º. GAC do exército brasileiro. Os grupos escolares e colégios construídos neste período, início da República, sofrerão influências da visão republicana que via na educação o caminho mais curto para se chegar

ao progresso. Aproveitando a capacidade representativa da arquitetura, arquitetos, higienistas, engenheiros e outros profissionais materializarão nas construções desde meados do século XIX a dimensão monumentalidade, “neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular” (FILHO; VIDAL, 2000, p. 24). Os jornais locais noticiavam com ufanismo a presença do colégio na cidade, e evidenciava sua beleza que poderia ser vista por todos os pousoalegrenses:

O novo e elegante edifício em que já se acha funcionando o acreditado e importante Collegio da Visitação, está situado num dos mais aprazíveis airabaldes da nossa cidade a sudoeste, dominando esplendido panorama. O local não podia ser melhor nem mais próprio para um internato, trahindo logo o espirito observador e fino que presidiu sua escolha. Do edifício, domina-se toda a cidade e de muitas pontes desta, avista-se o edifício, que attrae logo a atenção pela sua imponência e beleza, impressão essa que em nada é prejudicada, ao contrario, que sobe de ponto, ao contemplarmol-o de perto. (Jornal *Correio Sul-Mineiro*, Pouso Alegre, 31/12/1904).

O esplendido edifício do colégio das Irmãs da Visitação na rua das Flores, no Rosário, com capacidade para mais de duzentas alumnas internas e ilimitado numero de externas, está colocado de maneira a garantir não só o mais satisfactorio e perfeito arejamento do collegio, como também a completa e bem combinada iluminação das classes, do refeitório, dormitório e outras dependências desta importantíssima instituição de educação, ensino e religião. A salubridade é notável sobretudo, e quem se lembrar da grande diferença que se observa em todo o pessoal do Collegio no edifício antigo e novo, há de ver que o melhoramento é tão grande, com a mudança para o Rosário, que não é fácil a comparação. (Jornal *Correio Sul-Mineiro*, 01/04/1905).

O número de alunas do colégio crescia, assim como seu significado junto à sociedade local. Ciente de seu papel na região, o bispo intensificará seus contatos com as autoridades na capital mineira para equiparação à Escola Normal do Estado. Este processo foi rápido, devido as boas relações do bispado com as autoridades. Inicia-se com a visita do inspetor de ensino:

Commissionado pelo governo do Estado, o sr. Major Estevam de Oliveira, nosso ilustre colega do *Correio de Minas*, de Juiz de Fóra, fez ante-hontem a visita de inspecção ao Collegio da Visitação, ficando bem impressionado. Como se sabe, essa visita prende-se à projetada equiparação daquelle collegio à Escola Normal do Estado. (Jornal *Correio Sul-Mineiro*, Pouso Alegre, 20/04/1905).

Cinco meses após a inspeção no dia 7 de setembro de 1905 o decreto da equiparação seria publicado, aumentando ainda mais o prestígio do colégio na região, e garantindo a profissionalização das futuras formandas. Este documento reconhecia oficialmente o trabalho das irmãs equiparando o Colégio da Visitação ao Colégio Normal do Estado de Minas Gerais.

Por decreto de 15 do corrente mês, foi equiparado às Escolas Normaes municipaes o Collegio da Visitação, acreditado estabelecimento de ensino desta cidade. É mais um grande serviço que Pouso Alegre fica devendo à esforçada iniciativa de D. João Nery, nosso ilustre prelado, à boa vontade estadual e, de um modo particular, do digno sr. Secretario do interior, dr. Delfim Moreira, cuja dedicação pelo ensino publico é bem conhecida e geralmente louvada. (*Jornal Correio Sul-Mineiro*, Pouso Alegre, 24/09/1905).

O *decreto n.º 1960* de 16 de dezembro de 1906, assinado pelo presidente do Estado, João Pinheiro da Silva, daria as instruções para os cursos primário e normal no Estado de Minas Gerais. Pelo decreto o governo regulamentava a instrução primária e normal no Estado de Minas. Vinha orientar e estabelecer “a preferência da professora para o ensino primário”. Considerava o magistério uma excelente oportunidade às mulheres mineiras de opções de trabalho, “abrir à mulher mineira uma carreira e proporcionar-lhe ensejo de ser útil à Pátria”. Reconhecia a capacidade da mulher de cultivar o espírito das crianças, sem os desvios do espírito. O ensino normal seria dividido em três anos e teria como principal objetivo a preparação prática das professoras, conforme Art. 113:

1.º. Anno – portuguez, arithmetica, desenho, musica, trabalhos de agulha.
 2.º. Anno – portuguez, francez, geometria, geografia, historia, educação moral e cívica, musica, desenho, trabalhos de agulha.
 3.º. Anno – noções geraes de physica, chimica, historia natural e hygiene, arithmetica, comercial, escripturação mercantil, musica, desenho, trabalhos de agulha. (*Decreto n.º 1960*, 1906, p. 172).

Após os três anos de estudos o colégio conferia o diploma de normalista às formandas, que poderiam iniciar na profissão do magistério primário nos reduzidos grupos primários de responsabilidade do Estado ou em escolas particulares coordenadas por

congregações religiosas que se espalhava por várias cidades do Sul de Minas. No ano de 1908 a primeira turma de normalistas seria diplomada:

No tocante à educação das jovens pouso-alegrense e outras vindas de São Paulo, Rio de Janeiro e cidades vizinhas, as irmãs formaram verdadeiras educadoras, mulheres notáveis que tão bem orientaram a sua descendência. A primeira turma do colégio se diplomou no ano de 1908. (TOLEDO, 1997, p.58).

Este momento coincide com a feminização do magistério. Os homens começariam a ocupar outras funções como direção, inspeção, supervisão, delegados de ensino, abrindo espaços para as mulheres no magistério primário. Recebendo o diploma estariam aptas para o exercício do magistério, atuando na perspectiva da disciplina e da ordem estabelecida. A atuação das mulheres fortalecia as representações acerca do próprio magistério como uma profissão feminina.



(Figura 5. Fonte: Arquivo da Congregação – SP).

O internato prosperaria, todavia, o Papa Pio X lançaria um documento solicitando que todas as congregações de caráter contemplativo deveriam encerrar suas atividades educacionais e dedicar exclusivamente à vida de oração e adoração no interior dos mosteiros⁴⁴. A última turma seria diplomada em 1910. Este documento forçaria a transferência das irmãs visitandinas para São Paulo, e o bispo a articular de imediato outra congregação para assumir a direção do colégio.

D. Nery também deixará a diocese de Pouso Alegre. Desde 1889 que sofrera com os efeitos da febre amarela contraída em sua terra natal, Campinas. Nos últimos anos os sintomas da doença aumentaram, e já era desejo do bispo retornar à sua terra para tratamento médico. Coincidentemente sairia o Decreto de ereção do bispado com sede em Campinas, e acompanhando este a Bula Pontifícia transferindo de Pouso Alegre, D. João Batista Corrêa Nery como primeiro bispo da recém criada diocese. Assim sendo, em 30 de outubro de 1908 D. Nery deixava a diocese de Pouso Alegre, seu sucessor seria seu próprio bispo auxiliar, Dom Antonio Augusto de Assis, tomando posse no bispado em 17 de novembro de 1909.

2.5 De Dom Antônio Augusto de Assis a Dom Octavio Chagas de Miranda: preocupação com a educação e formação religiosa

D. Assis sofrera influências de seu antecessor, portanto fez uma administração nos moldes do ultramontanismo, apesar dos sérios desafios deixados por D. Nery. Assumira o bispado sabendo que as irmãs Visitandinas deixariam a direção da Escola Normal. A educação das moças estava entre as prioridades de sua administração:

Sua Excia. dedicou-se particularmente com grande empenho, a melhorar a situação financeira da Diocese e obter sacerdotes para o serviço paroquial e irmãs para a educação e formação da juventude feminina. Para conseguir

⁴⁴ Quando sua Santidade, o Papa Pio X, publicou o Breve que aconselhava as Ordens Contemplativas a encerrarem suas atividades em colégios, pensionatos, etc, nossas irmãs acataram humildemente a solicitação do Sumo Pontífice. (**Livro em comemoração ao centenário do Mosteiro da Visitação de Santa Maria de São Paulo-SP, Brasil**. São Paulo: irmãs Visitandinas, 2015, p. 53).

este último objetivo, partiu para a Europa em 22 de outubro de 1910, regressando a 17 de janeiro de 1911. (CARVALHO, 1981, p. 81).

O projeto de romanização desenvolvido por D. Assis o aproximaria das Congregações Religiosas⁴⁵ durante seu bispado nas dioceses de Pouso Alegre e Guaxupé. A viagem à Europa possibilitou contato com as irmãs da Congregação de Santa Dorotéia que acabavam de ser expulsas de Portugal durante a Revolução Republicana de 1910. Esta congregação fora fundada em 1834 na cidade de Gênova pela Beata Paula Frassinetti, que assumira o compromisso de trabalhar para a “Pia Obra de Santa Dorotéia”, fundada em Bergamo na Itália, no ano de 1815, por D. Luca Passi. Paula Frassinetti adotará o nome de “Instituto de Santa Dorotéia⁴⁶” que norteará o trabalho de sua congregação voltado para a educação.

A Revolução Republicana estava no início quando em 3 de outubro de 1910 soldados invadiriam o colégio das irmãs em Portugal e aos gritos de *fogo, fogo*, exigiam que as irmãs deixassem suas casas, pois eram acusadas de serem fiéis à monarquia, que acabara de ser destituída do poder. Foram obrigadas a deixarem às pressas o país e migrarem para a Itália para proteger suas vidas, onde tomaram contato com D. Assis acertando a vinda para Pouso Alegre para assumir a Escola Normal.

O trabalho das Dorotéias já era conhecido no Brasil⁴⁷. Dentre as congregações com carisma específico voltado para a educação, estas irmãs foram as primeiras a chegarem ao Brasil com um projeto voltado para a burguesia rural, em fase de transição para o mundo urbano reproduzindo os padrões europeus. Neste aspecto vale ressaltar o apelo dos bispos que saíram a procura de religiosas para prestar os serviços que atendessem às expectativas das elites locais. Formação cultural e uma educação que preservasse a fé. Os liberais

⁴⁵ Em 24 de março de 1911, fundaram-se residências de Carmelitas Descalços em Cambuí e Bom Jesus do Córrego. Em 26 de abril de 1911, foi instalada uma residência de Missionários Emigrantes em Alfenas e no dia 21 de maio de 1911, chegaram a Pouso Alegre os Reverendos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, assumindo a direção do Ginásio Diocesano no dia 11 de julho. Todos esses religiosos tinham sido convidados pelo Exmo. Sr. Dom Antonio de Assis, na sua viagem à Europa. No dia 12 de março de 1912, pôde S. Excia. obter ainda os Padres Franciscanos Menores para as paróquias de Cabo Verde, Monte Belo e Conceição da Boa Vista. (CARVALHO, 1981, p. 81).

⁴⁶ Santa Dorotéia – Esta mulher fora considerada santa, virgem e mártir em Cesaréia, Província Romana da Capadócia, no século IV. Fora tomada como protetora da juventude feminina por, de acordo com a tradição religiosa, teria convertido na prisão duas jovens que tentavam pervertê-la. Martirizada em 304 vítima das perseguições religiosas de Diocleciano.

⁴⁷ Fundado em 1866, o Colégio de São José do Recife foi o berço da obra das religiosas Dorotéias no Brasil. Em fins da época imperial era o estabelecimento mais importante dirigido pelas discípulas de Paula Frassinetti, além dele, funcionava apenas o Colégio de Belém do Pará, ainda em seus primórdios... Merece um destaque especial o fato de ter sido o Colégio de São José o berço onde, por primeiro, desabrochou no país o movimento da Ação Católica Feminina. (AZZI, 2002, p. 31).

almejavam uma educação que possibilitasse a inserção de suas filhas na sociedade urbana, onde assumiriam funções de comando chegando aos melhores salários. “A ascensão social passava a constituir uma das preocupações marcantes da pequena e média burguesia emergente” (AZZI, 2002, p. 22), portanto, sensíveis a estas necessidades os bispos procurarão alinhar-se nesta perspectiva, colocando a educação entre suas prioridades.

A região sul-mineira conheceu a evolução de várias cidades de pequeno porte que graças ao café produziu uma classe cada vez mais empolgada com as incursões da modernidade na sociedade. No campo da cultura as escolas normais iriam reproduzir os valores humanistas ocidentais. Assim sendo, as Dorotéias chegariam para oferecer uma educação que atendesse aos interesses destas famílias da região.

A vontade do bispo em receber as religiosas educadoras era grande, porém a cidade não dispunha de um espaço apropriado para a abertura do colégio. A madre provincial Montani, e sua secretária madre Júlia Cassina passara por Pouso Alegre para averiguar as reais condições da cidade para receber as irmãs, mas não encontrou nenhuma construção apropriada. Perceberam que nada havia sido feito para a acomodação das irmãs, e estavam decididas a abandonarem a ideia de assumirem o comando do colégio normal. Tradicionalmente a igreja sul-mineira sempre manteve ótimas relações com a burguesia local, e no momento de desistência da madre superiora surge uma senhora, Dona Amélia de Paiva Melo que conseguiu que seu pai cedera parte de uma casa na Rua Adalberto Ferraz, até que se terminasse a reforma de um sobrado próximo à catedral, onde funcionaria a Escola Normal.

A madre superiora autoriza a viagem das irmãs do Rio de Janeiro para Pouso Alegre. No dia 11 de fevereiro chegam a madre Teresa Cunha, sor Rosa Almeida, sor Maria do Carmo Rodrigues e irmã Rosa Freitas. Desceram na estação no início da Avenida e seguiram a pé apresentando-se ao bispo, recebendo a bênção e palavras de conforto. No dia 16 de fevereiro chegariam as demais irmãs, madre Maria José da Luz Bastos, madre Arminda Rodrigues, sor Maria Rosa Marcelo, irmã Luciana Pereira e irmã Antônia Salgado⁴⁸.

A reforma demorou além do esperado, forçando as irmãs a utilizarem o Convento da Visitação para início das aulas no dia 2 de março. A distância era relativamente pequena, porém exigia muito sacrifício das irmãs num período chuvoso com ruas de terra. Somente no dia 4 de abril o sobrado ao lado da matriz ficou pronto e as irmãs puderam se transferir

⁴⁸ (AZZI, 2002, p. 329).

para o novo local no centro da cidade. Todavia, o número de matrículas aumentava e o sobrado tornou-se pequeno exigindo nova mudança de endereço:

Tendo o Sr. Bispo oferecido à Revda. Madre Superiora o Palácio Episcopal para ali se estabelecerem as irmãs, por ser ter tornado insuficiente o sobrado para o crescido número de alunas internas, S. Reverência telegrafou à Revda. Madre provincial, e em vista disso começou-se a mudança. (História da casa de Pouso Alegre, livro 1, p.4).

O palácio episcopal estava fechado em razão da transferência de residência do bispo para Guaxupé. Em agosto de 1913 D. Assis viajaria à Europa para convencer a Cúria Romana a autorizar a transferência da sede episcopal para Guaxupé. As constantes cobranças e as relações com o clero local estavam arruinadas, levando o bispo a levar a sede do bispado para uma região localizada a cerca de 260 km de Pouso Alegre. Regressando em novembro da Europa com a autorização para transferência foi direto a Guaxupé preparar-se para receber também o seminário e a secretaria do bispado. Em pouco tempo de trabalho na região. D. Assis conseguiria do Vaticano a criação de uma nova diocese em Guaxupé, sendo seu primeiro bispo. Analisaremos a criação e trajetória da diocese no quarto capítulo.

A fase das mudanças das Dorotéias não parava por aí. Os espaços do palácio episcopal tornavam-se pequenos para sede do colégio que crescera muito o número de matrículas. Outra notícia que impediria a permanência das irmãs no palácio seria a nomeação do novo bispo para diocese de Pouso Alegre, após transferência de D. Assis para Guaxupé. Porém, com a transferência das irmãs visitandinas para o Mosteiro de São Paulo, a madre superiora das irmãs na cidade alugaria o antigo Colégio da Visitação para nova transferência no final de 1915⁴⁹. A mudança deu-se no mês de dezembro após o término das aulas. Neste convento as irmãs ficariam cerca de dois anos e meio. Em dezembro de 1917 o Governo Federal solicitava por ofício este prédio para futuras instalações de um regimento de artilharia montada – 8º. RAM. O próprio bispo Dom Octavio Chagas de

⁴⁹ Portanto, a 22 de outubro foi assinado pelo Revdo. P. Adriano Van Iersel, superior dos missionários do Coração de Jesus, como representante e procurador da Revda. Madre Maria de Sales Diniz, madre superiora, o sobredito contrato, com as seguintes condições: as irmãs da Visitação alugam às irmãs Dorotéias o seu Convento, com o terreno anexo, horta, pomar e pasto, por seis meses, pela quantia de dois contos de réis (2.000\$000), pagos em seis prestações de 333\$333 cada uma, a partir do dia 1 de novembro de 1915, ficando no dia 30 abril vindouro ambas as partes livres, podendo renovar o dito contrato de aluguel, ou fazer um contrato de compra e venda, como lhes aprouver. (AZZI, 2002, p. 332).

Miranda assumiu a responsabilidade de conversar com as irmãs superiores das duas congregações, prevalecendo as boas relações entre autoridades políticas e autoridades religiosas no Sul de Minas. ”Em fevereiro de 1918, foi ajustada por 280 contos a venda ao Governo Federal dos edifícios do Ginásio Diocesano e da Escola Normal das Dorotéias, este último ainda pertencente às Irmãs da Visitação, para neles instalar um regimento de artilharia”. (Diocese Centenária, 2000, p. 21).

D. Octavio Chagas de Miranda sagrado bispo em Campinas no dia 4 de junho de 1916, tomara posse na diocese de Pouso Alegre, conforme destaca jornais, num clima de grande festa no dia 29 do mesmo mês. Este bispo implantaria ações ultramontanas em sua diocese, recuperando o apoio e aproximação dos fiéis em relação ao bispado, superando a fase de distanciamento devido a transferência da sede da diocese para Guaxupé por decisão de seu antecessor. O jornal “Semana Religiosa” volta a ser publicado. Funda a Escola Profissional para meninos pobres, que receberia do senador Eduardo Amaral oficinas de tipografia e sapataria usadas na formação técnica dos meninos.

O bispo D. Octavio coordenaria a construção do novo prédio que receberia o colégio das Irmãs de Santa Dorotéia. Ficou responsável pela obra o construtor sr. Mário Gissoni, que inclusive parcelaria a dívida das irmãs antes da quitação final. A construção inicia-se em ritmo acelerado no coração da cidade a poucos metros da catedral⁵⁰. No dia 16 de junho de 1919 as irmãs iniciaram a mudança por etapas, ao antecipar as férias das alunas. O próprio D. Octavio benzeu o novo edifício da Escola Normal das Dorotéias no dia 29 de junho de 1919. Assim, no dia 15 de julho foram inaugurados os últimos compartimentos do prédio, encerrando as fases das mudanças. Este colégio priorizaria a formação religiosa das moças, atentava para o aprendizado das variadas disciplinas propostas pelo *Decreto n.º 1960* de 1906, além de uma atenção muito especial às prendas domésticas.

⁵⁰ No dia 3 de março de 1918, foi lançada solenemente a primeira pedra do novo edifício da Escola Normal das Dorotéias. (Revista Centenária, 2000, p. 21).

2.6 O Instituto Santa Doroteia de Pouso Alegre: Congregação das Irmãs de Santa Doroteia da Frassinetti

A inauguração do novo prédio do Instituto coincide com uma nova fase do Colégio junto à população. Sua localização privilegiada fazia parte das estratégias das elites regionais, buscando sempre dar visibilidade à construção como um templo do saber, localizado ao lado do templo religioso, onde deveria fluir a produção e a reprodução do conhecimento e as expressões da cultura letrada segundo o modelo europeu. Marta Carvalho destaca que “o edifício devia dar a ver a escola no seu funcionamento” (2003, p.69), um momento em que a arquitetura sofre influências do neoclassicismo, expressa sua monumentalidade. Assim sendo, o rigor no projeto contemplava sua funcionalidade e necessidade de visibilidade, exigida pelos republicanos num contexto de contradição. O cotidiano das religiosas deveria conciliar tradição e modernização, manutenção e inovação. O discurso religioso condenava a ideologia moderna, porém o currículo do colégio favorecia a experimentação das ciências modernas por meio dos laboratórios.



(Figura 6. Fonte: Museu Tuany Toledo da câmara).

O centro da cidade era composto por dois monumentos⁵¹, a igreja catedral onde fica a cátedra do bispo símbolo do poder religioso, e ao lado o colégio das freiras, símbolo da modernidade frequentado pelas elites locais. Esta parceria caracterizará as relações entre igreja e educação nesta região. O bispo agia como o grande chanceler do colégio, representando-o e fazendo as interferências dentro dos padrões ultramontanos. O discurso da igreja contra os imperativos liberais era constantes, todavia não comprometia as relações entre as autoridades, muito próximas e extremamente vantajosas para o colégio local:

A 7 de outubro esteve aqui o Exmo. Sr. Bispo, que nos veio trazer a notícia de que, a pedido do Exmo. Sr. Coronel Eduardo Amaral, senador Estadual, o Governo do Estado consentiu em transferir para a nossa Escola a quota de loterias federais, concebida ao extinto Colégio da Visitação. Trouxe também a minuta da procuração que a madre Superiora deve passar ao Dr. Argemiro de Resende Costa, para receber em Belo Horizonte e sobredita quota. (AZZI, 2002, p.345).

Além das visitas dos bispos da região, as autoridades políticas também marcavam presença no colégio. Os livros de História da Casa de Pousos Alegres registraram as visitas. Em 1912 e 1913 visitou o colégio o Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira então Secretário do Interior do Estado. Em 1920 o General Setembrino de Carvalho. Em 1912 o Presidente do Estado Antônio Carlos. Em 1931 a visita do ex-presidente Wenceslau Brás⁵². Estas autoridades eram recebidas de forma solene, concentrando todas as alunas com uniforme de gala para as apresentações artísticas e cantos patrióticos, “o acolhimento caloroso dado às autoridades constituídas fazia parte da estratégia de um processo educativo destinado a estimular entre as alunas o apreço pela ordem social vigente no país”. (AZZI, 2002, p. 352).

⁵¹ Cabe destacar o sentido de monumento como uma “obra comemorativa de arquitetura ou escultura”. (LE GOFF, 1994, p. 535).

⁵² História da Casa de Pousos Alegres, livro nº. 2, p. 21 e 22.



(Figura 7. Fonte: Arquivo da Congregação. São Paulo SP).

Assim, o colégio construído no centro da cidade, com uma área que ocupava um quarteirão próximo à igreja matriz, vai conquistando seu lugar de destaque na região, valendo-se da dedicação das religiosas, do apoio do bispo e das oportunas relações com as autoridades locais. Vale destacar ainda, o apoio da imprensa local, principalmente do jornal *Semana Religiosa*, que abria espaços em suas colunas para divulgação das ações do colégio. As relações sociais buscavam seus referenciais na educação e na imprensa, assim sendo o Instituto configurava-se como um instrumento viabilizador das possíveis transformações no início do período republicano. Além da propaganda necessária às instituições modernas em fase de ascensão na região, a imprensa difundia valores e padrões de comportamento. O jornal da diocese difundia uma educação de caráter moral e religioso, tentando influenciar os leitores em relação à ordem estabelecida como também as práticas religiosas difundidas pela igreja local. Um discurso conservador que procurava arrebatar as famílias, mantendo as tradições e a estrutura social sem grandes alterações. Percebe-se, portanto, a eficiência das religiosas em reproduzir o discurso conservador das elites num contexto voltado para a modernidade. Num curto período de tempo o instituto tornava-se

conhecido na região graças ao apoio da imprensa. Esta presença repercutia no número de matrículas cada vez maior, recebendo meninas de vários municípios sul-mineiros, e de outros Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. É um momento em que a educação escolar conquistava espaços cada vez mais significativos na sociedade, conforme destaca Marta Maria Chagas de Carvalho:

Nos anos 20, o que se afirma é que ele não pode ser ou subsistir como sociedade e nação sem a educação. Esta passa a ser o que agrega, condensa, unifica e constitui o corpo social da nação. É assim que, nos marcos do nacionalismo em que se sedimentam os projetos dos entusiastas da década de 20, instala-se a campanha cívica de regeneração nacional pela educação. A crença salvífica no seu poder unificador é o cerne da propaganda da “causa educacional” que a campanha promove. É no âmbito desse entusiasmo que Fernando de Azevedo se constitui como reformador da educação; e é do grupo que se forma nesse movimento – os renovadores da educação – que ele se faz porta-voz, redigindo, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1998, p.351).

O curso oferecido às normalistas do Instituto Santa Dorotéia compreendia três anos de estudos, cujas disciplinas eram *portuguez, arithmetica, desenho, musica francez, geometria, geographia, história, educação moral e cívica, phisica e chimica, história natural e hygiene, arithmetica commercial, escripturação mercantil, trabalhos de agulha e prática profissional*, seguindo o mesmo currículo da Escola Normal da capital, conforme já destacamos. Porém, com a Reforma de Francisco Campos, em 1926, o currículo do colégio sofreu mudanças, implantando-se o Curso Adaptação. Esta reforma resultará, em Minas, no *Regulamento do Ensino Normal* com o *Decreto-Lei n.º. 5162*, de 20 de janeiro de 1928, como também no Programa do Ensino Normal através do *Decreto-Lei n.º. 8225*, de 11 de fevereiro de 1928.

A grade curricular do colégio distribuía as disciplinas do 1.º e 2.º de adaptação da seguinte forma:

Adaptação

Portuguez

Arithmetica

Desenho
Trabalhos Manuais
Geographia
Sciencias Naturaes
Francez
Historia do Brasil
Educação Physica
Canto

<i>1º. ANNO NORMAL</i>	<i>2º. ANNO NORMAL</i>	<i>3º. ANNO NORMAL</i>
<i>Portuguez</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Portuguez</i>
<i>Francez</i>	<i>Francez</i>	<i>Francez</i>
<i>Arthmetica</i>	<i>Arthmetica</i>	<i>Historia do Brasil</i>
<i>Geographia</i>	<i>Chorografia do Brasil</i>	<i>Psychologia</i>
<i>Desenho</i>	<i>Desenho</i>	<i>Methodologia</i>
<i>Trab.Manuaes e modelagem</i>	<i>Trabalhos Manuaes</i>	<i>Pratica Profissional</i>
<i>Musica</i>	<i>Musica</i>	<i>Educação Physica</i>
<i>Canto Coral</i>	<i>Canto Coral</i>	<i>Canto Coral</i>
<i>Educação Physica</i>	<i>Geometria</i>	<i>Sciencias Naturaes</i>
	<i>Sciencias Naturaes</i>	
	<i>Educação Physica</i>	

Bibliotheca (a partir do ano de 1933)⁵³.

(Fonte: Livro de notas mensais – 1925 a 1935. Arquivos da SRE - Pouso Alegre MG).

A partir de meados dos anos de 1940 o Instituto sofreu mudanças em seu currículo e novas disciplinas surgiram, atendendo ao *Decreto-Lei 8.530*, de 2 de janeiro de 1946, que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Normal. A *Portaria de nº. 00524*, de 29 de outubro

⁵³ BALBINO, A. Gilberto. (2008). **Uma cidade, uma escola, muitas histórias**: o Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre – MG (1911-1976). Dissertação de mestrado apresentada à Universidade São Francisco.

de 1945, do Ministério da Educação e Saúde, assinada por Gustavo Capanema, concede reconhecimento prévio ao ginásio, promovendo a mudança do nome do estabelecimento para *Ginásio e Escola Normal Santa Dorotéia*, através da *portaria de nº. 00262*, de 30 de maio de 1947, publicado no Diário Oficial em 7 de julho de 1947. E a *Portaria de nº. 899*, de 21 de outubro de 1954, reconhecia o 1º. Ciclo ministrado como curso ginásial. Novas disciplinas aparecerão, porém não vamos abordar este período que extrapola nosso recorte temporal, apesar da variedade de fontes primárias disponíveis.

O estabelecimento funcionou na Rua Francisco Salles, no centro da cidade, até dezembro de 1970, data em que se transferiu para o novo prédio construído ao lado da Rodovia Juscelino Kubitschek, no bairro de Fátima. Apesar dos questionamentos dos pais, receosos em deixar suas filhas estudarem longe do centro, as irmãs acreditavam que esta nova construção possibilitaria mais conforto às alunas e poderia atender com mais eficiência o novo curso, Técnico em Enfermagem, que seria autorizado pela *resolução nº. 812/74* e reconhecido pela *Portaria da SEE nº. 454/76*, MG de 13 de agosto de 1976.

Mas, a estrutura moderna não foi suficiente para manter o funcionamento do colégio. Em carta endereçada aos pais, professores e funcionários, a madre provincial da congregação comunicava, em 25 de novembro de 1976, a suspensão das atividades escolares, por espaço de dois anos.

2.7 Colégio Sagrado Coração de Jesus de Itajubá-MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap

A Congregação das Irmãs da Providência de Gap surge do sonho de João Martinho Moye. Um projeto pequeno que se tornaria grande ao longo de sua trajetória. Ao assumir a paróquia de Saint-Victor na cidade de Metz (França) em 1754 sente a necessidade de enviar professoras para as aldeias mais abandonadas dos arredores de sua paróquia para instruir às crianças e adultos. Estas escolas seriam coordenadas por moças vocacionadas ao magistério que voluntariamente contribuiriam com a obra do Padre Moye. A falta de estrutura para realização desse projeto colocaria estas piedosas moças à mercê da providência.

De início o Padre Moye contaria com a ajuda de cinco mulheres, MIle. Fresne, Irmã Margarida Lecomite, Ir. Maria Morel, Irmã Rose Méthains e Madre Thérèse Mourey. Em livro intitulado *Mulher providência*, Ir. Ernestina Remusal Rennó, assim relata:

MIle. Fresne tinha 54 anos quando Pe. Moye a associou ao seu projeto. Em sua casa ela formou as primeiras Irmãs professoras enviadas às escolas. Era admirável na arte de lhes inspirar os sentimentos de abandono à Providência, de caridade, de zelo pela salvação das almas, sentimentos que transpareciam em sua própria personalidade. Não somente trabalhou na formação das primeiras Irmãs, como lhes serviu de mãe em todas as ocasiões. Dispensava a todas uma ternura maternal e eficaz, tomando conta de tudo, consolando-as e encorajando-as. Mulher dinâmica, de forte espiritualidade, sensível e perspicaz no relacionamento humano. (RENNÓ, 2002, p. 49).

Irmã Maria Morel se tornaria a formadora das irmãs da Providência e a primeira superiora geral de Portieux. Enfrentado muitos desafios estas mulheres trabalharam na educação das crianças e jovens das regiões indicadas pelos vigários, como também fora contribuindo para a fundação e consolidação da congregação num contexto de revolução⁵⁴. As irmãs expandiriam suas casas e escolas para outras regiões na Europa, principalmente na fase de laicização das escolas na França que força a transferência das irmãs para Espanha e Brasil. Partiram de Bordeaux - França em 10 de junho de 1904 as irmãs Raphael Combe, Irmã Ferdinand Benquet, Irmã Marical Ratchet, Irmã Eugénie Courtiés, Irmã Valérie Viguerie e Irmã Isabelle Cadays chegaram no Brasil em 28 de junho de 1904, e de trem e barco atingiram o solo carmelitano em 2 de julho de 1904. As crônicas da viagem atestam as dificuldades e aborrecimentos enfrentados por estas pioneiras em terras brasileiras. A vinda das irmãs ao Brasil contemplava o pedido do bispo D. Nery da diocese de Pouso Alegre, que contou com a intercessão de Dom Tonti, Núncio Apostólico no Brasil. Em Chambéry a irmã Maria Raphael Combe tomava as iniciativas para vinda das irmãs ao Brasil. Em Carmo do Rio Claro o bispo contaria com o apoio imprescindível de uma rica senhora moradora da cidade, Maria Umbelina Vilela conhecida por Maria Goulart. Viúva de Manoel Goulart de Andrade não teve filhos, portanto decide ajudar seus sobrinhos e as obras da igreja. Tinha um sonho de criar uma casa de instrução para meninas em sua terra, que se tornou realidade com a chegada das irmãs.

⁵⁴ Revolução Francesa (1789-1899).

A aproximação do bispo e das religiosas à burguesia local também se daria em Carmo do Rio Claro. A cidade não possuía nenhum imóvel apropriado para implantação do colégio, assim sendo, a senhora Maria Goulart cederia um sobradão ao lado de sua casa para alojamento das irmãs e abertura das salas de aula. Por um período de quatro anos neste local foi possível funcionar salas de aula, dormitórios, refeitório, cozinha, lavanderia, etc. A senhora Goulart passou a fazer parte do cotidiano das irmãs educadoras. Em todas as datas comemorativas, festas, encontros e outras atividades extracurriculares do colégio sua presença era marcante. Sua residência era local de hospedagem dos padres visitantes e bispos em visitas pastorais. Sempre muito próxima do vigário, enfeitava a matriz com flores artísticas confeccionadas por ela própria, participava das celebrações eucarísticas, além das generosas doações à paróquia.

Portanto, o primeiro colégio das Irmãs da Providência de GAP no Brasil, Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria, seria inaugurado no dia 15 de agosto de 1904 na cidade de Carmo do Rio Claro. Esta Congregação ao chegar no Brasil se dedicaria em três frentes de trabalho, fazendo-se presentes em várias cidades do Sul de Minas, conforme quadro demonstrativo abaixo.

ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO	CIDADE
1904	Educação	Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria.	Carmo do Rio Claro MG
1907	Educação	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Itajubá – MG
1912	Educação	Instituto de Surdas-Mudas	Itajubá- MG

No quarto capítulo desta pesquisa analisaremos a região de Carmo do Rio Claro, que apresentava muitas dificuldades para expansão das atividades educacionais das irmãs. A comunicação só era possível fazendo uso da navegação e de cavalos. Assim, a madre Maria Raphael quis estabelecer-se em outra região que contasse com melhor infraestrutura.

Após consulta ao bispo D. Nery, decidiu-se por Itajubá que já possuía estrada de ferro, favorecendo o transporte das irmãs. A primeira visita coube a Madre Superiora Saint Gervais e Madre Maria Fernanda. Era projeto da madre superiora abrir um colégio para meninas e uma casa de noviciado para formação das futuras irmãs no Brasil. Mas, por que Itajubá? Esta região já se destacava no início do século XX como importante centro urbano, onde fluía um comércio de produtos agropecuários abastecido pelas fazendas locais e pela linha férrea que cruzava a cidade. O município contava com o apoio político do Dr. Wenceslau Braz⁵⁵, que exercia forte influência na região e se destacaria entre os grandes colaboradores das obras das irmãs na cidade. As religiosas chegam na cidade no dia 28 de janeiro de 1907. Conheceram a região e reuniram com o vigário local para acertar a vinda das futuras educadoras. Retornaram a Carmo do Rio Claro e após conversas com as irmãs decidem dar andamento no projeto de criação do colégio em Itajubá.

No dia 26 de março Madre Maria Raphael comunica por carta ao vigário local a decisão de fundar o colégio em Itajubá, apesar da oposição de alguns intelectuais que manifestaram seu descontentamento com a vinda das irmãs, conforme ressalta Madre Rafael que “o diabo faz esforços para impedir nossa vinda para Itajubá. Os pretendidos maçons se movimentam. É redigido um bilhete ameaçador, e endereçado às religiosas do Carmo” (AZZI, 2002, p.93).

No dia 21 de junho dá-se a chegada da Madre Raphael Combes, Irmã Du Sauveur Bacque, Irmã Maurice Larrieu, Irmã Zacharie Poirier e Irmã Marcial Rchet. A chegada dá-se em clima de festa. Na estação foram recebidas pelo pároco Pe. Marçal e por uma multidão curiosa e desejosa de fazer parte do colégio. O período de adaptação e preparação para abertura do colégio foi pequeno, exigindo esforços das irmãs hospedadas na casa paroquial.

As aulas teriam início no dia 1 de julho de 1907 no Colégio Sagrado Coração de Jesus. As quarenta e uma alunas foram divididas em classes das pequenas sob responsabilidade da Irmã Salvador e classe das maiores com Irmã Maurício. O bispo D. Nery agora mais próximo das irmãs, e os vigários da região ajudavam na divulgação do trabalho das irmãs, aumentando assim o número de matrículas:

⁵⁵ Secretário do Interior, Justiça e Segurança de 1898 a 1902. Presidente do Estado de Minas Gerais em 03 de abril de 1909 a 7 de setembro de 1910. Eleito vice-presidente em 01/03/1910. Presidente de 1914 a 1918.

As alunas se multiplicaram. No oitavo dia já temos 46 inscrições só para o externato. Pedem-nos lições particulares de música, desenho, pintura e línguas. O pessoal é insuficiente. Há o pedido para abrir o internato em primeiro de agosto, mas como fazê-lo visto que Irmã Marcial tem de voltar para o Carmo, e se não nos mandam irmãs professoras da França? O coração de Jesus está conosco! Certamente, proverá a todas as necessidades se colocarmos Nele só toda a nossa Confiança. (RENNÓ, 2002, p.85).

No início do ano de 1908 o Colégio exibiria uma grande sessão artística. Este momento era estratégico para as educadoras, que aproveitavam a presença das famílias e autoridades para divulgar o trabalho realizado por suas congregadas irmãs da Providência. A cronista registra que a primeira festa contou com a presença dos senhores bispos, D. Nery e de seu auxiliar D. Assis, além da cobertura da imprensa local, que divulgaria o evento aos leitores:

A assembleia que, como nós, teve a ventura de assistir a tão brilhante festa, ficou extasiada ante as belezas que ela lhes proporcionou, já pela correção literária das esperançosas alunas, no recitativo de diversas poesias em francês, principalmente já pela inspiração divinal que souberam ter na execução da parte musical. De par com os encantos de uma festa, que teve a sua nota dominante nos corações esperançosos da mocidade, ficaram eloquentemente atestados o zelo e dedicação das virtuosas irmãs para com as suas discípulas, e a fiel prova de que elas proporcionam sólida instrução, ao mesmo tempo que procuram formar a alma da criança. (AZZI, 2002, p. 95).

As elites locais esperavam a fundação de uma Escola Normal, e naturalmente se aproximaram das irmãs para articular a abertura do colégio, o que seria realizado mais tarde. Nas reuniões com as autoridades, sob presidência de Dr. Wenceslau Braz, então vice-presidente da República para acordos de compra do terreno do futuro colégio, surge também o desejo de instalação de um instituto de surdas-mudas. No mês de março de 1912 as irmãs transferem o ensino para meninas surdo-mudas de Carmo do Rio Claro para Itajubá. As religiosas traziam consigo a experiência do método oral. Este método foi aprovado pelo Congresso de Milão – Itália. A mímica seria substituída pela articulação dos sons, pela própria palavra, em que se ensinava a leitura por meio dos lábios. Desenvolvia a fala do surdo, considerando a língua falada essencial para a comunicação e desenvolvimento das crianças surdas, assim o enfoque estava no treinamento auditivo e no desenvolvimento da fala por meio da leitura labial.

Contando com apoio da imprensa local, Madre Rafael elaboraria uma nota para ser divulgada:

“A partir de 1º. de fevereiro do próximo ano, funcionará no novo magnífico prédio do Colégio Sagrado Coração, uma aula especial para as alunas surdas mudas. Terão estas seu material escolar próprio, espelhos, estampas, mapas, museu e outros objetos necessários para o progresso e desenvolvimento intelectual das interessantes alunas. Aos visitantes e amigos do Colégio será franqueada a entrada durante as aulas, a fim de apreciarem o novo método de ensino e seus resultados inesperados. Modo de ensino: método oral puro, isto é: leitura labial e palavra articulada, excluindo o método mímico, e autorizando sinais naturais, para melhor explicação das palavras e dos atos. Idade exigida: no mínimo 7, e no máximo 15 anos de idade, Aceitam-se apenas alunas internas. Ano letivo: 1º. De fevereiro a 30 de novembro. Programa, enxoval, preço da pensão e outros, conforme os estatutos do mesmo Colégio. Pedir informações à diretora, Irmã Maria Rafael”. (AZZI, 2002, p.86).

Objetivando concretizar o projeto de construção do colégio as irmãs convidariam autoridades locais para acompanhar a realização da prova aplicada numa aluna surdo-muda, conforme comunicação feita pela diretora. O colégio recebeu o Sr. Dr. Wenceslau Braz, o advogado Dr. Teodomiro Carneiro Santiago, Dr. Luiz Beno, juiz de direito da comarca, Dr. Antonio Salomão, promotor público e outros, que ficaram admirados com os resultados do método aplicado. Esta parceria entre religiosas e autoridades locais seria fundamental para estruturação do colégio e atendimento às filhas dos proprietários da região. Com a finalidade de estimular o governo a enviar recursos para a obra das surdas-mudas, Dr. Antônio Salomão, promotor de justiça de Itajubá faria sua apreciação, dizendo que “todas as pessoas que visitam o Instituto ficam admiradíssimas, ouvindo as surdas mudas ler, discorrer sobre geografia, gramática, aritmética, fazer contas, e outros exercícios escritos ou orais”⁵⁶.

O empenho das autoridades locais se materializaria com a transferência do Instituto de surdas-mudas no dia 15 de março de 1912 de Carmo do Rio Claro para Itajubá. Este Instituto teria pequena duração por falta de apoio financeiro e carência de professoras especializadas, porém o Colégio Sagrado Coração de Jesus prosperava com aumento do número de alunas e de novos cursos. As influências das elites locais foram determinantes para que a inspeção fosse feita por parte do governo e liberasse o curso normal. Duas lideranças políticas regionais, Júlio Bueno Brandão e Delfim Moreira da Costa Ribeiro

⁵⁶ (AZZI, 2002, p. 86).

assinariam o *Decreto n.º 3.733* equiparando o Colégio às escolas normais oficiais do Estado de Minas Gerais em 22 de outubro de 1912, por intermédio de Wenceslau Braz. Assim sendo, o Colégio passaria a chamar-se Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, conferindo em 1913 o diploma às primeiras normalistas, Conceição Pinto e Anna Clara Fabrício. Vale destacar que esta sessão solene de formatura foi presidida por Dr. Wenceslau Braz e Delfim Moreira, futuros presidentes do Brasil.

A aproximação entre autoridades políticas e religiosas evidencia a contradição entre as práticas conservadoras das irmãs reproduzidas no colégio e o discurso liberal propagado pelas autoridades. Ao mesmo tempo em que buscavam um mundo considerado moderno para suas filhas, estes homens proprietários de terra e políticos regionais exaltavam em seus discursos a competência das irmãs na formação intelectual, religiosa e moral das moças da cidade. As solenidades de formatura que se realizavam no final do ano contavam sempre com a presença das autoridades, que destacavam a dedicação das irmãs com que realizavam o trabalho de formação das futuras mães e futuras professoras. Os termos de visita redigidos pelos inspetores, sempre indicados pelo presidente do Estado para vistoriar o colégio, registram os elogios às irmãs:

É de se crer, pois, que o governo do Estado, ao qual não são desconhecidos os grandes resultados advindos ao ensino, quando ministrado por essa utilíssima congregação de religiosas, fará reconhecer sem trepidar naquela casa modelo, como é de justiça, concedendo-lhe as regalias facultadas pelo regulamento. Com júbilo aqui deixo grafada a impressão sincera da minha visita, que mais uma vez confirma a solidificação a convicção que tenho das vantagens inúmeras que à nossa Pátria trazem as congregações das Irmãs de Caridade, que aliam, à dedicação que lhes é peculiar, quando se entregam ao preparo intelectual das nossas jovens patricias, um metucioso cuidado na formação “moral” da criança a elas confiada⁵⁷. (AZZI, 2002, p.109).

Ao longo dos anos o Colégio procurou acompanhar às inovações propostas pela legislação, conforme quadro abaixo, correspondendo às expectativas das moças filhas dos homens que comandavam o comércio local e os destinos da cidade, ofertando novos cursos. Irmã Ernestina Remusal Rennó destaca que, “desde o início de sua instalação, no dia 1 de julho de 1907, o Colégio empenhou-se, se desenvolveu e cresceu acompanhando o progresso e adaptando-se às sucessivas Leis do Ensino do Estado e do país”. (RENNO, 2002. p. 95).

⁵⁷ Ata redigida por Pedro Bernardo Guimarães – Inspetor Escolar Municipal.

ANO	CURSO
1907	Abertura do Colégio Sagrado Coração de Jesus.
15/03/1912	Fundação do Instituto de Surdas-Mudas.
22/10/1912	Equiparação às escolas normais oficiais do Estado. Escola Normal Sagrado Coração de Jesus.
1913	Início do curso normal.
1923	Criação da Escola “Padre Moye.
07/02/1947	Instalação do Curso Ginásial.

As diretoras mantiveram estreitas relações com as autoridades regionais, que corresponderam apadrinhando os projetos das irmãs na cidade, e fazendo-se presentes nos eventos e cerimônias. Pelos palcos do colégio desfilavam autoridades⁵⁸ buscando visibilidade diante de seus munícipes em dias de festa e de santos homenageados, e datas consideradas cívicas. Momentos oportunos para se cultuar a autoridade e desenvolver entre as futuras professoras o civismo⁵⁹, cumprindo assim, uma das funções colocadas às escolas nas primeiras décadas do período republicano, desenvolver a educação cívica como uma disciplina, preparando a juventude para viver em harmonia com o Estado Republicano de caráter leigo, conforme determinação do Governo Mineiro enviada à diretora em 26 de agosto de 1937, “deveis procurar exaltar nos corações de vossos alunos os sentimentos da nacionalidade, de modo que todos possam venerar nos heróis da Pátria, os grandes construtores de um Brasil forte e poderoso”⁶⁰.

O quadro de disciplinas ofertado no curso normal até a segunda década do século XX atende aos anseios das famílias em oferecer às filhas uma cultura erudita, preparando-as para formação das noções de moralidade dos futuros filhos e consolidação da conduta dos cidadãos. A divulgação do saber nas escolas normais no início do século XX ainda sofria as influências do iluminismo francês implantado nas escolas burguesas europeias

⁵⁸ Fernando de Melo Viana visitou o Colégio em 22 de outubro de 1925 quando estava à frente do governo mineiro. Francisco Campos, secretário do interior no governo de Antônio Carlos de Andrade em 14 de setembro de 1928. Mario Casasanta, Inspetor Geral do Ensino em 19 de janeiro de 1930. Noraldino Lima secretário de educação em 2 de agosto de 1931. Jovino Casasanta, Inspetor Geral da Instrução Pública em 15 de maio de 1933. Várias visitas de Dr. Wenceslau Braz e Delfim Moreira, respectivamente presidentes do Brasil. Além de promotores, delegados de polícia, deputados, prefeitos, vereadores, bispos e padres.

⁵⁹ O dia da Pátria, morte de Tiradentes, Proclamação da República, dia da bandeira, dia da padroeira da cidade e outros.

⁶⁰ Ofício enviado à diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus pelo Chefe de Gabinete do Secretário de Educação de Minas Gerais, João Gomes Teixeira. (AZZI, 2002, p.118).

após Revolução Francesa. O currículo das escolas normais no Brasil desde meados do século XIX com a criação da primeira Escola Normal em Niterói no ano de 1835 através da *Lei n.º 10*, seguia o modelo francês. No interior de Minas, especificamente no Sul de Minas no início do século XX dá-se a expansão das escolas normais atendendo uma seleta camada de moças. Estas terão vida curta, e outras serão absorvidas pelas congregações religiosas. As religiosas contando com o apoio decisivo das autoridades políticas locais contribuiriam para a execução de um projeto maior entrelaçando interesses políticos e econômicos, valendo-se dos palcos da educação. As disciplinas, conforme explicita o quadro abaixo, reproduziam um conteúdo que mantinha uma estreita relação com o cotidiano da mulher dona de casa, responsável pela unidade da família e progresso da Pátria.

ANO	DISCIPLINAS
1º.	Português, Aritmética, Geografia, Música, Desenho, Caligrafia, Costura e trabalhos manuais e Ginástica.
2º.	Português, Aritmética, Geografia, Música, Desenho e Caligrafia, Costura e Trabalhos manuais, Ginástica e Geometria.
3º.	Português, Aritmética, Corografia, Ginástica, Geometria, História Natural Física e Química, História, Moral e Cívica e Francês.

(AZZI, 2002, p. 105).

Cabia às escolas normais confessionais formar as moças a partir dos princípios ultramontanos que acreditava na competência das congregações religiosas parceiras dos bispos e fieis reprodutoras de um currículo comprometido com a moralização dos costumes e crença na religião capaz de modelar os corpos e as almas das pessoas tementes a Deus. Estes princípios eram observados com muito rigor pelos inspetores. Os livros de termo de visitas do colégio registram as boas impressões causadas nos visitantes, “tem o colégio boas condições de higiene, ordem e disciplina”⁶¹, com uma arquitetura que favorecia a convivência das alunas, considerado o segundo lar das internas.

⁶¹ Termo de visitas, p. 9 verso 10. (Colégio Sagrado Coração de Jesus de Itajubá).



(Figura 8. Acervo próprio)

Contemplando também os princípios ultramontanos as religiosas dedicavam boa parte das horas do dia nas celebrações e reprodução das devoções comuns ao catolicismo tradicional. O mês de maio era dedicado a Maria, mãe de Jesus. Neste mês todas as alunas faziam o retiro espiritual, reforçando o fervor e a piedade das moças. Reuniões eram realizadas em torno do altar de Nossa Senhora, destacando a importância da virgindade e da renúncia aos prazeres do mundo exterior. Nas celebrações as novas adeptas das associações eram admitidas em clima de festa, possibilitando às meninas renovarem suas promessas vestidas com véu nos atos de consagração. O mês de junho era dedicado ao coração de Jesus com novena preparatória à festa do sagrado coração com adoração ao Santíssimo Sacramento na capela do colégio. A presença da Congregação da Irmãs da Providência de Gap foi marcante no Sul de Minas. O quadro abaixo, conforme informações (RENNÓ, 2002, p.81-100), nos permite visualizar as atividades assumidas pelas irmãs até meados do século XX:

ANO	ÁREA	INSTITUIÇÃO
1904	Educação	Colégio Sagrados C. de Jesus e Maria – Carmo do Rio Claro-MG.
1905	Saúde	Santa Casa de Passos–MG.
1905	Educação	Colégio S. José – Passos–MG.

1907	Educação	Sagrado Coração de Jesus – Itajubá MG.
1907	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Lavras–MG.
1908	Educação	Escola anexa – Surdas Mudas. Carmo do R. Claro–MG.
1910	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Passa Quatro–MG.
1912	Educação	Instituto Surdas Mudas de Itajubá–MG.
1912	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Baependi–MG.
1914	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Pouso Alegre–MG.
1917	Assistência	Orfanato N. S. do Carmo – Carmo do R. Claro–MG.
1918	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Alfenas–MG.
1918	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Paraisópolis–MG.
1920	Assistência	Educandário N.S. de Lourdes – Pouso Alegre–MG.
1921	Saúde	Direção do Hospital Regional em Pouso Alegre–MG.
1922	Assistência	Casa da Caridade de Ouro Fino–MG.
1922	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Ouro Fino–MG.
1924	Assistência	Asilo de Velhos e Inválidos Maria Adelaide – Brasópolis – MG.
1924	Assistência	Asilo Santa Isabel – Itajubá–MG.
1925	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Itajubá–MG.
1927	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Jacutinga–MG.
1927	Educação	Instituto N. S. Aparecida em Passa Quatro–MG.
1927	Assistência	Escola Doméstica de Brasópolis–MG.
1928	Educação	Colégio Santa Terezinha de Caxambu–MG.
1931	Assistência	Escola Doméstica de Pouso Alegre–MG.
1937	Assistência	Betânia da Providência – Pouso Alegre–MG.
1938	Assistência	Casa da Caridade de Cristina–MG.
1939	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de São G. do Sapucaí–MG.
1941	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Andradas–MG.
1939	Assistência	Asilo São Vicente de Paula de Pouso Alegre–MG.
1940	Assistência	Asilo de Velhos N. S. da Soledade de Itajubá–MG.
1944	Saúde	Hospital Antônio da Costa de Santa R. do Sapucaí–MG.
1944	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Caldas–MG.
1946	Assistência	Asilo de Idoso de S. Rita do Sapucaí–MG.
1951	Saúde	Santa Casa da Misericórdia de Itamonte–MG.
1951	Educação	Colégio Santa Águeda de Silvianópolis–MG.
1951	Assistência	Orfanato Santa Águeda de Silvianópolis–MG.

1951	Assistência	Vila Vicentina em Caldas–MG.
1952	Educação	Escola N. S. das Graças de Ouro Fino–MG.
1953	Assistência	Casa maternal Coração de Maria de Ouro Fino-MG.
1953	Assistência	Educandário São José de Ouro Fino–MG.
1954	Educação	Escola de Enfermagem de Itajubá-MG.
1955	Assistência	Asilo São Vicente de Paula em Andradas–MG.

A atuação das irmãs na área da saúde e da assistência social faz parte de um movimento maior iniciado no século XIX voltado para o atendimento e cuidado aos enfermos pobres e desamparados. Muitas destas instituições sobreviviam graças às ações de irmandades e confrarias que se esforçavam para prestar esse serviço deixado de lado pelo poder público. Todavia, a emergência da classe burguesa oriunda do meio rural exigirá mudanças significativas neste setor. A organização das santas casas passariam por transformação no início do período republicano. Congregações religiosas femininas⁶² seriam convidadas para assumir estes serviços atendendo às expectativas das elites e ao discurso médico-higienista. A assistência aos pobres e desamparados faz parte da tradição cristã e era pregada pelos bispos e padres da igreja como parte do código de ética cristã. Uma nova ordem estava em curso no país no início do século XX impulsionada pelos higienistas que passaram a exigir do poder público políticas públicas de combate às epidemias ainda existentes no país como varíola, malária, tuberculose, febre amarela, peste bubônica e outras. O projeto de modernização envolvia ações dos governantes e parcerias com a igreja, especificamente com as congregações religiosas formadoras de uma nova consciência de parte da população ainda com hábitos geradores de obstáculos à civilização. A procura pelo trabalho das religiosas partia dos políticos e das lideranças locais preocupadas com os hábitos de higiene e com a atenção aos pobres e desamparados. Mas a busca maior estava pela educação e pela produção e reprodução de padrões burgueses semelhantes aos europeus.

⁶² Em Minas Gerais, após as Vicentinas que passaram a atuar na área da saúde em Mariana e Diamantina, já no começo da era republicana, em 1896, chegaram as religiosas italianas da congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, que assumiram a administração da Santa Casa de Ouro Preto. Pouco depois a congregação alemã de Santa Catarina estabeleceu-se em Juiz de Fora, recebendo o encargo da direção da Santa Casa local. Progressivamente, outras congregações foram atuando em outras localidades. No Sul de Minas, o maior destaque ficou por conta das Irmãs da Providência de Gap. (AZZI, 2005, p.68).

2.8 Colégio Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata-MG: A Companhia das Virgens de Santa Úrsula chega ao Sul de Minas.

Ângela Merici nasce em Desenzano del Garda no dia 21 de março de 1474, pequeno povoado do norte da Itália às margens do Lago de Garda, onde vivera até os 10 anos. Seus pais eram agricultores quando ficou órfã tendo que ir morar com seu tio em Salo. Optando pela vivência da virgindade e uma vida de dedicação a doutrina cristã. A decisão de viver a serviço de Deus na própria comunidade se dá por livre opção num contexto de expansão da Reforma Protestante, época em que a mulher tinha duas opções, o casamento aceitando a escolha dos pais, ou a vida consagrada numa ordem religiosa. Continuou seus trabalhos no campo, tendo visões de Maria mãe de Jesus, reforçando sua opção pela virgindade elevando seu espírito a Deus pela oração e contemplação.

Aos quarenta anos foi viver com uma família em Bréscia, onde pediu admissão na Ordem Terceira de São Francisco. Preteriu a vida enclausurada para prestar serviços à sociedade pregando uma vida baseada na moral cristã, na pobreza e na humildade, em oposição aos ideais burgueses da renascença. A fim de aprimorar sua espiritualidade, passa a peregrinar⁶³ por lugares considerados sagrados, como Jerusalém, tornando-se conhecida como uma mulher possuidora de santidade, sendo procurada por pessoas simples, desvalidos, e por representantes do patriciado, que a veneravam. Sua fama se espalha pela região de Bréscia, e outras moças irão se juntar a Ângela. Em pouco tempo o número de jovens e viúvas dispostas a viver a radicalidade do evangelho aumentara muito motivando-a a fundar uma Ordem que se colocaria a serviço da igreja na evangelização e educação. No dia 25 de novembro de 1535 com 28 seguidoras funda a Companhia de Santa Úrsula⁶⁴, que crescerá rapidamente, totalizando em dezembro do mesmo ano 80 participantes. As

⁶³ Uma outra fase de sua preparação realizou-se entre 1520 e 1529, quando fez sucessivamente as peregrinações de Mântua, da Terra Santa, de Roma, da “Nova Jerusalém” de Varallo, com uma viagem a Milão, enquanto a guerra irrompia na Itália tendo seu ponto culminante no saque de Roma em 1527 e ameaçando Bréscia, o que levou muitos de seus habitantes a se refugiar em Cremona. (OSU, 1972, p.7).

⁶⁴ Em 1533, com quase sessenta anos de idade, Ângela Merici achou que havia chegado o momento de fundar a Companhia. Para isso, escolheu o dia 25 de novembro, por ser o dia dedicado a Santa Catarina, virgem da igreja primitiva que havia recebido um anel de noivado do Divino Menino, elemento que para ela era significativo pois suas “filhas” também deveriam dedicar-se a Deus e tornarem-se esposas do Senhor. Como padroeira, escolheu Santa Úrsula, pois conforme dissemos anteriormente, a virgem imolada era considerada a protetora da educação e a sua obra pretendia ser, eminentemente, uma obra educacional. (PASSOS, 1995, p. 65).

prioridades da Ordem seriam a educação do sexo feminino, além de lutar contra as heresias e o espírito pagão, reforçando a vivência cristã centrada na caridade.

A Ordem faria homenagem a Santa Úrsula venerada desde o século V, fruto do imaginário medieval que reproduzia a lenda por toda a Idade Média chegando ao século XVI como exemplo de virgem e mártir da igreja. Úrsula nasce em berço real num pequeno estado da Grã-Bretanha, filha do príncipe Dionocus e de sua mulher Daria. Apesar do contexto de luxo, demonstra desde pequena, desapego à riqueza e às comodidades. A notícia de sua beleza física chegaria a outros reinos, onde o ex-tenente Máximo ocupava terras com suas tropas e exigiria que a Grã-Bretanha enviasse esposas para os novos colonos. A ordem seria obedecida por interesses econômicos e políticos, “e cada família enviaria uma de suas aos soldados do Capitão Máximo” (PASSOS, 1995, p.54). Os pais de Úrsula aceitaram o pedido para ceder sua filha ao comandante Máximo como esposa, vangloriando-se da posição que a filha iria ocupar, contrariando-a da vontade de servir a Deus.

A viagem foi autorizada e as virgens embarcaram num clima de tristeza e medo, porém a presença de Úrsula foi fundamental, encorajando as moças a viverem a fé cristã e enfrentar as adversidades da vida. O desembarque em Colônia se deu num clima de insegurança, devido aos constantes ataques do exército dos Hunos comandado pelo chefe Átila. Úrsula encorajou suas companheiras a enfrentarem os desordeiros, provando a Deus sua fé e amor a sua causa. À frente das moças como uma guerreira enfrentou o exército dos Hunos. O enfrentamento se transformaria numa chacina brutal, e um grande número de pessoas seriam assassinadas, inclusive moradores da própria cidade. Úrsula e várias virgens que a acompanhavam morreram na batalha, surgindo assim, a lenda das “Onze Mil Virgens”, número calculado pelos moradores de Colônia no momento do massacre. O culto às Onze Mil Virgens se espalharia rapidamente pela Europa (1995, p. 56), forçando a transladação de vários corpos para outros países, onde seriam recebidos como santos. Úrsula torna-se protetora das jovens, inclusive vários colégios e universidades na Europa invocaram sua proteção adotando seu nome. Na América a devoção chegaria por meio da Companhia de Jesus no início da colonização⁶⁵, e se propagaria até o século XVIII, especificamente até 1759, ano da expulsão dos jesuítas do Brasil.

⁶⁵ O seu culto, também, chegou ao Continente Americano. No Brasil, a devoção a Santa Úrsula veio por intermédio da Companhia de Jesus, que a festejava junto aos seus alunos. No dia 2 de junho de 1575, data em que se festejava Corpus Christi, chegaram à Bahia, no Galeão São Lucas, duas cabeças de virgens vindas de Lisboa, O acontecimento foi acolhido festivamente pela população, e o dia das virgens, 21 de outubro, foi tomado como dia de guarda pela cidade ou cidades que viessem a ter uma das cabeças. No dia 9 de maio de

A ordem das ursulinas crescera muito rapidamente, levando Ângela Merici a escrever os regulamentos e os princípios pedagógicos que norteariam seus membros. Curiosamente não sabia ler nem escrever, transferindo a responsabilidade de redigir seu pensamento ao padre Gabriel Cozzano. A Regra escrita em 1535 seria aprovada pelo bispo de Brescia em 1536, tornando possível a realização do Primeiro Capítulo Geral em 1537. Vale destacar que a Ordem crescera no final do século XVI por várias regiões da Itália, e em 1581 chegaram à França, e no século XVIII, em 1727 chegaram na América em Nova Orleans. No Brasil as obras de construção do convento ursulino, Nossa Senhora das Mercês, iniciavam-se em 1735 valendo-se da contribuição da sra. Úrsula Luiza de Monserrate, rica senhora⁶⁶ que empregara sua fortuna em obras de caráter religioso. O desejo de Úrsula Luiza vinha ao encontro da elite baiana que ansiava por um local específico onde suas filhas pudessem seguir a vida religiosa. Nesta época a região de Salvador experimentava um grande desenvolvimento graças à indústria açucareira que dava condições aos senhores de engenho para investir em construções religiosas. O rei D. João V concedeu autorização através do Alvará de 23 de janeiro de 1735, após imposição de algumas condições. A construção do convento enfrentou sérios problemas, todavia o Arcebispo D. José Botelho de Mattos autorizou que as futuras religiosas habitassem uma residência provisória, onde Úrsula Luiza tornou-se superiora até que as religiosas de Santa Úrsula chegassem para auxiliar o convento baiano⁶⁷.

A chegada das freiras ursulinas só se daria em 4 de outubro de 1895 quando 4 religiosas vindas da França foram recebidas pela população baiana. A presença das irmãs francesas foi determinante para o crescimento do convento, conquistando a admiração dos senhores proprietários da região que passaram a enviar suas filhas para lá estudarem, após Madre Maria Germana abrir o externato, Colégio Nossa Senhora das Mercês em 1897.

1583, chegou à Bahia mais uma cabeça trazida pelo padre Cristovam de Gouveia. A população da cidade de Salvador a recebeu com regozijo e muita festa. (PASSOS, 1995, p. 57).

⁶⁶ No dia 22 de outubro de 1700, na rua Direita das portas de São Bento, hoje Chile, na cidade de Salvador, nasceu Úrsula Luiza de Monserrate, filha de D. Mariana de Espínola e do fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel Pedro Barbosa Leal. Como vinha de uma sequência de nove irmãos que não conseguiram sobreviver, os pais, por medida de segurança, entregaram-na aos cuidados de Nossa Senhora de Monserrate e durante trinta anos prestaram à guardiã todas as reverências e devoções. A família Barbosa Leal, de origem portuguesa, era conhecida como a principal colonizadora da região, central da Bahia e possuidora de grandes latifúndios, de modo a gozar do maior destaque e respeitabilidade na região de Rio de Contas. Ao coronel Pedro Barbosa Leal, a região do Rio de Contas, bem como a construção de estradas a fim de facilitar o transporte das boiadas e dos seus produtos agrícolas. (PASSOS, 1995, p. 153-154).

⁶⁷ As ursulinas do Convento de Nossa Senhora das Mercês, desde a fundação, adotaram a Regra e Constituição da Congregação de Bordeaux, que lhes fora enviada pelo Mosteiro das Ursulinas de Roma e traduzidas para o português, desde 1735. (DANTAS, 1981, p.88).

Iniciaram com o curso primário e curso ginásial ou complementar, com um currículo centrado na cultura francesa.

O quadro abaixo registra a expansão das ursulinas pelo país no século XX com uma prática educativa voltada para a formação moral e religiosa em sintonia com as constituições da Ordem. A Ordem de Santa Úrsula, respondendo às exigências do tempo, procuraram formar pessoas religiosas, modestas, caridosas, silenciosas e obedientes (PASSOS, 1995, p. 243).

Ursulinas no Brasil:

ANO	INSTITUIÇÃO	CIDADE
1895	Colégio N.S das Mercês	Salvador–BA
1912	Colégio Santa Úrsula	Ribeirão Preto-SP
1916	Instituto N. S. da Piedade	Ilhéus–BA
1933	Colégio Santa Ângela	Resende-RJ
1938	Comunidade de Santa Ângela	Paraisópolis–MG
1939	Universidade Santa Úrsula	Rio de Janeiro-RJ
1972	Comunidade do Sagrado C. Jesus	Resende–RJ
1986	Comunidade de N.S. de Lourdes	Rio de Janeiro–RJ
1987	Comunidade N. S. de Nazaré	Salvador-BA
1994	Comunidade N. S. Fátima	Fátima-BA
1995	Comunidade de S. Ângela	Jabaquara–BA
2000	Fundação Santa Ângela	Pedro II – PI
2001	Santa Ângela Terceiro Milênio	Recife – PE

A madre Maria Germana, vinda de Aire-sur-I'Adour foi eleita a primeira superiora francesa do convento, considerada por suas colegas possuidora de todas as qualidades necessárias para o cargo. O externato seria aberto em 1897 e no mesmo ano o internato, para acolher as moças da cidade e região, formando “o coração da donzela, ao mesmo tempo que lhe vai cultivando e desenvolvendo a inteligência – tal é, em resumo, programa de toda verdadeira educação” (DANTAS, 1981, p. 139).

2.9 O Colégio Santa Ângela de Paraisópolis-MG: Congregação das Ursulinas

A vinda das ursulinas ao Sul de Minas está relacionada com a tensa situação vivenciada pelos religiosos na Alemanha nazista, especificamente no Convento em Schweidnitz na Silésia. Eram 110 religiosas dedicadas à educação de meninas quando a política nazista passou a impor restrições ao trabalho das irmãs. Educar as jovens segundo o modelo do Nacional-Socialismo era impossível, assim sendo, todas as escolas católicas foram fechadas, e uma grande perseguição aos fiéis cristãos se inicia na Alemanha. Diante da situação imposta pelos nazistas, as próprias ursulinas procuraram expandir seu trabalho para outras regiões. Em 1938 três irmãs, Ir. Inocência, Ir. Canísia e Ir. Cristina, deixariam o porto de Hamburgo chegando ao Rio de Janeiro no dia 20 de abril do mesmo ano. Hospedaram-se com as ursulinas de Resende – RJ para aperfeiçoar a língua e familiarizarem com o clima e com a cultura do povo brasileiro. Em janeiro de 1939 chegaram mais quatro irmãs para reforçar o quadro de irmãs educadoras que assumiriam o Colégio Nossa Senhora do Carmo em Borda da Mata – MG, fundado em 1º. de fevereiro de 1939, oferecendo os cursos primário e adaptação. O pequeno município era cortado pelos trilhos da Rede Sul-mineira de viação, por onde circulava os produtos da agropecuária regional enriquecendo os produtores e comerciantes locais. Vale destacar que o apoio destes homens de posses foi fundamental para consolidação da educação no município. Este colégio foi fundado por iniciativa de Raul de Andrade Cobra e Benedita Braga Cobra, preocupados com a educação de seus filhos e de outros borda-matenses. Nos arquivos das irmãs da cidade de Paraisópolis o breve resumo histórico registra:

Assim, em abril de 1938, três religiosas chagaram ao Rio de Janeiro. Passaram oito meses em Resende aprendendo a língua totalmente desconhecida e se acostumando ao clima. Seguiram depois, para Borda da Mata para fundar uma escola nessa cidadezinha do interior de Minas. O prefeito da cidade, as recebeu, alojando-as numa casa alugada. Logo foi iniciada a construção de um modesto prédio escolar. Em seguida, chegaram mais 4 religiosas da casa de Schweidnitz. Assim foi possível iniciar as aulas do curso primário e normal, com um pequenino internato. Algumas jovens professoras ajudaram as religiosas, que eram então 7. Das quais 4 professoras. (Regimento Interno – Colégio Normal Santa Ângela).

Os documentos locais fazem pouca referência ao colégio no período dirigido pelas irmãs ursulinas. Portanto, não sabemos o porquê das irmãs entregarem a direção ao prefeito

em dezembro de 1942 e partem para Paraisópolis-MG, para lá fundarem um colégio, atendendo pedido do bispo D. Otávio. Coincidentemente no início de 1943 tomava posse o novo prefeito da cidade de Borda da Mata, Dr. Rubens Carvalhaes de Paiva nomeado pelo governador Dr. Benedito Valadares Ribeiro, que traria as irmãs Dominicanas para assumir o comando do colégio após saída das irmãs ursulinas.

A chegada das irmãs na cidade de Paraisópolis agitou a sociedade local. As irmãs eram esperadas pelas autoridades locais e por pessoas da comunidade interessadas nos trabalhos das educadoras de origem francesa. No dia 28 de dezembro de 1942 as 7 irmãs, Inocência, Andréa, Sacandra, Cristina, Canísia, Felícitas e Irgardis foram recebidas na estação de trem pelo prefeito, Dr. Joubert Guimarães e vários de seus secretários. A educação das elites locais era uma necessidade que as autoridades políticas e religiosas aguardavam desde o início do período republicano, porém somente agora com a chegada das ursulinas que as filhas dos homens de posses poderiam receber formação religiosa e intelectual. O espaço do colégio era limitado, porém fazendeiros da região solicitam das freiras a abertura do internato, oportunizando às filhas destes o ingresso no colégio. Assim sendo, em 25 de fevereiro as irmãs já realizavam os exames de admissão para o curso de adaptação que se iniciaria com 26 alunas. O prédio do colégio fora comprado e ampliado com ajuda dos fazendeiros do município, surgindo assim o Colégio Santa Ângela.



(Figura 9 – Colégio Santa Ângela. Acervo próprio.).

A instalação do colégio se daria oficialmente em 19 de março de 1943 com a denominação de Escola Normal Santa Ângela, com amplas instalações no centro da cidade. A autorização para o funcionamento foi concedida pelo *Ato n.º* 2129 de 05/09/1944, e o reconhecimento do curso do magistério sairia por meio do *Ato n.º* 3983 em 27/11/1952. Somente com a Portaria 11/79 que o colégio receberia a atual denominação, Colégio Santa Ângela. No ano seguinte de sua instalação se daria a primeira colação de grau:

Aos 8 dias do mês de dezembro do ano de 1944, Madre Canísia Kandzior, diretora nesta Escola Normal “Santa Ângela”, de Paraisópolis, equiparada pelo Decreto n.º 2.129 de 5 de setembro de 1944 à Escola Normal de Belo Horizonte, procedeu à colação de grau às normalistas que no presente ano letivo, terminaram o curso. Presidindo à cerimônia a Exma. Sra. D. Maria Renó Guimaraes, representante legal do Governo do Estado, que convidou para a presidência o Exmo. Sr. Dr. Joubert Guimarães, prefeito municipal, o exmo. Sr. Dr. Rios, Juiz Municipal, o exmo. Sr. Brasilino de Moura Cardoso, Promotor de Justiça, o exmo. Sr. Souza Nilo, Diretor do Ginásio local, e estando presente muitas outras pessoas da mais distinta sociedade de Paraisópolis, foi entregue solenemente o diploma às normalistas. (Regimento Interno. Colégio Santa Ângela).

O regimento interno do colégio buscava garantir uma educação centrada nos valores e ensinamentos de caráter conservador, formando as mulheres para o futuro comando do lar. As famílias tradicionais da região procuravam o colégio para matricular suas filhas no internato ou externato, pois confiavam totalmente no trabalho das freiras, e sabiam do apoio do bispo e dos padres da cidade na formação moral e religiosa fiéis à tradição. A foto do dormitório das internas expressa a preocupação das irmãs com ordem e higiene.



(Figura 10. Arquivo do colégio)

Os pais almejavam a cultura letrada que o currículo do colégio oferecia às filhas, o que as distinguiam das demais moças da sociedade local, confiavam nos ensinamentos centrados na formação e reprodução dos tradicionais hábitos e convicções das famílias. As práticas pedagógicas da Ordem de Santa Úrsula mantinham um padrão rigoroso de disciplina que controlava os hábitos e também as atitudes das alunas, evitando assim, comprometer os tradicionais costumes. No ato da matrícula os pais na presença das filhas tomavam conhecimento das regras de conduta relativas à fé e a moralidade reproduzidas no cotidiano do colégio, como o uso obrigatório do uniforme, conforme foto abaixo.



(Figura 11. Arquivo do Colégio).

Os objetos pessoais das alunas eram padronizados e conferidos pelas mestras no dia da recepção. Para identificar seus pertences as alunas bordavam com as letras iniciais de seus nomes, ou marcavam com um número previamente distribuído. Os costumes das famílias eram semelhantes, assim sendo, os pais não precisavam temer influências negativas de outras classes, pois os costumes eram preservados e os valores reproduzidos, mantendo assim, a distinção de classes dentro dos colégios.

Algumas famílias produtoras de alimentos faziam doações às irmãs ou permutavam gêneros alimentícios por mensalidades, que seriam consumidos pelas alunas internas. Todo o consumo de alimentos era comunitário nos horários estabelecidos pelas mestras, sendo proibido alimentação diferenciada no interior do colégio.



(Figura 12 - Formandas com a paraninfa.. Arquivo do Colégio).

Os horários desde o acordar até o repouso noturno eram vigiados, assim como as visitas dos familiares dentro do colégio, nada podia ameaçar a honra das moças e a confiança das famílias. A Ordem das Ursulinas desde os tempos de sua fundadora Ângela Merici tinha plena convicção de seu trabalho considerado uma missão junto à igreja na reprodução dos bons costumes e na evangelização segundo o modelo ultramontano. A formação das moças fazia parte de um projeto maior da igreja coordenado pelo bispo com o apoio das religiosas, preparando as internas para o lar e influenciando as externas no cotidiano do colégio centrado na formação religiosa e nas associações religiosas abertas inclusive às meninas das classes menos privilegiadas.

O período de oferta do internato foi o mais marcante, cujo padrão ainda é lembrado pelas famílias mais tradicionais da região. Os objetivos da educação mericana eram centrados na preservação da ordem e na moderação do comportamento, assim, o trabalho das discípulas de Ângela Merici deveria continuar sua obra ensinando às moças as atitudes e posturas em comum acordo com os princípios morais, que levava muitas vezes as educandas a renunciar suas próprias vontades para acatar o padrão desejado por suas superiores. O discurso das freiras destacava a importância das boas relações, a obediência e o temor. As celebrações eucarísticas, as orações no cotidiano do colégio, as devoções ensinadas, as comemorações do dia da fundadora, da madre superiora, dos santos protetores, e os discursos nos momentos de reflexão ajudavam a construir o respeito a Deus,

aos pais às professoras e às autoridades constituídas. Os questionamentos eram silenciados evitando assim, a adesão de outras internas e a quebra do padrão imposto. A obediência era um fio norteador pregado em outros colégios da congregação. O ritmo implementado pelas irmãs ursulinas reforçava os padrões das famílias sul-mineiras, cujo modelo visava a “formação do caráter e a interiorização de valores” (PASSOS, 1995, p.22). Os pais conheciam estes padrões e os consideravam necessários e oportunos, assim ao matricularem suas filhas a aceitação às regras era natural e automática, como se os colégios fossem o segundo lar das moças em formação. A autoridade e responsabilidade eram transferidas às mestras consideradas eficientes e edificantes da sociedade local. A severa disciplina inibia até mesmo os impulsos sexuais das internas, tornando-as dóceis, submissas e obedientes. Esta disciplina moralizante vinha ao encontro do discurso político local comprometido com a manutenção do *status quo* e controle da população, portanto ir contra este padrão poderia dificultar a inserção da moça na sociedade no momento de encontrar o moço para o namoro e outras situações próprias da distinção de classes.

As fontes primárias registram com precisão o compromisso das ursulinas com a implantação deste padrão de formação desde o primeiro Colégio Nossa Senhora das Mercês em Salvador, conforme destaca Elizete Silva Passos ao analisar o colégio baiano:

O disciplinamento é analisado em nosso estudo como uma forma de exercício do poder colocado em prática no processo educacional, de modo a controlar os corpos das educandas, seus movimentos, suas posições, sua forma de apresentar-se, visando “fabricar” corpos adequados a fins produtivos. (PASSOS, 1995, p. 31).

As irmãs garantiam no interior de seus colégios por meio do discurso competente a doutrinação almejada pela igreja. O discurso conservador das religiosas se opunha às incursões de modernidade em expansão na sociedade local, todavia as mudanças no currículo, a flexibilização das regras e o fechamento do colégio interno na segunda metade do século XX expressa a necessidade das religiosas em acompanhar e adaptar-se às mudanças que a modernidade impunha às freiras educadoras e o enfraquecimento do próprio discurso ultramontano diante do novo modelo de igreja que será implantado no Sul de Minas.

2.10 O Colégio Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata-MG: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena

As irmãs dominicanas chegariam a Borda da Mata para substituir as irmãs ursulinas em 1943 na direção do Colégio Nossa Senhora do Carmo. Esta congregação foi fundada em 1868 por Teresa de Saldanha. A fundadora nasceu em Lisboa – Portugal - em 4 de setembro de 1837 num contexto de muita miséria e conflitos sociais, porém dentro de uma família extremamente católica, onde aprendeu desde muito cedo a partilhar seus dons com os mais necessitados. Seu olhar voltou-se para as meninas pobres da região, vítimas da exclusão social, esquecidas pelas autoridades e forçadas a trabalhar na agricultura para ajudar seus pais. Teresa inquietou-se com esta situação, e funda em 1859 a Associação Protetora de Meninas Pobres, para por meio da educação oferecer oportunidades às meninas de superação e servir a Deus com sua pastoral educativa. Mas o desejo maior era consagra-se a Deus através da vida religiosa, assim sendo, funda a ordem denominada Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, para melhor educar e formar na fé as moças de seu tempo. A fundadora homenagearia seus santos de proteção, São Domingos e Santa Catarina de Sena⁶⁸ ao denominar sua congregação.

A obra de Catarina de Sena expandiria por Portugal por meio dos colégios, orfanatos, asilos e outros trabalhos pastorais de apoio aos bispos e vigários. Porém, em 1910 eclodiria a Revolução Republicana em seu país promovendo grande perseguição aos religiosos. A maioria das casas das dominicanas foi obrigada a fechar-se, e as irmãs a transferirem-se para outros países:

Em 1910 aconteceu a Revolução Republicana em Portugal. Em nome da liberdade, perseguiu de modo especial a Igreja, que era então vista como um entrave para os ideais democráticos. A maioria das casas das Irmãs Dominicanas foi fechada e as irmãs dispersas. Esta perseguição aparentemente destruiu sua obra. Mas o bem em seu mistério tem uma característica interessante: a oposição só o fez crescer. Teresa por isso, conservou a fé “Se a obra é de Deus, não morre”. (Revista: *100 anos fazendo o bem*, São Paulo, 2011, p. 5).

⁶⁸ São Domingos de Gusmão nasceu em Caleruega (Castela-Espanha) em 1170. Tornou-se frade e funda a Ordem dos Pregadores, também conhecida como Dominicanos. Foi canonizado em 1234 pelo Papa Gregório IX.

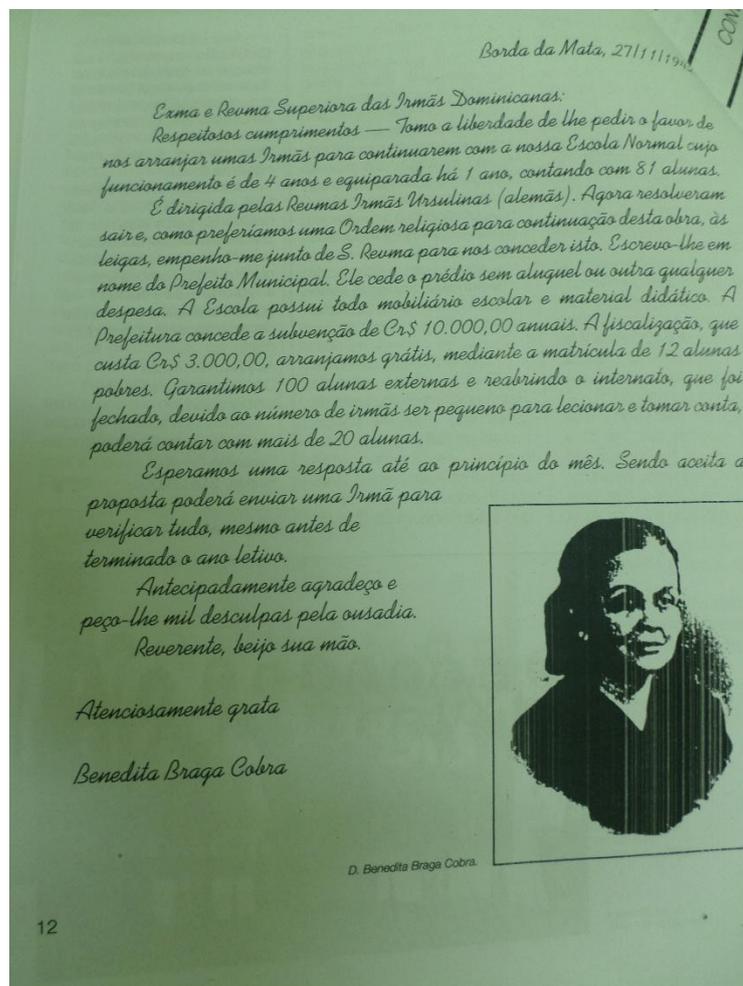
Santa Catarina de Sena nasce em 1347 na cidade de Siena-Itália. Entra na Ordem Terceira de São Domingos dedicando-se aos pobres e doentes. Foi canonizada pelo Papa Pio II em 1461.

As irmãs estrangeiras seriam as primeiras a serem perseguidas pelos republicanos, que acusaram as religiosas de serem defensoras da monarquia, portanto, deveriam mantê-las longe do povo português num momento de consolidação das instituições republicanas. As estrangeiras foram obrigadas a voltarem para seus países de origem, assim a Ir. Maria de Santo Inocência Lima, de Belém do Pará parte para o Brasil em dezembro de 1910. No mesmo mês receberia uma carta da fundadora comunicando-a do pedido de um padre português residente no Brasil, Pe. José de Almeida e Silva, orientado pelo bispo de Campinas, D. João Batista Correia Nery, para criação de uma comunidade na cidade dedicada à educação da juventude. Irmã Maria de Santo Inocência fundaria a casa em Campinas contando com o reforço das Irmãs Maria de S. Pedro Mártir Marques, Maria de S. José Chaves, Maria Cândida Rebelo Teixeira Guedes, Maria de S. Gonçalo Andrade, Maria de S. Pedro Apóstolo Dias, Maria de S. Jerônimo Correia e Maria de Santa Apolonia Rodrigues Dias, que foram enviadas pela Irmã Teresa de Saldanha que buscava por todos os meios possíveis dar continuidade a sua congregação.

A primeira atuação das irmãs no Brasil se daria no Instituto de Santa Maria fundado pelo padre José de Almeida em Campinas. Atendendo ao pedido do sr. Bispo abriram uma escola para meninas no mês de setembro de 1911 no centro de Campinas, denominada Externato São Domingos. Outras casas foram abertas no interior de São Paulo e no Rio de Janeiro, expandindo o trabalho das irmãs voltado à educação e cuidado aos doentes, transformando o Brasil na segunda pátria das dominicanas. Madre Maria de Santo Inocência Lima representava Teresa de Saldanha na fundação e orientação das casas de Campinas, Amparo, Copacabana, Petrópolis, Piracicaba e Limeira.

Os documentos da congregação no país registram o apoio do bispo D. Nery e das senhoras pertencentes às famílias tradicionais das cidades onde se estabeleceram nos primeiros anos de trabalho no Brasil. Muitas senhoras ajudaram as irmãs doando casas, mobílias, altares, sacrários para as capelas, pianos e outros objetos necessários nas casas e colégios. Esta aproximação com as famílias de posse motivou o casal Benedita Braga e Raul de Andrade Cobra, fundadores da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata a procurar as irmãs dominicanas para assumir a direção do colégio com a transferência das irmãs ursulinas para Paraisópolis. A carta convite escrita pela senhora Benedita Braga Cobra explicita a parceria da prefeitura local com a liberação da subvenção necessária para funcionamento do colégio, e coloca em evidência o serviço de

subserviência realizado pelas congregações religiosas ao oferecer um número de matrículas às meninas pobres o que seria compensado com a dispensa da taxa de fiscalização realizada pelo Estado.



(Figura 13. Fonte: Arquivo do Colégio).

Maria Benedita Cobra de Carvalho, filha do casal fundador do colégio destaca:

Meus pais indo a Amparo conseguem irmãs Dominicanas para dar continuação à nossa Escola. Como diretora veio a nossa saudosa Madre Maria Tereza de Jesus Mendonça, exemplo de humildade, bondade e abnegação. Com ela vieram para a organização Sister, Madre Maria Rosa e as irmãs Divino Coração, Santo Alberto, Maria Aparecida e outras. Neste ponto, nossas esperanças se concretizaram, e, já antecipávamos para um futuro próximo a farta colheita que haveríamos de obter na senda de nosso imprecável destino. A nossa formatura e outras já eram fato consumado. As Dominicanas continuaram com nossa Escola, indescritível foi a alegria de meus pais, pois o “Colégio Nossa Sra. do Carmo” era a “menina” de seus olhos. Minha mãe lecionou no início da Escola, depois foi nomeada

fiscal permanente por muitos anos. (História do Colégio Nossa Senhora do Carmo, Regimento Interno, 2012).

A proposta para assumir a direção do colégio foi recebida com alegria pelas irmãs dominicanas, cabendo a Madre vigária reunir o conselho no dia 08 de novembro para deliberar sobre o assunto. A decisão foi favorável e duas irmãs foram enviadas à cidade para vistoriar a residência, e tomar outras providências de acordo com as regras da congregação. Partiram de Amparo num trem da Companhia Mogiana, a Reverenda Madre Vigária com as irmãs que iriam formar a nova comunidade, Madre Maria Thereza de Jesus Mendonça, nomeada superiora, Irmã Maria de Santo Alberto Gomes, Irmã maria do Divino Coração Bueno de Camargo e a irmã Maria Cristina Fernandes. Às 6 da tarde desceram na estação de Borda da Mata e foram recebidas pelas alunas da Escola Normal, inspetora estadual Dona Benedita Braga Cobra, e outras autoridades locais, além de um grande número de pessoas da comunidade local. Seguiram para a matriz a fim de fazer as orações de agradecimento e preces. A casa paroquial seria a residência provisória por oito meses, cedida pelo Cônego Aurélio Mesquita, que passara a residir numa pensão ao lado da matriz, enquanto faziam as reformas numa casa próxima ao colégio.

A Escola Normal funcionou nos anos de 1943 a 1946 oferecendo os cursos primário de 4 anos, adaptação de 2 anos e normal de 3 anos. A primeira turma de normalistas com 8 alunas recebeu o diploma em dezembro de 1943. Com a obrigatoriedade do curso ginásial a partir de 1947 nas escolas normais de Minas Gerais, criaram o ginásio em substituição ao curso de adaptação, mudando o nome do colégio para Ginásio-Escola Normal Nossa Senhora do Carmo. O prédio do colégio fora cedido pelo Sr. Prefeito Raul Cobra, porém suas instalações eram pequenas para atender o número de alunas matriculadas. Assim sendo, o vigário com apoio de outras lideranças locais construiu o novo prédio num terreno adquirido pelas irmãs sito à Rua Melo Viana, para onde as irmãs se transferiram em julho de 1949. O novo colégio abriria também o internato, conforme destaca a sra. Benedita Braga Cobra na carta convite. Parte das alunas matriculadas no colégio em regime de internato eram provenientes de famílias carentes, estratégia usada para fins da isenção da taxa de fiscalização, além de contarem com a mão de obra destas moças nos serviços domésticos no interior do colégio. Vale destacar que o regime de internato foi muito comum no Sul de Minas neste período de chegada das congregações até meados do século XX. O currículo contemplava o estudo das ciências, a formação para a crença católica e

para os princípios morais. Assim sendo, as mestras tinham um controle das ações das internas, todos os passos das alunas eram vigiados, no dormitório, refeitório, pátio, sala de estudos, corredores e até na capela a madre formadora ficava numa posição privilegiada de onde enxergava todas suas discípulas. Os corredores no dormitório entre as fileiras de camas, conforme foto abaixo, permitiam a circulação das mestras que a qualquer momento poderiam passar averiguando o silêncio e outras normas comuns às internas.



(Figura 14. Arquivo do Colégio).

Em 1958 a diretora criaria o curso ginásial noturno masculino, e em 1972 funcionaria pela primeira vez o curso técnico de contabilidade; em 1984 uma única turma de 20 professores-adicional em educação física. Atualmente o colégio oferece educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo a única opção de ensino privado na cidade. O prestígio ainda continua significativo, justificando a matrícula dos filhos das elites locais que podem pagar as mensalidades, preterindo o ensino público. A estrutura do prédio

passou por várias reformas em relação à construção original, conforme foto abaixo, tornando-se moderna para atender às exigências dos pais e dos profissionais que lá atuam.



(Figura 15. Colégio N. S. do Carmo. Acervo próprio).

A trajetória das irmãs dominicanas em Borda da Mata é marcada por uma sólida parceria com a igreja ultramontana, cujo papel desempenhado corresponde aos anseios da hierarquia católica regional, assim como às expectativas da classe burguesa local. Os pais das moças na sua maioria agricultores conservadores, mas abertos às inovações modernas que chegavam pelos trilhos da Companhia Mogiana de Trem, e desejosos de oferecerem às filhas uma educação segundo os padrões considerados modernos sem abrir mão dos fios norteadores da moral e da fé católica. Um dos benfeitores do colégio, Monsenhor Pedro Cintra descreve sobre a grande contribuição das irmãs à igreja e à sociedade borda-matense:

Elas vieram para plantar e desde então, realmente vêm plantando: bondade e amor no coração da nossa juventude, a ciência e os conhecimentos humanísticos nas suas inteligências, os valores marais em seus corações, o

amor a Cristo e à igreja em suas almas. Somente quem acompanhou desde os primeiros anos a ação benemerita das irmãs dominicanas entre nós, pode avaliar devidamente o trabalho profundo por elas realizadas quer no colégio, quer na pastoral da paróquia onde elas atuam com muita eficiência. (Revista comemorativa dos 50 anos da Congregação em Borda da Mata, 1992, p. 7).

O trabalho das irmãs não se restringia à educação, mas para fortalecer os laços com a igreja as irmãs atuavam em outras obras como catequese na paróquia e bairros, visita aos doentes, ações caritativas aos pobres, e presença nas associações religiosas como Legião de Maria, ministério da liturgia e eucaristia. Assim, o colégio foi sendo representado por suas irmãs nas pastorais da igreja, fazendo-se presente entre as famílias do município mantendo boas relações com a sociedade local, e adaptando-se às reformas educacionais e às incursões de modernidade como única forma de manter-se aberto até os dias atuais.

Algumas características são comuns aos colégios da diocese de Pouso Alegre nesse período abordado, a primeira década do século XX, marcada pela instalação de várias congregações religiosas na região. O cotidiano dos colégios seguia padrão europeu voltado para a formação das moças das famílias oligárquicas detentoras dos principais cargos públicos na sociedade local. O certificado entregue na cerimônia de formatura era recheado de simbolismo, garantindo distinção de classe às privilegiadas formandas, pois a maioria das moças não tinha acesso à educação. No ato da formatura o juramento era obrigatório perante às mestras, pais e as autoridades religiosas e civis, conforme registro nas fotos abaixo. A cerimônia seguia um rito organizado em comum acordo com o bispo, reservando espaços na mesa dos representantes do poder, para às autoridades locais e regionais, momento oportuno para se colocar em evidência o culto às autoridades diante de todos os convidados. A autoridade religiosa tinha posição de destaque na cerimônia, sendo o bispo sempre o convidado de honra e na sua ausência o vigário o representava ocupando lugar entre as autoridades.

O ato de beijar o anel do bispo ou a mão do vigário, conforme foto abaixo da década de 1950, fazia parte do ritual da formatura realizada no salão nobre do colégio com a presença da família e outros convidados membros da classe burguesa local. O uso da beca na cerimônia contribuía para a distinção de classe, afinal receber um diploma no colégio somente seria possível às moças pertencentes à burguesia local, pois a maioria das mulheres filhas dos trabalhadores e assalariados do município não podiam matricular-se no colégio, devido o preço das mensalidades.



(Figura 16 – Fonte: Colégio Santa Ângela - Paraisópolis).



(Figura 17: Fonte: Arquivo do Colégio).

Receber o diploma implicava em assumir o compromisso público de contribuir para a manutenção da ordem estabelecida, seja na condução da futura família, da sala de aula

no exercício do magistério e ainda nas pastorais da igreja reproduzindo o discurso “competente” em harmonia com a autoridade religiosa, contribuindo assim, para a continuidade da estrutura social e edificação da sociedade moderna nos padrões desejados pelas elites. A formação intelectual com a expansão da escolarização era buscada pela classe dominante local com ampla divulgação na imprensa regional. A produção e reprodução dos conhecimentos científicos básicos eram contemplados nos currículos, e a formação religiosa pautada na doutrinação segundo as orientações do Concílio de Trento. Esta combinação de interesses proporcionará uma mudança, ainda que lentamente, do papel social da mulher, ampliando sua participação no espaço público, dinamizando as relações.

CAPÍTULO III

3 – CAMPANHA-MG: A DIOCESE E A EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE MODERNIZAÇÃO

Neste capítulo procuraremos compreender a projeção política da cidade de Campanha no Sul de Minas e na capital do Estado no início do século XX, e a trajetória dos bispos ultramontanos na primeira metade do século, e suas relações com os homens de posses na região. Buscaremos mostrar a transição do mundo rural para o urbano, e os anseios da classe burguesa local num contexto de expansão da instrução. E ainda, a chegada dos colégios confessionais da diocese de Campanha, e as relações destes com a sociedade em que estavam inseridos.

Estruturamos nossa pesquisa para tentar responder algumas perguntas: por que uma outra diocese tão próxima do bispado já existente em Pouso Alegre? Qual foi a participação da igreja no processo de expansão da instrução? Por que a cidade de Campanha se destacava no Sul de Minas? Que relações os colégios desta diocese estabeleceram com o poder local? Seria possível estabelecer uma relação entre atuação da igreja com o processo de modernização vivenciado em Campanha e cidades desta circunscrição?

Iniciamos nossa busca por fontes na própria cidade de Campanha, sede do bispado, que já possuía um colégio confessional antes da criação da diocese, o Colégio de Nossa Senhora de Sion. Foi objeto de pesquisa acadêmica intitulada “A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social sul-mineira no início do século XX”, apresentada por Ana Cristina Pereira Lage em 2007⁶⁹. Priorizaremos a relação das irmãs educadoras com o poder local, assim sendo, na procura por fontes documentais visitamos o arquivo da diocese de Campanha, onde disponibilizam jornais da cidade e região, revistas, livros de registros de batismo, óbitos, relatórios contábeis de algumas paróquias e Anuário da Diocese: 1944-1948, organizado pelo Monsenhor Lefort. Os documentos relativos ao bispado ficam separados numa outra sala, cujo acesso requer autorização especial do vigário geral da diocese. No centro da cidade localiza-se o Centro de Memória Monsenhor Lefort, possuidor de um vasto material, incluindo jornais, revistas, livros de autores locais, relatórios e outras fontes importantes.

⁶⁹ Universidade Estadual de Campinas.

O Centro de Memória possui encadernado vários números do jornal *Monitor Sul-Mineiro*, o mais influente jornal do Sul de Minas do final do século XIX e início do século XX. Vale destacar, que a educação ocupou espaços consideráveis em suas colunas ao longo de sua existência.

Pesquisamos ainda no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas- UEMG- Unidade Campanha. Tivemos acesso a vários jornais de Campanha e região, álbum de fotografias do Colégio de Sion, monografias de alunas, e várias atas de registros de matrículas. A abertura de colégios também se dará em Varginha, Caxambu, Passa Quatro, Conceição do Rio Verde, São Lourenço, Aiuruoca, Baependi e Boa Esperança. Visitamos o Colégio Santos Anjos e a Biblioteca Municipal de Varginha, Biblioteca Pública Municipal Professora Iracema Elias de Caxambu, Biblioteca Pública Municipal Afonso Lopes de Almeida de Passa Quatro, Biblioteca Pública Municipal Professor Plínio Motta de Conceição do Rio Verde, arquivo do Colégio Santo Inácio em Baependi, arquivo do Colégio Padre Júlio Maria e casa da cultura de Boa Esperança, e arquivo do Colégio Imaculado Coração de Maria em São Lourenço.

3.1 Estreitas relações entre política, educação e religião em Campanha -MG.

Historiadores locais e regionais destacam o desenvolvimento da região de Campanha desde os primeiros descobrimentos das riquezas por sertanistas paulistas. As minas do Rio Verde, localizadas entre o município de Campanha e São Gonçalo do Sapucaí se destacaram e tornaram-se o centro das atenções levando paulistas a ocupar todo o Sul de Minas, “conforme o dicionário Geográfico, de Saint’Adolphr, as minas de Campanha foram descobertas em 1720, sendo a freguesia criada quatro anos depois” (QUEIROZ, 1998, p. 56). Paulistas passaram a residir em Campanha como Francisco Martins Lustosa, Veríssimo João de Carvalho, e outros, apoiando a exploração das minas, o que geraria futuras disputas entre paulistas e mineiros. Início do século XVIII autoridades mineiras ordenam a saída dos exploradores paulistas do povoado denominado Campanha do Rio Verde, porém no retorno acabaram descobrindo as minas da região de Santana do Sapucaí e Ouro Fino⁷⁰, conforme destacamos no capítulo anterior. Esta região despertaria o desejo

⁷⁰ Em 1746, Martins Lustosa e Veríssimo João tomaram posse do descoberto de Santana e foram nomeados pelo Governador de São Paulo, respectivamente, Guarda-Mor e Intendente das minas. Deixando depois as terras repartidas e em franca exploração, prosseguiram em suas investigações, devassando toda essa parte da bacia do Sapucaí. Veríssimo João perlustrou os rios Cervo e Mandu, em cujas cabeceiras descobriram-

de mineiros e paulistas aventureiros em busca de riquezas, tornando o povoado de Campanha referência, fomentando a agricultura, pecuária e o comércio, forçando o desenvolvimento da futura cidade, que se tornaria centro das decisões políticas e religiosas.⁷¹

O então governador da Capitania de Minas Gerais, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença no ano de 1737, preocupado com as notícias da exploração das minas por forasteiros na região, ordena o envio do Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Cipriano José da Rocha, responsável por toda a região que envolvia São João Del Rei e o Sul do Estado, para se inteirar da exploração aurífera no local. O Ouvidor chega ao local no dia 2 de outubro de 1737, data considerada inicial da história de Campanha. Admirado com as belezas da região resolve criar o Arraial de São Cipriano, e em seguida uma casa de fundição e naturalmente uma igreja. O nome dado pelo Ouvidor ao local não permaneceu, pois na sua ausência ao retornar para São João Del Rei, os próprios moradores insistiram com o nome original dado pelos paulistas, Arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde.

As notícias das riquezas se espalharão por todo o país, e em pouco tempo a região será povoada por um número considerável de pessoas que se esforçarão em mutirão coordenado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento⁷² para erguer a primeira matriz no ano de 1742, em torno da qual o povoado se desenvolverá e buscará sua autonomia administrativa e o progresso por meio de suas lideranças religiosas e políticas.

Desde o final do século XIX que esta região já experimentava as incursões da modernidade, e uma emergente burguesia rural exercia sua liderança no Sul de Minas. No início do século XX a região de Campanha era uma das mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais. Compreender o desenvolvimento da região é fundamental para o entendimento da criação da diocese e da oferta da educação feminina. Campanha⁷³ crescia como um importante centro de decisões políticas. Neste período o regime monárquico se deteriorava, e cada vez mais se distanciava dos grupos políticos do interior dos Estados, favorecendo o despontar de novos grupos em todo o país, principalmente no tradicional

se as minas de Ouro Fino, e mandou abrir uma picada entre Santana e o novo descoberto. (QUEIROZ, Amadeu de. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998, p. 36).

⁷¹ Idem, p. 40.

⁷² SAN'TANA, Elisa Vilhena. **História da Catedral de Santo Antônio da Campanha**. Campanha: Print Gráfica, 2012, p. 17.

⁷³ Em 20 de outubro de 1798 recebeu o título de Vila. E finalmente com a Lei Provincial de 9 de março de 1840 foi elevada à categoria de cidade.

Estado mineiro. Esta região conquistava seu lugar no cenário mineiro com as riquezas provenientes do café e da criação de gado. Novos atores sociais aparecerão como os cafeicultores buscando um lugar no meio político, social e cultural no Sul de Minas. Os produtores de café irão ocupar espaços na sociedade, e manterão a mesma estrutura social de caráter conservador, porém ansiosos para também usufruir do conforto, fruto da modernização que chegava ao Sul de Minas. O potencial econômico dos proprietários locais tornará a cidade referência na região, conforme destaca o Almanach Sul-Mineiro de 1874⁷⁴, Campanha já possuía fundição de metais, prisão, biblioteca, tipografia, teatro, hospital, balneário, loja maçônica e instrução pública, dentre outras estruturas urbanas. Na área da educação a igreja daria sua contribuição desde os primeiros anos da formação do povoado, padres lecionavam latim aos interessados, e no início do século XIX ofereceram francês, filosofia, retórica, história e geografia. A cidade receberia a I Escola Normal de Campanha, a segunda criada no Estado, pela *Lei Provincial nº. 1769 de 1871*, e instalada em 7 de setembro de 1873.

Dentro em muito pouco tempo vai ser estabelecido nesta cidade uma escola normal. É mais um passo importante que dá Campanha no caminho do progresso, e para o qual, cumpre confessar, muito concorreu o nosso digno conterrâneo, o ilustrado e honesto Dr. Francisco Luiz da Veiga que tem sido perante o governo da província um incansável advogado dos interesses sul-mineiros. (*Monitor Sul Mineiro*, 03/11/1872, p. 4)

Diversos jornais foram criados nesse período, dentre eles podemos citar o *Radical Sul Mineiro*, *O Conservador*, *Liberal Campanhense*, *O Monarquista*, e o *Monitor Sul-Mineiro*⁷⁵, facilitando a circulação de ideias, padrões de comportamentos, posicionamentos políticos, e as doutrinas católicas. A cidade passa a ser vista como o local específico da materialização da modernidade, lugar onde os fazendeiros deveriam enviar suas filhas para receber a educação segundo o modelo burguês em plena expansão. Campanha se destacava na região por suas conquistas na cultura e no cenário político, inclusive recebendo os apelidos de “Atenas sul-mineira” e “Metrópole sul-mineira”⁷⁶. Políticos importantes projetaria a região no cenário mineiro e nacional, como Francisco Silviano de Almeida

⁷⁴ VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typographia do monitor sul-mineiro, 1874, p.35-38.

⁷⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897). In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano III, 1898.

⁷⁶ VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa**. Volume II. Vida Cultural. Parte I. São Paulo: Empresa gráfica da Revista dos Tribunaes Ltda, 1942.

Brandão, natural de Campanha, governou Minas de 7 de setembro de 1898 a 21 de fevereiro de 1902, Wenceslau Braz Pereira Gomes, de Itajubá, governador do Estado de Minas e eleito presidente da República em 1914, e outros que mencionaremos ao longo deste capítulo.

Portanto, para educar para o civismo e moral, assim como a formação religiosa e instrução básica, seria necessário a criação de instituições de ensino. Esta necessidade será contemplada por particulares em Campanha e várias cidades da região sul-mineira. O jornal *Monitor Sul Mineiro* destaca a importância da instrução ao sexo feminino:

Das vantagens de uma boa educação não deve ser privado o sexo frágil: - se suas aspirações são limitadas por sua própria natureza, tem ele uma importantíssima missão a cumprir sobre a terra. Si os primeiros e incertos passos que da o infante são guiados por sua mãe: si é ella que lhe ensina a proferir as primeiras palavras, a oração primeira, que lhe inspira os primitivos sentimentos, que dá lições que a memoria conserva e que mais tarde servem ao homem de guia na vida, quão delicada é a missão de uma mãe? (*Monitor Sul Mineiro*, 25/07/1874, p. 4).

Estas instituições privadas seriam dirigidas por membros da sociedade local, que acolhiam meninas de famílias interessadas em oferecer às suas filhas o que tinha de mais avançado na região. Alguns colégios aparecem nos jornais na segunda metade do século XIX, tais como, *Collegio de Meninas* dirigido por MME Paulina Maria Malisse em Campanha, *Collegio Nossa Senhora das Dores* dirigido por Eduardo Antonio de Barros e por sua esposa D. Alexandrina Jesuina Baret de Barros de Pouso Alegre, *Collegio Marianno* dirigido por D. Francisca Candido Marianno de Campanha, *Collegio de Santa Cruz* dirigido por Alberto Gomes de Lemos e D. Rita Horta Gomes de Lemos de São Gonçalo do Sapucaí, *Escola particular* de Lambari, *Collegio de Meninas* dirigido pela sra. D. Esther Carolina de Lemos Porto em São Gonçalo do Sapucaí, *Collegio Juvenato Caldense* dirigido por Tiburcio Mondim Pestana e por D. Januaria M. C. Mondim de Caldas, *Collegio Santa Cruz* dirigido por D. Amelia Braga da Costa e Silva em Varginha, *Collegio Nossa Senhora do Carmo* dirigido por Ismenia Rabello em Campos Gerais. Algumas destas escolas terão curta duração, porém outras permanecerão como únicas opções às famílias até a chegada das instituições religiosas no início do século XX.

Este contexto projetava Campanha como uma das principais cidades sul-mineiras que trilhava os caminhos do progresso, apesar do conservadorismo de seus habitantes. Vale

destacar a capacidade do comerciantes em promover as relações sociais e o acúmulo de riquezas, que seriam fundamentais para introdução do município nas rotas do desenvolvimento, principalmente após a chegada da linha férrea que ampliou a circulação de mercadorias, intensificou os negócios e o escoamento do café para a capital do país.

A igreja que desde 1739 já possuía uma paróquia, percebe os avanços pelos quais o município passava e seguindo as orientações ultramontanas buscará ampliar sua influência na região, aproximando das elites ligadas ao comércio e à agricultura. A primeira ação ultramontana da igreja foi a organização de um grupo de leigos fervorosos para articular a criação de um bispado em Campanha. O proprietário do jornal *O Monitor Sul Mineiro*, Bernardo Saturnino da Veiga, aproveitando a passagem de Dom Francisco Spolverini pela região em 1889, apresentou sua reivindicação:

Mil outras inconveniências, oriundas da grande distancia que separa o sul de Minas de seu pastor espiritual, terão impressionado desagradavelmente S. Ex. Rvma. – e o melhor ou o único remédio para por um termo a esses males, parece-nos, será a criação de um novo Bispado que tenha por sede esta cidade. (*Monitor Sul-Mineiro*, Campanha, 10 nov. 1889, nº. 982, p. 517).

Difundirá entre os padres e fieis a ideia de um bispado na cidade, através de uma circular ainda no ano de 1891. Logo de início esta ideia chocaria com os interesses de religiosos e políticos de Pouso Alegre, que também reivindicavam a sede do bispado. A comissão foi formada por Dr. Olympio Valadão, Américo Lobo Leite Pereira, Bernardo Saturnino da Veiga e Angelo da Veiga, e uma petição elaborada e enviada ao representante do Vaticano, conforme destaca Augusto José de Carvalho, “a petição dos campanhenses, no entanto, recebeu uma promessa do Internúncio, na época, Monsenhor Guidi abonada pelo Ordinário de Mariana” (1981, p. 44), o que será resolvido com a proteção de Dom Joaquim Arcoverde, bispo de São Paulo, a favor de Pouso Alegre. A questão da criação de um bispado no Sul de Minas desmembrando parte da diocese de Mariana e parte de São Paulo, gerava dúvida quanto à delimitação do espaço, “as divisas seriam pelo acordo firmado, o Rio Grande que dirimia a questão com Mariana e pela linha divisória, a atual na época por consenso unânime, os contrafortes da Mantiqueira ao Sul e sudoeste, rumo ao Triângulo Mineiro, era o que resolveria a questão com São Paulo” (CARVALHO, 1981, p. 44). A questão das divisas sempre gerou polêmicas entre as jurisdições desde a Guerra dos Emboabas tanto na área política como na religiosa.

A igreja de Pouso Alegre consegue a criação da diocese, porém em seguida sofrerá com as constantes intrigas e ameaças de perda da sede do bispado para Campanha. D. Nery manifestará preocupação:

Em seguida, Dom Nery comunica a impertinente vontade dos campanhenses pela transferência (agora só) da Sede Episcopal do Bispado do Sul de Minas para a cidade de Campanha. Que um dos motivos alegados era simplesmente tolo: a residência episcopal ou a casa do bispo. Que apesar de parecer isso uma razão de pouca monta, tinha ele informação segura de que o Núncio Giulio Tonti prometera aos campanhenses vir a Pouso Alegre e à Campanha, a fim de, **in loco**, apreciar a celeuma levantada. Urgia, pois que se fizesse alguma coisa para neutralizar o impertinente trabalho da cidade de Campanha. (CARVALHO, 1981, p. 60).

Momento importante se dará no dia 22 de abril de 1903 quando o Núncio Apostólico, D. Júlio Tonti, cumprindo o que havia prometido, visitará Campanha para se inteirar da grande reivindicação da população:

Era o dia 22 de abril. A população o recebeu festivamente, quando foram ouvidos inúmeros discursos e aplausos e todos se mostravam esperançosos. Naquele dia, estiveram em Campanha quarenta sacerdotes com representações de 102 paróquias sul-mineiras. Nessa oportunidade, todos pediram ao representante do Santo padre a transferência do Bispado para Campanha. Melhor seria se fosse solicitada a criação de uma nova Diocese. No ano seguinte, 1904, a comissão recorre ao eminente Joaquim Nabuco, diplomata brasileiro, então em Roma. E Sua Exa. Responde, no dia 09 de julho, que iria interceder perante o dr. Breno Chaves, ministro junto ao Vaticano, para poder alcançar o que todos almejavam⁷⁷.

Este debate chegará aos jornais de ambas as cidades, o que demonstra a influência política de Campanha na região, e a presença da imprensa nas questões de ordem religiosa estreitando os laços com a hierarquia católica, alimentando a luta pela conquista de uma sede episcopal. O jornal pouso-alegrense destacará:

⁷⁷ (Revista Saeculum. Especial celebrativo dos cem anos da Diocese da Campanha. Varginha: Gráfica Nossa Senhora Aparecida, 2009, p. 12-13).

Sob esta epigrafe o *Vargem-Grandense* de 19 do corrente estampou a notícia que, dada vênua, em seguida transcrevemos: “O acto da Santa Sé creando duas sedes ao bispado sul-mineiro, tem sido motivo de muitas discussões em que as opiniões divergem. Dizem uns que esse acto teve a única virtude de ser agradável aos campanhenses; outros dizem que d. Nery, *desgostoso com Pouso Alegre, passará para outra sede fixando ali definitivamente*. Esta versão, porém, cheira mais a intriga que outra cousa... Para terminar: podem ficar certos os srs. boateiros e inimigos de Pouso Alegre de que estão perdendo o seu tempo e o seu latim... (*Correio Sul-Mineiro*, nº. 19, 25/02/1905).

A presença do bispado na cidade era vista pela comunidade local como uma conquista importante, uma expressão de modernidade, da qual a população não queria abrir mão, sabendo das condições iminentes ao bispado que proporcionariam vantagens a todos, assim sendo, tornava-se cada vez mais inegociável a transferência da sede episcopal:

Fazemos ardentes votos para que esse acto pontifício não venha perturbar, como esperamos, a marcha progressiva de nossa cidade, pois que, como todos sabem, a presença continuada de S. Exe. agora em Pouso Alegre, faz-se mister mais do que nunca, afim de completar, com a conclusão de tantas obras já empreendidas, a consolidação do nosso ainda insipiente bispado. (*Correio Sul-Mineiro*, nº. 19, 25/02/1905).

O embate só se encerraria em 8 de setembro de 1907, quando foi criada a nova diocese, sendo instalada em 25 de abril de 1908 para alegria do povo de Campanha, e alívio dos pouso-alegrenses, agora orgulhosos pela construção do novo palácio episcopal após campanha coordenada por autoridades locais, dentre eles o capitão Inácio de Loiola, Octávio Meyer e Eduardo Amaral.

Uma das grandes preocupações da igreja ultramontana era a educação da juventude, principalmente a instrução e formação das moças, futuras mães e colaboradas naturais da igreja na missão evangelizadora e reprodutora dos preceitos católicos, conforme já mencionamos no capítulo anterior. Esta era uma necessidade das famílias proprietárias de todo o Sul de Minas, inserir suas filhas no processo civilizatório idealizado pela burguesia rural em fase de transição do mundo rural para o mundo urbano. A inauguração da linha férrea possibilitou ao povo de Campanha um maior contato com as cidades maiores, principalmente a capital do país, de onde chegava ideias e as inovações da moda,

comportamentos, que dariam um novo impulso nas relações sociais e uma nova roupagem à burguesia local.

A estreita relação entre igreja, Estado e educação no Sul de Minas se expandia cada vez mais, e chegaria ao seu ápice a partir da criação da diocese de Campanha em 8 de setembro de 1907 pela bula *Spirituali Fidelium Bonum* – O bem espiritual dos fiéis – assinada pelo Papa Pio X, e nomeado administrador o bispo de Pouso Alegre, Dom João Baptista Corrêa Nery. “A nova diocese foi desmembrada de Pouso Alegre, limitando ao Norte e Leste, o Rio Grande, ao Sul o mesmo rio e os limites que até então separavam reciprocamente as dioceses de São Paulo e Pouso Alegre, e a Oeste, a serra de São João e os rios Turvo e Sapucaí”⁷⁸. Esta conquista se deu a partir da articulação conjunta entre representantes da igreja, imprensa local e autoridades políticas da região como os deputados Joaquim Leonel de Rezende e Gabriel Valadão.

3.2 A igreja e a expansão da escolarização em Campanha

A nova diocese seria oficialmente instalada pelo administrador apostólico Dom João B. Nery no dia 03 de junho de 1908, que aproveitando a grande presença da população, solenemente nomeou como vigário geral o Monsenhor João de Almeida Ferrão. Nascido na cidade de Campanha, o padre João Almeida Ferrão foi nomeado bispo em 29 de abril de 1909. A sagração como primeiro bispo da nova diocese se deu no dia 12 de setembro de 1909 por mãos de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti cardeal do Rio de Janeiro. As primeiras ações do bispo D. Ferrão tinham por objetivo a estruturação da diocese, como a fundação do seminário Nossa Senhora das Dores⁷⁹, o Ginásio Diocesano São João, Colégio São Luiz Gonzaga, Colégio Santo Antônio, criação de associações

⁷⁸ (CARVALHO, Augusto José de. **Uma vida dedicada à igreja em Pouso Alegre**: centenário de Dom Octávio Chagas de Miranda. Pouso Alegre: Tipolitografia Escola Profissional, 1981, p. 75).

⁷⁹ O decreto da Exma. Nunciatura, expedido por D. Alexandre Bavona, aos 25 de abril de 1908, mandava ao Exmo. Bispo Campanhense que se estabelecesse, o quanto antes, o seminário. Assim, o seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores foi fundado por S. Excia. Revma, D. João de Almeida Ferrão, aos 10 de fevereiro de 1910. O prédio onde foi possível inaugurar o modesto seminário foi doado pelo grande benfeitor, Cônego Joaquim de Souza Soares, que se tornou o primeiro reitor da casa, tendo já de início 14 seminaristas. (Revista Saeculum. Especial celebrativo dos cem anos da Diocese da Campanha. Varginha: Gráfica Nossa Senhora Aparecida, 2009, p. 8).

religiosas, fundou *O Cruzeiro do Sul* (1912), órgão de comunicação das ações da diocese, e convite às congregações religiosas para se estabelecerem e abrirem colégios na região.

O bispado de D. Ferrão atendia ao modelo ultramontano de arrebanhar e orientar espiritualmente os fiéis, fortalecendo assim o catolicismo por todo o Sul de Minas num momento de expansão da maçonaria e das igrejas protestantes na região. As dificuldades de comunicação e transporte exigiam um grande sacrifício do bispo, visitar às paróquias da diocese a cavalo sujeitando-se a todas as diversidades da caminhada. As visitas seguiam os padrões e os rituais oficiais adotados pelos bispos no país. Os padres das paróquias preparavam com antecedência a comunidade para receber de forma festiva e solene a autoridade eclesiástica.

A relação do bispo com seus conterrâneos sempre foi muito próxima, criando fortes laços de amizade e admiração por parte dos fiéis em relação ao pastor, o que contribuiu para o imaginário popular dos campanhenses em considerar o bispo como pai e protetor de toda a família.

Figura amada de pastor e de pae espiritual, o Bispo da Campanha é, sem contestação possível, um dos maiores ornamentos do clero nacional, pois, não é pequena a projeção luminosa de seu vulto, nem são menos conhecidas suas raras qualidades do caráter e de espírito. (*O Arrebenta*, Campanha, Anno XX, 3/08/1928, n.º 891).

O discurso da igreja, proferido nas pregações, nos escritos e nas cerimônias religiosas reforçavam o modelo de igreja fiel às prerrogativas do Vaticano, que exaltava a autoridade religiosa, a doutrina católica e a estrutura da família patriarcal e conservadora. Ainda hoje a igreja local mantém características do cristianismo tridentino, e a sociedade campanhense extremamente influenciada pela diocese local. Nos espaços públicos é possível perceber as marcas deixadas, frutos das boas relações entre igreja e poder local, conforme relato:

Ainda em vida, recebeu de seus conterrâneos, através da Câmara Municipal, merecida homenagem de gratidão e amor, com a denominação de seu ilustre nome à Praça localizada em frente à Catedral, a Praça Dom Ferrão. É a praça mais querida da cidade, bem no centro, onde se reúnem os campanhenses para comemorações cívicas, para ouvir música ou simplesmente para passear, namorar, ouvir à tarde a

algazarra dos pássaros procurando se ajeitar para dormir, ou ver as crianças brincando. (SANT'ANA, 2012, p. 61).

Após a morte de D. Ferrão em 1935 o palácio episcopal seria ocupado por Dom Inocêncio Engelke, natural de Joinville, sagrado bispo em 12 de dezembro de 1924. Atuou como bispo auxiliar, sempre muito fiel ao seu superior, porém percorrendo as paróquias nos variados municípios, numa fase de cansaço físico de D. Ferrão. Recebeu forte influência de seu antecessor, portanto suas ações permaneceram na mesma linha ultramontana ainda predominante na igreja brasileira até meados do século XX. De início concentraria suas forças no apoio às ações voltadas para o despertar das novas vocações sacerdotais. A diocese compreendia uma vasta extensão de terras de difícil acesso com comunidades espalhadas por vários municípios aguardando a chegada de um sacerdote para as práticas católicas. Assim sendo, Dom Inocêncio lançará uma campanha com auxílio de associações religiosas para adquirir fundos que seriam investidos na formação dos futuros padres.

A presença do padre seria considerada imprescindível para a expansão da igreja em sua diocese, animando o povo e divulgando os princípios considerados fundamentais pela hierarquia católica. O bispo tinha consciência de que sua presença junto ao povo não era suficiente devido as longas distâncias a percorrer nos variados municípios⁸⁰ e as ocupações específicas do seu episcopado, portanto por meio das cartas pastorais incentivava os padres a estar junto ao povo:

Não achamos suficiente que de cinco em cinco anos haja uma boa missão na séde e nas capelas, pois, a experiência nol-o mostra de sobejo, quantos ainda ficam sem receber os fructos benefícios destes santos dias. É necessário que o nosso vigário em muitos lugares se desprenda de toda comodidade, munindo-se de uma boa dose de espírito de sacrificio, para poder alcanças muitas almas, que aliás jamais receberiam os consolos de nossa santa religião. (Carta Circular nº. 34, 1934, p.1-2).

⁸⁰ Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Boa Esperança, Cambuquira, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Careaçú, Carvalhos, Caxambu, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Cordislândia, Coqueiral, Cristina, Cruzilha, Dom Viçoso, Elói Mendes, Guapé, Heliadora, Ilícina, Itaci, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Monsenhor Paulo, Natércia, Nepomuceno, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pedralva, Pouso Alto, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, São José do Alegre, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, Serranos, Seritinga, Soledade de Minas, Três Corações, Três Pontas, Varginha e Virgínia. (*Revista Saeculum*. Especial celebrativo dos cem anos da diocese da Campanha. Varginha: Gráfica Nossa Senhora Aparecida, 2009).

O ministério episcopal de Dom Inocêncio Engelke, 35 anos de trabalho⁸¹, coincide com a nova fase da igreja em suas relações com o Estado brasileiro. Getúlio Vargas implantaria um governo autoritário, porém com relações mais estreitas com a hierarquia católica.

As pastorais implantadas pelos bispos visavam atingir às famílias com visitas pastorais, cartas pastorais, e valorização dos sacramentos, cujas celebrações aproximavam o povo do clero. Dentre as orientações do Vaticano⁸² constava a realização do Concílio Plenário Latino-americano, cujo documento *Jesus Christi Ecclesiam* lançado em 01 de janeiro de 1900 estabelecia orientações relativas à fé, pastoral, disciplina interna da hierarquia, culto e missão dos próprios bispos. Recomendava-se que os bispos realizassem conferências periódicas. Dos encontros episcopais surgiria a “pastoral coletiva de 1915”. Este documento versaria sobre a necessidade dos bispos unirem forças para melhorar os costumes do povo na vivência da fé.

As pastorais reforçavam o catolicismo tridentino, tal qual pregava o ultramontanismo, principalmente nas regiões mais distantes dos grandes centros, exigindo dos padres a formação de associações religiosas, apostolados, devoções marianas, cujas práticas seriam reproduzidas no interior dos colégios pelas religiosas.

Campanha se destacava no cenário político nacional conseguindo eleger deputados federais e senador, após a criação do Club Republicano em 1872. Na área da educação a cidade também já experimentava avanços com a criação de escolas comandadas por particulares, e a instalação da Escola Normal de Campanha em 1871.

Assim sendo, a necessidade de um colégio comandado por religiosas europeias contemplaria os interesses dos pais e autoridades locais. A igreja extremamente atuante na região assumirá o compromisso de providenciar a vinda de um colégio confessional para o município. A parceria entre poder local e igreja praticada desde a criação da Freguesia seria decisiva para vinda da Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion para Campanha.

⁸¹ Dom Frei Inocêncio Engelke faleceu no dia 16 de junho de 1960 com 79 anos de idade.

⁸² *Bula Universas Orbis Ecclesias* (Papa leão XIII de 27/04/1892); *Carta litteras a Vobis* (Papa Leão XIII de 2/07/1894); *Carta Cum Diuturnum* (Papa Leão XIII de 25/12/1898?).

3.3 O Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha-MG: Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion

Esta congregação foi fundada pelos Padres Teodoro Ratisbonne e Afonso Ratisbonne moradores da região da Alsácia-França. A família dos irmãos, padres, era de origem judia, o que teria influenciado aos fundadores em abrir um instituto para “não somente praticar o catecumenato, mas tornava-se necessária uma obra especial, conforme ao pensamento da igreja, para preparar a realização das promessas de Deus relativas a Israel”, escrevera Teodoro. Sua primeira iniciativa fora fundar uma escola em Paris específica para meninas judias sob coordenação de senhoras amigas. Esta escola cresceria, servindo como base para constituição da comunidade aprovada pelo Papa Pio IX em 15 de janeiro de 1847, oficializada em 8 de setembro de 1863. Em pouco tempo o instituto crescera após aceitar meninas católicas.

O próprio Padre Teodoro traçaria os fios norteadores da congregação, como também a expansão por outras partes do mundo. Em Jerusalém e Turquia no ano de 1856, Inglaterra em 1861 e no Brasil, cidade do Rio de Janeiro em 1889. Em Campanha as irmãs chegariam no ano de 1904, após contato com os padres jesuítas já fixados na cidade.

Autoridades locais, deputado Joaquim Leonel de Rezende Filho, promotor Gabriel Valadão, se uniram ao padre Natuzzi para convencer a madre superiora da congregação a instalar-se na cidade. O jornal *Monitor Sul Mineiro* registra a concentração das famílias tradicionais da cidade para receber as irmãs Marie Angelina de Sion e Joaquina de Sion. Assim, como em outras cidades do Sul de Minas a chegada das primeiras freiras educadoras foram motivo de grande concentração de pessoas nas estações.

Como noticiamos em nosso último numero, chegarão a esta cidade, na noite de 11 do corrente as Irmãs Maria Angelina de Sion e Joaquina de Sion, aquella superiora e esta professora do importante collegio de Sion, estabelecido na cidade de Petropolis. A chegada do trem grande foi o concurso de Exmas. Familiares e cavalheiros de nossa melhor sociedade, que ali se havião reunido com o fim especial de receberem as virtuosas e distinctas religiosas. (*Monitor Sul Mineiro*, 17/04/1904).

As primeiras educadoras chegaram em outubro de 1904, Mére Marie Dieudonée de Sion, Soeur Marie Albert de Sion, Soeur Marie Deodata de Sion, Soeuer Marie Antonin de Sion, Soeur Marie Appollinaire de Sion e Soeur Marie Anna Joseph⁸³. Estas dariam início a uma grande obra educacional na cidade, correspondendo às expectativas da igreja como também aos representantes do poder local.

Um antigo hotel foi alugado até a construção do prédio para as instalações do colégio que funcionaria em regime de internato e semi-internato. Este sistema já era conhecido em Minas desde a instalação do Colégio de Macaúbas em 1715 (MUNIZ, 2003, p.167), e posteriormente com a chegada da primeira congregação religiosa em Minas Gerais, Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo na cidade de Mariana em 1849. Este sistema atendia às orientações ultramontanas que chegavam pelos padres e bispos, porta-vozes do Vaticano na região sul-mineira, conforme já mencionamos no capítulo anterior. A disciplina adotada pelas irmãs era padronizada, seguindo o modelo europeu em todos os colégios da congregação. Os pais no ato da matrícula eram informados das regras e horários que deveriam ser seguidos por todas. O uniforme adotado conforme ilustra a foto abaixo, era obrigatório, assim como em todos os colégios de congregações.

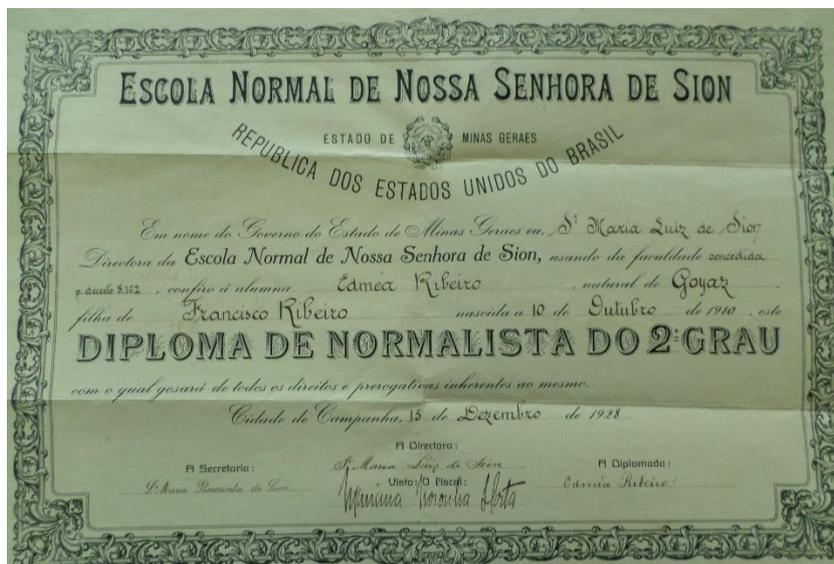


(Figura 18. Fonte: arquivo do CEMEC).

O currículo dividia-se em curso elementar, curso médio e superior. Oferecia estudo de línguas estrangeira, o francês era a língua originária da congregação, inglês ou alemão,

⁸³ (Monitor Sul Mineiro, 09/10/1904, p. 2).

leitura, escrita, ciências naturais, desenho, história, noções de filosofia, piano e trabalhos de agulha⁸⁴.



(Figura 19. Fonte: Centro de E. C. Monsenhor Lefort)

As internas completavam o dia com estudos, educação física, e formação religiosa. As irmãs procuraram adaptar o currículo à legislação vigente, mantendo assim, perfeitas relações com os fiscais do governo do Estado. Outra preocupação era com a infraestrutura do prédio, expressão de grandiosidade extremamente coerente com o discurso republicano, conforme ressalta (LE GOFF, 1994, p.536). Matricular as filhas no Colégio de Sion era experimentar o que tinha de mais moderno no município, proporcionando distinção de classe entre as moças da cidade. As irmãs atendiam algumas meninas de famílias carentes, porém, estas não usufruíam desta distinção, tão pouco proporcionava mobilidade social. Esta iniciativa das Irmãs de Sion era uma prática adotada desde a primeira comunidade criada pelo Padre fundador, acolher algumas “meninas pobres”, entendido como uma ação de subserviência e não como oportunidade de ascensão de classe social. Estas meninas eram denominadas de “martinhas”, responsáveis pelos serviços na cozinha, refeitório, lavanderia, e outros serviços gerais.

⁸⁴ Monitor Sul Mineiro, 16 de outubro de 1904.



(Figura 20. Fonte: arquivo do CEMEC- Campanha MG).

Os jornais darão destaque a grandiosidade da construção, conforme foto acima e a importância da instrução como instrumento eficiente para se alcançar o progresso e experimentar a modernidade. Fomentava a ideia na mente dos pais pertencentes à burguesia local de que suas filhas não poderiam deixar de trilhar estes caminhos considerados imprescindíveis pela intelectualidade em todo o país:

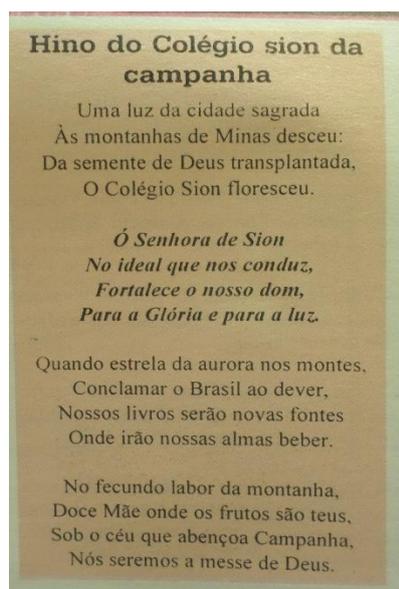
As vantagens, pois, da instrução não podem admitir contestação de espécie alguma – ella constitue uma condição de progresso, e é hoje o empenho constante de todos os povos civilizados. Cumpre, porém, que tratando-se de educação intelectual não fique esquecida a formação do caráter, que pode constituir o que chamamos a educação moral. (*Monitor Sul-Mineiro*, Campanha, 17/04/1904).

Uma das especificidades da relação igreja, educação e poder local está no apoio da imprensa regional aos colégios confessionais, propagando o trabalho das irmãs por todo o Sul de Minas. A igreja também divulgava nos jornais das dioceses e durante as visitas do clero junto ao povo e até mesmo nas celebrações. Os jornais locais exaltavam a contribuição do colégio para a cidade antes mesmo de sua instalação. Esta prática marcará toda a trajetória do colégio.

Já não são somente as esperanças de resultados felizes que alentão aos que, de animo sereno, recommendavão, como nós o temos feito, o importante collegio de Sion, estabelecimento nesta cidade, como o mais digno e conceituado instituto de educação e ensino, ao qual devem os chefes de família confiar suas filhas. As esperanças rapidamente se transformarão em realidades abençoadas, e os factos vierão depressa dar a saneção da evidencia e a prova irrecusável da verdade, aos juízos de antemão

formuladas e que talvez a alguém parecessem devidos à generosidade e *sympathia*, em favor da manutenção de um centro de luz e instrução da importância e valor do colégio de sion. (*Monitor Sul-mineiro*, Campanha, dezembro de 1904).

Com letras coloridas de destaque, o artigo, “marco indiscutível do progresso intelectual, moral e religioso de Campanha, de Minas e do Brasil completa 100 anos de existência (1904-2004)”, ocupando 4 páginas do jornal, exaltava a história do colégio, colocando em evidência seu cotidiano e sua exuberância entre as montanhas mineiras:



(Figura 21. Fonte: Jornal *Folha Campanhense*, Ano: 2004, p. 8-9).

3.4 Colégio Santos Anjos de Varginha-MG: Congregação dos Santos Anjos

A região recebera inicialmente o nome de Catandubas conforme destaca (SALES, 2003, p. 110), e após o ano de 1816 aparece nos documentos locais a expressão “Espírito Santo da Varginha”. O Almanak Sul Mineiro – 1884 destaca que de Curato em 1 de junho de 1850 foi elevada à categoria de Freguesia pela *Lei n.º.471*. Em 22 de setembro de 1881 cria-se o município de Espírito Santo da Varginha pela *Lei n.º. 2785*. O dia da cidade é comemorado em 7 de outubro de 1882 que a *Lei Provincial n.º. 2950*, elevou à categoria de cidade.

O município desde os tempos de Freguesia já demonstrava sua vocação para a agricultura e comércio, valendo-se da presença da navegação que os rios da região ofereciam, favorecendo o surgimento de uma burguesia rural:

A navegação no rio Verde, já faz em barcas, que vão desde a cachoeira do salto até o *Sapucahy* no Carmo do Rio Claro. É por esse meio que se faz o commercio do sal em grande escala, conduzindo cada barca 250 saccas. O Mascatinho, que passa a 2 leguas da cidade, tem também algum peixe, e marca a divisa da Varginha com Três Pontas. A 2 leguas da povoação encontra-se a cachoeira do salto, causada pela queda do rio Verde de altura superior a 4 metros: a 1 legua há outra cachoeira do mesmo rio em um ponto denominado Sete Saltos. Há na Freguesia mais terras de cultura do que campos, sendo artificiaes quase todas as pastagens...

Cultiva-se os generos alimentícios mais comuns: café, fumo e algodão para consumo, sendo, porém, a canna a cultura mais usada. Poucos são os fazendeiros na freguesia que possuem mais de 40 escravos. Há regular criação de gado, que é também invernado na freguesia, sendo depois exportado para a corte, assim como porcos, etc. (*Almanak Sul Mineiro* – 1884. Edição Fac-Símile. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2017, p. 184).

A localidade contava no momento da criação da Freguesia com cinco igrejas⁸⁵, o que demonstra a influência da hierarquia católica junto à população local. A presença dos padres contribuirá para as grandes conquistas da cidade ao longo dos anos, inclusive coordenando a vinda de congregações femininas e masculinas para oferta da educação e formação religiosa às crianças e jovens pertencentes à burguesia da cidade e região.

Ainda no século XIX, em 1892 inauguraram a estação no município. Pelos trilhos da Estrada de Ferro Muzambinho, futuramente associada à rede Sul Mineira, os produtores exportavam suas riquezas para as cidades maiores do Sudeste, e recebiam as incursões da modernidade. Aos poucos a produção cafeeira ocupará a maior parte das fazendas do município, sendo hoje referência na produção de café de alta qualidade, inclusive tipo exportação.

⁸⁵ Igreja Matriz de São Sebastião, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Miguel e Pretório e a capela dedicada à Santa Cruz (Idem, p. 182).



(Figura 22. Fonte: Almanak Sul Mineiro. Edição Fac-Símile.).

No início do século XX a burguesia rural a exemplo de outros municípios mencionados em nossa pesquisa buscará oferecer às filhas instrução e formação para o contexto urbano que se instalava. As poucas escolas existentes eram comandadas por particulares, “existe uma casa para instrução pública feita com auxílio de donativos promovidos por outro cidadão distinto, o estimado fazendeiro Domingos Teixeira de Carvalho”.⁸⁶Somente no início da década de 1920 que a sociedade local poderá contar com o primeiro colégio religioso em regime de internato e externato dirigido por freiras de origem francesa.

A Congregação dos Santos Anjos foi fundada por Barbe Élisabeth (Bárbara Elisa) como religiosa recebeu o nome de Madre Maria São Miguel, nascida em 24 de outubro de 1797 na cidade de Planches-em-Montagne, Departamento do Jura, França. Desde pequena já demonstrava atração por livros, o que seria incentivada por sua mãe que todos os dias lia trechos da bíblia sagrada, seguido de ensinamentos. Já na adolescência Bárbara manifesta desejo de ser religiosa, e passa alguns dias com sua tia cuidando de doentes no hospital de Chalon-sur-Saône.

Em 1822 abre uma escola na propriedade de seus pais, após receber autorização da prefeitura local, iniciando sua trajetória de dedicação à educação. As famílias de Poligny percebem o talento da religiosa e envia-lhe meninas para serem educadas. O ensino

⁸⁶ (VEIGA, 1884, p.182).

contemplava as disciplinas da época, além dos ensinamentos voltados para a vivência da fé católica. Busca apoio de amigas e de padres para fortalecimento de sua empreitada educacional. Desde o começo de suas atividades educacionais, formação intelectual e religiosa caminhavam juntas:

Dessa forma, Elisa vai unindo em sua vida cotidiana o humano e o espiritual, o trabalho e a oração, com simplicidade realismo. Sua sutileza pedagógica e seus dons de psicóloga a fazem descobrir os recursos latentes nas suas alunas, levando-as a uma formação completa, voltada para deus e para o próximo. (Congregação dos Santos Anjos. **Tudo para a glória de Deus**. Tijuca: Casa Generalícia, 2003, p.18).

O grupo de jovens educadoras ligado a Bárbara crescia, motivando o bispo de Saint Claude, Dom Jacques de Chamon a enviar dois documentos aos seus cuidados, o primeiro definia os objetivos da Congregação dos Santos Anjos, e o segundo já aprovava a própria congregação a título provisório, momento em que seu nome mudaria para Maria São Miguel, conforme orientava a tradição. Em seguida assumirá um colégio em Morez, onde atuará também na paróquia auxiliando os padres na evangelização. Este colégio oferecia internato, servindo de base para fundação da congregação, voltada para a promoção da educação cristã das moças filhas de pais de posses da classe média francesa.

Nesta cidade madre Maria alternava aulas às meninas do colégio e formação religiosa às irmãs congregadas, consolidando assim, a congregação e preparando as irmãs para abertura de outro colégio, que se daria em Mâcon no ano de 1844, na diocese de Autun, Departamento de Saône-et-Loire, onde as religiosas fortalecem seu trabalho educacional, expandindo-se para outras localidades. No Brasil o primeiro contato seria por intermédio do Padre Blondet que estivera em missão na América.

Chegam ao Brasil em 22 de maio de 1893 na cidade de Andaraí – RJ, em seguida para o Bairro Tijuca, onde mantém até hoje o Colégio dos Santos Anjos. As investidas na educação no Brasil seriam bem-sucedidas, constituindo uma Entidade Mantenedora Confessional Católica – Associação Franco Brasileira (AFB), com sede no Rio de Janeiro para o desenvolvimento das ações da congregação em várias áreas, inclusive inserção social em locais de vulnerabilidade. Na área da educação desenvolvem ensino básico e profissional:

A finalidade da obra é a dedicação à educação cristã da juventude conformando-se aos progressos da época, às posições sociais das famílias, às necessidades das localidades, às vocações particulares e conhecidas dos alunos. A dedicação à educação é o caráter distintivo, a alma, a vida, a felicidade dos Santos Anjos. (Congregação dos Santos Anjos. **Tudo para a glória de Deus**. Tijuca: Casa Generalícia, 2003, p.39).

A chegada das Religiosas da Congregação dos Santos Anjos em Varginha se dá por iniciativa do padre da paróquia do Divino Espírito Santo, Leônidas João Ferreira que entrou em contato com a Madre visitadora da congregação no Brasil, Madre Marie Stanislas Kolmann, intermediado pelo Ir. Mário Cristóvão. As primeiras irmãs a visitarem a cidade sul-mineira foram Irmã Maria Candida Rangel Campos, que se tornaria a primeira diretora do colégio, e Irmã Maria Verônica Goulart, que assinaram os documentos da fundação.

Em 1923 estas irmãs acompanhadas da Irmã Maria Matilde Correia de Mello fundaram o colégio em 23 de fevereiro. Padre Leônidas daria as coordenadas às religiosas educadoras, inclusive elaborando a planta do novo prédio, cuja pedra fundamental foi lançada em 24 de maio do mesmo ano, e inaugurado em novembro de 1924 pelo bispo Dom João de Almeida Ferrão. No ano de 1954 com a ajuda da população o prédio passaria por uma grande reforma, sendo praticamente reconstruído e adaptado às necessidades da época, conforme foto abaixo.



(Figura 23. Fonte: *Varginha moderna*: 1934. Fundação Cultural de Varginha. Edição Fac-Símile, 2017, p. 26).

Nos anos de 1992 a 2002 o prédio passaria por novas reformas e ampliação com construção do ginásio poliesportivo, piscina térmica semiolímpica, espaços para aulas de danças, artes, brinquedotecas, laboratórios, quadras, sala multimídias, dentre outras.

O curso normal de formação de professoras funcionou de 1925 até 1999 certificando moças que assumiriam salas de aula no município e região. O colégio criaria também cursos técnicos de enfermagem e secretariado como opção de formação de nível médio.

Atualmente o Colégio dos Santos Anjos de Varginha atende crianças e jovens provenientes de famílias de classe média, porém oferecem bolsas para alunos de famílias carentes. Os profissionais do colégio devem conhecer os fundamentos pedagógicos idealizados pela fundadora. Exige-se compartilhar os mesmos princípios educacionais de Madre Maria São Miguel.



(Figura 24: Colégio S. Anjos. Foto tirada em setembro/2017)

Os documentos atuais da congregação e os panfletos de divulgação do colégio apontam o perfil dos educadores Santo Anjos, que deverão estar envolvidos na proposta maior das irmãs, *educar e evangelizar*, fazendo com que cada um dos seus alunos “descubram o bem que há neles”. A pedagogia se volta para a formação humana, tal qual imaginava a madre fundadora, fazendo uso do cotidiano do colégio para atingir o coração de seus alunos:

O fundamento de todo projeto educativo é a pessoa de Jesus Cristo. Ele revela e promove o novo sentido da existência e a transforma. Habilita a pessoa a viver de uma forma divina, de acordo com a Evangelho, tendo como norma as Bem-aventuranças por Ele vividas e proclamadas (Const. nº. 78). Ao assumir a obra educacional, tomamos consciência da nossa missão apostólica de anunciar a Boa Nova, formando Cristo em nossos educandos. Nossa vocação é a dos Anjos prepostos à guarda dos jovens corações; dos Apóstolos a quem é dado ensinar a lei de Jesus Cristo; a mesma vocação de Jesus que nos associa ao mistério da Redenção. (Const. nº. 79).⁸⁷

Portanto, cabe ao profissional do colégio, conforme características enumeradas no *perfil do educador Santos Anjos*, “ser comprometido com o processo libertador, com a família e com a transformação da sociedade, colaborando com o plano de Deus na prática do bem, da verdade e da justiça” (2012, p. 6).

3.5 Colégio Santa Terezinha de Caxambu-MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap

A região de Caxambu era uma das mais conhecidas no Sul de Minas desde a chegada dos mineradores quando se depararam com as nascentes das águas minerais, denominando o local como Águas Virtuosas de Baependi, alguns anos depois Águas Virtuosas de Caxambu e por último Caxambu. Uma referência à montanha caxambu.

A Freguesia seria criada em 1875 com o nome de Nossa Senhora dos Remédios. No dia 16 de novembro de 1875 cria-se o distrito de Águas de Caxambu, permitindo a exploração das águas por empresas particulares. Hotéis foram construídos para receberem os visitantes, tornando a região conhecida no Rio de Janeiro, sede da corte portuguesa. Finalmente com a *Lei Estadual nº. 309 de 16 de setembro de 1901* o governo republicano reconhecia a Vila de Caxambu, e com a *Lei Estadual nº. 663 de 18 de setembro de 1915* o governador de Minas a transformaria na categoria de cidade.

⁸⁷ Perfil do educador Santos Anjos.2012, p. 5.

Invocando as bênçãos do fundador Padre Moye, Madre Superiora Rosa de Lima funda em 1 de fevereiro de 1928 o Colégio Santa Terezinha, correspondendo assim, às expectativas do bispo, vigário local, como também às famílias da região desejosas de darem formação às filhas. A madre superiora designaria as irmãs Radegunda, Albertina e Catarina para darem início a mais uma obra da congregação no Sul de Minas.

Desde o início o vigário local articulava a vinda das religiosas que contaria com o apoio do poder local. As subvenções eram destinadas ao colégio conforme *Lei nº. 173* assinada pelo prefeito Dr. Mário Artur Alves Milward em 1929. Os arquivos da congregação em Itajubá registram:

Art. 1º. – Fica concedido ao Colégio Santa Teresinha desta cidade, a subvenção anual de 10:000\$000, e isenção de todos os impostos e taxas municipais.

Art. 2º. – Fica concedido ao mesmo Instituto, pelo aluguel mensal de 200\$000 réis, o prédio em que funciona atualmente, sendo descontada essa quantia da importância da subvenção constante do art. 1º.⁸⁸

Nos primeiros anos o colégio oferecia a formação básica com as tradicionais disciplinas oferecidas nos demais colégios da região. Porém, em 11 de março de 1937 o então governador do Estado, Dr. Benedito Valadares Ribeiro assinaria o *Decreto nº. 764* reconhecendo o funcionamento de primeiro grau à Escola Normal Santa Terezinha. O apoio das famílias, e do bispo desta diocese foram imprescindíveis para a escola conseguir por meio do *Decreto nº. 2400 de 7 de fevereiro de 1947* assinado pelo Interventor Federal em Minas Gerais, Alcides Lins, autorização para ensino normal de 2º. Grau, como também o reconhecimento do curso ginásial. O reconhecimento sob regime de inspeção preliminar viria pela *Portaria nº. 716* de 28 de dezembro de 1946.

A cidade de Caxambu teria um crescimento populacional muito lento, dificultando a expansão do colégio. A procura por matrículas sempre foi aquém das pretensões das religiosas, porém o atendimento às moças foi nos mesmos padrões dos colégios de Carmo do Rio Claro e Itajubá. A própria arquitetura do colégio expressava o poder econômico das famílias, cujas filhas lá frequentavam.

⁸⁸ Pasta de arquivo da Congregação. Itajubá – MG.



(Figura 25: Colégio Santa Teresinha – Foto tirada em setembro/2017)

Os anos de 1970 foram de grande desafio para a maioria dos colégios confessionais da região. Vários fechariam suas portas nesta década, momento de grandes transformações na sociedade sul-mineira, com surgimento de novas profissões como alternativa de trabalho às moças, concorrência com as escolas estaduais em expansão no interior mineiro, além de um novo posicionamento de grande parte das famílias frente ao catolicismo, o que levaria as religiosas a fecharem as portas do Colégio Santa Teresinha em 1977, hoje o prédio acolhe a Escola E. Ruth Martins de Almeida.

3.6 Instituto Nossa Senhora Aparecida de Passa Quatro–MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap



(Figura 26. Fonte: Arquivo da congregação. Itajubá-MG).

A cidade de Passa Quatro iniciou seu povoamento efetivamente no século XIX, resultado das passagens de mineiros e paulistas pelo caminho velho da estrada real que cortava a região, levando a formação da Vila e constituição do Distrito em 1854. A criação da paróquia de São Sebastião do Passa Quatro em 13 de julho de 1864 e a inauguração da Estrada de Ferro Minas-Rio em 1884, posteriormente denominada de Rede Mineira de Viação, pela comitiva do Imperador Dom Pedro II contribuiria para a desenvolvimento da região.

O primeiro padre da paróquia, José Narciso da Silva Soares, manterá contatos com autoridades religiosas e políticas da região contribuindo para a emancipação através da *Lei* 3.657 de 1 de setembro de 1888.

A economia nas três primeiras décadas do século XX esteve centrada basicamente na pecuária e agricultura. Ricos fazendeiros juntando-se às autoridades da cidade conseguem com apoio do governo do Estado a fundação da Escola Normal para desenvolvimento da instrução na cidade.

Esta cidade era estratégica para a congregação da Providência de Gap. A localização próxima do Rio de Janeiro e a existência da ferrovia que facilitaria o transporte das irmãs para a capital, motivaria a fundação de um colégio das religiosas de Gap na cidade:

Partida para Passa Quatro, onde se solicitam irmãs para a direção da Escola Normal, Irmã Maxima é designada para esse posto, e logo em seguida vão juntar-se a ela as Irmãs Isabel e Inês. Por parte das autoridades religiosas e civis, como do povo as religiosas só encontraram simpatia e proteção. (AZZI, 2004, p.138).

A ida se daria em 3 de fevereiro de 1927. A presença das irmãs na pacata cidade correspondia às expectativas do vigário local, conselheiro das irmãs, e aos anseios dos fazendeiros matriculando suas filhas no colégio confessional. O trabalho das irmãs crescia em parceria com os Padres Betharramitas fundadores do Colégio São Miguel para meninos.

A imagem acima retrata a construção grandiosa para a pacata cidade nas montanhas mineiras em plena Mantiqueira, cujo isolamento da região foi rompido com a inauguração da estrada de Ferro Minas - Rio no final do Império. A Companhia denominada *The Minas and Rio Railway* construiria este entrocamento na 4ª. Seção da Estrada de Ferro D. Pedro II que ligaria Cruzeiro a Três Corações do Rio Verde - MG. Em 14 de julho de 1884 esta linha foi inaugurada pelo monarca D. Pedro II. Por estes trilhos chegariam as incursões da modernidade, como sistema de água e esgoto, energia elétrica, posto meteorológico, e inclusive as irmãs da Providência da Gap que assumiriam o colégio. O prédio passaria por ampliação e reformas ao longo dos anos, para receber moças de toda a região paulista e mineira, principalmente filhas de fazendeiros procurando inserir suas filhas no contexto urbano cada vez mais moderno



(Figura 27. Foto do colégio. Foto: acervo próprio).

No final dos anos 1970 o colégio demonstrava seu enfraquecimento, conforme destaca as atas internas do colégio, devido a pouca procura dos pais por novas matrículas. Nos anos de 1980 a situação se tornaria insustentável, levando as irmãs a deixarem a direção do colégio, e por meio do *Decreto Estadual n.º. 24540* de 23 de março de 1985 o Instituto Nossa Senhora Aparecida seria assumido pelo Governo do Estado, surgindo assim, a Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida.

3.7 Colégio Padre Júlio Maria de Boa Esperança-MG: Congregação das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora.

O povoado *Dores da Boa Esperança* surgiria da passagem dos desbravadores na segunda metade do século XVIII, porém a presença do Padre Cleto em 1804 ajudaria a alavancar o progresso da região e acelerar a emancipação do local. O fortalecimento do município se daria com a construção da Igreja Matriz em 1814 e instalação da freguesia de Nossa Senhora das Dores, iniciando-se a parceria entre igreja e poder local. Em 1869 a Vila se tornaria cidade, mas o processo de urbanização começaria somente no século XX.

Na área da educação somente no final do século XIX (1897) seria criado o *Colégio*

Doreense que oferecia ensino normal em regime de internato e externato⁸⁹. O desenvolvimento da cidade se materializava a partir da segunda metade do século XX, com implantação do sistema de telegrafia (1926), canalização da água (1928), inauguração da primeira rádio (1929), instalação do Banco Mineiro do Café (1934), e outras iniciativas sustentadas pela burguesia cafeeira em plena expansão no município. Assim sendo, lideranças políticas da cidade desejavam fundar um colégio para educação das moças e rapazes do município, inserindo-os no mundo da cultura letrada, a exemplo das cidades vizinhas. Coube ao professor Samuel Moura fundar em 1933 a Escola Normal “Dom Pedro II”. De início a escola atenderia jovens de ambos os sexos desejando entrar no magistério ocupando as vagas vacantes nas escolas.

Vale destacar que o acesso das mulheres brasileiras à educação se deu somente no século XIX, por meio da lei de 15 de outubro de 1827 que dava o direito à instrução ao sexo feminino ao criar no país as Escolas de Primeiras Letras para meninas. Conseqüentemente abriria espaços para as mulheres no magistério primário, até então predomínio dos homens. A possibilidade de educação às mulheres naturalmente nas cidades mais populosas, conforme determinava a própria Lei no seu Art. 1º. “em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”.⁹⁰

O ato Adicional de 1834 criaria as Escolas Normais no Brasil, dando autonomia às Províncias para regulamentar o ensino primário, secundário e formação das professoras. Em Minas Gerais as Escolas Normais surgiram somente em 1840 em Ouro Preto, na época capital da Província. No interior mineiro somente no final do século XIX em 1873 a Escola Normal de Campanha iniciaria suas atividades.

Jornais regionais registram a implantação de escolas normais em várias cidades sul-mineiras, que acabaram tendo curta existência, ou foram assumidas por congregações religiosas femininas, tal qual aconteceu com a Escola Normal de Boa Esperança.

A primeira turma de 10 normalistas receberia o diploma em 1937, sendo 3 homens e 7 mulheres. Antes mesmo deste evento seu proprietário, professor Samuel Moura, já manifestara o desejo de vender a instituição. O valor pedido foi considerado alto, sendo acessível somente aos fazendeiros com potencial econômico para adquirir o colégio. Dois irmãos, fervorosos católicos e fazendeiros locais, Dr. Joaquim Vilela (Prefeito Municipal)

⁸⁹ Jornal “O Almirante”, nº. 153, 1898, p.2.

⁹⁰ Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827, p.71, vol. 1. Acessível em WWW2.camara.leg.br

e João Vilela Junqueira (proprietário da Fazenda Mandioca) adquiriram a Escola Normal “Dom Pedro II”.



(Foto 28. Colégio Padre Júlio Maria. Acervo próprio).

A escola foi entregue ao vigário, Cônego Osório Maria Tavares, ficando responsável pela oferta da educação de nível médio e formação de futuras professoras na cidade. Contando com a contribuição do bispo diocesano foi possível entrar em contato com o Padre Júlio Maria de Lombaerde⁹¹, fundador da Congregação das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora que assumiriam a Escola em 11 de fevereiro de 1938.

O Cônego Osório alugaria uma casa na praça da matriz e cederia a casa paroquial às irmãs como residência provisória. A comunidade local recebeu com entusiasmo as religiosas sacramentinas que implantariam uma proposta educativa em harmonia com os valores pregados pelo fundador, cuja vivência requer uma espiritualidade cristã como sinal de pertença à instituição confessional católica. O projeto pedagógico das sacramentinas vinha ao encontro das práticas católicas dos pais, tradicionais parceiros da igreja, controladora da moral e dos costumes no município.

⁹¹ Padre nascido na Bélgica. Missionário da Congregação dos Missionários da Sagrada Família fundador da Congregação das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora em Manhumirim – MG em 1929.

A mudança do nome da escola ficou por conta da diretora Irmã Maria das Dores, argumentando que o nome repetia ao da escola modelo do Rio de Janeiro, portanto propôs a substituição aceita pela secretaria de ensino do governo mineiro, Colégio “Padre Júlio Maria”. A equipe gestora vem acompanhando a legislação adaptando a tradicional proposta de educação confessional às inovações do seu tempo em parceria com os pais e com a igreja local. As irmãs continuam na direção do colégio oferecendo educação infantil, ensino fundamental e médio.

3.8 Colégio Sagrado Coração de Jesus em Conceição do Rio Verde-MG: Instituto Religioso das Franciscanas de Dillingin

A origem da cidade está diretamente relacionada à presença da igreja na região. A construção da capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição daria início ao povoado quando uma sesmaria foi doada a Inácio Carlos da Silveira. Anos depois terras foram doadas para ampliação da capela que receberia como primeiro vigário o Padre Francisco Antonio Grilo. A presença do padre foi determinante para se chegar a condição de Vila de Águas Virtuosas, hoje cidade de Lambari, e o povoado de Conceição do Rio Verde. Em 30 de agosto de 1911 cria-se por meio da *Lei Estadual n.º. 556* o município de Conceição do Rio Verde, sendo instalado em 10 de julho de 1912. A partir desta data o município se desenvolveria tendo a frente a articulação dos padres para as melhorias na infraestrutura e desenvolvimento da educação no município.

O colégio seria criado pelas religiosas de Dillingin. Essa ordem surge de um grupo de refugiadas francesas, mulheres piedosas, denominadas de Beguinas. Fugindo de perseguições na França no século XIII foram para a cidade alemã denominada Dillingin, e lá formaram o grupo de Irmãs Franciscanas da Ordem de São Francisco, futuramente chamadas de Irmãs de Dillingin. Em 1854 instalam-se em Munique com carisma já definido. Passaram a auxiliar os padres atuando na educação da juventude, nos cursos primário e secundário, escolas profissionais e orfanatos.

Aproveitando a efervescência das religiosas europeias no Brasil, as primeiras irmãs chegariam em Goiás para auxiliar os padres redentoristas em trabalhos missionários, quando se tornaram conhecidas no país.

A chegada das irmãs do Instituto Religioso das Franciscanas de Dillingen ao Sul de Minas se dá por intermédio do Monsenhor José Augusto Alkmin, preocupado com a educação das meninas e moças de sua paróquia. Atendendo ao convite, as primeiras irmãs chegam em 1938 e fundam a Escola Normal Nossa Senhora da Conceição para oferta da educação básica às moças da cidade com as bênçãos do bispo diocesano, Dom Inocêncio Engelke. No dia 04 de março deram início às aulas numa casa alugada do Dr. Guerra, até que o padre providenciasse um prédio próprio. No ano seguinte no mês de junho as aulas já foram transferidas para casa própria, e de imediato o padre já lançaria uma campanha para construção de um prédio apropriado que acompanhasse a evolução da escola.

Alguns dias após o início das aulas, 10 de março, o exmo. vigário organiza com as crianças e irmandades uma imponente procissão de Nossa Senhora de Lourdes e vai à casa de Exmo. Sr. Manuel Maciel -vulgo Barão. Cantam-se hinos, dão-se vivas e o vigário toma a palavra: lembra os milagres de Nossa Senhora, enaltece sua proteção; lembra a fundação de uma escola de Irmãs sob o seu patrocínio na cidade de Conceição do Barão Maciel um donativo para a compra do prédio da escola. O sr. Barão não se faz de rogado. Generosamente assina um cheque de Cr\$ 20.000,00 e entrega-o ao vigário. Com os Cr\$ 20.000,00. (*Voz Diocesana*, Campanha, 13/08/1951, ano IV, nº. 16, p.3).

A articulação do padre foi eficiente e em 1942 seria inaugurada a primeira parte da Escola Normal com grande número de alunas matriculadas no curso primário, requerendo das irmãs novos investimentos para que outros cursos fossem criados, para dar continuidade aos estudos. A construção do colégio correspondia a grandiosidade das construções escolares, atendendo aos anseios da classe proprietária local.



(Foto 29: Colégio Sagrado C. de Jesus. Acervo próprio).

Assim sendo, em 1945 autoriza-se pelo *Decreto n.º. 2180* de 4 de dezembro de 1945, o 1.º. Grau, e pelo *Decreto n.º. 2419* de 21 de fevereiro de 1947 o 2.º. Ciclo. O apoio do padre local e dos pais proprietários da cidade e região possibilitaram o crescimento da escola numa pequena cidade do interior. Meninas de outras cidades vizinhas, como Lambari, São Lourenço e outras, matriculavam-se para receber educação nos moldes europeus das Irmãs de Dillingin. Finalmente em 1948 através da *Portaria Ministerial n.º. 687* de 30 de novembro de 1946 a escola normal transformava-se em Ginásio Sagrado Coração de Jesus. Jornais da época, especificamente o Jornal da diocese, *Voz Diocesana*, propagava em suas páginas as ofertas do ginásio em 1951: curso primário, admissão e ginásio.

Destacamos ainda a presença das Irmãs Beneditinas da Providência Divina a partir de 1950 quando assumiram a Escola Normal e Ginásio Coração de Jesus em Três Pontas, contemplando os esforços do Padre Vitor a pedido do bispo Dom Inocêncio Engelke para mais um colégio confessional em sua diocese. O trabalho das religiosas inicia-se num período que extrapola o recorte de nossa pesquisa, assim sendo, não pesquisamos este colégio. Mas, sua existência é mais um exemplo da expansão da educação no Sul de Minas devido à igreja.

3.9 Colégio Imaculado Coração de Maria de São Lourenço-MG: Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria

Este colégio iniciou seu funcionamento em 3 de março de 1938 com a denominação de Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A Congregação das Religiosas Ursulinas assumiu o colégio e passaram a oferecer os cursos primários, adaptação e normal. O primeiro desafio das irmãs foi requerer a mudança da denominação, o que foi consentido pelo *Decreto n.º. 2034*, quando o governo reconhece o colégio como Escola Normal de 1.º. Grau “Santa Úrsula”, uma referência à Santa homenageada da congregação. O próximo passo foi pleitear o reconhecimento do ginásio, autorizado pela *Portaria n.º. 539* de 12 de setembro de 1946. O próximo *Decreto n.º. 2400* reconhecia o ensino normal, passando a instituição a denominar-se Ginásio e Escola Normal “Santa Úrsula”.

As religiosas cumprindo determinação de suas superiores alemães deixam a direção do colégio, passando a direção aos cuidados do Monsenhor Lucas Maia em 1955. A igreja local ciente que seria necessário convidar outra congregação para assumir o colégio, passa a contactar religiosas dispostas a assumir o colégio plenamente reconhecido pelas autoridades do Estado de Minas.

O convite foi feito ao Instituto das Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria, que assumiram em fevereiro de 1956. Esta ordem foi fundada por Maria Catarina Troiani, cujo nome de batismo foi Costanza Troiani, nascida em Giuliano de Roma cidade da Província de Frosinone- Itália. Com apenas dezessete anos já vestira o hábito religioso das Monjas de Santa Clara.

Num ambiente de vida contemplativa brotava-lhe o desejo de uma vida missionária. A oportunidade surgiria quando o confessor das Monjas – Frei Giuseppe Modena ofereceu ao vigário apostólico do Egito⁹², a colaboração de sua comunidade à obra missionária e propôs a abertura de um mosteiro no Cairo. A proposta vinha ao encontro do desejo de irmã Catarina de instruir e educar meninas pobres em outras partes do mundo.

Em 1863 Irmã Catarina foi nomeada superiora da comunidade do Egito, podendo assim, colocar em prática seu ideal missionário naquelas terras. Em 1868 se daria a separação do mosteiro de origem, surgindo a nova ordem constituída canonicamente com o nome de Terciárias Franciscanas do Cairo, e a partir de 1950 passarão a denominar-se

⁹² TODARO, 2006, p. 10.

Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria. Esta separação causou sofrimento:

A multiplicação das obras e atividades faz-se bem depressa, causando atritos e incompreensões com a Comunidade Religiosa de Ferentino. Isso, talvez, seja a causa providencial, preparada por Deus para dar vida a um novo Instituto; pois o Espírito Santo sopra onde quer os seus carismas, para enriquecer a Igreja. Os contrastes mias evidentes nascem do fato que a Regra e as Constituições das irmãs de Ferentino se revelam logo inadequadas às exigências da vida religiosa em missão. As obras missionárias absorvem dinheiro e pessoas, tornando-se oneroso mantê-las; além disso, os bispos e as Religiosas de Ferentino são guiados por critérios muito diversos, para não dizer opostos, ao avaliar a situação. (TROIANI, 2014, p. 23).

O relato da fundadora coloca em evidência as incompatibilidades do espírito missionário das freiras do Egito com as tradições contemplativas predominantes na terra natal. Contemplação tornou-se inconciliável com missionariedade, levando as irmãs a optarem pela separação, assumindo um novo carisma idealizado pela fundadora desde os tempos de formação no convento italiano.

Os documentos atuais da congregação destacam este espírito missionário e postura aberta aos sinais dos tempos da ordem que vem norteando as ações das irmãs, conforme destaca o projeto político pedagógico do colégio:

Educar e instruir os ensinamentos evangélicos concretizados e vivenciados em Francisco de Assis e em Madre Maria Catarina, formando jovens comprometidos com o seu tempo, abertos a mudanças e à construção de uma sociedade mais justa e solidária. (Projeto Político Pedagógico, 2017, p. 3).

As primeiras irmãs chegam ao Brasil na cidade de Sacramento-MG em 16 de junho de 1907, atendendo ao convite do bispo de Uberaba, Dom Eduardo Duarte da Silva preocupado com a evangelização na região. A Madre Superiora Geral Maria Columba Viola autoriza a viagem de cinco irmãs para Minas Gerais: Madre Maria Germana Gagliano da Cruz, Irmã Maria Helena Mariane, Irmã Maria Genarina Bazzi, Irmã Maria de Jesus e Irmã Maria Tarcisia Périgo. De Sacramento as irmãs ampliariam a presença da congregação por outras cidades, chegando em São Lourenço em 1956.

Assim que assumiram o colégio, as irmãs buscaram apoio do vigário para acelerar a mudança do nome, conquistada por meio do *Decreto n.º. 5.414* de 03 de março de 1958 e pela *Portaria n.º. 777* de 06 de agosto do mesmo ano que alterou a denominação do estabelecimento para Escola Normal e Ginásio do Imaculado Coração de Maria. Pela *Resolução n.º. 1.216* de 31 de janeiro de 1975 foi autorizado o funcionamento do curso Técnico de Enfermagem em nível de 2.º. Grau, passando a instituição a denominar-se Colégio Imaculado Coração de Maria. E pela *Portaria n.º. 601/2009* de 26 de maio de 2009 autorizou o funcionamento do ensino médio. Portanto, o colégio oferece atualmente ensino fundamental e médio.



(Foto 30: Colégio Imaculado Coração de Maria. Acervo próprio).

3.10 Colégio Santa Edwiges de Aiuruoca-MG: Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt

A região de Ayuruoca foi uma das pioneiras em receber desbravadores a procura de ouro e pedras preciosas por entre os abundantes rios e matas, invadindo terras dos primeiros

habitantes. Historiadores regionais e locais apontam a presença de índios ayuruãs, que seriam expulsos e outros dizimados pelos forasteiros no século XVII.

A Serra do Papagaio tornou-se lendária desde que os primeiros humanos começaram a habitar aquelas terras. Conjectura-se que os nativos ayuruãs foram os primeiros ali encontrados e logo dizimados ou dispersos pelos forasteiros. O padre João de Faria Fialho, o descobridor do ouro na região, em suas informações de 1694, fala-nos do “rio dos Guanhanhans”, possivelmente também conhecidos como os índios “guanhas”, que significa “homem veloz”. (MACIEL, 2016, p. 10).

A descoberta do ouro na região é mérito do padre João de Faria Fialho⁹³, vigário de Pindamonhangaba que seguiu trilhas abertas pelos indígenas. O povoamento seria consequência das descobertas, que atrairia inúmeras pessoas para a região, levando o governo a tomar uma série de medidas administrativas e outras formas de controle estabelecidas pelas capitanias e superintendências. O governador Albuquerque de Carvalho passando pela região:

Impôs uma série de reprimendas, multas e prisões a quem desobedecesse ao Erário Régio. As cartas e lavras clandestinas e a sonegação fiscal campeavam nas adjacências do Caminho Velho ao Rio Paraíba. A população nas Minas do Ouro aumentou e igualmente cresceram os problemas e dificuldades. (MACIEL, 2016, p. 12).

A assistência religiosa acompanharia os avanços das entradas dos bandeirantes nestas terras. Documentos registram a presença de religiosos em missão às minas “Em provisão de 10 de outubro de 1699, o Conselheiro Ultramarino permitiu aos beneditinos do Rio de Janeiro que também fossem em missões às Minas” (MACIEL, 2016, p.89), ainda sob a responsabilidade do bispado do Rio de Janeiro. Capelas improvisadas foram instaladas no povoado, possibilitando o culto aos santos de proteção dos moradores, até a criação da primeira freguesia:

⁹³ MACIEL, 2016, p. 109.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Raposos é a paróquia mãe das Minas, erigida em 1690. E a primeira irmandade foi a de Santo Antonio da Roça Grande, mencionada em 07 de fevereiro de 1711, na carta de Sesmaria a ela concebida pelo governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. (MACIEL, 2017, p. 90).

As primeiras comunidades se organizariam contribuindo para a formação do Arraial da Aiuruoca que se tornaria Capitania em 20 de julho de 1708, culminando com a Freguesia da Aiuruoca em 1717 com autorização do bispo Dom Francisco de São Jerônimo. Este pioneirismo da região de Aiuruoca favoreceria o dinamismo da igreja que receberia visitador canônico⁹⁴ abençoando capelas e fortalecendo a crença religiosa do povo. Em 1834 recebe a denominação de Vila, e com a *Lei Provincial n.º. 1.510* de 10 de julho de 1868 torna-se cidade.

Esta breve análise dos primórdios do povoado de Aiuruoca faz-se necessário para compreendermos a presença inerente da igreja católica em todos os momentos significativos da história do município, preparando o cenário para a atuação decisiva do futuro bispado nas incursões de modernidade e na expansão da escolarização junto à comunidade local. O bispo representado pelos vigários que desde a passagem do padre João de Faria Fialho na segunda metade do século XVII, trabalhará em parceria com as famílias de posses para a chegada da congregação religiosa de origem europeia que assumiria a educação das meninas e moças preocupadas com a formação que as preparassem para a inserção num contexto considerado moderno.

O convite foi feito à Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt, que tem suas origens na região alemã da Baviera na cidade de Ingolstadt – Alemanha. Duas moças, Margareth Huse Von Puch e Diemuth Thrailacherin em 1276 decidem viver segundo as regras da Ordem Terceira de São Francisco. A iniciativa motivaria outras moças da cidade que também decidem levar uma vida contemplativa contando com a colaboração de católicos locais e inclusive do Príncipe que as livrariam dos impostos e taxas sobre o patrimônio adquirido. Com o aumento das congregadas, o convento foi construído para vivência em forma de clausura, entrando oficialmente no Movimento Franciscano no século XV. No século XVII as monjas assumem a vida em clausura total no Convento de Gnadenthal, isolando-se assim dos conflitos durante a Guerra dos 30 anos. As religiosas sofreriam várias perseguições políticas, inclusive a perda do convento para o Estado que

⁹⁴ MACIEL, 2016, p. 120.

as remuneravam com uma pensão anual⁹⁵. Porém, com o apoio dos padres franciscanos as irmãs conseguem recuperar a autonomia do convento e criar salas de aulas. Ao convento foram confiados os ensinamentos primário e secundário para formação das moças da cidade. No início do século XX o convento passaria por ampliação para oferta do ensino profissionalizante, e curso normal com internato e externato. As duas primeiras décadas deste século foram de prosperidade ao convento com aumento das alunas exigindo a inclusão de várias salas anexas.

Todavia, com a chegada de Hitler ao poder uma nova política seria implantada com franca perseguição à igreja católica, inclusive obrigando irmãs professoras a participarem de atos públicos em favor do nazismo. A situação desfavorável às religiosas levou a madre geral da congregação, Ir. Coestine Schosser buscar novas áreas para atuação das irmãs fora da Alemanha iniciando um novo trabalho com características missionárias.

As irmãs contaram com o apoio do padre Lehmann residente no Rio de Janeiro que tomaria as primeiras providências para a futura instalação no Brasil. A ideia tomaria grande proporção a partir da propagação feita pelo pregador franciscano padre Xisto e também pelo vigário de Aiuruoca, padre Antonio Fortunato Nagel desejosos de conseguir religiosas para administrar o Hospital São Vicente de Paulo e assumir outras atividades na paróquia de apoio ao bispo. Assim que o conselho geral autorizou o envio de irmãs para o Brasil, coube ao convento escolher as cinco missionárias e prepará-las para a viagem. Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, assumiu o sustento das religiosas e o Monsenhor Nagel conseguiria do presidente da República, Getúlio Vargas, o visto grátis no consulado.

Em setembro de 1938 conseguiram o visto. O dia de partida foi fixado para 21 de setembro. A população de Ingolstadt e mesmo as autoridades eclesásticas e civis como Sr. Inspetor Regional Fenzl sentiram de perder essas professoras; com receio viram partir essas “heroínas” para um outro continente, com razão temiam para o futuro da Igreja. (1º. Capítulo – preparativo e viagem para Brasil. Crônica da trajetória da congregação no Brasil, 1961, p. 4).

No dia 12 de outubro de 1938 o navio Monte Olivia chega à Baía de Guanabara, sendo as irmãs franciscanas recebidas pelo padre José e por irmãs da Congregação das

⁹⁵ Crônicas da trajetória das irmãs no Brasil. Arquivo do Colégio Santo Inácio em Baependi.

Servas do Espírito Santo. Ficaram cerca de dois meses no Rio de Janeiro aprendendo a língua e um pouco da cultura do povo brasileiro.

Chegaram em Aiuruoca no dia 23 de dezembro de 1938 e foram recebidas pelo vigário da cidade e por toda a população. Ficaram na casa paroquial provisoriamente até a mudança definitiva para o Hospital. O movimento com os doentes era pequeno, portanto o vigário resolveu criar a Escola Paroquial “Santa Edwiges”. Neste educandário seria oferecido jardim da infância, curso primário (2º e 3º anos), curso de corte, costura, pintura, música, um curso de aperfeiçoamento para meninas que tinham concluído o grupo e um curso de alemão para os adultos.⁹⁶ O primeiro ano do educandário assim foi relatado pela cronista:

As contribuições dos alunos externos eram os primeiros rendimentos das irmãs com que adquiriram o mais necessário. Um pequeno internato (13 camas) foi instalado no porão do hospital. Os pagamentos das alunas internas empregou Sr. Vigário para a construção do prédio escolar. Como salas de aula serviam os quartos da casa paroquial e de uma casa em frente (desde 1942, casa paroquial) ainda em 1939, construíram-se refeitório e dormitório para as internas, junto com a casa paroquial. No começo de outubro de 1939, o internato pode mudar do hospital para o colégio. Também ir. Caritas e Ir. Tecla foram transferidas para tomar conta do internato. (Crônicas da trajetória da congregação no Brasil, p. 8v.)

A abertura do educandário exigiu a vinda de mais um grupo de irmãs da Alemanha para assumir funções educativas e ampliar o atendimento na saúde. Padre Inácio Kusch, vigário de Baependi chegou em Aiuruoca para solicitar da madre superiora a direção da Santa Casa umas irmãs, com conhecimentos em enfermagem e farmácia. Um grupo de cinco irmãs chegaram da Europa, possibilitando assim as religiosas franciscanas assumirem também o hospital de Baependi.

A parceria com os homens de posses seria fundamental. A cronista assim relata:

No ano de 1940 iniciou-se uma nova construção do Colégio Santa Edwiges em Aiuruoca: uma ala à leste da Casa Paroquial com 5 salas de aula, rouparia, grande dormitório para internas. Foi uma grande vitória quando podiam se comprar novas carteiras individuais ajustáveis. Muitos fazendeiros tornaram-se benfeitores das obras do colégio, como principalmente Sr. José Justiniano Arantes que forneceu toda a madeira

⁹⁶ (Crônicas da trajetória da congregação no Brasil, p. 8 v.)

necessária gratuitamente. (Crônicas da trajetória da congregação, 1961, p.12v.).

No fim do ano de 1940 as irmãs iniciaram os trabalhos para reconhecimento oficial das escolas de Aiuruoca e Baependi. Cientes das dificuldades as religiosas solicitaram ajuda de amigos influentes que poderiam acelerar a fiscalização. O programa da escola foi adaptado ao currículo das Escolas Normais, que em 1941 constava com três classes, sendo 1º. e 2º. anos de adaptação e 1º. ano normal. Em clima de festa todo o colégio comemorou a publicação do Decreto de reconhecimento no dia 26 de abril de 1943. Assim, foi possível realizar a cerimônia de colação de grau das 6 professoras de Aiuruoca sendo paraninfo Dom Inocêncio Engelke, bispo da diocese de Campanha. A notícia do reconhecimento se espalhava e novas matrículas seriam feitas nos anos seguintes, forçando as irmãs a começarem a construção de uma nova ala com 3 andares, clausura e salão de festas, conforme foto abaixo.



(Foto 30: Colégio Santa Edwiges. Acervo próprio.)

As formandas do curso primário também receberiam diplomas em 1942 com presença das autoridades locais que ficaram impressionadas, conforme destaca a cronista, com as apresentações artísticas e exposições de pratos de comida da escola doméstica.

A Congregação das Franciscanas comandou o hospital até 22 de dezembro de 1948, entregando a administração aos leigos, o que não correspondeu às expectativas da população que muito reclamou da falta de experiência dos enfermeiros.

O grande desafio das religiosas seria a falta de vocações. Pouca procura e na maioria das vezes moças desiludidas com a vida o que não atendia ao perfil desejado pela congregação. Várias tentaram, mas não perseveraram entre as irmãs franciscanas de Ingolstadt. A ausência de vocações força o fechamento do noviciado em Aiuruoca, transferindo o postulante e noviciado para o Convento Nossa Senhora Aparecida em São Paulo em 1947. A convivência com a população de Aiuruoca era de muita harmonia e respeito, mas as irmãs estavam tomando consciência de que Aiuruoca não podia sediar mais a Província da Congregação no Brasil. As irmãs sentiam que o futuro da congregação no país deveria estar em outra região, mais próspera e mais populosa, o que poderia garantir a sobrevivência das religiosas no Brasil.

Outro complicador às irmãs foi a reforma do ensino, imposta pela Constituição em 1946, que acabaria com a Escola Normal com 5 anos de estudo. Caberia às escolas confessionais escolher, conforme relata a cronista:

Devia-se escolher entre 2 formas novas: escolha bem difícil: Escola Normal Regional com 4 anos de estudo – tipo este que gozava da confiança do povo mineiro e por isso não contava com número suficiente de alunas – ou Escola Normal 2º. Grau com 7 anos de estudo, havendo obrigatoriamente o Ginásio de 4 anos como base. Mas como conseguir professoras formadas por universidade ou cursos e exames especiais? (Crônica da trajetória da congregação no Brasil, p. 19).

Com o término da Segunda Guerra foi possível a comunicação com a casa mãe na Alemanha, de onde partiria a decisão de deixar a cidade e transferir-se para São Paulo, quando em 22 de janeiro de 1947 as franciscanas adquiriram o Instituto Nossa Senhora Aparecida das Irmãs Servas do Espírito Santo também em crise por falta de vocações.

O bispo de Campanha não autorizou a saída das irmãs, apesar do apoio de várias autoridades e das razões apresentadas pelas religiosas. Foram dias de aborrecimentos com muitas conversas e fofocas nas ruas da cidade envolvendo a saída das irmãs, conforme relato da cronista. No primeiro dia de aula em 1 de março de 1947, chegaram de trem e a

cavalo 65 alunas internas, e apenas 30 alunas externas, devido à concorrência com as escolas públicas estaduais.

Diante do impasse criado entre o bispo e as irmãs franciscanas, os padres Barnabitas que possuíam casa em Caxambu e tinham boas relações com as Irmãs Preciosinas⁹⁷ do Belém do Pará, levaram o convite para que assumissem o colégio em Aiuruoca. As irmãs franciscanas fecharam o ano escolar em 1948, e em 08 de janeiro de 1949 as Irmãs Preciosinas tomaram posse para o comando do Colégio. A permanência desta congregação na administração foi curta. Durou apenas 2 anos, sendo substituídas pelas Irmãs Escravas do Divino Coração⁹⁸, residentes no Rio de Janeiro.

As Irmãs Escravas do Divino Coração assumiriam o Colégio Santa Edwiges em 1951 dando continuidade ao projeto inicial do vigário de formar moças a partir dos preceitos católicos. Estas religiosas permaneceram na direção do colégio até 31 de dezembro de 1966, transferindo-se para o Estado de Goiás – GO. Novamente o colégio voltaria aos cuidados do vigário que articularia o repasse do ensino ao serviço público do Estado de Minas.

3.11 Instituto Santo Inácio em Baependi-MG: Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt

A população na região em pouco tempo reconhecia o trabalho das irmãs, motivando a comunidade católica de Baependi também reivindicar a construção de um colégio na cidade. Fazendeiros locais exigiam um ensino nos mesmos padrões das cidades vizinhas,

⁹⁷ Congregação das Irmãs do Preciosíssimo Sangue. Fundada na Itália pela Madre Maria Matilde Bucchi em 17 de maio de 1876. Em 12 de agosto de 1938 chegaram em Bragança no Pará. Possui carisma voltado para a educação.

⁹⁸ Congregação das irmãs Escravas do Divino Coração fundada na Espanha em 26 de julho de 1885 por Dom Marcelo Spínola e Célia Mendez. Esta congregação foi fundada com a missão específica de trabalho na área da educação, cujo lema é “Educar é formar o Coração”.

possibilitando também às suas filhas formação dentro do espírito tridentino, conforme ensinamentos da igreja. A iniciativa partiu do vigário padre Inácio que comprou um terreno para a construção do colégio que receberia o nome de Santo Inácio e doando às franciscanas. A abertura em 2 de março de 1940 se deu com oferta do curso primário no “Instituto Santo Inácio” com 35 alunas matriculadas. Provisoriamente o Instituto funcionaria num casarão do Sr. José Homem e da senhora Noemia Dias Pereira, enquanto uma comissão se encarregaria da construção do colégio. A cronista relata:

A comissão pró-construção conseguiu por meio de apólices resgatáveis, sorteios e quermesses os fundos necessários para a construção de um prédio escolar de acordo com as exigências legais para reconhecimento de ginásios. Em 3 de novembro de 1940 houve a solene benção da pedra fundamental, em 3 de agosto de 1941 já estava acabada a 1ª. parte do colégio com 6 salas de aula, salão e todos os cômodos necessários para internas. (Crônicas da trajetória da congregação no Brasil, p. 13).

No dia 9 de abril de 1941 o “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado de Minas publicava o registro do Colégio Santo Inácio na Inspetoria de Ensino Primário do Estado. O colégio prosperava e novas construções foram feitas para atender a demanda por matrículas. A construção ainda ocupa um quarteirão com amplo espaço para área de estudos, salão de eventos, esporte e lazer.



(Foto 32: Colégio Franciscano Santo Inácio. Arquivo próprio).

O apoio da comunidade local sempre foi destacável por entender que o progresso da cidade passava pelo colégio. A atuação da igreja na cidade facilitaria a chegada de novas incursões de modernidade, valendo-se da parceria entre igreja e poder local. Afinal duas das principais áreas de interesse da sociedade estava sob o comando da igreja, a saúde – Santa Casa – e a educação no Instituto Santo Inácio.

A cronista registra uma importante conquista do colégio:

Nos anos seguintes, a população manifestou o desejo, de possuir um ginásio. Com auxílio dos franciscanos, Frei Tarcísio e Frei Capistrano conseguiram as irmãs as devidas licenças: um telegrama do Ministério no Rio, em dezembro de 1944, autorizou exame de admissão. Em 14 de janeiro de 1945, comemorou a cidade solenemente o auspicioso acontecimento: reconhecimento do Ginásio Santo Inácio de Baependi. Os primeiros inspetores de reconhecimento eram D. Elza Milward e Dr. Mario Milward de Caxambu. (Crônicas da trajetória da congregação no Brasil, p. 16).

Em maio de 1942 o *decreto-lei* garantiu o ensino secundário, passando o colégio a denominar-se Instituto Santo Inácio, iniciando o curso ginásial de quatro anos. Em 1952 seria autorizado o funcionamento da Escola Normal, possibilitando a formatura da primeira turma com 13 alunas no ano de 1955. Atendendo à legislação mineira o colégio passa a chamar-se em 1975, *Escola Santo Inácio de 1.º e 2.º. Graus*, porém em 2001 volta a denominar-se Colégio Santo Inácio, e finalmente em 2004, *Colégio Franciscano Santo Inácio*.

CAPÍTULO IV

4 – INCURSÕES DA MODERNIDADE EM GUAXUPÉ: TRILHOS, CAFÉ, BISPADO E EDUCAÇÃO

Neste último capítulo analisaremos o processo de criação da diocese de Guaxupé e sua relação com representantes do poder local frente à execução da proposta ultramontana de popularização do sacerdote e controle das práticas religiosas dos leigos. Destacaremos as articulações entre fazendeiros e comerciantes com os padres e bispos para implantação dos colégios confessionais na região, bem como a transição do mundo rural para o mundo urbano na fase de expansão do cultivo do café e configuração da burguesia rural.

De início algumas perguntas foram surgindo. Que contatos os bispos mantiveram com as lideranças da região? Como que pequenas cidades pertencentes a esse bispado conseguiram trazer irmãs educadoras e manter grandes colégios por várias décadas? Qual a relação destes colégios com a burguesia local? O discurso conservador da diocese de Guaxupé correspondia aos anseios das tradicionais famílias da região?

Na busca por respostas a estas questões, partimos a procura de fontes primárias. Viajamos primeiramente para Guaxupé, sede do bispado e do arquivo da diocese, recentemente inaugurado. Deparamos com um espaço bem organizado, com documentação catalogada. Jornais, revistas, cartas episcopais, relatórios de balanços financeiros de paróquias, fotos, artigos soltos, panfletos e correspondências dos bispos. Em Carmo do Rio Claro visitamos o Museu do Índio Antônio Aduino Leite e a biblioteca municipal. Passamos pelo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, Museu Municipal Alferes Belisário de Paraguaçu, Museu da Memória e do Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, Museu Municipal Histórico de Machado, Museu Histórico de Passos, Museu Histórico Municipal Napoleão Joele de São Sebastião do Paraíso, e Museu Municipal Monsenhor Faria de Areado. Nestes, encontramos objetos que marcam a história e memória dos habitantes, muitas fotos, jornais e revistas, além de livros de autores locais. Passamos pelas bibliotecas públicas das cidades onde existiram colégios confessionais. Os arquivos dos colégios em estudos de Machado, Alfenas, Areado, Passos, São Sebastião do

Paraiso, Carmo do Rio Claro, Paraguaçu, Guaxupé e Poços de Caldas foram visitados. Alguns destes colégios foram vendidos, década de 1970, a grupos financeiros que aproveitaram a fase de privatização da educação e compraram colégios religiosos, outros foram assumidos pelos governos estadual e municipal. Parte dos documentos estão nas Superintendências Regionais de Ensino, e parte nos arquivos das congregações com sedes em Belo Horizonte, Itajubá e São Paulo. Pesquisamos nas secretarias das igrejas onde foi possível adquirir livros, revistas comemorativas e panfletos relacionados à história da igreja, e relação dos padres e bispos com as autoridades locais.

Nossas andanças pelo Sul de Minas permitiram-nos presenciar a crescente preocupação com a preservação patrimonial em vários municípios. As primeiras iniciativas foram dos membros da igreja nos arquivos das dioceses e das paróquias, preservando documentos de relevância histórica, e apoiando a abertura de museus municipais em vários municípios.

4.1 O despertar da fé e a modernização

Os documentos registram a presença de índios Cataguases na região, porém a ocupação das terras se deu de forma lenta. Estas terras sofreram com as incursões de paulistas no início do século XVII, desbravando a procura de metais preciosos. Os primeiros registros que fazem referência ao lugar datam do início do século XIX. Como marco identitário a literatura registra a existência da capela de Nossa Senhora das Dores (1839) e Nossa Senhora do Rosário (1864), reunindo em torno destas capelas a primeira comunidade que formaria a cidade. Em 02 de novembro de 1810, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Claro, tendo Nossa Senhora do Carmo como padroeira. A Freguesia irá se desenvolver com uma economia centrada no café com predomínio de grandes propriedades, “a alta que teve o café nos anos de mil oitocentos e oitenta e nove a mil oitocentos e noventa e dois (1889-1892), muito contribuiu para o engrandecimento e prosperidade desta Freguesia” (VALLE, 2004, p.61). A fé dos primeiros habitantes da fazenda denominada Nova Floresta de propriedade de Paulo Carneiro Bastos motivou a reunião dos primeiros fiéis para participarem da primeira missa celebrada pelo vigário de

Jacuí em 1837. Construíram uma capela de taipa coberta de sapé e consagraram à Nossa Senhora das Dores. A exemplo de outros municípios mineiros, a cidade surgiria em torno de uma capela, onde os primeiros moradores se reuniam para as celebrações típicas do catolicismo tradicional. Dessa forma, podemos perceber a importância do culto aos santos e a adesão à liturgia católica desde os primórdios do povoado. A construção da catedral velha se dá:

Com a contribuição da sociedade e em especial dos fazendeiros da época, que cederam vários materiais e serviços, foi erguida a denominada “capela de Nossa Senhora das Dores”, mais tarde chamada de “matriz da paróquia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé” e também catedral velha de Guaxupé”. As obras de construção duraram aproximadamente de 2 a 3 anos, sendo que a igreja recebeu autorização para funcionar juntamente com a criação do curato de Guaxupé, fato ocorrido em 11 de janeiro de 1856. A catedral velha foi construída no sistema de pau-a-pique, onde são colocados vários pilares de sustentação de madeira e o lugar das paredes é preenchido com barro, em meio à madeira trançada. Essa igreja esteve em atividade durante cerca de quase noventa anos, já que foi inaugurada em 1856 e demolida em 1943, para dar lugar à nova e majestosa catedral. (Revista centenária – Diocese de Guaxupé, 2016, p.55).

Em 19 de março de 1866 a diocese de São Paulo criaria a Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, sendo seu primeiro capelão o padre Luiz Gonzaga Ribeiro. A presença de igreja foi fundamental para a organização da comunidade e construção de uma estrutura mínima para futura emancipação da Vila. O desenvolvimento econômico da região provocaria o aumento da população local, possibilitando por meio da *Lei nº. 663* de 18 de setembro de 1915 a criação do município de Guaxupé.

Historiadores das origens do lugar associam o progresso à presença das linhas férreas e chegada dos imigrantes:

Eis os principais fatores a que acima aludi, do engrandecimento e prosperidade desta futura povoação: a aproximação da via férrea, a alta que teve o café no período mencionado e o estabelecimento da colônia italiana. (VALLE, 2004, p. 61).

O grande progresso de Guaxupé deu-se com a chegada dos trilhos da Mogiana até aqui, o que devemos à influência do saudoso Conde Ribeiro do Valle. A chegada do primeiro trem foi em 1904. (Idem, p.262).

Vale destacar que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro proporcionaria a introdução de várias atividades complementares que empregariam mão de obra,

dinamizando assim, a região⁹⁹. A quantidade de linhas férreas que cruzavam o município de Guaxupé traduz o dinamismo da agricultura com uma produção de café extremamente expressiva. A circulação dos trens levaria produtos e traria capitais que seriam investidos na cidade, formando uma burguesia rural ansiosa em oferecer às filhas educação com características burguesas, semelhantes ao modelo europeu. A relação entre igreja e poder local seria muito próxima, tal qual destacamos na diocese de Pouso Alegre. As elites rurais receberam o bispo patrocinando construções que iriam compor o complexo do bispado:

Em Guaxupé, já mesmo antes de passar a viver ali, Dom Assis obtivera o apoio de diversos fazendeiros locais, entre eles Joaquim Augusto Ribeiro do Vale, então senador estadual, que lhe prestaria grandes auxílios, patrocinando a ideia de dividir o bispado de Pouso Alegre e criar uma nova diocese com sede naquela localidade. (*Revista Centenária*. 2016, p. 12).

Documentos registram a preocupação dos guaxupeanos com a escolarização desde a segunda metade do século XIX quando em 1870 surgiria a primeira escola do Arraial Nossa Senhora das Dores sob responsabilidade do professor Quirino Teixeira Lopes.¹⁰⁰ As autoridades e dirigentes locais manifestaram preocupação com a educação. O período de estruturação das instituições do município coincide com o período de expansão da instrução no Sul de Minas. As duas primeiras décadas do século XX são marcadas pela criação de várias escolas particulares, algumas em regime de internato que recebiam jovens da região, conforme quadro abaixo:

ESCOLA	PERÍODO	FUNDADOR
Escola Elementar Particular “Assis Vasconcelos”.	1903 a 1908	Joaquim de Assis Vasconcelos
Escola D. Joana		D. Joana
Escola particular “Marciano Inácio Ferreira”.		Marciano Inácio Ferreira
Colégio Ítalo Brasileiro	1904 a 1906	Artur Mancusi

⁹⁹ A linha “A” vinha de Casa Branca SP a Guaxupé, com um total de 87 quilômetros. A linha “B” ida de Ribeiro do Valle-SP a Canoas-SP. A linha “C” ia de Guaxupé a Passos, num total de 179 quilômetros. A Linha “D” também começava em Guaxupé, indo até Biguatinga num total de 30 quilômetros. A linha “E” ia de Guaxupé até Juréia, em Monte Belo num total de 75 quilômetros. (VALLE; VALLE, 2004, p.263).

¹⁰⁰ (VALLE; VALLE, 2004, p. 452).

Escola “Della Societá Itália Unita”.		Luiz Funari
Escola “Siria Zarur.	1916 a 1922	Abrão Zarur
Escola Oriental e Escola M. Jorge	1916 a 1921	Joana Calixto José
Colégio N.S. dos Anjos	1913 a 1922	Porfíria de Oliveira Pinto
Externato Rocha	1906	Eugênio Alves da Rocha
Escola Elementar São José Operário	1916 a 1919	Ângelo Bertoni

Estas escolas não prosperaram, tiveram breve existência. Muitas funcionaram em casas improvisadas de fazendeiros e comerciantes com espaços e mobiliários impróprios para funcionamento de uma unidade escolar. Esta situação seria superada com a implantação do Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores e Ginásio Diocesano São Luís Gonzaga em 1913 e 1914 respectivamente, sob responsabilidade do bispo D. Antonio Augusto de Assis. Outros colégios seriam criados na região sob influência do bispo e apoio dos proprietários locais. À medida que o bispado se estruturava a educação também se expandia em toda diocese, sendo determinante as ações eclesásticas para a consolidação do processo de escolarização na região, conforme veremos ao longo deste capítulo.

4.2 A criação da diocese de Guaxupé e as relações com as elites regionais

A região de Guaxupé pertencia ao bispado de São Paulo até 1900. Com a criação da diocese de Pouso Alegre esta região seria atendida pelo bispado pouso-alegrense, porém localizado a cerca de 230 km. D. Antônio Augusto de Assis, que desde a transferência de D. Nery para Campinas (1907) assumiria a diocese com vários desafios, herdado de seu antecessor. O mais grave seria quitar os empréstimos feitos por D. Nery na fase de construção da estrutura necessária para atuação do bispado. Além das cobranças por parte dos credores, a relação de D. Assis com o clero passava por desgastes. Assim, para se livrar destes incômodos o bispo resolveu transferir sua residência para Guaxupé.

Em viagem a Roma no ano de 1913 o bispo aproveitou para reivindicar junto ao Papa a criação de uma diocese com sede em Guaxupé. No regresso ao Brasil foi direto a Guaxupé, e ordenou que o seminário de Pouso Alegre e a secretaria do bispado o acompanhasse. A relação entre bispo e burguesia local seria determinante na consolidação

da nova diocese. Mas o projeto só seria finalizado se o bispo saldasse todos os débitos da diocese de Pouso Alegre:

Dom Assis deveria saldar os débitos da Diocese de Pouso Alegre o quanto antes, ele decidiu assumir todas as dívidas para a nova Diocese de Guaxupé. Até mesmo as penhoras dos edifícios diocesanos em Pouso Alegre ele transferiria ao projetado bispado guaxupeense que, por isso, nasceria pleno de dívidas. (*Revista Centenária*. 2016, p. 12).

O trabalho de D. Assis daria resultados, pois o Papa Bento XV, pela bula *Universalis Ecclesiae Procuratio* de 3 de fevereiro de 1916 criaria a diocese de Guaxupé. A posse se deu no dia 28 de maio num contexto desafiador. Dívidas herdadas, e oposição de parte de seus fiéis por ter vendido patrimônios das paróquias para aplicar na amortização da dívida e construções do novo bispado. Assim, o bispo assumiria num ambiente bastante adverso, e com poucas perspectivas de realizações.

Algumas experiências de Pouso Alegre na área da educação foram trazidas para Guaxupé como a criação de colégios para oferecer formação aos jovens leigos e aos futuros padres da região. Cabe aqui refletir as relações estabelecidas com a Congregação das Irmãs Concepcionistas do Ensino, o que analisaremos ao longo deste capítulo. A fundação do seminário Nossa Senhora Auxiliadora possibilitaria a ordenação de vários jovens que ao longo destes anos vêm atuando nas paróquias de vários municípios¹⁰¹ que compõe esta diocese. Os bispos ultramontanos consideravam a formação dos novos sacerdotes uma das principais prioridades da igreja, onde os futuros padres recebiam a formação filosófica, teológica e os princípios norteadores da igreja em sintonia com as orientações romanas. Para tanto, a construção dos seminários era tão importante quanto à construção do palácio episcopal. Todas as paróquias das dioceses deveriam contribuir para construção e manutenção do seminário, que contava também com a colaboração de alguns fiéis da cidade.

Os documentos da cúria registram que D. Assis transferiu o seminário de Pouso Alegre para Guaxupé, dando início a sua trajetória em 1913 com 27 alunos matriculados.

¹⁰¹ Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Arceburgo, Areado, Bandeira do Sul, Barranco Alto, Botelhos, Campestre, Cabo Verde, Bom Jesus da Penha, Cavacos, Carmo do Rio Claro, Capetinga, Claraval, Cassia, Conceição da Aparecida, Delfinópolis, Divisa Nova, Fama, Fortaleza de Minas, Goianazes, Guaxupé, Guardinha, Guaronésia, Guaipava, Ibiraci, Itaú de Minas, Itamogi, Jacuí, Juréia, Juruáia, Machado, Monte Belo, Milagre, Monte Santo de Minas, Milagre, Muzambinho, Nova Resende, Palmeiral, Paraguaçu, Passos, Poços de Caldas, Pratápolis, Petúnia, São João Batista do Glória, Santa Cruz da Prata, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, São José da Barra, Serrania.

Aos 9 de agosto de 1914, o bispo abençoou a primeira pedra do edifício onde funcionaria o seminário diocesano Nossa Senhora das Dores e o Ginásio Diocesano São Luiz Gonzaga¹⁰². O ginásio oferecia regime de externato, semi-internato ou internato com cursos elementares e secundários com currículos voltados para a área científica, moral e religiosa.

A abertura do novo seminário se daria em 1922 em clima de festa, materializando um dos principais objetivos do processo de romanização na nova diocese. A portaria do bispo D. Ranulpho destaca:

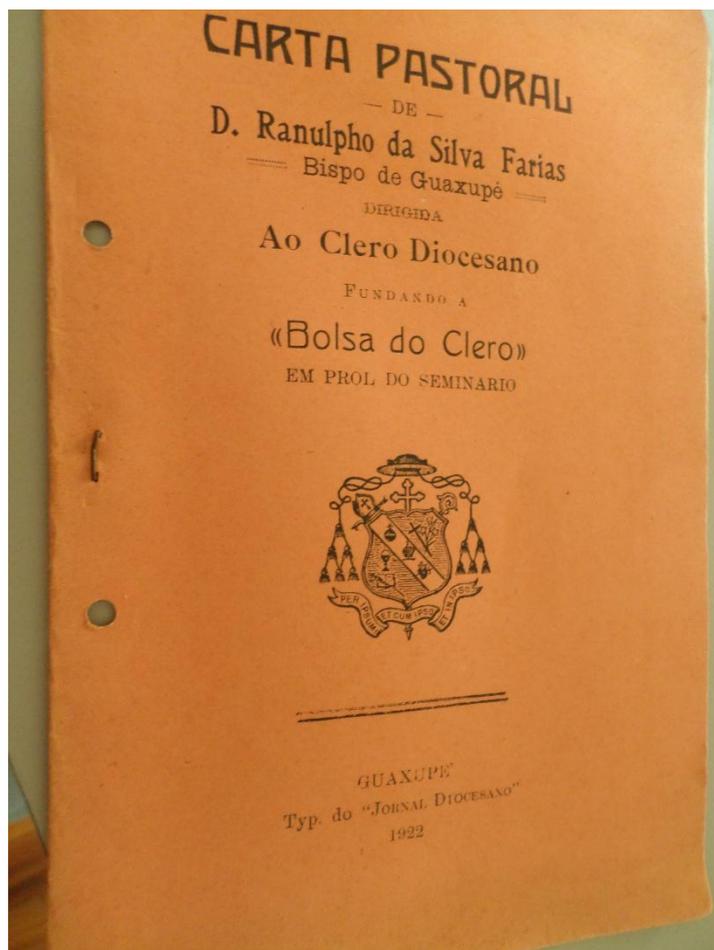
Pela presente, atendendo a necessidade máxima desta diocese, é a fundação dum seminário onde formem sacerdotes piedosos e informados de zelo apostólico, que venham no futuro, atender a várias necessidades espirituais, no ministério grado deste amado rebanho de N. Sr. Jesus Christo, que é a Diocese de Guaxupé. Havemos por bem ordenar que, no próximo dia 2 de fevereiro do anno de 1923, sob os auspícios de S. S. Virgem, se abram às portas do novo seminário para a admissão de candidatos ao serviço do altar. (*Livro do Tombo* nº. 3, fls. 42 v e 43).

O modelo sacerdotal em construção era pautado nos padrões tridentinos, cuja figura do padre deveria expressar autoridade religiosa e moral capaz de conduzir as comunidades com zelo e fiéis à tradição romana. A presença do bispo ultramontano seria imprescindível para constituição de um clero que se enquadrasse no espírito reformador em plena expansão no Sul de Minas. Portanto, para fortalecer e acompanhar a formação o próprio bispo fixou sua moradia no seminário, acompanhando de perto a caminhada dos futuros padres, justificando assim, a necessidade “máxima da diocese”, conforme portaria de 8 de novembro de 1922 assinada por D. Ranulpho. A consolidação de uma estrutura eclesiástica seria o ponto de partida da igreja para tentar ampliar seu espaço de atuação junto ao povo, recuperando seu *status quo* e configurando a diocese como uma instituição que abriria caminhos aos católicos da região.

¹⁰² O prédio onde funcionava o Ginásio, compunha-se de um salão para estudos, salão para festas com um relativo palco, salas para aulas de todos os cursos, salão de Armas, dois salões para dormitório, dois para refeitório, instalação de banheiros. Possuía 3 campos de futebol para divertimento dos alunos, etc. Anexo funcionava um aprendizado agrícola subvencionado pelo governo, a Escola Noturna “São José”, e mais tarde o Instituto N. Senhora do Carmo. No início foi diretor do Ginásio do Revmo. Padre José Garciandia, auxiliado pelos professores: padre Brás Baffa, Padre Antonio Martins, Padre Patrício, Srs. Watildes de Paiva, Diocleciano Ferreira e Bento Bueno de Vasconcelos. O porteiro era o Sr. Roberto Barozzi, e os alunos provinham além de Guaxupé, por exemplo, de: Santa Rita de Cássia, Uberaba, Guaranésia, Mogi-Mirim, Alfenas, Tietê, Mococa, Piracicaba, Monte santo, Passos, etc. Havia p sistema de internato para os moços. (VALLE; VALLE, 2004, p.456)

D. Assis nasceu em Lagoa Dourada que pertencia a diocese de Mariana. Fez os primeiros estudos no seminário local, ordenado padre em 24 de abril de 1892. Atendendo convite de D. Nery transferiu-se para Pouso Alegre, Trabalhando em várias paróquias em cidades como Pouso Alto, Borda da Mata e Brasópolis. Exerceu também a função de secretário do bispado, visitador diocesano, reitor do seminário e vigário geral. Em 17 de novembro de 1907 foi ordenado bispo, tornando-se auxiliar de D. Nery. Em 17 de novembro de 1909 tomava posse como bispo de Pouso Alegre. Seu bispado em Pouso Alegre foi breve, pois preferiu residir em Guaxupé a partir de 1913. A formação recebida na Diocese de Mariana e a convivência com D. Nery reforçou sua crença nos princípios ultramontanos, dando continuidade ao processo romanizador iniciado por D. Nery no Sul de Minas. Permaneceu como bispo desde a criação da diocese de Guaxupé (3 de fevereiro de 1916) até o dia 2 de agosto de 1918, data em que foi nomeado bispo titular de Diocletianópolis e auxiliar de Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana.

Dentre as obras de D. Assis na diocese de Guaxupé merece destaque a construção do seminário e do colégio diocesano. A preocupação com a educação dos jovens e formação dos futuros padres fazia parte das estratégias ultramontanas adotadas pela igreja sul-mineira com a franca tentativa de reconquistar o espaço perdido após a separação da igreja com o Estado. A formação do clero dentro do espírito tridentino passava por orientação do bispo, que conferia a um sacerdote de sua extrema confiança a reitoria do seminário. Manter o seminário era uma grande obra do bispado, que solicitava ajuda de todas as paróquias e também dos fiéis, principalmente dos grandes proprietários e comerciantes locais. Na carta pastoral lançada em 1922 dirigida ao clero diocesano, Dom Ranulpho da Silva Farias, sucessor de D. Assis, fundava a “Bolsa do Clero” em prol do seminário. Exortava os padres a trabalharem em favor do seminário e para o aumento das vocações, no sentido de darem à “Santa Igreja de Deus” muitos padres que trabalharão na salvação das almas.



(Figura 33. Bolsa clero. Fonte: Arquivo da Cúria de Guaxupé).

Na introdução da carta o bispo exaltava a dignidade do padre, considerando esta categoria de grande prestígio:

A maior dignidade da terra é, por certo, a do sacerdote. O rei, o juiz, o gênio, o sábio, o triunfador das batalhas, o mais favorecido da sorte e o mais mimoso da fortuna, os grandes, os nobres e os ricos, todos, curvam a fronte, reverentes, diante do poder espiritual do sacerdote catholico. (*Carta pastoral*, 1922, p.1).

O bispo fez uso de fortes argumentos teológicos para sensibilizar os padres, como, “fixemos as vistas em Deus”, “pensemos no céu”, “ganhar a felicidade do céu um dia”, para justificar a grandeza da doação para a bolsa do clero. E perguntará ainda o bispo na

carta pastoral, “ora estimadíssimos companheiros de jornada sacerdotal, que, aplicação melhor, mais grandiosa e digna, mais útil e apreciável a Deus, que esta da formação do clero”? (1922, p.3). Para facilitar a contribuição o próprio bispo ordenava o aumento da taxa de batizados, cabendo aos padres recolherem anualmente 50% do valor sobre as taxas nas paróquias para a bolsa do clero. O discurso ultramontano voltado para a relevância da formação do clero persistirá até meados do século XX, inferindo aos padres uma dignidade própria e incomparável, cabendo aos fiéis o respeito e obediência aos sacerdotes ungidos pela mão do bispo.

Em 1931 na cidade de Uberaba foi realizada a Conferência Episcopal da Província Eclesiástica de Belo Horizonte, cujo documento final assinado pelo arcebispo de Belo Horizonte, bispo de Aterrado, bispo de Uberaba, e pelo bispo de Guaxupé, D. Ranulpho, destacaria o dever de todo católico em auxiliar a igreja nas obras das vocações, “auxiliar a obra das vocações eclesiais é, não somente cooperar na obra mais importante e necessária para o progresso da religião e salvação das almas, mas também um dever sagrado que incumbe aos parochos, aos sacerdotes e aos fiéis todos”. (p.9). O documento recomendava aos padres que falassem frequentemente ao povo sobre a grandeza e dignidade do sacerdote católico, considerando uma honra para a família que tivesse um filho consagrado ao serviço de Deus. Deveriam também os vigários recomendar a iniciativa das pessoas abastadas a deixarem, em seus testamentos, um auxílio, que irá beneficiar, não somente o seminário, mas ainda mais suas almas.

Dom Ranulpho da Silva Farias era natural de Nazaré – BA, sendo ordenado padre em 3 de abril de 1910, e com apenas 33 anos seria sagrado bispo na catedral de São Salvador da Bahia em 12 de setembro de 1920. Tomara posse dia 28 de novembro do mesmo ano dando continuidade nas obras iniciadas por seu antecessor, Dom Assis. Neste mesmo ano instituiria o Seminário Diocesano Nossa Senhora Auxiliadora, onde estabeleceu o curso superior de filosofia e teologia para formação dos futuros presbíteros de sua diocese, que administraria por período de 19 anos até sua transferência para a diocese de Maceió – AL, em 5 de agosto de 1939.

A atuação de Dom Ranulpho dar-se-á nos mesmos padrões ultramontanos adotados por seus vizinhos sul-mineiros, bispos de Pouso Alegre e Campanha. Prioridades ao seminário, expansão das paróquias, visitas pastorais, cartas diocesanas e parceria com as congregações religiosas na oferta da educação das moças e formação religiosa dos paroquianos.

O sucessor de Dom Ranulpho, Hugo Bressane de Araújo, nasceu em Machado – MG, e iniciou seus estudos de humanidades no seminário de Pouso Alegre, transferiu-se para o seminário de Guaxupé e depois Campanha, onde foi ordenado padre no dia 11 de fevereiro de 1923, e sagrado bispo em 16 de fevereiro de 1936, indo atuar na diocese de Bonfim – BA. Todavia, o Papa Pio XII o transferiria para a diocese de Guaxupé em 19 de setembro de 1940. A posse se deu em clima de festa no dia 24 de novembro na antiga catedral Nossa Senhora das Dores. Receberia forte influência dos bispos sul-mineiros no período de formação, assim sendo, seu bispado dará atenção especial à formação dos presbíteros, construindo o novo prédio e mais moderno para conforto dos seminaristas, alterando o nome do seminário para Nossa Senhora das Dores em 2 de julho de 1946. Seu bispado manterá a mesma política do antecessor, ampliando as paróquias como estratégia de expansão da igreja e aproximação do povo numa fase de transformação da igreja conforme mencionamos no primeiro capítulo desta pesquisa.

As relações dos bispos com a educação sempre foram muito estreitas mantendo a tradição da igreja no Sul de Minas desde a formação dos primeiros povoados. No ano de 1904 as irmãs da Congregação da Providência de Gap fundariam o Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria em Carmo do Rio Claro. Em 1906 a cidade de São Sebastião do Paraíso fundava o Colégio Paraisense que seria dirigido pelo padre Aristoteles Aristodemo Benatti, sendo mantido pelas obras sociais da igreja local até a chegada das irmãs da Congregação de Santa Doroteia. Neste mesmo ano o Colégio São Domingos foi fundado na cidade de Poços de Caldas pelas irmãs da Congregação Romana de São Domingos. A Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino fundou três colégios, em 1912 em Machado, 1914 em Guaxupé e em 1917 em Passos. Outro importante colégio desta diocese foi fundado por uma associação de leigos assumido pelas irmãs Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração em 1921 na cidade de Alfenas. O Colégio Jesus Maria José em Poços de Caldas em 1928 pela Congregação das Irmãs Jesus Maria José. Vale destacar ainda o Colégio São José de Paraguaçu em 1941 pela Congregação da Providência de Gap e o Colégio Nossa Senhora das Graças assumido pelas Irmãs de Nossa Senhora da Consolação na cidade de Areado em 1949.

4.3 O Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria de Carmo do Rio Claro– MG: Congregação das Irmãs da Providência de Gap

Documentos atestam a existência de uma freguesia antes do século XVIII denominada Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Rio Claro. O nome Carmo origina-se da invocação à Nossa Senhora do Monte Carmelo, o que podemos acreditar numa vinculação à Ordem dos Carmelitas, e Rio Claro era o nome do rio que banhava a região desaguando no Rio Sapucaí¹⁰³. Os bandeirantes seriam os responsáveis pela formação da população:

A grande serra, rios de águas límpidas, pesca abundante, devem ter sido um bom motivo para os desbravadores dos sertões se instalarem nessa região. Um caudaloso rio de águas claras (Rio Claro) passava próximo a uma serra (Serra da Tormenta), pelo lado sul e desaguava em um outro que viria a ser conhecido como rio Sapucaí. Os bandeirantes, José Barbosa de Arruda e Domingos Ferreira de Avelar, prováveis remanescentes da bandeira de Lourenço Castanho, célebre por ter expulsado os terríveis Cataguases do sertão de tamanduá, hoje Itapecerica, são considerados os fundadores do núcleo que mais tarde viria a ser a cidade de Carmo do Rio Claro. (HORVÁTH, 2007, p. 41).

Os moradores do local pedem em 1809 ao bispo de São Paulo a recriação da freguesia, pois agora a população contava-se com mais de mil habitantes, portanto, merecedora e plenamente capaz de manter um padre no local. A preocupação dos moradores com a vivência da fé católica é destacada pelos historiadores mineiros como um dos principais legados dos portugueses em terras sul-mineiras:

A eles devemos as tradições religiosas, a construção de igrejas. Uma capela, um cruzeiro atestava a religiosidade dos fundadores das cidades, em Minas. Construíram os portugueses a igreja de sua nova freguesia. Era obrigatória, mesmo para os escravos, a assistência à missa dominical, a confissão e a comunhão, pela páscoa. Nas igrejas paroquiais havia livros de registro de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos. Pagavam-se espórtulas. No Carmo, a igreja sempre ocupou um lugar de honra, seus padres são considerados e respeitados pelo povo. (FERREIRA, 2002, p. 21).

¹⁰³ (GRILLO, Antonio Theodoro (Org.). **Carmo do Rio Claro: aulas de história social -caderno 1 – Carmo do Rio Claro: Centro de memória, 1996, p.46).**

O padre João Rodrigues Martins seria ordenado em 1810, e contando com a ajuda do padre João Rodrigues Penteado, morador do Vale do Itapiché, tomariam as primeiras providências na recém-criada freguesia. Em torno da igreja os moradores se estabeleceriam e formariam uma comunidade unida e interessada pelas ações da igreja. Assim, foi-se formando este povoado que se transformaria em Vila no ano de 1875 e finalmente em 5 de novembro de 1877 se emanciparia conquistando a autonomia administrativa.

Ainda no século XIX a cidade teria sua primeira escola Casa de Instrução Pública, onde lecionaria as professoras Maria Peres, Francisca Chaves e o professor Getúlio Gonçalves Chaves. A igreja também daria sua contribuição com o Colégio Patheron, dirigido pelo padre Job Moreira Magalhães.

Esta região era composta por várias fazendas com uso da mão-de-obra escrava, favorecendo a agricultura e pecuária em torno do município. No comércio local chegavam os mantimentos e outros produtos como aguardente, rapadura, açúcar, queijos, polvilho, farinha, grãos e alguns objetos de artesanato. À medida que a cidade se expandia, crescia também a vontade dos pais, homens de posses, em matricular suas filhas num colégio moderno que preparassem suas filhas para viver no contexto urbano em plena expansão. Mas o progresso da cidade estava estritamente ligado ao processo de consolidação da igreja local, que apesar da distância do município em relação às cidades maiores do Sul de Minas foi possível iniciar a escolarização no início do século XX nos mesmos modelos das cidades maiores com a instalação do colégio para moças e também para os moços:

Começamos realmente a conhecer a história de nossa Paróquia a partir de 1883, com o vigário Cônego Hipólito Cassiano Terra. É o que relata, com precisão e clareza, o livro do Tombo nº. 2. Carmo do Rio Claro já vivia seus primeiros anos de município iniciando uma nova caminhada, sozinho e independente. Em 1901, com a criação de nova Diocese de Pouso Alegre, a Paróquia passou para seus domínios. Sob a nova orientação de D. João Batista Corrêa Nery, o pároco Com. Hipólito fundou o Apostolado da Oração (1904). De importante, deu-se a chegada das primeiras irmãs da Providência para o Carmo, acompanhadas de seu capelão Con. Leopoldo Peyronne. Nessa época, há de se notar o trabalho incansável e extraordinário de D. Maria Goulart para a vinda da Congregação das irmãs da Providência, da França, diretamente para nossa cidade. (FERREIRA, 2002, p.23).

A atuação da igreja nas terras sul-mineiras contava sempre com o apoio financeiro dos leigos engajados nas pastorais e benfeitores das obras planejadas pelos bispos e padres. Em Carmo do Rio Claro vale destacar o trabalho da sra. Maria Umbelina Vilela, conhecida por Maria Goulart. Residia na fazenda correnteza casada com Manoel Goulart de Andrade. Após a morte do marido sra. Maria Goulart mudaria para a cidade e passaria o resto de sua vida dedicando seu tempo às obras da igreja.

O bispo D. Nery conseguiria convencer as Irmãs da Providência de Gap a abrir o colégio para moças em Carmo do Rio Claro. Esta ação contaria com a colaboração da Sra. Maria Goulart que cederia uma de suas propriedades denominada de sobradão, sito ao lado de sua casa para servir como primeiro alojamento das irmãs e futura instalações por quatro anos do Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria. Em carta endereçada ao bispo D. Nery a sra. Maria Goulart oferecia a casa, mobília confortável, alimentação e cerca de quinhentos mil réis, para despesas de viagem das irmãs até Carmo do Rio Claro.

As prioridades do bispado sul-mineiro, atendendo às diretrizes da Santa Sé, vinham ao encontro das necessidades das religiosas francesas em buscar novas áreas de atuação, fugindo assim das perseguições da política liberal dos governos franceses no início do século XX, fenômeno este também vivenciado pelas religiosas da Congregação da Visitação que se estabeleceu em Pouso Alegre:

Diante da atitude do governo francês frente ao trabalho exercido pelos institutos religiosos, diversas congregações religiosas masculinas começaram já em agosto de 1901 a deixar o país: abadias, conventos e colégios foram fechados. Esses institutos se transferem para a Bélgica, Inglaterra, Espanha e Itália. Sob a orientação de seus capelães, as religiosas beneditinas, as carmelitas, as bernardinhas e as religiosas da Visitação seguem em grande número o exemplo dos institutos masculinos. A legislação atingia de modo especial os institutos dedicados à vida contemplativa, e considerados um peso morto econômico para a nação. (AZZI, 2005, p. 22).

As medidas tomadas pelo governo francês criariam sérias dificuldades às irmãs da Providência¹⁰⁴. As religiosas ainda alimentavam resquícios da mentalidade expansionista

¹⁰⁴ No início do século XX o governo da França tomou uma série de medidas que colocavam sérios obstáculos não só à expansão das atividades de cunho social e cultural exercidas pelos institutos religiosos, como também com relação à sua própria existência no país. Em 1901 foi apresentada às Câmaras uma lei que teoricamente pretendia restabelecer a liberdade de associação suprimida pela Revolução Francesa, mas que na realidade excluía as congregações religiosas do seu benefício. Essa lei foi votada em julho. As irmãs da providência sentiram logo que o impacto dessa nova legislação teria consequências graves para a existência das corporações católicas. Nessa mesma época foi anotado no diário da comunidade de Lectoure:

européia impulsionadora da colonização em várias regiões da Ásia e da África, ao designarem como “colônia brasileira”¹⁰⁵ a primeira casa instalada no Brasil. Esta expressão traz consigo o espírito de superioridade eurocêntrico, característica bastante específica dos colonizadores europeus. Por outro lado, a ação das religiosas contempla também o projeto missionário da Congregação que visava expandir o seu carisma educacional.

O primeiro contato para vinda das religiosas para o Brasil seria por intermédio da Madre Elvira Tonti, religiosa do Sacré-Coeur, irmã do Núncio Apostólico no Brasil, Monsenhor Tonti:

Em contacto com M. Tonti, religiosa do Sacré-Coeur e diretora do Instituto de Surdos-Mudos de Chambéry, Mére Rafael soube que D. Correia Nery, bispo de Pouso Alegre, em Minas Gerais, no Brasil, pedira a mons. Tonti, Núncio Apostólico no Brasil, para procurar religiosas francesas para a fundação de um Colégio no Carmo do Rio Claro. M. Tonti falou com seu irmão sobre as irmãs da Providência que ela conhecera através de Mére Rafael e este lhe pediu que tomasse as providências necessárias em seu nome. Mére Rafael responde com entusiasmo a esta sugestão, mas não encontra boa acolhida por parte de Mére Chantal, toda inclinada para uma fundação na Espanha e nem de Soeur St. Gervias, que só pensa na Inglaterra. No Mathalin, o Pe. Dambielle, capelão do Liceu e assistente dos surdos-mudos, toma partido contra projeto a ponto de recusar ouvir as confissões de Mére Rafael enquanto ela persistisse na sua ideia. Era preciso impedi-la de partir a todo custo. Para vencer estas dificuldades, Mére Rafael recorre a Chére Mére Louis de Gonzague, Superiora Geral da Congregação. Ela aprova o projeto e o Conselho se resigna, mas deixa que Mére Rafael consiga, ela mesma, as voluntárias que quisessem acompanhá-la. (FERREIRA, 2002, p. 309).

Madre Rafael sai à procura das irmãs que abraçariam este projeto considerado desafiador para a congregação, devido as precárias condições do interior mineiro para a fundação do colégio de meninas. As primeiras dificuldades internas seriam sentidas logo no começo da grande empreitada, conforme relato acima, e chegando ao Brasil outros desafios deveriam ser superados. Madre Rafael contaria com a coragem das irmãs, Maria Fernanda, Maria Isabel, Maria Eugênia, Maria Valéria e Maria Marciel que se uniram e no dia 10 de junho de 1904 partiram para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro no dia 28 de

“É a ruína e destruição de todas as casas religiosas”. Era necessário, portanto, buscar outra região onde prosseguir sua atividade cultural, social e cristã. (AZZI, 2005, p. 21).

¹⁰⁵ AZZI, Riolando. **Irmãs da Providência de GAP: atuação brasileira**. Itajubá: Irmãs da Providência de GAP, 2005.

junho do mesmo ano. A viagem seria longa e cansativa, pois o percurso seria feito de trem e de barco, conforme destaca o bispo em carta enviada ao Núncio Apostólico:

As irmãs deverão desembarcar no Rio de Janeiro, e de lá partirão pelo trem da Paulista, que parte da Estação Central do Rio, entre 8 e 9 horas da noite, até a Estação de Três Corações, onde deverão parar. No dia seguinte partirão de Três Corações pela estrada de Ferro da Companhia Muzambinho até a estação de Fama. Em Fama embarcarão no vapor que faz o serviço sobre o rio Sapucaí, descendo no Porto Carrito, onde serão aguardadas por carros, para conduzi-las diretamente até a cidade do Carmo. Desse modo, são ao todo dois dias de viagem, partindo do Rio. (AZZI, 2005, p. 30).

Finalmente no dia 02 de junho de 1904 chegaram a Carmo do Rio Claro, onde seriam recebidas pela comunidade católica e autoridades locais. D. Maria Goulart recepcionaria as irmãs em sua própria casa, e já no dia seguinte iniciariam os preparativos para abertura do colégio. A notícia se espalharia por toda região, motivando os pais, proprietários de terras e comerciantes, a se dirigirem à paróquia local para conhecer as condições das matrículas. Assim sendo, a inauguração do Colégio Sagrado Coração de Jesus e Maria se deu no dia 15 de agosto de 1904.

O próprio bispo daria as diretrizes e as orientações necessárias para o funcionamento do colégio, como também os passos a serem seguidos para formação religiosa, confirmando assim, toda a responsabilidade da igreja na oferta da educação, formação moral e religiosa das moças no Sul de Minas:

A pensão será de 400\$000 réis anuais, e mais 30\$000 no momento da matrícula, para o pagamento da cama, colchão e lavabo. Para as externas a pensão anual será de 150\$000 réis. Papel, penas, tinta, livros ficarão por conta dos pais. Haverá um livro de matrículas. Haverá curso primário e secundário. As matérias serão distribuídas como melhor entenderdes. Procurareis conformar-vos com os usos e costumes dos pais que concerne às refeições. De manhã, depois da oração da manhã e da santa missa, vós lhes dareis café com pão. Almoço às 10 horas. Café simples à 1 hora da tarde. Às 4 horas da tarde jantar. Às 8 horas da noite chá com pão. Quanto à parte espiritual, eu deixei ao Revmo Vigário Cônego Hipólito a faculdade de confessar religiosas e alunas até a chegada do capelão que eu enviarei o mais breve possível. Tenho um único padre francês na diocese, mas como ele ocupa o cargo de visitador diocesano, é impossível encarrega-lo da capelania. Haveria dois outros que estão abandonando a Diocese por não estarem satisfazendo ao seu santo ministério. Eu vos enviarei um capelão que não conhece a língua francesa: é importante que as irmãs aprendam o português o mais rápido possível. Para o alojamento do capelão vos entenderéis com a senhora Maria Goulart. Além do alojamento e da alimentação, o capelão terá direito a uma remuneração pecuniária, que vós

estabelecereis de acordo com ele. (Carta enviada por Dom Nery à Superiora Geral das Irmãs da Providência – Arquivo da Congregação em Itajubá).

O início do colégio foi difícil, devido ao isolamento da região e os poucos habitantes da cidade, porém a investida das jovens interessadas em ingressar na congregação para a vivência da vida religiosa foi significativa. Diante da crescente procura, Madre Rafael pediria ajuda à comunidade local para construir uma sede para funcionamento do noviciado, o que seria conseguido com o apoio dos amigos benfeitores, e finalmente inaugurado no ano de 1907, e em 1909 na Igreja Matriz do Carmo, quatro irmãs receberiam o hábito, dando início a grande expansão da congregação no país. A atuação da madre Maria Rafael primeira diretora do colégio, e superiora das irmãs no Brasil seria fundamental para a expansão do trabalho das irmãs em várias cidades da região. Com espírito de liderança e coragem abriu vários colégios, e animava as congregadas nos momentos de crises.

Esta religiosa tinha a confiança do bispo na direção do colégio, e o apoio da sra. Maria Goulart, que também tinha a confiança do bispo, conforme destacava o próprio D. Nery, “a senhora Maria Goulart, vossa digna protetora e fundadora do colégio, é uma bela alma, doada a Deus, cheia de sentimentos nobres e elevados. Procurai ser-lhe agradáveis, pois ela o merece”.¹⁰⁶

As boas relações entre a igreja, colégios e representantes do poder local favorecerão a expansão da educação e de outras atividades comandadas por religiosas na região. A chegada dos colégios atenderia às grandes aspirações da classe proprietária local e às incursões de modernidade, conforme ressalta Luzia Ribeiro Pereira:

E a educação feminina é desmandada em função da estruturação desses anseios, que passavam, entre outras questões, pela necessidade de se elevarem os padrões culturais dos sujeitos sociais. Ou seja, homens e mulheres educados, polidos, capazes de conviver de forma civilizada nos diversos círculos sociais que formavam a sociedade brasileira – homens de negócios, salões de festas, reuniões sociais e políticas, negociações externas exigiam outros padrões de comportamento que não aqueles característicos da vida simples e rural, distantes dos centros gravitacionais de decisão e poder. A educação feminina, visando atender esse novo perfil da sociedade, exige também sua reorganização e reestruturação.

¹⁰⁶ Carta enviada por Dom Nery à Superiora Geral das Irmãs da Providência – Arquivo da Congregação em Itajubá.

No quinto ano de existência do colégio, madre Rafael decidiu construir um novo prédio e uma capela anexa. Valendo-se de sua liderança e aproximação com os fazendeiros da região, incentivará a colaboração destes proprietários para realização de um leilão em prol da construção do novo colégio. Na carta a madre destacará a amizade e proteção do fazendeiro na efetivação do progresso do município, e da expansão da instrução. Os arquivos da congregação em Itajubá registram a parceria das religiosas com os homens de posses nos projetos de expansão da congregação em várias regiões do Sul de Minas. Em 1909 foi realizado o leilão com o objetivo de arrecadar fundos para construção do novo colégio e da capela que serviria para formação religiosa das alunas internas e celebrações eucarísticas, adorações ao santíssimo sacramento, coroações à mãe de Jesus, retiros espirituais, confissões e outras atividades específicas das religiosas.

Relatórios enviados ao bispo pela diretora do colégio em 1923 apresentam a quantidade de 50 alunas matriculadas, e cerca de 20 meninas no Orfanato Nossa Senhora do Carmo. Em 1925 os registros totalizam 31 alunas internas e cerca de 30 alunas externas. Assim sendo, em 1929, ano das comemorações dos 25 anos de existência do colégio, as irmãs celebravam e agradeciam pelo sucesso do colégio na cidade do Carmo.

Outra experiência que marca a passagem das religiosas de Gap em Carmo de Rio Claro foi o ensino às alunas surdo-mudas. A própria madre Maria Rafael tinha fundado na França em Auch o Instituto de Surdas Mudas, onde adquiriu uma grande experiência nesta área, assim sendo ao receber alunas surdas-mudas em Carmo, as religiosas da Providência de Gap tornam-se pioneiras no país em atendimento nesta área educacional. Cartas datadas de 1908 da família da aluna Albertina¹⁰⁷ residente em Lavras MG, evidenciam o trabalho das irmãs no Sul de Minas, conforme destacamos no segundo capítulo desta pesquisa. O atendimento às surdas-mudas se propagava, e alunas inclusive de outros Estados procuravam o Colégio Sagrado Corações, conforme relato do próprio pai da aluna Albertina em carta endereçada a Madre Rafael, “agradeço muito as boas notícias de Albertina, como a resposta sobre a moça surdo-muda do Rio, filha do Sr. Machado,

¹⁰⁷ A senhora pode ficar bem sossegada, que não frustraremos a confiança que nos manifestou a prezadíssima família, entregando a nossos cuidados exclusivamente o querido Anjinho de quem aqui se trata. Conte, pois com os nossos cuidados; mais do que as outras, a gentil Albertina precisa deles, e ser-lhe-ão dispensados com todo o carinho e dedicação maternos. Não poderei ocasião nenhuma de dar à Senhora e a seu distinto marido notícias de nossa querida aluna. E qual não será o júbilo da Senhora quando a própria menina escrever a seus bondosos pais. (AZZI, 2005, p. 79).

proprietária do Hotel de França”.¹⁰⁸ Portanto, o trabalho com educação especial se expandia e seria manchete na imprensa no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e jornais da região sul mineira.¹⁰⁹

O currículo do colégio nas duas primeiras décadas oferecia ensino das letras, matemática, música, pintura, desenho e artes aplicadas. A partir da década de 1930 o colégio vai se adaptando às exigências da legislação, e com o apoio do prefeito Dr. Epifânio Macedo e do Padre Mario de Araújo Guimarães as irmãs conseguem a oficialização em 1931 com o reconhecimento pelo governo do Estado passando a denominar-se, *Escola Normal Sagrados Corações*, oferecendo o curso ginásial e normal para formação de professoras que atuavam em toda a região. Nas comemorações dos cinquenta anos do colégio, a ex-aluna Teresinha de Oliveira Maia, ressalta:

Situado numa cidade pequena e cercado por muitos outros educandários modelares das comunas vizinhas, sua frequência não pode ser muito grande. Mas as tradições que guarda e o espírito que o anima fazem dele o colégio querido e insubstituível para aquelas que o frequentam. (*Jornal comemorativo dos 50 anos*. Providência de Gap. Carmo do Rio Claro, p.17).

A atividade educacional das irmãs da Providência de Gap sempre foram muito fieis às diretrizes da igreja. O diálogo com o bispo e com os padres se dava de forma tranquila, priorizando a formação religiosa em perfeita sintonia com o bispado. O calendário litúrgico da igreja era celebrado no interior do colégio com participação das mestres e alunas auxiliadas por um padre que comandava as celebrações, confissões, retiros espirituais e outras orientações de caráter administrativo que complementavam a vivência do mistério cristão.

As contribuições das irmãs da Providência foram determinantes para o desenvolvimento da educação no Sul de Minas, transmitindo cultura letrada às moças, fortalecendo assim a sociedade urbana em plena expansão. As atividades das irmãs não se restringiram à educação, mas também na área da saúde assumindo vários hospitais na região e assistência social coordenando os orfanatos e asilos, além da formação religiosa e preparação para o magistério. A preferência por matrículas em regime de internato justifica

¹⁰⁸ (AZZI, 2005, p. 80).

¹⁰⁹ Jornal do Comércio do Rio de Janeiro; O Estado, Belo Horizonte; Gazeta de Itajubá (Idem, p. 83-84).

o ideal das irmãs em se ocupar da formação moral, religiosa e intelectual. A juventude da região experimentava a passagem da vida rural de caráter conservador, para a vida urbana em plena expansão dos valores burgueses:

A contribuição mais expressiva da ação educativa das irmãs da Providência foi auxiliar essa juventude feminina a fazer a passagem de uma sociedade agrária, marcada pela rusticidade, para os novos valores de urbanidade exigidos pela burguesia emergente. As religiosas abriram para as meninas a porta da cultura letrada, facilitando assim o rompimento da tradicional clausura doméstica. O objetivo principal das religiosas era a formação católica. Além das aulas de doutrina cristã, a ênfase maior era dada à prática sacramental. As festas da primeira comunhão eram preparadas com carinho. A devoção ao Coração de Jesus era muito valorizada. Destaque especial era dado à celebração do mês mariano. A realização anual dos retiros espirituais tinha como finalidade o afervoramento da vida cristã. Preparar boas cristãs e mães de família dedicadas, nessa fase de transição do mundo rural para o urbano, era o ideal proposto pela atividade educacional. Essa era também a expectativa das famílias das alunas. Em termos gerais, esse objetivo foi plenamente satisfeito. (AZZI, 2005, p.259).

À medida que crescia a busca por instrução na região, as irmãs também foram assumindo escolas normais como aconteceu com o Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria em 1931. Formar professoras para o magistério passa a ser uma preocupação do poder local. Os bispos orientariam as congregações religiosas a investirem nessa área e dariam todo o suporte necessário para a efetivação. Era um projeto da igreja sul-mineira preparar as futuras professoras e donas de casas, tradicionais parceiras da igreja na difusão do catolicismo. As irmãs da Providência de Gap souberam conciliar diante das exigências do seu tempo, assumindo os cursos de magistério, porém sem abandonar o carisma idealizado por seu fundador, João Martinho Moye, atuar ao lado de pessoas humildes e carentes, levando conforto e assistência. Carmo do Rio Claro daria sustentação para muitas outras obras das irmãs da Providência no Brasil.

O Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria formariam várias professoras ao longo de existência. Em 30 de abril de 1966 as irmãs assinam um convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais cedendo o primeiro pavimento do prédio destinado a atividades curriculares, como salas de aula, área de acesso, laboratórios, praça de esportes, salas ambientes e outras salas para atividades complementares. Em 1969 as irmãs doam o prédio do Colégio Sagrado Corações para o governo do Estado para funcionamento de um colégio estadual. E finalmente em 1972 as irmãs da Providência de Gap decidem encerrar as

atividades do colégio. Em 12 de fevereiro de 1975 as irmãs se retiram em definitivo da cidade de Carmo do Rio Claro.

4.4 O Colégio São José de Passos-MG: Irmãs da Providência de Gap

A madre Maria Rafael viajaria para Passos em 1905 com o objetivo de conhecer e assumir a direção da Santa Casa de Passos. Esta região possui terras férteis banhadas pelo Rio Grande. Mineradores passam por estas margens povoando e formando o arraial que futuramente será denominado de Capoeira. Um dos povoadores era devoto de Bom Jesus dos Passos, e irá construir uma pequena capela em louvor de Bom Jesus. O bispo de Mariana eleva esse templo em 1835 à condição de Capela Curada, que seria inaugurada em 20 de março de 1836. Em torno do templo o povoado se expandiria, tornando-se freguesia do Senhor Bom Jesus dos Passos em abril de 1840, tendo como capelão o Padre Francisco de Paula Trindade. Oito anos após torna-se Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos, e em 14 de maio de 1858 pela *Lei Provincial n.º. 854*, efetiva-se como cidade. A segunda metade do século XIX foi determinante para o desenvolvimento da região. Várias fazendas se formarão, cultivando café, cana e criação de gado, gerando uma classe proprietária cada vez mais expressiva e desejosa de dar instrução às suas filhas. A sociedade local esperava por um colégio, principalmente após a chegada das irmãs da Providência de Gap, o que seria contemplado em 1 de agosto de 1905 com fundação do Colégio São José. A irmã cria o colégio externato anexo à Santa Casa. Pensando nas meninas carentes as irmãs criariam duas classes, uma com 30 alunas provenientes de famílias carentes, e outra classe com 25 matrículas para as meninas filhas de pais que podiam pagar as mensalidades.

As aulas transcorreram num clima normal, reproduzindo o mesmo currículo básico do colégio de Carmo do Rio Claro. Já no mês de novembro Madre Rafael preparou uma solenidade aberta ao público para divulgação do trabalho das irmãs na comunidade local. Estas apresentações tinham finalidade de propagar os dons artísticos das irmãs, responsáveis por produzir e ensaiar as alunas para a socialização diante dos pais e pessoas da sociedade local.

A Santa Casa contava com doze irmãs no árduo trabalho de atendimento aos enfermos numa região ainda desprovida de tecnologia e profissionais capacitados para acolher pessoas com doenças mais complexas. Por outro lado, os preparativos continuavam para inauguração do novo prédio que receberia as alunas em regime de internato e externato.

No dia 8 de janeiro de 1906 dá-se a inauguração do Colégio São José, e no dia 10 do mesmo mês a celebração da primeira missa, por meio da qual o colégio confirmava sua parceria com a igreja local, juntando forças na formação religiosa e expansão da doutrina católica entre as famílias, conforme relato da Madre Rafael em março de 1906, “a maior consolação foi para nós a festa da primeira comunhão de nossas queridas alunas”.

Os relatos das irmãs em relação a formação religiosa sempre foram de contentamento, porém registram também a preocupação das irmãs com a situação do colégio. Houve aumento das matrículas nos primeiros anos, e um reforço da congregação enviando quatro irmãs para o colégio de Passos.

Mas algo inusitado aconteceria na Santa Casa envolvendo um médico e uma religiosa conforme relato:

A causa desse fechamento repentino não foi consequência da escassa amplitude dos estudos, pois as irmãs eram muito apreciadas pelo povo, que tão pouco sentia grande necessidade de maiores vãos culturais para a mulher. Nem sequer veio de algum problema do Colégio como tal, mas exclusivamente do Hospital da Santa Casa, onde também as religiosas prestavam seu serviço. Um episódio desagradável aí ocorrido, tendo como protagonistas um médico e uma das irmãs, motivou a decisão de que todas se retirassem, para evitar falatórios que, na mentalidade da época, tão rigorosa com a mulher, e mais ainda com as Irmãs, precisamente pela grande estima em que eram tidas. (AZZI, 2005, p.92).

A decisão seria referendada pela madre superiora residente na França, e em dezembro de 1916 as irmãs deixam a direção do Colégio São José e da Santa Casa de Passos. A comunicação da retirada foi feita pela madre Fernanda, que autorizou as irmãs Valentina e Eugênia a permanecerem na cidade até a chegada da Congregação substituta. Após esta decisão as irmãs concentrariam seu trabalho nos colégios de Carmo do Rio Claro e Itajubá. Para dar continuidade ao trabalho das irmãs da Providência seriam convidadas as educadoras da Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino.

4.5 O Colégio São José de Paraguaçu–MG: Irmãs da Providência de Gap

O próprio nome do município já nos remete à influência indígena na região. A tribo “mandibóias” do grupo tupi-guarani habitaram esta localidade sobrevivendo às margens dos rios Sapucaí, Dourado e Machado. No século XVIII apareceriam as primeiras sesmarias, que seriam divididas no século XIX, contribuindo para a formação do povoado. A atuação da igreja também seria fundamental para constituição da cidade a partir da atuação do bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, apoiando a construção da primeira capela em 1810, hoje Igreja Nossa Senhora da Aparecida, e do cemitério. O empenho do bispo resultaria na criação da freguesia do Carmo da Escaramuça em 1894, elevada à paróquia do Carmo da Escaramuça em 13 de maio de 1894. A emancipação se daria em 30 de agosto de 1911.

A matriz Nossa Senhora do Carmo receberia seu primeiro administrador, Padre Antônio Piccinini, que futuramente seria o grande articulador para as incursões de modernidade e expansão da fé católica no município. O Colégio funcionaria no Ginásio Nossa Senhora do Carmo, propriedade do Sr. Manoel Alvarenga, que cedeu generosamente para funcionamento num período de dois anos até a construção do novo colégio. A parceria igreja, educação e poder local contaria com apoio dos senhores, Nestor Eustáquio de Andrade, Alfredo Luiz do Prado, Cristiano Otoni Prado, Dona Viloca, Dona Maria Antonieta, e a decisiva atuação do bispo da diocese Dom Hugo Bressane que convenceria a Madre Superiora da Congregação. O jornal da cidade publicaria o nome dos colaboradores e o valor doado para a construção do prédio. Uma celebração eucarística daria largada na trajetória do colégio:

Seguindo o programa estabelecido, de que demos noticiamos em nossa última edição, as solenidades tiveram início às 9 horas de manhã do dia 19, com missa na Capela interna do Colégio, celebrada pelo Revmo. Pe. Antônio Piccinini, digno vigário da Paróquia e representante de S. Excia. D. Hugo Bressane de Araújo. A capela se tornou pequena para conter a numerosa assistência, que invadia todas as dependências do colégio e procurava se acomodar mesmo à frente do prédio. Estavam presente à cerimônia as autoridades locais, o representante do sr. Bispo Diocesano, a Rvma irmã Radegunda, representante da Irmã Superiora da Congregação da Providência, os membros da Comissão Organizadora do Colégio, o Capelão Padre João Luiz do Prado, bem como a fina flor da sociedade

paraguassuense, que ali acorreu para testemunhar a sua satisfação imensa e dar uma nota viva de quanto aquele acontecimento significaria para a vida de Paraguassú. Terminada a missa, o sr. Padre Piccinini, acompanhado pelos srs. Dr. Cristiano Otoni do Prado, Prefeito Municipal, e Nestor Eustáquio de Andrade, Presidente da Comissão Organizadora, procedeu à benção do prédio, percorrendo-lhe as principais dependências. (*Jornal Paraguassu*, 23/03/1941).

Este fragmento coloca em evidência a importância da educação num momento de crescimento urbano do município. O colégio se tornaria o grande símbolo de modernidade, reunindo-se em torno de si as principais autoridades da cidade, que numa junção de forças conseguiriam a presença das educadoras religiosas para oferta da instrução nos moldes europeus numa pequena cidade rodeada de grandes fazendeiros preocupados com a inserção de suas filhas nos padrões burgueses.

O bispo Dom Hugo Bressane de Araújo receberia as irmãs da Congregação da Providência de Gap em 1941, cujo colégio denominado Colégio São José seria inaugurado em 19 de março de 1941 com 45 alunas matriculadas, após grande trabalho de articulação envolvendo o Padre Piccinini.

As primeiras educadoras foram irmã Joana D'arc, Irmã Maria Aparecida, Irmã Celina e Irmã Radigunda. Inicialmente o colégio ofereceria o curso primário e curso doméstico, voltado para a preparação para o lar com duração de dois anos. Mas o grande sonho das famílias era o curso normal. A informação confirmando a instalação do curso foi feita nos alto-falantes da igreja, que a partir de 1946 este curso seria instalado no colégio com o curso de adaptação e o 1º. Normal.

A transferência para o novo prédio se daria no dia 19 de março de 1945, e no ano de 1947 com o *Decreto n.º. 2.401* equiparou-se à Escola do Estado oferecendo o curso normal regional, que era formação de regentes de classe de nível primeiro grau (fundamental).



(Figura 34. Colégio S. José. Arquivo próprio).

O currículo do colégio reproduzia o modelo francês com aulas de manhã e à tarde. Trabalhos manuais, francês, artes, etiqueta, música (canto orfeônico) e grande parte das horas do dia dedicadas à formação religiosa com celebração da missa diariamente pelo capelão designado pelo bispo, Padre Martinho Gayais. No fim da tarde as meninas do semi-internato iam para casa, e as internas tomavam banho, seguido de jantar e orações de recolhimento.

Esta conquista materializava o grande sonho da sociedade local em relação a instrução na cidade, cujas matrículas atingiram o número de oitenta. O historiador local destaca:

E no dia 01 de dezembro de 1947, em uma deslumbrante solenidade, no salão do Democrata Clube, aconteceu a formatura da primeira turma do Instituto São José, paraninfada por Dom Hugo Bressane. Estavam presentes as autoridades locais, e a heroica comissão construtora do majestoso empreendimento, que acabou custando Cr\$ 384.000,00. (PRADO, 2001).

O curso regional correspondia ao 1º. Ciclo, adotado após a reforma que dividia o curso normal em dois ciclos, o 1º. e o 2º. A primeira turma receberia o certificado na cerimônia de formatura presidida pelo bispo e demais autoridades.



(Figura 35: Foto de formatura. Fonte: Museu Municipal Alferes Belisário)

Em 1963 com o *Decreto Lei n.º. 6.879*, a escola passa a denominar-se Ginásio Normal, oferecendo quatro salas do curso ginásial. Finalmente em 1965 o *Decreto Lei n.º. 8.121*, editado pelo Governador de Estado, José de Magalhães Pinto, várias mudanças no ensino, portanto as irmãs criam o ensino normal (2.º. Ciclo), hoje denominado (ensino médio), mudando o nome para Colégio Normal São José. No primeiro ano o colégio contava com oitenta alunas, e inaugurava também o pré-primário, tendo como inspetora Dona Guiomar Machado.

Na década de 1970 o instituto passaria por transformações assim como outros colégios na região, atendendo às novas demandas de seu tempo que a cidade impunha às educadoras. O crescimento urbano exigiria a formação de mão de obra mais qualificada para funções que o comércio local necessitava. Assim sendo, o instituto São José abandona a exclusividade do atendimento feminino, abrindo às portas também aos homens ao instalar a Escola Técnica de Comércio, extinguindo, portanto, o internato. A formação técnica de nível médio crescia em todo país, principalmente com a certificação dos contabilistas. Em Paraguaçu o prefeito Luiz do Prado auxiliado pelo professor Joaquim Marcos Maciel Dias e pela professora Noêmia Prado buscaram apoio político para instalação desta escola técnica.

A *Lei Municipal nº. 587* de 24 de outubro de 1973 autorizava a doação do prédio do Colégio Normal São José ao Colégio Comercial de Paraguaçu, o que demonstra as sérias dificuldades das irmãs em manter a oferta do ensino confessional na cidade.

O Colégio Normal São José seria transferido para o prédio do Ginásio Salesiano Domingos Sávio, inaugurado em 1954 para formação dos rapazes, funcionando até 7 de dezembro de 1969. Com o fechar das portas do Colégio São José, o amplo espaço foi transformando em Escola Estadual Padre Piccinini com a *Lei Nº. 7.052/77* de 01 de agosto de 1977, encerrando assim, o ensino confessional masculino e feminino na cidade de Paraguaçu.

4.6 O Colégio Imaculada Conceição de Machado–MG: Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino

A história desta congregação se inicia com a trajetória de vida de Carmen Sallés, nascida em Vic, Província de Barcelona-Espanha, aos 9 de abril de 1848. De origem simples, mas desde pequena gostava de frequentar as celebrações da igreja por influência de seus pais. Inicia seus estudos no Colégio “O Ensino” das irmãs da Companhia de Maria, e com apenas dez anos fez a primeira comunhão, e numa peregrinação ao Mosteiro de Montserrat sentiu um forte desejo de entrar para a vida religiosa.

Em 1858, José e Francisca com os filhos Francisco, Carmeta, José, Teresa, Ventura e Melchora, talvez até o pequeno Luís, vão de trem até um trecho do caminho e depois de carruagem e ainda em cavalos alugados e sobem até o alto do morro. Para as crianças, tudo é excitação e novidade. Vão pelo “caminho da peregrinação” e caminham até a porta do santuário. Carmen abre as portas de seu coração de par em par. (VASCONCELLOS, 2005, p.23).

Porém, os pais pensavam diferente da filha, e colocando em prática a tradição do lugar conversarão com Carmen e a alertará que em sua família não poderá haver desobediência às ordens do pai. O pretendente ao matrimônio com Carmen já tinha se apresentado aos seus pais, e faltava o sim da menina que pensava em ser religiosa. Os pais

começaram a preparar o enxoval, e a família continuava a pressão para que Carmen aceitasse casar com Paulo. Diante desta situação Carmen pediu o apoio do Padre Antônio Goberna para intermediar a conversa com seus pais, que aceitaram a renúncia ao casamento e ingresso em 1869 no noviciado da Congregação das Adoratrizes. Em pouco tempo deixa esta ordem e ingressa na ordem das Dominicanas da Anunciata, congregação dedicada ao ensino, onde permaneceria até 1892, pois com mais três irmãs, irmã Remédios, irmã Candelária e irmã Emília deixariam o Instituto Dominicano e partiriam para Barcelona, depois para Madri.

Em Burgos (Espanha) seriam recebidas pelo arcebispo Dom Manuel Gómez Salazar y Villegas e por seu secretário Padre Miguel Castilho que as encorajaram para fundar uma comunidade dedicada ao apostolado do ensino para a juventude, em plena época da expansão dos ideais liberais no continente europeu. Contando com o reforço de mais uma irmã, Dominga Eustáquia Ramos, em 7 de dezembro de 1892 fundam o instituto¹¹⁰ iniciando assim, as obras da Congregação da Irmãs Concepcionistas do Ensino. A instituição fundará casas em toda a Espanha, tendo a irmã Carmen como fundadora e superiora geral nos seus anos iniciais. Em 21 de outubro de 2012 foi canonizada pelo Papa Bento XVI, numa cerimônia realizada no Vaticano.

¹¹⁰ (VASCONCELLOS, 2005, p. 74).



(Figura 36. Santa Carmen. Fonte: Arquivo do Colégio).

No Brasil o primeiro contato se daria por meio de dois sacerdotes. Padre Antônio Olinto de Paiva Dutra, pároco na cidade de Machado, e Padre Eusébio Sacristán da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria – Padre Claretiano. O bispo da diocese de Pouso Alegre, Dom Antônio de Assis, em visita pastoral em dezembro de 1911, constituiria uma comissão para dar andamento ao projeto que consistia em oferecer uma estrutura básica para futura instalação das religiosas concepcionistas na cidade, conforme registro no Livro de Tombo da Paróquia¹¹¹. A comissão contaria com os colaboradores, Sr. Antônio Cândido Teixeira, Sr. Octávio Westin, e o coronel Francisco Vieira da Silva, além do bispo e dos padres claretianos. Padre Eusébio Sacristán atendendo pedido da comissão levará o pedido à superiora do colégio de Segóvia, Madre Caridad Alonso, e em seguida à Madre Superiora da Congregação. Um ano antes da morte da

¹¹¹ SILVA, Eliel. Integração em revista: edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº. 26, julho de 2012, p. 430.

fundadora em junho de 1912, sete irmãs partem da Espanha para a cidade de Machado no Sul de Minas.

Sete irmãs, com corações partidos, ao deixar para trás família, amigos e o berço da congregação chegam ao seu ponto final – da caminhada, pois aquele 22 de julho era o ponto inicial de uma jornada. Seria “leite e mel”...mas podemos acrescentar a essa mistura muitas lágrimas, muitas dores, suor. Dificuldades não foram poucas. (*Integração em revista*. Edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº. 26, julho de 2012, p.38).

A acolhida às irmãs foi num clima de cordialidade, “com muito entusiasmo- contavam elas- falando vários senhores, em nome das várias comissões do povo”, reunindo as autoridades da cidade e representantes dos movimentos da igreja. Machado foi a primeira localidade fora da Espanha, berço da congregação, a receber uma casa das irmãs concepcionistas. As sete irmãs pioneiras foram a Madre Maria Hualde, delegada da Superiora Geral do Instituto, Madre Caridade Alonso, Superiora da Casa, Sor. Mercedes Dávila, Sor. Manuela Fauste, Sor. Adoración Gastón, Sor. Mariana Cuenca, e a irmã Rosário Villalba, chegando na cidade no dia 22 de julho de 1912. As dificuldades foram grandes, porém o apoio do Cônego Dutra foi fundamental, organizando festas, bingos na zona rural para arrecadar fundos para manutenção das irmãs. O cônego era auxiliado pelo coroinha Hugo Bressane de Araújo, que mais tarde se tornaria bispo da diocese de Guaxupé.

Os primeiros anos foram de intenso trabalho, instalando-se numa casa no centro da cidade, posteriormente anexada ao patrimônio das irmãs. Meses depois alugaram outro espaço até que no dia 10 de fevereiro de 1924 colocarem a pedra fundamental do colégio, inaugurando-o em 17 de junho de 1925.



(Figura 37. Colégio de Machado. Fonte: Integração em revista. p. 57)

Diante das dificuldades a madre geral da Congregação chegou a ordenar que as religiosas deixassem a cidade de Machado e partissem para outras cidades, porém vários homens de posses do município se manifestaram contra a saída das irmãs e prometeram ajuda econômica para permanência do colégio, único a oferecer formação religiosa e intelectual às suas filhas.

Já em 1919, havia 13 internas e 20 externas. A situação pouco a pouco foi melhorando. Durante 20 anos tiveram o ensino primário e complementar. Desde 1932, funciona como Escola Normal e em 1945, abriu-se ao seu lado o Curso Ginásial. Em 1998, o Colégio Imaculada caminhou pelo esforço de inovação com a implantação do Ensino Médio. (*Revista centenária*. Diocese de Guaxupé. Poços de Caldas: Editora Santuário, 2016, p.121).

Estes princípios correspondiam aos padrões de formação desejados pelos pais das famílias desta região. A cidade se desenvolvia apoiada na economia de base agropecuária sustentada pelas grandes fazendas. O período de instalação do colégio em Machado coincide com o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), incentivador do cultivo de café, principalmente no Sul de Minas.

Em termos religiosos a diocese de Pouso Alegre expandia suas paróquias em cumprimento às diretrizes do ultramontanismo, e reforçava seu discurso contra os inimigos

da fé católica apontados pelas encíclicas papais desde a metade do século XIX, conforme destacamos no segundo capítulo desta pesquisa. A fundação do colégio na cidade de Machado seria estratégica para a igreja, preocupada com a formação das moças, numa fase de instalação da primeira loja maçônica na cidade. A irmã concepcionista, pesquisadora das origens da congregação no Brasil evidencia:

O outro indício é a alusão ao “padre apóstata”, que poderia ser Guilherme Dias, oriundo de Portugal onde foi ordenado sacerdote. Mais tarde abandonou a Igreja católica e abraçou o protestantismo, que também deixaria, trocando-o pela maçonaria e morando sucessivamente em Rio Novo, Machado, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1875 era criada a loja maçônica de Machado que ainda hoje leva o nome do inquieto desertor. Maçônica foi também a orientação do jornal “A reforma”. (SALIP, 2004, p. 423).

Padre Dutra enfrentaria dificuldades para desenvolver seu trabalho de evangelização no município. O desafio maior seria animar as comunidades para participação nas celebrações e práticas sacramentais, recuperando o fervor religioso bastante adormecido. A escolha do bispo ao nomear o Padre Dutra de Paiva foi motivada pelas circunstâncias nada favoráveis à igreja católica, devido o desinteresse da população local. De início o bispo ordenou a realização de um trabalho missionário coordenado pelos padres claretianos, especialistas em missões voltadas para reativação da fé e das práticas religiosas segundo o modelo tridentino. O pároco colocaria o dilema ao bispo no momento de sua visita pastoral à comunidade de Machado, reforçando a importância da parceria com a congregação religiosa diante da tarefa de educar a juventude feminina, futura base da família cristã.

A influência do bispo na fase de expansão do colégio foi marcante, principalmente as investidas do vigário da cidade nas questões de ordem administrativa e pedagógica. A formação religiosa foi um componente do currículo desde os primeiros anos do colégio junto à sociedade machadense predominantemente católica. O bispado de Guaxupé presente nas Conferências Episcopais da Província Eclesiástica de Mariana realizadas em Juiz de Fora em abril de 1923, divulgará as *Resoluções* deste encontro, que saiam em defesa da fé e dos costumes. Portanto, o bispo recomendava aos vigários que deveriam permanecer vigilantes contra os protestantes, espíritas, maçons e outros erros próprios dos tempos modernos:

Aos nossos diocesanos fazemos um veemente apelo, para que se mantenham firmes na fé católica, nunca assistam a pregações protestantes ou a sessões espíritas, nunca leiam livros, folhetos ou jornais de nenhuma dessas seitas, nunca procurem ou aceitem remédios de curandeiros espíritas, nunca mandem seus filhos a colégios de protestantes ou espíritas, nunca tomem parte em festas promovidas pela maçonaria ou qualquer outra seita e nunca auxiliem os inimigos da Igreja na construção de seus templos e escolas. (1923, p...)

Uma das prioridades da fundadora, Carmen Sallés, era trabalhar entre as alunas a dimensão mariana, enfatizando o “mistério da Imaculada Conceição”, que coloca a mãe de Jesus como modelo de mulher. Assim sendo, a proposta pedagógica do colégio destaca a devoção a Maria como um núcleo inspirador de toda a espiritualidade que deve ser difundida pelas religiosas da Congregação Concepcionista em todos os colégios, *prolongar a presença de Maria no tempo, fazendo de nossos centros educativos “casas de Maria Imaculada”, onde se vive um peculiar ar de família.*¹¹²

Os documentos da congregação ainda reforçam a dimensão eclesial, considerando-se corresponsável, “chamada a construir o reino de Deus através da educação”, tornando seus espaços escolares, ambientes propícios para se viver e compartilhar a fé católica. Os educadores são convocados a anunciar no cotidiano do colégio os ensinamentos de Deus, dando sentido à vida, trabalhando na perspectiva do sentido de pertença, abertura à diversidade, estabelecendo a solidariedade com um dos princípios fundamentais da rede concepcionista:

A rede Concepcionista de Ensino está inserida num contexto globalizado, e acompanha as mudanças necessárias para esse tempo, com um ensino de qualidade, sem perder suas raízes, que perduram por 100 anos. Os Colégios, sob a direção das Irmãs Concepcionistas, dedicadas, zelosas, e seguidoras de Madre Carmen, perseveram na missão de “Educar através da evangelização”. (Marly Botazini Rodrigues).

Tenho a plena certeza de que a Rede Concepcionista está pronta para nos ajudar a formar nossos filhos, não só para serem excelentes profissionais, mas também os preparar na essência, na oração, na partilha, na fé. (Flávia Ferreira Pereira). (Integração em revista: edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº. 26, julho de 2012, p.136-137).

¹¹² Projeto educativo. Rede concepcionista de ensino. São Paulo: Setor de comunicação concepcionista, 2015, p. 7.

Na revista especial comemorativa dos cem anos das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino, educadoras, pais, pedagogas e religiosas, ressaltam a proposta desta congregação, “educação é um meio eficaz de apostolado para colaborar na obra redentora de Cristo”, assim sendo, no dia a dia do colégio a formação religiosa ainda faz parte do seu currículo, fortalecendo a relação família-escola, buscando sempre a vivência dos valores cristãos.

A rede concepcionista de ensino foi se adaptando às exigências da legislação, porém sem perder o caráter educativo-evangelizador, cultivando em seus alunos a vivência dos valores do evangelho, instruindo os jovens, formando os sujeitos e também catequizando, tal qual destaca a madre superiora Provincial da Província do Brasil, “cabe-nos, hoje, sermos comunicadoras do Evangelho, e assim, educar e evangelizar, sabendo comunicar o respeito à natureza, ao bem comum, a ética, com respeito à família, às crianças e adolescentes”.



(Figura: 38. Colégio I. Conceição. Arquivo próprio).

O Colégio Imaculada Conceição (CIC) dirigido pelas Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino atualmente oferece ensino fundamental e médio aos jovens de classe média da cidade, e matrículas com gratuidade nas mensalidades a alguns jovens de famílias carentes. A direção ainda está nas mãos de uma religiosa da congregação, porém

os professores, pedagogas e funcionários técnicos são leigos católicos contratados pela instituição. Possui 8000 metros quadrados com quadra coberta, auditório, piscina aquecida, amplo parque com piso emborrachado, salas da educação infantil, laboratórios de informática, pátios cobertos e externos, estacionamento, área verde em localização privilegiada.

4.7 O Colégio Imaculada Conceição de Guaxupé-MG: Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino

A relação das religiosas com os governos liberais europeus continuava difícil motivando o Governo Geral da Congregação na Espanha a abrir novas casas no Brasil. A situação do colégio de Machado não se encontrava bem, apresentava-se muitas dificuldades financeiras, devido as poucas matrículas, o que era compensado com o apoio dos fazendeiros do município. Diante desta situação desafiadora, as irmãs resolveram atender ao pedido de Dom Antônio Augusto de Assis, então bispo da diocese de Pouso Alegre, ampliando sua presença no Sul de Minas com a segunda expedição de freiras educadoras para a cidade de Guaxupé em 1914.

A população local experimentava a recém conquistada autonomia política e administrativa, desmembrando-se do município de Muzambinho em 1 de junho de 1912. A cidade contava com Câmara Municipal, e uma conquista significativa do ponto de vista religioso que mudaria os destinos da cidade, o reconhecimento da cidade como residência do bispo, futura diocese a partir de 1916. Desde a transferência do bispo Dom Assis para a cidade que várias medidas foram tomadas pelo bispado para o desenvolvimento da instrução e formação religiosa da juventude guaxupeana. O sucesso com a produção do café contribuía para a inserção dos fazendeiros numa nova fase, inserindo-os numa classe social privilegiada, então denominada “aristocracia cafeeira”. Os novos e promissores negócios exigiam a presença dos fazendeiros na cidade com frequência aos bancos, clubes, cooperativas, assim torna-se necessários preparar suas filhas para acompanharem as incursões da modernidade, adquirindo o *status* de jovens educadas e modernas. Estudar em colégios de religiosas a exemplo do que acontecia em Campanha, Pouso Alegre, Machado

e outras cidades do Estado proporcionava uma sonhada distinção de classes, despertando o desejo dos moços, filhos de fazendeiros, em casar-se com moças matriculadas nos colégios das religiosas.

O corpo docente seria composto por madre Maria Hualde, Madre Manuela Fauste e Madre Gonzaga Munoz, procedentes de Machado. Outras seis irmãs chegariam da Espanha, Madre Visitación Litago, designada Superiora e Soares Gloria Celeste, Agustina Alcobilla, Sebastiana del Blanco, a italiana Serafina Valente e a Irmã Josefa Iriondo. As irmãs foram recebidas na estação ferroviária pelo Padre José Garciandía, pároco da catedral, por membros da comissão promotora da construção do colégio e por pessoas da sociedade.

A primeira residência das irmãs era muita pequena e sem nenhum luxo, exigindo das religiosas sacrifícios até o lançamento da pedra edificante do futuro colégio. “O próprio Sr. Bispo Dom Antônio de Assis, rodeado por vários sacerdotes, as autoridades locais e o povo em massa que também quis participar do evento, a benzeu e colocou”.¹¹³ A construção contaria com o apoio de pessoas da sociedade colaboradoras das obras da igreja. Uma comissão foi constituída tendo como presidente o Capitão Norberto Ribeiro do Valle, que num esforço exagerado foi possível inaugurar o segundo estabelecimento das concepcionistas no Brasil no dia 8 de dezembro de 1915, conforme foto abaixo.



(Figura 39. Colégio I. Conceição. Fonte: A voz de nossa história).

¹¹³ (SALIP,2004, p. 479).

A construção atendia aos padrões de arquitetura educacional do início do século XX com amplas salas de aula, auditório, refeitório, dormitórios, pátio para recreação, espaço para educação física, laboratório, sala de trabalhos manuais, secretaria e capela. Os gastos com construção, compra de mobiliário e outras despesas ultrapassaram as previsões, forçando empréstimos nos bancos para sanar as dívidas. Estas pendências foram transferidas ao bispado no momento em que a comissão faz a doação à diocese. A dívida foi paga pelo próprio colégio, após dois anos de funcionamento, que contou com o apoio dos pais das alunas e outras autoridades locais. Novos investimentos serão feitos no prédio pelas irmãs, após transferência da diocese para a congregação das religiosas que se comprometeram a mantê-lo sempre destinado ao ensino, evitando assim, a venda desse patrimônio, cuja construção foi fruto da organização e trabalho do povo da cidade. A Madre Superiora visitaria o Brasil pela primeira vez em 1923, e na sua passagem por Guaxupé, aprovou a ampliação do prédio, correspondendo assim, ao constante aumento de matrículas. Na segunda viagem em 1930, teve a oportunidade de presidir a formatura da primeira turma de alunas concluintes do curso magistério.

Outra construção significativa para a igreja foi a conclusão da capela do colégio em 1942, local específico para as celebrações religiosas e espaço de oração e reflexão para as internas. O prédio destinado à educação torna-se o mais nobre da cidade.

Inicialmente ofereceria o curso primário, ginásio e normal. O currículo nos anos iniciais contemplava aulas de pintura, música, bordados além das disciplinas tradicionais dos colégios religiosos do período. Muitas normalistas receberam o diploma das mãos das irmãs Concepcionistas e passaram a compor o quadro de professoras do curso primário da cidade e região.

A parceria com a igreja caracterizará a trajetória deste colégio, desde a construção até o fechar das portas. O bispo exerceu forte influência no cotidiano da instituição, tornando-a respeitada por toda a sociedade, e também pelo próprio bispo que expressará sua confiança na proposta executada pelas irmãs que atendia às orientações da igreja para os fiéis do Sul de Minas. Era de responsabilidade das irmãs prepararem as futuras educadoras para viverem e atuarem dentro do espírito católico. No discurso proferido às formandas na colação de grau do ano de 1934, Dom Ranulpho destacava:

Gloria das Religiosas educadoras, é saberem que são de ordinário, dessa estirpe de santos. Honra de suas alumnas, é terem ellas a certeza de que a escola em que foram moldadas, é sagrada, é celeste, é divina. Sêde belas de espírito, sede mansas e boas de coração, sede santas de almas, de acordo com a pedagogia superior dos santos, nossos primeiros e mais veneráveis preceptores, ó minhas jovens alumnas-mestras. É o conselho de vosso bispo e paronympho. Além do preparo, do apuro intelectual e da competência do saber, exercitae polidamente, elegantemente, soberanamente, vossa sublime e grandiosa missão. Revelae-vos, de contínuo, cumpridoras de vossos deveres, de mente serena, de animo igual, de maciez nas mãos, de riso nos lábios, de carinho nas palavras, de donaire nos gestos, de generosidade na vontade, de altura no ideal, de complacência no espírito, de amor no coração. Preparae homens dignos, perfeitos, e meritórios para a terra e para o céu. (Discurso proferido na colação de grau da Escola Normal de Guaxupé em dezembro de 1934 por Dom Ranulpho da Silva Farias. Arquivo da cúria de Guaxupé).

Fiéis ao carisma propagado por Madre Carmen Sallés, fundadora da congregação, as irmãs desenvolveram um trabalho centrado na formação intelectual, moral, e espiritual, oferecendo às alunas ferramentas necessárias para a vivência da fé católica, conforme destaca a missão da rede concepcionista de educação, “evangelizar através da educação preventiva, tendo Maria Imaculada como fonte inspiradora, favorecendo a formação da pessoa e a percepção de si mesma enquanto sujeito histórico”.¹¹⁴

As ações preventivas e educativas visam proteger suas alunas dos males do mundo moderno, entendidos como forças capazes de afastar as pessoas da vivência da fé, oferecendo apoio afetivo e emocional, orientações sobre os cuidados com a saúde, bons hábitos de higiene, prendas domésticas, e prática dos sacramentos, especialmente a eucaristia.

Em meados de 1960 o colégio começa a perder alunas. O sentido de pertença continuava, a burguesia local ainda associava distinção de classes e presença no colégio, porém a cidade passa por um grande crescimento no início dos anos de 1970, com surgimento de novas escolas e também novas opções de trabalho à mulher, o que levaria as irmãs abandonarem o ensino na cidade de Guaxupé:

Foi necessário encarar a realidade e cerrar as portas. Era 1976... O Colégio tinha sessenta e quatro anos de dedicação à cidade de Guaxupé. A documentação deixada na Delegacia de Ensino correspondente e a Mitra

¹¹⁴ *Integração em revista*: edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII – nº. 26, junho 2012.

Diocesana adquiriu uma parte do prédio, passando a administrá-lo; em 2001, a Congregação doou à Diocese a última parte que ainda pertencia às irmãs. (*Integração em revista: edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº. 26, junho 2012, p.111*).

A saída das irmãs seria lamentada por grande parte da população, mas a realidade ditava as normas e as religiosas foram enviadas para outros colégios da congregação. Hoje este prédio recebe a administração do bispado, onde está o arquivo e salas de atendimento da cúria.

4.8 O Colégio Imaculada Conceição de Passos-MG: Congregação das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino

O Colégio São José dirigido pelas Irmãs da Providência de Gap tinha fechado suas portas após as irmãs comunicarem à igreja local que estariam transferindo-se para outras cidades. O bispo e o Padre Eduardo Batista¹¹⁵ que era o capelão a serviço das irmãs, assumiram a responsabilidade de encontrar uma outra congregação para assumir a direção e dar continuidade à proposta de educação das jovens de Passos, uma das cidades que mais crescia na região sustentada pelo cultivo de produtos agrícolas, fazendas dedicadas à produção de arroz, café, cana, exploração do gado leiteiro e também pelo dinâmico comércio local. A cidade dava passos largos na busca da prosperidade e da modernidade, mas seus habitantes católicos permaneceram adeptos do catolicismo tridentino.

A jovem congregação, Concepcionistas Missionárias do Ensino, estava numa fase de expansão. O colégio de Machado vivenciava dias difíceis, porém o de Guaxupé estava prosperando, inclusive aumentando seu espaço físico. O bispo Dom Antônio de Assis transferiu de Machado para Passos o Padre Eduardo Oliveira Batista, o que não agradou às irmãs. Na nova paróquia o Padre Eduardo concentrará suas forças na busca por substitutas no colégio e no hospital. As irmãs Irmãzinhas da Imaculada Conceição assumiram o hospital, e o convite foi feito às Concepcionistas para assumir a direção da instituição educacional.

¹¹⁵ (SALIP, 2004, p. 489).

Surgem vários obstáculos, como o receio de que a abertura em Passos poderia enfraquecer o colégio de Guaxupé, além das dificuldades de transporte para se chegar a nova sede, que ainda não possuía um ramo da rede ferroviária. O bispo visitara a madre superiora da casa de Machado, requerendo das irmãs uma resposta positiva o mais rápido possível. A comunicação com a Europa era demorada, sendo possível somente por cartas. O convite suscitaria divergências entre as irmãs. Algumas eram favoráveis a abertura e outras contrárias à abertura do novo colégio em Passos.

Grande parte da população católica de Passos se mobilizava para adquirir fundos para construção do colégio, especificamente o internato:

Mas teve que acrescentar que a cidade estava mobilizada, através da imprensa, em uma campanha para arrecadar doações, com a finalidade de realizar o internato que projetavam; e que, portanto, outra retirada repentina, pela segunda vez, e esta com colaborações do povo pelo meio, havia de provocar grande escândalo. Seria muito difícil que não aflorassem os comentários que o bispo tanto queria silenciar... E elas seriam as responsáveis. (Integração em revista: edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº. 26, julho 2012, p.70).

Funcionaria num imóvel da senhora Bárbara de Melo, que para animar as indecisas irmãs quanto ao futuro do colégio, doaria a casa e o terreno, após dez anos de uso por parte da congregação. Ainda sem contar com a aprovação do Governo Geral, as irmãs decidem iniciar as tarefas escolares em Passos no mês de julho. As primeiras irmãs foram Madre Maria Del Camino Hualde, Madre Mercedes D'Ávila, Madre Mariana Cuenca, Sórora Rafaela Peres y Moriones e Irmã Rosa Alcalde. As irmãs chegaram no dia 20 de junho de 1917. O trabalho inicial tinha características de uma missão no estilo tridentino, evangelizar através da educação, “o colégio recebia e formava as filhas de fazendeiros e demais famílias da região, uma tradição que só se modificou em 1971, quando turmas mistas foram admitidas”.¹¹⁶

¹¹⁶ *Integração em revista*. Edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº 26, julho 2012, p. 70.

Foi proposto a mudança do nome, mantendo a tradição de denominar a instituição como Colégio Imaculada Conceição, o que teria o apoio direto do Padre Eduardo, representante do bispo nas questões relativas relacionadas com a atuação das irmãs.

Tinham setenta e sete alunas, tinham um terreno anexo, que, junto com a casa, formavam um total de quatro mil, quatrocentos e dez metros quadrados, para poder ampliar o colégio e, como de costume, não tinham dinheiro. O Padre Oliveira e dona Maria Bárbara se puseram em movimento para formar a costumeira comissão, que logo por seus meios econômicos, que se dedicaram a arrecadar os fundos necessários.¹¹⁷

O esquema comandado pelo padre seguia os mesmos padrões de outros municípios mineiros, mobilizando a população para angariar fundos para os investimentos na infraestrutura. A imprensa local daria sua contribuição, publicando a lista dos benfeitores e quantia ofertada, “a primeira e maior doação, a de dona Bárbara, encabeçava a lista: cinco contos de réis, seguida de outros cinco de seu filho o coronel Limírio de Mello”.¹¹⁸

A construção foi rápida e a procura por matrículas também aumentara de forma extraordinária, possibilitando o atendimento em regime de internato e externato, assim como desejava o bispo, quanto mais tempo as meninas passavam no colégio, mais ampla seria a formação religiosa. No início, além do curso primário fundamental, oferecia ensino de corte e costura, bordado, e formação religiosa que ocupava o maior tempo do currículo implantado pelas irmãs.

¹¹⁷ (SALIP, 2004, p. 497).

¹¹⁸ (Idem, 2004, p. 497).



(Figura 40. Construção original. Fonte: Integração em revista, p. 57)

A instrução religiosa no que se refere à doutrina apoiava-se no tradicional catecismo, que deveria ser memorizado e assimilado com o auxílio das irmãs. Outro aspecto do cristianismo bastante trabalhado era a devoção aos santos protetores, à mãe de Jesus e a São José. Cada aluna deveria fazer seus sacrifícios concretos oferecendo a Deus cada manhã ao se levantarem. Estas práticas eram reproduzidas no interior do colégio, fortalecendo a vivência do catolicismo e a relação entre instituição educacional e igreja.

O jornal do colégio, elaborado para fins publicitários, destaca que o colégio ao longo de sua existência fez várias reformas no seu espaço físico, com câmeras e catracas eletrônicas, elevadores, rampas e banheiros que contemplam alunos com necessidades especiais. Possui trinta e cinco salas de aula, salas da direção, coordenação, dos professores, salas para atendimento de pastoral, do movimento leigo, telefonia, secretaria, tesouraria, xerografia, salas multimídia, biblioteca, recepção, laboratórios, salão nobre, capela, almoxarifado, cantina, área de convivência, ginásio poliesportivo, quadra coberta, piscinas, áreas para recreação, horta, enfim, possui uma estrutura moderna e bem localizada que acolhe cerca de 730 alunos distribuídos na educação infantil, no ensino fundamental e ensino médio.



(Foto 41: Colégio Imaculada Conceição . Acervo próprio).

Grande parte das famílias tradicionais da cidade ainda consideram o colégio uma instituição fundamental em suas vidas, que além da cultura, prepara as crianças e jovens para viver dentro do espírito cristão, conforme depoimento de ex-alunos para a *revista integração*, onde ressaltam o lugar da instituição na cidade, e a influência da formação recebida, “crescemos tendo o CIC como parceiro de nossos pais em nossa educação, ampliando nossos horizontes com a visão de que, junto ao conhecimento científico, era necessário e fundamental o amor e a fé, que nos dão o verdadeiro sentido de vida”¹¹⁹.

4.9 O Colégio Paula Frassinetti de São Sebastião do Paraíso-MG: Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti

Esta congregação, conforme destacamos no segundo capítulo desta pesquisa, foi fundada por Paula Ângela Maria Frassinetti em 12 de agosto de 1834, em Gênova, Itália. Paula Frassinetti definiria o carisma de sua congregação priorizando a dimensão apostólica colocando-se ao serviço de Deus para evangelizar através da educação, dando preferência aos mais pobres.

¹¹⁹ (*Integração em revista*: edição especial. Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. Ano XIII, nº. 26, julho 2012, p.143.

Este carisma adotado pelas irmãs Doroteias traduz o contexto marcante do século XIX europeu, consolidação do capitalismo financeiro, que geraria muitas contradições sociais, dentre elas as diferenças entre ricos e pobres, e a opção de grande parte da sociedade burguesa pelo liberalismo, o que na prática incomodava a igreja. Várias congregações religiosas surgirão neste século nos países europeus, todas tentando atender às orientações do Vaticano, combater o liberalismo pelos trilhos da educação, especialmente nas Américas. As ordens religiosas chegariam ao Brasil combatendo o catolicismo popular e difundindo o catolicismo romanizado, conforme orientações do ultramontanismo. Na prática os institutos religiosos darão prioridade à burguesia rural, preocupada em educar os seus filhos dentro dos padrões europeus.

Esta congregação já vinha atuando com educação no Brasil atendendo ao apelo dos bispos na tentativa de recuperar a presença da igreja na vida das famílias, e combater os inimigos marcantes deste período, como os protestantes, maçonaria, socialismo e as ideias liberais, conforme destacamos no primeiro capítulo desta pesquisa.

A fundação de mais uma unidade educacional no Sul de Minas, na cidade de São Sebastião do Paraíso, seria de modo bastante análogo ao de Pouso Alegre.

A fundação de um colégio das Doroteias na cidade partiria das iniciativas do vigário local, Cônego Felipe da Silveira. No mês de junho de 1924 partiriam de Pouso Alegre três irmãs para conhecer o município e analisar as possíveis condições para instalação de um instituto em São Sebastião do Paraíso. As irmãs foram recebidas pelo cônego e ficaram impressionadas com a realidade encontrada. Regressaram a Pouso Alegre com o compromisso assumido de abrir o colégio no ano seguinte.

No mês de fevereiro Madre Elisa Castro, Madre Ester Simões e a irmã Clara Alves viajam com o compromisso de dar início às obras de inauguração de mais uma unidade voltada para a formação das moças na região sul-mineira. Uma casa provisória à Rua Barão do Rio Branco foi reservada para o seu funcionamento, onde já teria funcionado um colégio anos atrás, e necessitava de obras para sua revitalização.

Assim como em outras cidades sul mineiras, uma comissão presidida pelo sr. Cônego Filipe assumiram a responsabilidade de adquirir fundos para a reforma. A reforma foi feita, e em 1926 iniciou-se a construção do novo prédio. A primeira pedra foi benta pelo bispo em 2 de julho do mesmo ano, que prometeu apoio da diocese para concretização da obra que serviria a toda a sociedade paraisense. Tudo transcorreria de forma planejada, de

forma que em 20 de junho de 1927 as irmãs iniciaram a mudança para o novo prédio, ainda em fase de acabamento.

O trabalho das irmãs educadoras da congregação das Doroteias já era conhecido no país, facilitando assim a equiparação do colégio:

O Presidente do estado de Minas Gerais, de conformidade com o regulamento que baixou com o decreto nº. 6.831, de 20 de março último resolve aprovar a transferência das regalias de equiparação, concedidas ao Ginásio Paraisense, de São Sebastião do Paraíso, pelo decreto nº. 3.343, de 17 de outubro de 1911, para o Colégio Paula Frassinetti, mantido na mesma cidade pela Congregação de Santa Dorotéia. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 4 de dezembro de 1915. (AZZI, 2002, p. 374).

As visitas dos inspetores eram constantes para acompanhar a qualidade do ensino em cumprimento às normas do Estado de Minas Gerais. O Inspetor assistia às aulas desde as preleções até os testes aplicados às alunas em sua presença para averiguar a aprendizagem das alunas e cumprir o rigor das temidas visitas, que resultariam em relatórios encaminhados à Secretaria de Educação do Estado. Todas as salas eram visitadas, “continuo a visita e passo a outras aulas. Vejo-as ler com pontuação, e, responderem ao que lhes pergunta a professora sobre o valor do ponto; ouço-as reproduzirem com fidelidade a narrativa do livro”.¹²⁰

Os livros de visitas dos inspetores registram a impressão do inspetor diante de tudo que acompanhava, conforme fragmento de outubro de 1925:

Que falta, portanto, para que seja abundante de bens para São Sebastião do Paraíso, extraordinário de benefícios para a população desta cidade, essa colmeia exuberante de vida, donde amanhã hão de surgir senhoras distintas para o bem desempenharem o melindroso e santo papel de mães e de esposas? É preciso apenas, o concurso dos pais, para diminuir um tanto o trabalho tão penoso destas santas mulheres, que, abandonando o convívio dos seus, e que, engrandecidas pela fé, resignadas e estóicas ante o sofrimento e o luto, sublimes e rídisas perante Deus, a Pátria e a sociedade, formam as mulheres de amanhã. (AZZI, 2002, p. 376).

¹²⁰ (AZZI, 2002, p. 375).

A fala do inspetor ressalta o papel exigido pelo Estado e pela sociedade dos colégios, preservar as mulheres, preparando-as para o casamento e constituição de famílias segundo a tradição sul-mineira. Assim sendo, exigia-se que a formação acontecesse dentro das condições higiênicas, àquelas consideradas padrões pelos higienistas da época, necessárias às mulheres, e educação segundo os padrões da ordem e da disciplina.

Nas três primeiras décadas as irmãs ofereceram educação infantil, primária, ginásial e curso normal. Dados levantados por inspetores em novembro de 1926 constam matrículas de 206 alunas, sendo 116 no curso primário, 23 no fundamental, 43 no normal e 24 do curso livre, não oficial.

A proposta pedagógica das Doroteias alternava formação intelectual, instrução para o lar e formação religiosa. Vale destacar, que a formação religiosa até meados do século XX era prioridade, ocupando a maior parte da carga horária no currículo. A parceria com o poder local se dava com o apoio dos fazendeiros e comerciantes às obras do colégio, e com a igreja o empenho das irmãs para materializar o discurso ultramontano do bispo com as diversas ações de caráter religioso.

Dentre as atividades, de modo análogo ao que já acontecia nos outros colégios da congregação, as comemorações do mês de maio, dedicado à mãe de Jesus. Alunas internas e externas eram inseridas na Confraria de Nossa Senhora do Carmo, instrumento usado para fortalecer a piedade entre às meninas. Outra atividade bastante difundida no país desde a década de 1920 era a coroação de Nossa Senhora, cuja cerimônia se fazia na capela diante da imagem da Virgem Maria.

Com os mesmos objetivos de fortalecimento da piedade e amor à igreja, as irmãs criaram as associações religiosas, também existentes em outros colégios, tais como Filhas de Maria, Santos Anjos e Apostolado da Oração. As atas do colégio registram as cerimônias e as assistências espirituais dadas pelas irmãs e pelo padre colaborador do colégio. As cruzadas eucarísticas agrupavam várias crianças, formando um centro unido, tendo a sede no colégio, onde se realizavam as reuniões presididas pelo vigário, e se difundia os encontros eucarísticos aos domingos na igreja local.

A ação católica difundida pelos bispos brasileiros a partir de 1937 encontrariam adesão das religiosas de Santa Doroteia, que neste mesmo ano implantaria o setor da juventude, Juventude Estudantil Católica – JEC. Este movimento atendia ao pedido do Papa Pio XI, que contava com a assistência de um sacerdote para as pregações, procissões, missas e confraternizações no interior do colégio.

O esforço do vigário local para vinda das religiosas de Santa Doroteia tornava-se compensador, pois em contrapartida as irmãs prestariam serviços de formação religiosa aos paroquianos. O apostolado denominado catequético se dava em locais diversos da cidade. Centros de formação catequética eram formados nos bairros sob direção das irmãs educadoras. Nestes, as irmãs davam aula de catequese, preparando crianças para fazer a primeira comunhão, e participar de outras celebrações religiosas ao longo do calendário litúrgico da igreja.

O tripé envolvendo a igreja, congregação religiosa e poder local caracterizará a oferta da educação em todo o Sul de Minas. O discurso dos bispos vinha ao encontro dos anseios dos homens de posse da região, contribuindo para a instalação dos colégios por toda a região sul-mineira. O sucesso dos empreendimentos religiosos contava também com o apoio das autoridades políticas do Estado de Minas Gerais, permitindo as instalações e dando autorização para funcionamento e reconhecimento institucional. Os relatórios dos inspetores, fortaleciam a proposta educacional, ao elogiarem os trabalhos executados pelas religiosas, conforme destacamos. Os colégios na primeira metade do século XX serviam de palco para desfile das autoridades estaduais, regionais e municipais:

“Em 1928 o Colégio recebeu a visita do Presidente do Estado de Minas: o Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos de Andrada, o qual criou duas escolas, formadas das classes anexas à nossa Escola Normal, reconhecendo-as o governo, e comprometendo-se a subvencioná-las; nomeou provisoriamente equivalia a nos livrar de termos de desembolsar seis contos anuais, em benefício de qualquer professora escolhida pelo Estado para exercer o dito emprego”. (AZZI, 2002, p.389).

As atas registram ainda as constantes visitas dos padres, bispo, prefeitos, vereadores, e autoridades militares, que destacavam o altruísmo das freiras, com trabalho considerado edificante para a família sul-mineira. O currículo contemplava a educação cívica, no qual todos os feriados nacionais e municipais eram celebrados e guardados internamente, através da qual o culto à autoridade, seja da diretora ou das autoridades civis e militares eram evidenciados pelas madres formadoras. Estes laços entre irmãs e poder local eram benéficos para ambos, principalmente para as religiosas educadoras que se sentiam totalmente protegidas, mesmo em épocas de revoluções, como aconteceu na revolta constitucionalista de 1932 e na tomada de poder pelos militares em 1964.

O colégio soube acompanhar as mudanças propostas pela legislação ao longo de sua trajetória, conforme destacamos no primeiro capítulo, assim como oferecer instrução e formação que agradasse às famílias e à igreja. Na comemoração dos cem anos da diocese de Guaxupé na *revista centenário*, editada pela própria cúria diocesana destaca:

O Colégio Paula Frassinetti é uma família que trabalha unida, criando um ambiente educativo próprio, através da pedagogia do Evangelho, para promover o crescimento integral das nossas crianças e jovens. Prioritariamente, testemunha e anuncia a todos à Boa Nova de Cristo e assume um compromisso concreto de serviço, inserindo-se na Igreja local e buscando sempre caminhos de renovação, com fé e paixão pelo Reino de Deus. (*Revista centenária*. Diocese de Guaxupé. Poços de Caldas: Banana, canela e design, 2016, p.122).

A educação oferecida pelas irmãs de Santa Doroteia é abrangente, não se limitando ao ensino regular. Contempla também pastoral escolar, popular, rural, juventude e vocacional. Possui a Escola de Formação para leigos segundo o carisma de Santa Paula, e o Centro de Formação Humana “Paula Frassinetti”, que apoia adolescentes e jovens no curso de informática, preparando-os para o mercado de trabalho, reforçando a formação cristã iniciada pela família.



(Figura 42: Colégio Paula Frassinetti. Fonte: Arquivo do Colégio).

Uma das preocupações das religiosas ao longo da trajetória do colégio foi fazer as reformas e ampliações, conforme podemos constatar ao visitar o espaço físico. Estas inovações tiveram por objetivo manter a construção adaptada às exigências dos inspetores escolares, e arquitetura agradável, tentando assim, permanecer no competitivo mercado de educação privada. Assim sendo, podemos concluir que a proposta das Irmãs de Santa Doroteia para a juventude paraisense ainda continua eficiente, satisfazendo às necessidades modernizantes da sociedade local, como também os apelos da igreja, ainda muita influente na região sul-mineira.

4.10 O Colégio Sagrado Coração de Jesus de Alfenas-MG: Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração

Esta congregação foi fundada pelo Padre Júlio Chevalier na cidade de Issoudun – França – em 30 de agosto de 1874 objetivando evangelizar por todos os meios possíveis

difundindo a honra do coração de Cristo. Queria anunciar as “riquezas do amor de Deus, reveladas em Cristo”, e levar todos os homens ao Pai. De início padre Júlio contaria com o apoio de Marie Louise Mestrann apresentada pelo padre fundador em 8 de dezembro de 1882 como Madre Superiora e mestra das noviças. Após assumir os votos passou a tomar decisões importantes na congregação.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi fundado por uma associação de leigos interessados em oferecer educação às meninas e moças da cidade. Inicialmente seus fundadores, o professor Eduardo Daniel Ferreira Dias e sua esposa Rita Cândida Ferreira Dias no ano de 1913 fundaram o Instituto Técnico e Profissional de Alfenas. Anos depois, especificamente em 16 de dezembro de 1920 chegava em Alfenas as irmãs da Congregação Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração com a responsabilidade de assumir o colégio e o hospital da cidade.

As primeiras irmãs a chegarem foram Irmã Maria René, Madre Maria do Sagrado Coração e Madre Maria Leone. No dia 20 de março de 1921 inauguraram o colégio como Escola Normal Sagrado Coração de Jesus numa casa ainda provisória até a construção do prédio atual, assumindo a direção a Madre Maria do Sagrado Coração.



(Figura 43. Colégio S. C. Jesus. Fonte: Arquivo do colégio).

O regime adotado foi o de internato e externato para adaptação das alunas das cidades vizinhas, como também para facilitar a implantação do currículo voltado para a

formação para o lar e para a vida religiosa, seguindo os mesmos padrões dos outros colégios da diocese de Guaxupé. A arquitetura também se assemelhava aos colégios das cidades vizinhas, com janelas largas, amplos corredores, salas de aulas arejadas, salas de exposições e dormitórios para acolher as alunas internas, conforme percebemos pelas fotos em destaque. Ofereciam o curso primário, e a partir de 1937 o curso normal de 2º. Ciclo (segundo grau), de acordo com o *Decreto n.º. 770* de 11 de março de 1937.



(Figura 44: Internas do colégio. Fonte: Arquivo do Colégio)

O curso de adaptação era oferecido em dois anos. As disciplinas, conforme quadro de disciplinas abaixo, contemplavam a língua francesa, e as disciplinas tradicionais dos colégios internos, cujo foco estava nas ciências modernas, atentando também para os trabalhos manuais, preparando assim futuras donas de casa, para o comando do lar. Ano de 1932 no 1º. e 2º. Ano-adaptação:

portuguez, francez, arithmetica, geografia, história do Brasil e educação cívica, sciencias naturaes, desenho, educação physica, canto coral e trabalhos manuais.

Os boletins abaixo, ilustram a oferta das disciplinas, especificamente do ano de 1936 com as notas recebidas nos meses de novembro e dezembro.

Escola Normal dos Santos Anjos

Primeiro Anno do Curso Preparatório

Caderneta Escolar da alumna Maria do Carmo Campos

Matriculada em 5 de Março de 1934 Média annual de 1934

	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média de notas	Prova final	EXAMES
Portuguez.....	7	9	7	6	6	7	8	5	7	7	1	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Francez.....	7	6	6	5	6	5	8	7	6	6	2	8	
Matematica.....	8	8	6	6	6	8	6	7	6	6	1	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Hist. Geographia e Civica	7	6	4	8	8	10	9	10	9	7	1	8	
Desenho.....	7	6	8	4	5	7	9	8	8	6	1	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Trabalhos man. e model.	9	9	9	10	10	10	10	10	10	9	1	8	
Musica e Canto Coral..	7	7	9	8	7	10	10	10	7	10	8	9	3
Educação Physica.....	9	9	9	9	7	7	8	8	8	8	1	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Ciencias.....	5	8	5	5	8	9	7	9	7	7	3	8	

Data 30 de Novembro 1934 A Directora Imã Maria Coutinho

A Secretaria Imã Maria Bernard

(Figura 45: Boletim. Fonte: Museu de Paraguaçu).

Escola Normal dos Santos Anjos

Segundo Anno do Curso Preparatório

Caderneta Escolar da alumna Maria do Carmo Campos

Matriculada em 28 de Setembro de 1935 Média annual de 1935

	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média de notas	Prova final	EXAMES
Portuguez.....	8,5	9	7	7	8	8	8	9	9	7	11	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Francez.....	6,5	7	10	7	8	8	8	9	8	8	7	8	
Arithmetica.....	4,5	8	8,5	7	9	10	9	10	10	10	8	11	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Geometria.....	7	9	10	9	10	10	9	10	10	9	2,5	11	
Chorographia do Brasil	9	9	8	6	8	9	9	7	9	8	11	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Desenho.....	9	9	10	7	9	9	9	9	9	8	2	8	
Trabalhos man. e model.	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	11	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
Musica e Canto Coral..	5	6	8	8	6	7	8	9	9	7	8	8	
Educação Physica.....	6	6	9	8	10	9	6	8	10	8	6	8	Média de conjunto sete - Promovida em todas as matérias
	6	6	7	8	7	8	8	9	9	7	6	8	

Data Paraguá, 30 de Novembro de 1935 A Directora Imã Maria Bernard

O Secretaria Imã Maria Luiza

(Figura 46. Boletim Notas. Fonte: Museu de Paraguaçu).

Escola Normal *dos Santos Anjos*
Terceiro Anno do Curso Preparatorio

Caderneta Escolar do alumno *Maria de Jesus Campos*
Matriculado em *14 de Março* de *1935* Média annual de *1935*

	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Média de Mês	Média de Folhas de Presença	Presença Porcent.	EXAMES
Religião.....	7	10	10	10	10	10	10	10	10	9	—	—	Média <i>n</i>
Portuguez.....	8	10	8	8	10	9	7	8	9	8	2	—	
Matematica....	10	10	9	10	7	9	10	8	8	9	—	—	Conjuncto <i>7 (est)</i>
Canto Coral...	7	8	10	10	3	10	8	8	9	8	—	—	
Geog. Historia	9	7	8	9	5	6	7	7	9	7	5	5	Média <i>anual</i> <i>7 (est)</i>
Ed. Fisica....	6	8	8	8	8	7	8	9	10	8	5	5	
Psicol. Higiene	9	5	6	8	8	8	9	7	8	7	5	5	Média <i>anual</i> <i>7 (est)</i>
Metodologia...	8	7	8	5	4	9	10	9	10	8	5	5	
Pratica Prof..	6	7	6	5	3	8	6	9	7	6	1	1	

Data *2 de Dezembro 1936* α Directora *Imã Maria Bernard*
a Secretária *Imã Maria Lourenço*

(Figura 47: Boletim de notas. Fonte: Museu Paraguaçu).

A partir de 1947 teve início o curso pré-escolar e o ginásial reconhecido pelo *Decreto Federal n.º. 22.813/47*. Com as transformações próprias dos anos 1970, favorecendo o surgimento de novas profissões na cidade, as irmãs implantaram o Curso Técnico de Enfermagem a nível de segundo grau, reconhecido pela *Portaria n.º. 397/76* de 23 de junho de 1976. Este curso funcionaria até 23 de dezembro de 1979.

Adaptando-se as exigências da *Lei n.º. 5.692/71* a instituição passaria a chamar-se Colégio Sagrado Coração de Jesus de 1.º. e 2.º. Graus, oferecendo ensino da 5.ª. a 8.ª. séries, *Portaria n.º. 470/76*, e ensino de 1.ª. a 4.ª. séries pela *Portaria 011/84 – MG*. O ensino médio seria implantado em fevereiro de 1999 após reconhecimento por meio do *Parecer 718/98* de 16 de julho de 1998.

A presença do colégio junto à comunidade alfenense correspondia às investidas da hierarquia católica junto à aristocracia rural, principalmente produtores de café e criadores de gado. Os colégios católicos na segunda metade dos anos de 1920 correspondia a 80% das escolas correspondente ao que hoje denominamos de ensino médio.¹²¹

Na década seguinte, o discurso da igreja teria um caráter nacionalista e desenvolvimentista, tentando se aproximar das camadas médias, valendo-se do populismo

¹²¹ (DREHER, 1999, p. 200).

e também do corporativismo nas suas práticas pastorais a exemplo da área política. Os laços entre igreja e poder temporal seriam estreitados neste período.

Atualmente o colégio ainda propõe um ensino confessional, porém as práticas religiosas já não são mais reproduzidas no interior do colégio. As celebrações eucarísticas são realizadas na igreja matriz em datas comemorativas com aniversário do colégio, cuja presença dos alunos é facultativa. O folheto de divulgação destaca:

O Colégio Sagrado Coração de Jesus tem como missão: promover uma educação fundamentada em valores cristãos, contribuindo para a formação da pessoa humana que atue na sociedade de forma compassiva, justa, criativa e empreendedora. Levando a todos e por toda a parte a boa nova do amor compassivo e salvífico de Deus, através da educação, da assistência social e de nossa ação missionária nas diversas pastorais da igreja, com mansidão, humildade e compaixão, a exemplo de Nossa Senhora do Sagrado Coração. (Folheto de divulgação, 2017, p. 2).

4.11 O Colégio São Domingos de Poços de Caldas–MG: Congregação Romana de São Domingos

A atuação do engenheiro Martiniano da Fonseca Reis Brandão designado pelo governo mineiro em 1864 foi determinante para fundação e expansão do povoado em torno das fontes medicinais na região. O Major Joaquim Bernardes cederia as terras para exploração e formação do povoado. Em 1872 foi assinado o documento de doação das terras, ano referência para se comemorar o aniversário da cidade, e em seguida o presidente da Província ordenaria a construção do povoado.

A região crescia rapidamente, favorecendo o surgimento do primeiro balneário construído junto a fonte “Pedro Botelho”, onde o Padre Serra Freitas aspergirá o povo com água benta, e futuramente receberia a visita do Imperador D. Pedro II. As notícias do uso das águas para cura de várias doenças se espalhava, e o turismo forçaria a urbanização e o surgimento de uma classe burguesa ligada ao comércio, necessitando inserir seus filhos e

filhas nos costumes considerados modernos. A dificuldade maior estaria no acesso aos balneários devido as precárias estradas:

Pelo lado de Minas Gerais o caminho passava por Caldas e era usado por cavaleiros, troles e carros de bois. Pela Província de São Paulo os trens da Mogiana iam até Casa Branca e os banhistas desciam na antiga “Estação de Caldas”, próxima a Aguai, dormiam em São João da Boa Vista e no dia seguinte galgavam a serra em banguês ou troles. Para facilitar o transporte e dar maior conforto aos visitantes, que procuravam as águas sulfurosas a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro conseguiu do Governo Imperial uma licença para estender suas linhas até Poços de Caldas. A inauguração foi feita pelo Imperador D. Pedro II a 22 de outubro de 1886, com a presença da Imperatriz D. Tereza Cristina e de altas autoridades do Governo Imperial e da província de Minas Gerais. (MEGALE, 2002, p. 29).

A vida religiosa também se tornaria expressiva graças às iniciativas dos moradores que reproduziam as práticas católicas até a chegada de um vigário. Em 1909 o cônego Cesar iniciaria a construção da nova igreja para realização das celebrações próprias do catolicismo. Padre, Serafim Augusto da Cruz, organizaria a igreja local, coincidindo com a criação da diocese de Guaxupé e desenvolvimento da instrução na cidade num momento de expansão das ordens religiosas pelo Sul de Minas.

A Ordem dos Pregadores foi fundada pelo espanhol Domingos de Gusmão (1170-1221), preocupado com a propagação da fé católica em toda a Europa. Domingos procura o Papa Inocêncio III e pede a aprovação de sua Ordem cujo carisma seria voltado para a evangelização por meio das pregações. Em pouco tempo a ordem se espalha por vários países

A chegada da Congregação Romana de São Domingos em Poços de Caldas está relacionada com a grande perseguição aos religiosos no início do século XX na França no momento de expansão das ideias e governos liberais. O convite às irmãs dominicanas para se estabelecerem no Brasil, partiria do Barão do Rio Branco conhecedor do trabalho das irmãs desde o período em que suas filhas haviam estudado num colégio dominicano na Europa. Poços de Caldas era administrada pelo Dr. David Benedicto Ottoni que solicita em Belo Horizonte a vinda das irmãs para abertura de um colégio na cidade. Padre Henri Mothon, dominicano da Congregação dos Ensinantes, seria enviado para a cidade para os primeiros contatos de reconhecimento e futura instalação do colégio.

Padre Henri levaria boas impressões da cidade e a aprovação da localização se deu de forma tranquila. A irmã Mére Paulinne Bonnet, acompanhada de outras quatro desembarcaram na cidade em 1906, trazendo Padre Mothon para providenciar a compra do terreno e inauguração do futuro colégio de meninas numa casa improvisada à Avenida Champagnat esquina com Rua Acre. A área comprada media 107.496 metros quadrados aproximadamente, e nela existia uma casa, antiga moradia do proprietário, que passou a ser a casa nº. 3 ou *maison rouge*, assim denominada pelas religiosas devido a cor rosa na parte externa. A construção ficou sob responsabilidade do sr. Theodoro Rossi com supervisão do padre Mothon, Ao longo dos anos o prédio foi sofrendo reformas e adaptações, porém a estrutura original ainda está preservada.

Inaugurado o internato tendo como primeira diretora Mére Marie Antoine Bomel, que receberia matrículas de meninas indicadas pelos padres espalhados pela cidade e região, filhas de comerciantes e fazendeiros a procura de instrução. Chegando ao colégio a madre diretora fazia uma entrevista com a família, geralmente o pai acompanhava a filha até a recepção. Nesta conversa a freira abordava questões do cotidiano do colégio, realçava a disciplina adotada e os padrões de comportamento necessários para permanência da menina entre as religiosas. Uma grande aliança se daria entre religiosas dominicanas, padres e a elite poços-caldense nos mesmos moldes das outras cidades mencionadas. Os percursos seriam semelhantes aos de outras congregações que com apoio da burguesia local conseguiram comprar o vasto terreno para construção do colégio São Domingos, e fazer ao longo de sua trajetória as devidas reformas e ampliações:

O educandário começou a florescer em pouco tempo as freiras compraram do Cel. Agostinho Junqueira uma grande área, que ia até o atual Colégio Municipal, e foi posteriormente loteada (uma parte). O Cel. Agostinho e sua esposa D. Isaura Claudina, doaram ainda uma faixa complementar, acima da igreja paroquial. Mais tarde, em 1914, devido ao apoio que receberam da elite poços-caldense, adquiriram espaçosa mansão na mesma rua da atual Pe. Henri Mothon, onde permaneceram. (MEGALE, 2002, p.153).

As aulas iniciaram no mês de agosto com 27 alunas e se estendiam até maio. As freiras eram as professoras das disciplinas e com o passar dos anos foram recebendo professoras leigas com vivência religiosa exclusivamente católica. A parte religiosa era de coordenação exclusiva das irmãs que fortalecia o cristianismo de perfil tridentino no Sul

de Minas com foco maior nos sacramentos, especialmente eucaristia e confissão, e devoções ao coração de Jesus, Maria, mãe de Cristo, e outros santos protetores, como São Domingos. Vale destacar que a língua francesa era obrigatória e usada também nos livros de orações, cânticos, ladainhas, e até mesmo no refeitório antes das refeições. Os sacramentos eram ministrados somente pelos padres, mas as freiras eram grandes colaboradoras da igreja ao prepararem os leigos para a vivência dos sacramentos através dos conselhos individuais, catequese nas paróquias, retiros espirituais, novenas e visitas às famílias.

Padre Mothon, capelão do colégio, fundara a Escola Menino Jesus, anexa ao Colégio São Domingos, para acolher meninas provenientes das famílias carentes da cidade. Oferecia aulas de costura, bordado, tricô, trabalhos de agulha e afazeres domésticos, além do curso primário. Esta escola fazia parte das obras sociais da congregação e teve como primeira diretora a Madre Mére Marie Antoine. As meninas recebiam a instrução e em contrapartida ajudavam nos serviços domésticos dos colégios. O regimento interno do colégio registra que de 1916 a 1950 passaram 4.172 alunas. Muitas eram recrutadas pelas irmãs para ingressarem na vida religiosa, após passarem por um rigoroso período de observação internamente.

As adaptações à legislação vigente sempre foram feitas com rigor, e quando necessário os inspetores auxiliavam as diretoras. A entidade mantenedora, Sociedade Promotora da Instrução, representava a congregação diante do governo estadual desde a construção do novo colégio em 1920.



(Foto 48:Colégio São Domingos. Acervo próprio).

A Escola Normal foi reconhecida em 1932, posteriormente no governo de Getúlio Vargas novas adaptações às reformas adotando o curso ginásial, reconhecido em 1943, e em seguida o curso colegial oficializado em 1950.

Podemos destacar uma experiência pioneira deste colégio, a criação do curso técnico em turismo em 1974 tentando oferecer profissionais ao município numa fase áurea do turismo da cidade, sustentado por uma beleza natural, clima incomparável e pelas águas termais.

O Colégio São Domingos também passaria por crises a exemplo de outras escolas católicas, conforme mencionamos ao longo deste capítulo. A partir de meados dos anos de 1970 os colégios católicos começaram a entrar em crise, consequência da pouca procura por matrículas, concorrência com outras escolas privadas e estaduais, e as novas oportunidades de trabalho nas cidades sul-mineiras exigiam outras formaturas, além dos tradicionais cursos normais. Algumas congregações fecharão seus colégios, e outras, como o Colégio São Domingos passarão o ensino para a iniciativa privada. A professora D. Célia Maria Freitas Villela e o Dr. Fernando Antônio Mourão Flora, assumiram o colégio em 1983, e implantaram um novo método, procurando corresponder aos processos considerados eficientes na preparação dos jovens para os vestibulares.

A venda do colégio tornou-se inevitável, principalmente quando as irmãs assumiram um novo empreendimento pastoral próximo a Belo Horizonte. A sociedade poços-caldenses se mobilizaria na tentativa de impedir a saída das religiosas do município. O colégio foi desativado no final do ano de 1988 e vendido ao Colégio Objetivo de São Paulo em 1990. A casa das irmãs localizada ao lado do colégio será vendida à diocese.

4.12 O Colégio Jesus Maria José em Poços de Caldas–MG: Congregação das Irmãs Jesus Maria José

A fundadora da congregação, Rita Lopes de Almeida nasce aos 5 de março de 1848 em Viseu-Portugal. Desde muito cedo já se sentia atraída pela vivência da fé cristã incentivada por seus pais. Aos 20 anos manifestara o desejo de consagrar-se a Deus e prestar serviços ao próximo, principalmente às meninas pobres de sua região. Sua juventude seria vivida num contexto de imposição das ideias liberais e muitos desafios de

ordem política presente em vários países da Europa. De início entra no convento de religiosas de origem francesa, cujo carisma era voltado para à assistência, o único permitido em Portugal por ser estrangeira, nesta fase de perseguições religiosas. Porém, seu desejo era servir a Deus por meio da educação prestando serviços às meninas pobres e abandonadas:

Ainda jovem, ardia no peito de Rita Lopes de Almeida a vontade de trabalhar com veemência na conversão de mulheres perdidas. Seu desejo era consagrar-se totalmente a Deus, vivendo de maneira simples, pobre, humilde, alegre e a servir zelosamente aos pobres. Movida sempre pelo Espírito Santo, definiu como objeto de seu zelo a reabilitação de homens e mulheres de vida menos exemplar e a educação de crianças pobres e abandonadas, como forma de prevenção contra a corrupção da família e discernimento de vida no futuro. (*Revista Centenária*. Diocese de Guaxupé. Guaxupé, 2016, p.123).

Deixa o convento e aos 32 anos funda em sua própria paróquia um colégio para educação de meninas em 24 de setembro de 1880, e posteriormente o Instituto das Irmãs, Jesus Maria José, inspirando-se na sagrada família de Nazaré. Apesar das dificuldades o instituto cresceu muito rápido, recebendo do Papa Leão XIII a aprovação canônica em 1910, e em pouco tempo abriram casas também nas dioceses de Guarda, Porto e Castelo Branco.

No início do século XX as perseguições aumentam em toda a Europa, e em Portugal com a Revolução Republicana de 1910 toda a igreja católica sofreria ingerência do governo republicano. Os decretos do governo restauraram as leis pombalinas do século XVIII pretendendo laicizar o país ao abolir o juramento religioso de defesa da Imaculada Conceição, cerimônia tradicional na Universidade de Coimbra, extinção da faculdade de teologia e direito eclesiástico, suspensão do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias, dentre outras ações de caráter liberal.

No dia 08, um decreto restaura as leis pombalinas, com ordem de expulsão dos jesuítas, portugueses e estrangeiros, e sem efeito, também, as leis de 1834, com o objetivo determinante de extinguir os conventos e congregações religiosas. De um momento para outro, o Estado apodera-se, com prepotência de vencedor, dos bens das congregações religiosas. (CAMARA, 2012, p.39).

As casas da congregação foram confiscadas e as ordens religiosas abolidas, fecharam centros religiosos de formação e apoio a crianças e adolescentes, e inclusive tentativa de morte da madre fundadora, obrigando as irmãs se dispersarem pelo país. Porém, a persistência de Rita Lopes foi determinante para conseguir localizar algumas irmãs e reagrupá-las em sua terra natal. Seguindo o exemplo de outras congregações, o Instituto Jesus Maria José procurará outras nações para dar continuidade ao carisma implantado por sua fundadora.

A madre Rita procurará o senhor Cônego Manuel Damasceno da Costa, que se tornaria mais tarde bispo de Angra do Heroísmo Açores, com a tentativa de salvar sua ordem, enviando as irmãs para o Brasil. O Cônego manterá contato com amigos em terras brasileiras para agilizar a viagem das irmãs. Em novembro de 1912 partem para o Brasil o primeiro grupo de religiosas, instalando-se em Igarapava – SP, pertencente à diocese de Ribeirão Preto, aos cuidados de D. Alberto José Gonçalves.

No dia 16 do mês de novembro, foram recebidas em Igarapava pelo coadjutor da paróquia, Frei Raimundo, autoridades da cidade, como o Sr. Galdino Belaro, presidente da câmara, principais famílias e várias outras pessoas radicadas na cidade. Todas foram cumprimentar as irmãs e dar-lhes as boas-vindas. Quando chegaram à casa paroquial foram recebidas pela empregada do senhor vigário, algumas zeladoras e outras senhoras, com tudo pronto para as irmãs de Jesus Maria José. (CAMARA, 2012, p. 51).

Assim, se iniciava a trajetória das irmãs no país, sempre próximas da hierarquia da igreja e das famílias de posses que passariam a apoiar os projetos da congregação no Brasil. O Instituto hoje está presente em São Simão- SP, São Paulo – SP, Franca- SP, e também no Mato Grosso, Brasília, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. O segundo grupo de nove irmãs chegariam em 1913 e foram se juntar às irmãs em Igarapava, num momento de tristeza ao lerem a carta que comunicava o falecimento da madre fundadora. No mês de abril partiria o terceiro grupo com seis irmãs para ampliar o trabalho da congregação em solo brasileiro.

A vinda para Minas Gerais seria inicialmente por intermédio do juiz de direito de Poços de Caldas que envia convite a madre geral, Ana de São José, para que a congregação tomasse conta da direção e administração do Asilo São Vicente. O clima agradável da cidade desperta na superiora a intenção de abrir uma casa para acolher as irmãs idosas, para tanto seria necessário abrir um colégio para obter os rendimentos que seriam destinados a obra. A iniciativa contaria com a provação do bispado de Dom Ranulpho da Silva Farias,

representado pelo padre Eduardo Batista, fundando o colégio em 03 de fevereiro de 1928. O prédio para instalações provisórias foi adquirido do Dr. Marcílio Mourão com uma vasta área para construção do internato que acolheria meninas de toda a região sul-mineira.

A madre superiora Maria da Anunciação Costa, primeira diretora do colégio, seria acompanhada pelas irmãs Laurentina dos Santos Teixeira, Amélia do Sagrado Coração Bortoleto, Isabel Henriques, Eugênia Maria das Dores e Helena Dias. Inicialmente o colégio ofereceria o curso primário em regime de internato e externato, e posteriormente, a exemplo de outros colégios da região, o curso de ginásio, científico e normal.



(Figura 47: Colégio Jesus Maria José. Fonte: arquivo do colégio).

A participação da comunidade foi decisiva para ampliação, construção de novas salas e de laboratório, assim como o reconhecimento da escola junto ao governo, o que seria concretizado em 3 de dezembro de 1930¹²². No dia 8 de dezembro de 1934 realiza-se a primeira cerimônia de formatura do curso normal com a presença das autoridades locais.

O Colégio Jesus Maria José atravessou décadas oferecendo formação religiosa inspirado no Evangelho em parceria com a igreja local, e educação em regime de internato

¹²² BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Rita Amada de Jesus**. Franca: Nova Dimensão, 1987, p. 121.0

e externato até meados dos anos de 1960. Atendo às reformas do ensino, as irmãs foram acompanhando ao longo de sua trajetória às inovações que a sociedade local exigia.



Foto 50: Prédio atual. (Arquivo do colégio).

Sua ampla estrutura física, conforme ilustra a foto acima, corresponde aos anseios dos pais com condições econômicas para pagar as mensalidades e outras despesas próprias do ensino privado na cidade. Assim, permanece aberto até os dias atuais oferecendo ensino fundamental e médio.

4.13 O Colégio Nossa Senhora das Graças de Areado–MG: Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação

A trajetória deste município se inicia em meados do século XIX, em 25 de abril de 1823 quando José da Cunha Bastos, Antônio dos Reis Rosa e João Marques de Araujo doara terras para formação do povoado. O cultivo de cana-de-açúcar, algodão e fumo

manteria as primeiras famílias na ocupação das terras. A fundação do povoado se dá com a realização da primeira missa pelo Padre Venâncio José Siqueira em 25 de abril de 1823. Em 1871 passaria à categoria de freguesia, pertencente a Alfenas. Nesta fase destaca-se o padre Antônio Mariano Pimentel o grande responsável pelas incursões da modernidade em Areado. Através da *Lei n.º. 893* de 10 de setembro de 1925 o distrito se emanciparia tornando-se município, cujo nome faz referência a grande quantidade de areia existente na região.

A educação no município inicia-se de forma tímida com poucas opções de escolas, condição semelhante aos de outros municípios, conforme já destacamos nessa pesquisa. No final da primeira metade do século XX a comunidade areadense, predominantemente católica, contaria com o apoio da igreja para construção de um educandário, dirigido pelas Irmãs da Consolação, atendendo pedidos de fazendeiros e comerciantes da região.

A congregação foi fundada por Rosa Francisca Maria de Las Dores – nome religioso era Maria Rosa Molas, nascida em 24 de março de 1815 em Reus – Espanha. Com 16 anos deixa a família, onde trabalharia no hospital local, tornando religiosa por opção. Vocacionada para os trabalhos com educação abre escola na Casa da Misericórdia para crianças carentes, e em seguida funda a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação em 1857 na cidade de Tortosa – Espanha, que se expandiria por vários países da América.

O padre da paróquia de Areado, Monsenhor José Maria Matias da Silva, atento às orientações ultramontanas de seu bispo, e sentindo-se responsável pela formação moral, religiosa e intelectual da juventude local, tomou para si a responsabilidade de fundar um colégio católico sob comando de uma congregação religiosa. O analfabetismo era um mal a ser combatido, mas a comunidade católica local buscava uma formação abrangente para as moças do município, conforme destaca o estatuto da escola:

Art. 8º. A formação completa visada por nossa Escola abrange: a cultural, moral, cívica, intelectual, espiritual e religiosa, sob os ensinamentos da Santa Igreja Católica Apostólica Romana. (Estatuto da Escola Nossa Senhora das Graças, 1949, p. 5).

Após orientações do bispo, Dom Hugo Bressane de Araujo, ouve o primeiro contato com o bispo de Madri, Dom Claudio Perez, que apresentara a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Consolação em fase de consolidação do carisma missionário voltado

para a educação. O primeiro pedido formal foi realizado em 14 de setembro de 1948 à madre geral da congregação, Irmã Letícia Monzonis em Roma- Itália, que de imediato aceitou. O jornal local publicará a planta e a maquete do futuro colégio, e destacará de maneira ufanista a construção do estabelecimento, idealizado pelo Cônego José Maria Matias da Silva.

Em 18 de março de 1949 as seis primeiras irmãs deixaram a Espanha de navio chegando em São Paulo em 2 de abril de 1949. Fizeram escala de trem em Guaxupé e finalmente no dia 9 de abril de 1949, chegaram em Areado. A instalação provisória se daria no dia seguinte, com presença de várias autoridades locais, e a pedra fundamental seria lançada em 11 de setembro do mesmo ano, e finalmente a inauguração se daria em 13 de setembro de 1953 com a presença de Dom Inácio Balmonte, bispo diocesano. O carisma pregava um anúncio de Jesus Cristo consolador por meio da educação. O colégio de Areado inicialmente ofereceria um curso infantil denominado jardim da infância para crianças de 4 a 7 anos, curso primário completo, curso de admissão e uma Escola Normal Regional, e futuramente o ginásio. O curso primário registrado na Secretaria da Educação do Estado, sob o número 192149, em 31 de dezembro de 1949, reproduzirá o programa oficial e obedecerá às determinações das autoridades superiores do ensino. O curso normal adotará o programa oficial das Escolas Normais do Estado em sintonia com as diretrizes da igreja local. O estatuto do colégio destaca:

Art. 11º. – O ponto central da Escola é não só formar boas professoras, conscientes dos seus graves mistérios, mas principalmente formar ótimas cristãs e apóstolas, que não só ensinem as letras aos nossos compatriotas, mas com seu zelo, atividades, bom exemplo, atitudes e palavras, formem gerações e gerações de cidadãos do mais puro quilate cristão e do mais acendrado patriotismo, a maior necessidade de nosso século e do nosso paiz. (1949, p. 7).

O Colégio Nossa Senhora das Graças receberia meninas de várias cidades, inclusive de outros Estados, em regime de internato. Algumas alunas de famílias carentes conseguiriam estudar no colégio contando com apoio do pároco, que organizava nos bairros e sítios da paróquia, concursos e prêmios entre as alunas mais prenyadas e esforçadas, recebendo como presente uma vaga no colégio. O currículo do curso normal contemplava as disciplinas de português, matemática, estudos sociais, trabalhos manuais, etiqueta, música, artes, ensino religioso.

Os jornais locais e regionais darão publicidade desde a inauguração até as cerimônias públicas realizadas no interior do colégio.

Toda a Paroquia de Areado vibrou de entusiasmo no dia 8 do corrente com a formatura da primeira turma de normalistas de nossa Escola Normal Regional N. S. das Graças. Fundada em 1949, equiparada pelo Governo Estadual em 1951, ofereceu nosso educandário os seus primeiros elementos para o magistério naquele dia com belíssimo programa de festas. (Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 1953).

Uma das propostas das irmãs era preparar as futuras professoras para atuar no magistério do município, como também preparar as mulheres para colaborar com a igreja local nos trabalhos pastorais de formação da juventude e animação dos cultos nas paróquias. Assim sendo, o canto orfeônico era uma das disciplinas oferecidas, que muito ajudava na composição dos corais do colégio e das igrejas. O livro *Elementos de canto orfeônico* adotado pelas mestras apresentava os elementos gráficos, rítmicos e melódicos, prática orfeônica, elementos harmônicos, a história do folclore e apreciação musical, história do canto orfeônico no Brasil e no estrangeiro, além do repertório contendo o hino nacional, hinos oficiais, Deus salve a América, canções das forças de terra, mar e ar, marchas estudantis e hino à mocidade acadêmica.



(Figura 51: Colégio N.S. das Graças. Acervo próprio).

O novo prédio, conforme foto acima, seria inaugurado em 13 de setembro de 1955. Tentando se manter no mercado das escolas privadas, as irmãs passarão a oferecer os cursos ginásial, normal e contabilidade. O colégio ficou sob comando das irmãs até 2006, quando transferiram a direção a um grupo de professores, e passaram a se dedicar aos trabalhos pastorais em apoio aos padres.

Ao finalizar este capítulo, vale destacar que analisamos o cotidiano de várias unidades escolares atentando para o contexto das mesmas nos variados municípios. Desde o convite para instalação feito à congregação pelos bispos e padres, até a crise e encerramento das atividades, percebe-se as relações sociais que cada colégio estabeleceu ao longo de sua história foram complexas e recheadas de muitas especificidades. As irmãs chegavam trazendo o ideal de educação de suas fundadoras e fundadores, e ao longo de suas trajetórias foram se adaptando para melhor corresponder às expectativas da sociedade local.

Nossa pesquisa mostrou-nos o quanto as educadoras religiosas foram eficientes na oferta da educação segundo os princípios ultramontanos, moldando o comportamento das moças da cidade, criando uma identidade própria, tornando-se grandes colaboradoras da hierarquia eclesiástica na formação religiosa.

Colocamos em evidência o processo de implantação e estruturação dos colégios confessionais, cujas trajetórias foram semelhantes. Nas duas primeiras décadas do século XX, a preocupação maior dos colégios foi oferecer às meninas e moças uma educação pautada nos padrões predominantes no Continente Europeu, correspondendo às imposições da crescente burguesia do período denominado *Belle Époque*, porém sem perder os princípios morais e o tradicionalismo católicos de seus pais. Portanto, como característica o predomínio do ensino primário. A partir de meados dos anos de 1920 os estabelecimentos educacionais empenharam-se para oferecer o ensino normal, formando professores que contribuiriam para a expansão da escolarização na região, dando início à feminização do magistério no Sul de Minas. Para tanto, as irmãs contaram com o apoio de políticos regionais para equiparação dos colégios e reconhecimento por parte da burocracia estadual. Por volta de 1930 os colégios passaram a oferecer o curso ginásial ou secundário, o que possibilitava às moças da região continuar seus estudos em nível superior nas capitais do Sudeste, e a partir dos anos 1960 com a implantação das faculdades na própria região. A década de 1970 foi de grandes desafios para os colégios confessionais devido à concorrência com a expansão dos colégios estaduais, e as transformações próprias da

sociedade cada vez mais urbana, oferecendo novas opções de trabalho às mulheres. O antigo comportamento resquício das famílias portuguesas desde a época da mineração foi se tornando incompatível com a sociedade sul-mineira cada vez mais urbana e progressista. Este contexto de mudanças forçariam as congregações a terceirizarem seus colégios ou encerrarem por completo suas atividades

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho exigiu muitas idas e vindas por todo o Sul de Minas. Foram quatro anos de pesquisas por museus, bibliotecas, arquivos, igrejas, câmaras municipais, superintendências de ensino e muitas leituras até altas horas da noite.

As fontes nos colocaram diante de muitas leituras, releituras, produções, registros, de caráter particular, local e regional. Fomos dialogando e fazendo paralelos com a história mais abrangente, considerando o contexto em que as instituições e as pessoas estavam envolvidas. A igreja em nível universal, fiel às diretrizes do Vaticano durante o processo ultramontano de diocesanização, e as lideranças políticas comprometidas com o discurso republicano e liberal predominantes na sociedade brasileira na fase de expansão das ideias positivistas.

A igreja sul-mineira não agia isoladamente, mas em diálogo com outros bispos também comprometidos com a implantação da diocesanização na igreja brasileira, assim como as lideranças políticas imbuídas da crença no progresso da nação que só se alcançaria pelos palcos das escolas. À medida que avançávamos nas pesquisas fomos identificando as contradições, as diferenças entre a hierarquia da igreja e os representantes da política regional essencialmente republicanos e encantados com as conquistas da modernidade que começavam a chegar no Sul de Minas.

Os discursos dos religiosos se opunham aos ideais modernos, inclusive chegavam a apontar e condenar os erros mais comuns da sociedade liberal. Por outro lado, a própria igreja se esforçava para construir prédios escolares segundo os princípios modernos predominantes da arquitetura escolar específica do início do período republicano. Os currículos dos colégios reproduziam o modelo europeu, cujas disciplinas atendiam às práticas adotadas pelo processo de modernização em plena expansão no país.

As contradições dos discursos religiosos e dos representantes do poder local não impediram a união de forças entre estas categorias para alavancar a instrução na região sul-mineira. Bispos, padres e religiosas contavam sempre com o apoio dos proprietários locais para patrocinarem a construção e instalação dos colégios confessionais nas variadas cidades das dioceses que compõem o Sul de Minas.

As lideranças políticas adeptas do republicanismo e defensoras dos princípios liberais, contraditoriamente preservavam a tradição familiar de formar suas filhas dentro

do modelo conservador, preservando as moças da convivência da vida pública, mantendo a virgindade até o casamento, orientando as mulheres para se adequarem à moral católica, com distinção de classes.

Estas necessidades dos pais de posses da região foram abraçadas pelas religiosas. A formação intelectual e religiosa adotada pelas congregações vinham ao encontro dos anseios destas famílias que matriculavam suas filhas nos colégios.

A transição do mundo rural para o mundo urbano no Sul de Minas no início do século XX se deu de maneira equilibrada. Parte dos costumes modernos da burguesia europeia foram introduzidos na região, como falar línguas estrangeiras, tocar piano, cantar nos corais, tricotar ao estilo francês, etiquetas, e conhecimentos básicos das ciências modernas, como física, química e biologia. O acesso às práticas consideradas modernas não impediu as irmãs de manterem no cotidiano dos colégios a formação moral e religiosa nos mesmos moldes que a tradição das famílias católicas exigiam. Assim, o discurso dos liberais não se fechou às tradições, principalmente no campo do comportamento moral, mas dialogaram com o conservadorismo dos pais, permitindo mudanças de forma lenta e gradual, cedendo aos novos padrões que as relações sociais traziam para a região.

A hierarquia da igreja fiel defensora da tradição, dos costumes, também foi se adaptando às incursões da modernidade, inclusive permitindo aos padres uma pastoral familiar aberta aos novos costumes, superando as práticas tridentinas ainda reproduzidas.

Podemos afirmar que em vários aspectos estas congregações apresentaram semelhanças da educação ministrada e no cotidiano de seus colégios. A motivação para a difícil travessia do Atlântico foi a mesma para todas, contribuir com o trabalho dos bispos em plena fase de expansão de diocesanização. Outra característica comum foi o apoio da classe proprietária local no momento de fundação e instalação dos colégios. Por meio das articulações dos bispos e padres os senhores proprietários doaram terrenos, dinheiro, compravam mobílias, e quando políticos conseguiam subvenções e reconhecimento aos colégios.

A implantação dos colégios atende às necessidades das elites e também da igreja. Os membros das elites não queriam ficar de fora do acelerado processo de transformações que avançava por todo o Sul de Minas, principalmente após a chegada das ferrovias que ligavam as montanhas sul-mineiras com as cidades maiores do Sudeste. A igreja lutava por todos os meios possíveis para controlar as famílias católicas, evitando assim, que seus inimigos, como o protestantismo, maçonaria, comunismo, conquistasse espaços entre seus

fiéis. Assim sendo, igreja e poder local foram responsáveis pela presença de vários colégios, que efetivamente se expandiram.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Hercules Alfredo Batista. **A educação feminina na região da Campanha – MG: O Colégio Marianno (1867-1907).** (Tese de Doutorado). Itatiba: Universidade São Francisco, 2014.
- ARRUDA, Yolanda de Quadros. **Elementos de canto orfeônico.** São Paulo: Irmãos Vitale S/A, 1964.
- AZZI, Riolando. **Educando pela via do coração e do amor: 1º. Volume.** Rio de Janeiro: Congregação, 2000.
- _____. **Educando pela via do coração e do amor: 2º. Volume.** Rio de Janeiro: Congregação, 2002.
- _____. **Irmãs da Providência de GAP: atuação brasileira.** Itajubá: Irmãs da providência de GAP, 2005.
- _____. **O Estado leigo e o projeto ultramontano.** São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da igreja no Brasil: terceira época – 1930-1964.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910).** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. A maçonaria e a ilustração brasileira. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** I (1): 78-99, Jul.- Out., 1994.
- BARBOSA, Fidélis Dalcon. **Rita Amada de Jesus.** Franca: Nova Dimensão, 1987.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Paris do segundo Império – A boêmia; Fâuner; A modernidade;** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. 1.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BERNAL, Carmen. **Ecossistema do pensamento de Carmen Sallés**. Madrid: Edições Loyola, 2000.
- BRITO, Eliane Maria. **A romanização no Espírito Santo: D. João Nery (1896-1901)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2007.
- BRUCHINI, Cristina; AMADO, Tina. **Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério**. Cad. Pesq., São Paulo (64): 4-13, fev. 1988.
- CAMARA, Irmã Inês. **Memória histórica: 1º. Centenário do Instituto JMJ no Brasil**. São Paulo: Instituto Jesus Maria José, 2012.
- CARVALHO, Augusto José de. **Uma vida dedicada à Igreja em Pouso Alegre**. Pouso Alegre: Tipolitografia Escola Profissional, 1981.
- CARVALHO, C. Henrique; NETO, Wenceslau G. NETO. **Estado, igreja e educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a república. In: **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura democrática: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo, Cortez e Moraes Ltda, 1978.
- DANTAS, Irmã Maria Teresa do Menino Jesus Costa Pinto. **História das ursulinas no Brasil: I. O Convento de Nossa Senhora das Mercês**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Universidade Santa Úrsula, 1981.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.81-110.
- DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- ELISA, Bárbara. **Pensamentos escolhidos**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas e Editora Exímia Ltda, 2016.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (1996). **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1996/1918)**. 362 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934**. Bragança Paulista: Editora da universidade São Francisco, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves, (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista brasileira de educação**, nº. 14, p. 24.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERREIRA, Celeste Noviello. **O quadro de saudades**: Carmo do Rio Claro. Três Corações: Gráfica Excelsior, 2002.

FRANCO, Hiansen Vieira. **O clero paulista no Sul de Minas**: 1801-1900. Passos: Editora São Paulo, 2003.

GRILO, Antonio Theodoro (Org.). **Carmo do Rio Claro**: aulas de história social. Carmo do Rio Claro: Centro de memória, 1996.

GOUVÊA, Octávio Miranda. **A história de Pouso Alegre**. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2004.

GREGORIO XVI. **Sobre os principais erros de seu tempo**. Mirari vos. Petrópolis: editora Vozes, 1953.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX:1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORVÁTH, Eugen Emmerich. **A pequena notável I**: cento e trinta anos de emancipação política 1877-2007. Carmo do Rio Claro: gráfica Ottoni, 2007.

JUDUCE, Luiz Roberto; SCALVI, Helio Antonio. **Uma estrela fulgurante**: a importância da loja maçônica Estrela Caldense na história de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Sulminas Gráfica e Editora Ltda, 2010.

KUHLMANN JR., Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: editora da Universidade São Francisco, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos**: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas. São Paulo: Paulinas, 2010.

LIMA, Mons. Maurílio Cesar de. **Breve história da igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p.443-481.

- MACIEL, José Mauro. **Ayuruoca nos setecentos: nossa terra, nosso ouro, nossa gente.** Aparecida: Gráfica Santuário, 2016.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil.** São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MEGALE, Nilza Botelho. **Memórias históricas de Poços de Caldas.** Poços de Caldas: Sulminas, 2002.
- MEIRA, Antonio Carlos. **Brasil: recuperando a nossa história.** São Paulo: FTD, 1998.
- MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOREL, Marco. Maçonaria na luta. In: FIGUEIREDO, Luciano. **História do Brasil para ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 133-136.
- MOURÃO, P.K.C. (1959). **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892).** Brasília: editora Universidade, 1976.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EDU/MEC, 1976.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Projeto História, nº. 10, p. 7 -28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875).** Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2010.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação. Culturas escolares, currículo e educação do corpo. **Revista brasileira de história da educação.** Paraná, v.8, nº. 1, p. 147-169, jan./abril, 2008.
- OSU, Teresa Ledóchowska. **Angela Merici e a Companhia de Santa Úrsula à luz de documentos.** São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1972.
- PARANHOS, Paulo. **Nas Minas do Sul das Gerais.** São Lourenço: Gráfica Novo Mundo, 2012.
- PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
- PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e reforma ultramontana: igreja católica em juiz de Fora (1890-1924).** Juiz de Fora: Notas & Letras, 2004.

- PESAVENTO, Sandra J. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- PIO IX. **Sobre os erros do naturalismo e liberalismo**. Encíclica quanta cura e o Sílabo. Petrópolis: editora Vozes, 1951.
- PIO IX. **Sobre erros contemporâneos e o modo de os combater**. Qui pluribus. Petrópolis: Editora Vozes, 1952.
- PREZIA, Ademaro. **Poços de Caldas de outrora**. Poços de Caldas: edições Loyola, 2014.
- QUEIROZ, Amadeu de. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Borda da Mata: Gráfica Imagem, 1998.
- RENNÓ, Ernestina Remusal. **Mulher providência**. Itajubá: Irmãs da Providência de GAP, 2002.
- SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru: Edusc, 2001.
- SALIP, Asunción Valls. **Pequena história de Carmen Sallés**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- SÃO MIGUEL, Madre Maria. **O anjo que se foi e está entre nós**. Varginha: Colégio Santo Anjos, 2016.
- SANT'ANA, Elisa Vilhena. **História da catedral de Santo Antônio da Campanha**. Campanha: Print Gráfica, 2012.
- SILVA, Marcos Valério Albinati. **O púlpito da Campanha**. Varginha: Opção Artes Gráficas e Editora Ltda, 2015.
- WERNET, Augustin. A igreja e a República: separação entre a igreja e o Estado. In: **Anais da XI Reunião da SBPH**. n.6, São Paulo, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- WIRTH, John d. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista brasileira de educação**. São Paulo, nº. 14, Mai/jul/ago, 2000, p.61-88.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TODARO, Maria Teresa. **Maria Catarina Troiani: missionária da clausura contemplativa na missão**. Amparo: Gráfica Foca, 2013.
- TOLEDO, Alvarina Amaral de Oliveira. **Uma história que já vai longe**. Niterói: Gráfica Falcão, 1997.

TROIANI, Catarina. **Fragmentos**. Amparo: Instituto das Irmãs Franciscanas M. do Coração Imaculado de Maria, 2014.

VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princeza**. Volume II. Vida Cultural. Parte I. São Paulo: Empreza gráfica da Revista dos Tribunaes Ltda, 1942.

VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores. (Orgs.). **Moderno, modernidade e modernização**: a educação nos projetos de Brasil- séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. **Guaxupé**: memória histórica, a terra e a gente. Guaxupé: Gráfica Nossa Senhora de Fátima, 2004.

VASCONCELLOS, Maria Pilar de. **Mulher de coragem**: vida de Carmen Sallés. São Paulo: Grupo Impressor, 2005.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano III, 1898.

VEIGA, Leonardo Saturnino da. **Almanak Sul-mineiro para 1884**. Campanha da Princeza: Typographia do monitor sul-mineiro, 1884.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

PERIÓDICOS

JORNAL A CAMPANHA, ano: II, nº. 65, 29/07/1902.

JORNAL A REFORMA, Machado, ano: V, nº. 1, 04/01/1903.

JORNAL A REFORMA, Machado, ano: V, nº. 10, 08/03/1903.

JORNAL A CULTURA, Pouso Alegre, 1937-1944.

JORNAL COLOMBO, Campanha, ano III, nº. 107, 1920.

JORNAL CORREIO SUL MINEIRO, Pouso Alegre, 1904-1906.

JORNAL DO RÁDIO, Campanha, ano I, 1984.

JORNAL GAZETA DE POUSO ALEGRE, Pouso Alegre, 1953 -1956.

JORNAL GAZETA DE LAMBARY, Lambari, ano I, nº.2, 1929.

JORNAL HYDROPOLIS, Lambari, ano V, nº. 245, 1935.

JORNAL MENSAGEIRO COLEGIAL, Colégio Nossa Senhora das Dores, ano X, 1969.

JORNAL MONITOR SUL MINEIRO, Campanha, números: 97, 107, 111, 117, 148, 161, 174, 211, 213, 225, 228, 280, 289, 300, 327, 323, 338, 341, 350, 381, 412, 431, 465, 473, 488.

JORNAL O ACADÊMICO, Pouso Alegre, 1919-1930.

JORNAL O ARREBENTA, Campanha, ano: XX, nº. 891, 1928.

JORNAL O CENÁCULO, Pouso Alegre, 1934.

JORNAL O CONSERVADOR, Campanha, nº.76 e 198, 1940-1943.

JORNAL O CAMPANHENSE, Campanha, 1929.

JORNAL O RIO VERDE, Três Corações, nº.49, ano I, pg.4, 1924.

JORNAL O DIÁRIO, Belo Horizonte, 14/12/1953.
JORNAL O INDEPENDENTE, Pouso Alegre, 1912.
JORNAL O LINGUARUDO, Pouso Alegre, 1934-1977.
JORNAL O MUNICÍPIO, Pouso Alegre, 1938-2007.
JORNAL O POUSO ALEGRE, Pouso Alegre, 1909-1921.
JORNAL POUSO ALEGRE, Pouso Alegre, 1933.
JORNAL SEMANA RELIGIOSA, Pouso Alegre, 1902-1986.
JORNAL SUL DE MINAS, Pouso Alegre, 1900.
JORNAL SUL MINEIRO, Pouso Alegre, 1914-1916.
JORNAL TRIBUNA DE AREADO, ano 3, nº. 133, 7/05/1977.
JORNAL VOZ DIOCESANA, Campanha, ano II, nº. 12, 1949.

FONTES DOCUMENTAIS

Álbum de fotografias da Congregação de Santa Doroteia – Província Brasil - Sul.
Álbum de fotografias do Colégio São Domingos. Poços de Caldas. 1930-1970.
Álbum de fotografia do Colégio Jesus Maria José. Poços de Caldas.
Atas de exames de admissão do Instituto Santa Doroteia, anos 1915-1960.
Atas de notas do Instituto Santa Doroteia, anos 1911-1976.
Atas de provas orais Do Instituto Santa Doroteia, anos 1915-1960.
Cartas anuais do Instituto Santa Dorotéia – Província Brasileira do Sul – Casa de Pouso Alegre, de 1939-1956.
Certificado de conclusão do curso ginásial da Congregação de Santa Doroteia, 1954.
Convite de formatura do Colégio Normal Santa Dorotéia, ano 1966.
Crônicas da trajetória do Colégio Santa Edwiges de Aiuruoca e do Colégio Franciscano de Baependi. Introdução ao 7º. Capítulo.

- Boletim da aluna Maria Goreti da Silva, Colégio Nossa Senhora das Graças, 1972.
- Diploma de catequista do Ginásio e Escola Normal “Santa Dorotéia”, ano 1957.
- Estatuto da Escola Nossa Senhora das Graças, 1949.
- História da Casa de Pouso Alegre da Congregação de Santa Doroteia, livro 1, 1911-1950.
- História da Casa de Pouso Alegre Congregação de Santa Doroteia, livro 2, 1950-1970.
- História do Colégio Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata. Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena. Borda da Mata – MG.
- Livro de Colação de Grau Congregação de Santa Doroteia, anos 1912-1976.
- Livro de matrículas Congregação de Santa Doroteia, anos 1911-1976.
- Oração de despedida – coro falado Congregação de Santa Doroteia, ano 1966.
- Plano de ação do Colégio Imaculado Coração de Maria. Associação das Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria. São Lourenço, 2017.
- Projeto Político Pedagógico do Colégio Imaculado Coração de Maria. São Lourenço, 2017.
- Projeto Político Pedagógico do Colégio Santa Ângela. Paraisópolis. 2017.
- Relatório sobre o patrimônio territorial da Sociedade Promotora da Instrução. Colégio São Domingos. Poços de Caldas, 1972.
- Regimento interno do Colégio São Domingos. Poços de Caldas, 12/11/1972.
- Regimento Interno do Instituto Santa Dorotéia, ano 1944.
- Relatório da Inspeção Prévia do Ginásio “Sagrada Família”, ano 1944.
- Relatório de Inspeção Prévia do 2º. Ciclo para fins de funcionamento do Instituto Santa Doroteia, 1959.
- Relatório de revisão e ficha de classificação do Instituto Santa Doroteia, ano 1949.
- Resumo Histórico da dispersão das irmãs Dorotéias de Portugal.
- Revista do Ginásio e Escola Normal “Santa Dorotéia”, ano 1959.
- Revista da Casa Provincial do Sul do Brasil da Congregação de Santa Doroteia, Friburgo, 1957.
- A Cultura em revista, edição comemorativa do centenário. Pouso Alegre, 1948.
- Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena. *100 anos fazendo o bem*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

Álbum de fotografias da Congregação Nossa Senhora de Sion – Campanha MG, 1940-1960.

Diocese de Campanha. *Revista saeculum*. Especial celebrativo dos cem anos da diocese da Campanha. Varginha: Gráfica Nossa Senhora Aparecida, 2009.

Congregação dos Santos Anjos. *Perfil do Educador Santos Anjos*. 2012.

Tudo para a glória de Deus. Congregação dos Santos Anjos. Èditons Du Signe, 2003.

O anjo que se foi e está entre nós. Madre Maria São Miguel. Congregação de Santos Anjos, 2012.

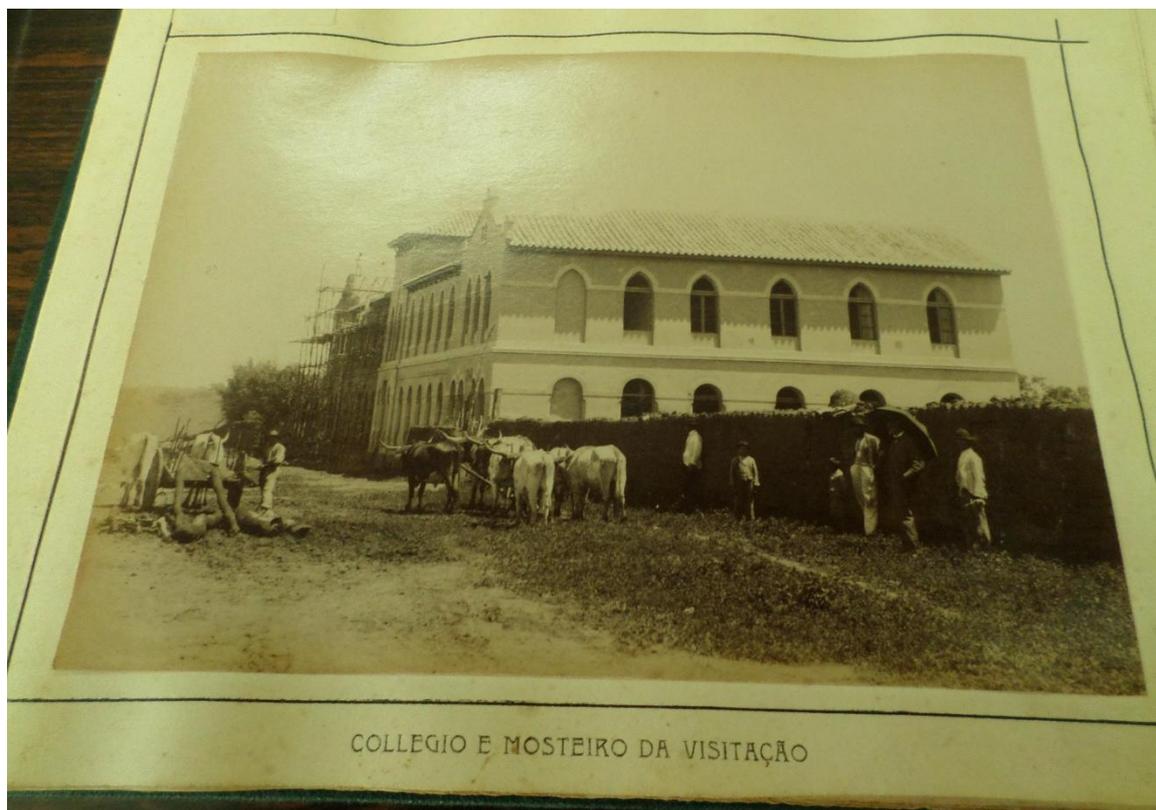
Álbum de fotografias das Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino – Machado/Guaxupé/Passos, anos 1930-1970.

Diocese de Guaxupé. *Revista Centenário*. Poços de Caldas: Editora Santuário, 2016.

Religiosas Concepcionistas Missionárias do Ensino. *Integração em revista*: edição especial. Ano XIII, nº. 26, julho de 2012.

ANEXOS

COLÉGIO DA VISITAÇÃO EM POUSO ALEGRE-MG



Construção do colégio. Fonte: arquivo da congregação em São Paulo -SP.



PONTE SOBRE O SAPUCAHY

Rio Sapucaí - Fonte: arquivo da congregação em São Paulo- SP.



Interior do Colégio da Visitação. Fonte: arquivo da congregação em São Paulo -SP.



Ponte do Rio Sapucaí – 1904. Fonte: arquivo da congregação em São Paulo-SP.

dispensar-lhe o presidente da República, por conseguinte, é condemnada. Mas, porque Minas não a repelle, dando um exemplo bellissimo de civismo aos demais Estados? Porque aceita a vice-presidencia em troca do seu apoio a tal candidatura, segundo consta, fazendo assim uma *transacção* pouco recommendavel? Quem a obriga a isso, dada a sua força?

A vingar a candidatura Bernardino, os paulistas são dignos de censuras, não ha fugir; mas, não são só elles... convera não esquecer.

Não insistimos, porem, a respeito: pode ser que tanto a protecção do presidente da Republica como o apoio dos nossos politicos a essa candidatura não passem de meros boatos. Esperemos pelos acontecimentos, para depois formar juizo sobre o caso.

Agora, as offensas irrogadas á honrabilidade e ás virtudes civicas dos paulistas que têm governado, os quaes, no dizer do collaborador do *Jornal do Povo*, «estão acostumados a se enriquecer no poder e a menosprezar as leis.»

Onde ha factos, deve cessar outro genero de argumentação e defeza. Vamos, pois, aos factos. O dr. Prudente de Moraes, toda a gente sabe, deixou tradição de honradez immaculada na sua passagem pela presidencia da Republica, como a deixou na de S. Paulo. E' um facto esse que

COLLEGIO DA VISITAÇÃO

O esplendido edificio do collegio das Irmãs da Visitação, na rua das Flores, no Rosario, com capacidade para mais de duzentas alumnas internas e illimitado numero de externas, está collocado de maneira a garantir não só o mais satisfactorio e perfeito arejamento do collegio, como tambem a completa e bem combinada illumination das classes, do refeitório, dormitório e outras dependencias desta importantissima instituição de educação, ensino e religião. A salubridade é notavel sobretudo, e quem se lembrar da grande differença que se observa em todo o pessoal do Collegio no edificio antigo e novo, ha de ver que o melhoramento é tão grande, com a mudança para o Rosario, que não é facil a comparação.

Os paes de familia que têm filhas a educar devem ver o collegio da Visitação de Pouso Alegre, que, além de todas as condições da mais perfeita salubridade, tem um corpo docente de rara e excepcional competencia.

Na noute de 30 houve grossa *chifrinada* lá pela rua da Estação.

Comparecendo a autoridade,

misteriosos na sua procedencia, nos seus disignios. Traziam bandos ora numerosos, ora poucos, mas sempre armados com carabinas, bem montados, e transportando deo magnificos animaes de montarias providencias no sentido de capturaros esses provaveis

Devido aos esforços de algumas pessoas e auctoridades locais, foram embarcados no dia 19, no carro especial que jazia 5 loucos, os conhecidos e rulhentos dementes Gabriel Rosalia, com destino ao hospital de Barbacena.

Chegados, porem, á Soledade foram alli soltos ou por negligencia de Minas & Rio recusado recusados, ou por descuido proprio de quem os conduzia.

Ao exmo. sr. dr. chefe de policia foi communicado o facto e providencias estão sendo tomadas a respeito.

Acham-se na cidade os disoccupados moços Candido Libanio, annista de medicina, e Libanio, estudante de direito.

DESASTRE E MORTE

Hoje, ás 2 horas da tarde, rua das Cruzes, muitas pessoas

ram estes postes e tocando a bandeira do Collegio Diocesano oficial.

O arros beneficencia elogiado.

Os machinismos e produzem as qualidades, sem ção bem feita.

Erade ver o aspecto colonia, por occasião familias, installadas e alegres grupos pedias, umas á margem riachos, outras á arvoredos, etc.

Ao meio dia foi em profusão.

Subiram ao ar foguetes, etc.

Foi, em summa, ha de ter deixado o revmo. p. o sr. Euclides N. taram com a mza, penhorando-o.

Parabens a s. vou a effeito a ta, pelo brilhante.

CONS

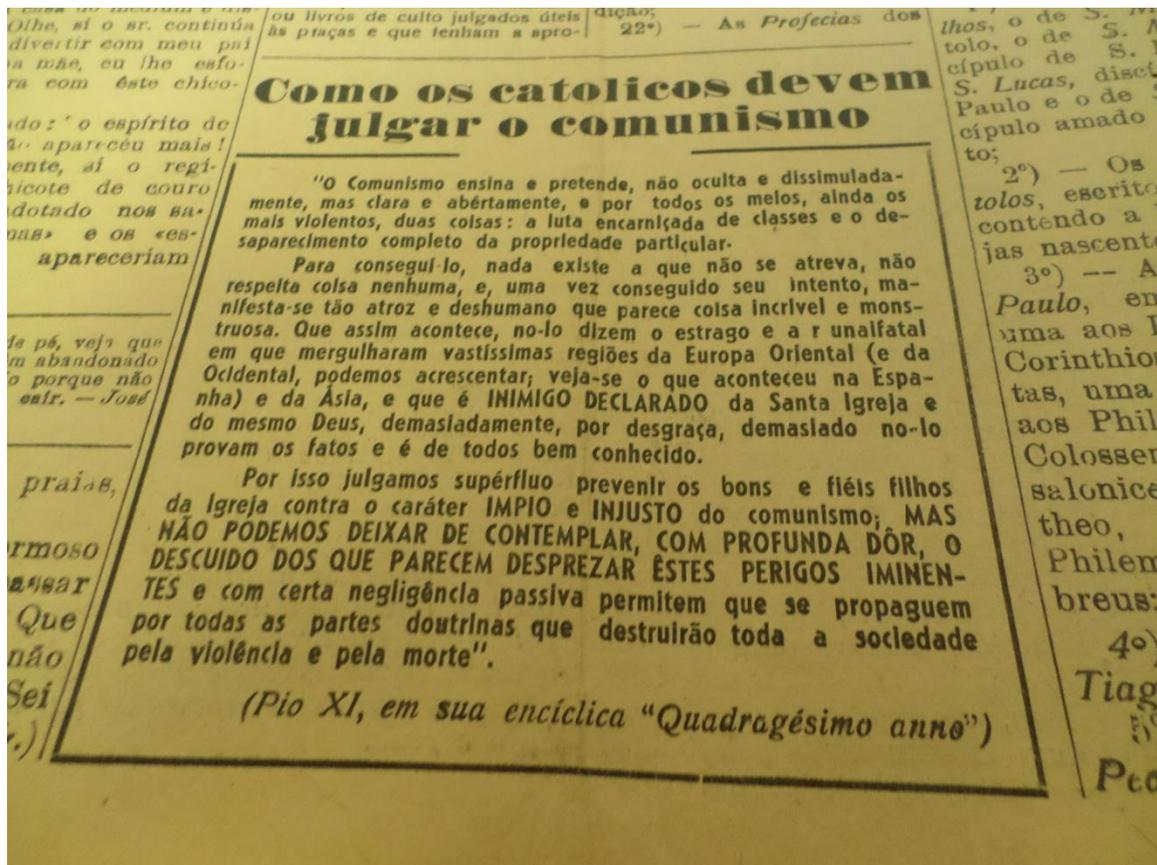
Consercion-s passado, em S. raizo, o nosso rano, dr. José ral, com a ext Pimenta de P tante familia pera cidade.

Agradecendo participação, e digno casual, votos que faz cidade.

Jornal Correio Sul-Mineiro – 1/04/1905. Fonte: Museu Tuany Toledo.



Colégio da Visitação. Hoje abriga o 14º. GAC. Arquivo próprio.

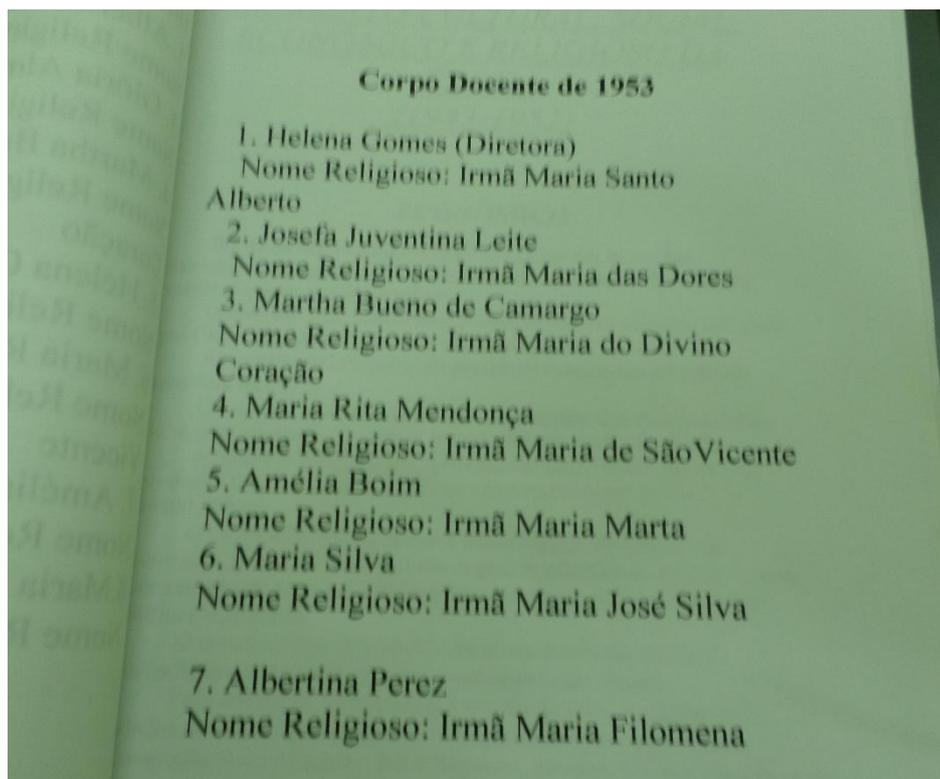


Jornal Sul-Mineiro – 11/03/1905. Arquivo Cúria de Pouso Alegre MG.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DO CARMO – BORDA DA MATA-MG



Refeitório do Colégio – Década de 1950. Fonte: arquivo do colégio.



Colégio N. S. do Carmo. Fonte: arquivo do colégio.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE SION – CAMPANHA -MG



Foto do Colégio Nossa Senhora de Sion – Arquivo Cúria de Campanha MG.



Foto década de 1930 – Fonte: arquivo- CEMEC.



Foto da década de 1930 – Arquivo: CEMEC.

COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA – PASSA QUATRO-MG



Área interna Colégio Nossa S. Aparecida – Passa Quatro. Arquivo próprio.



Capela do Colégio Nossa S. Aparecida – Passo Quatro. Arquivo próprio.

COLÉGIO JESUS MARIA JOSÉ – POÇOS DE CALDAS-MG
(Arquivo do Colégio).



Christina dos Santos – Oradora de 1937



Maria de Lourdes Mendes. Formanda de 1937.



Alba Junqueira de Toledo. Oradora de 1938.



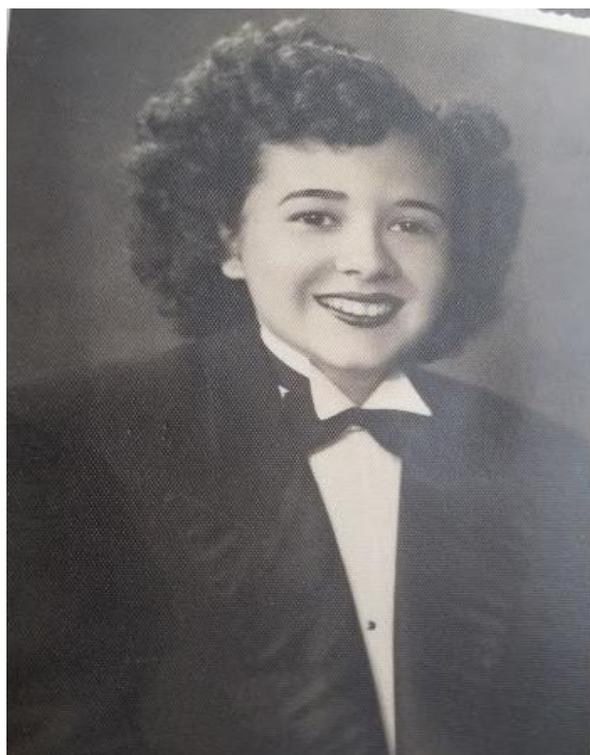
Demetria Milani. Formanda de 1938.



Fachada do Colégio - 1948. (Arquivo do Colégio).



Desfile de 7 de setembro – Década de 1950.



Maria Vilma R. de Almeida (Oradora).
Formanda de 1945.



Maria Teresa Nhola – Formanda 1945.



Lucia Matos – Bacharelanda de 1947.



Teresinha Milani Silva. Bacharelanda de 1947.

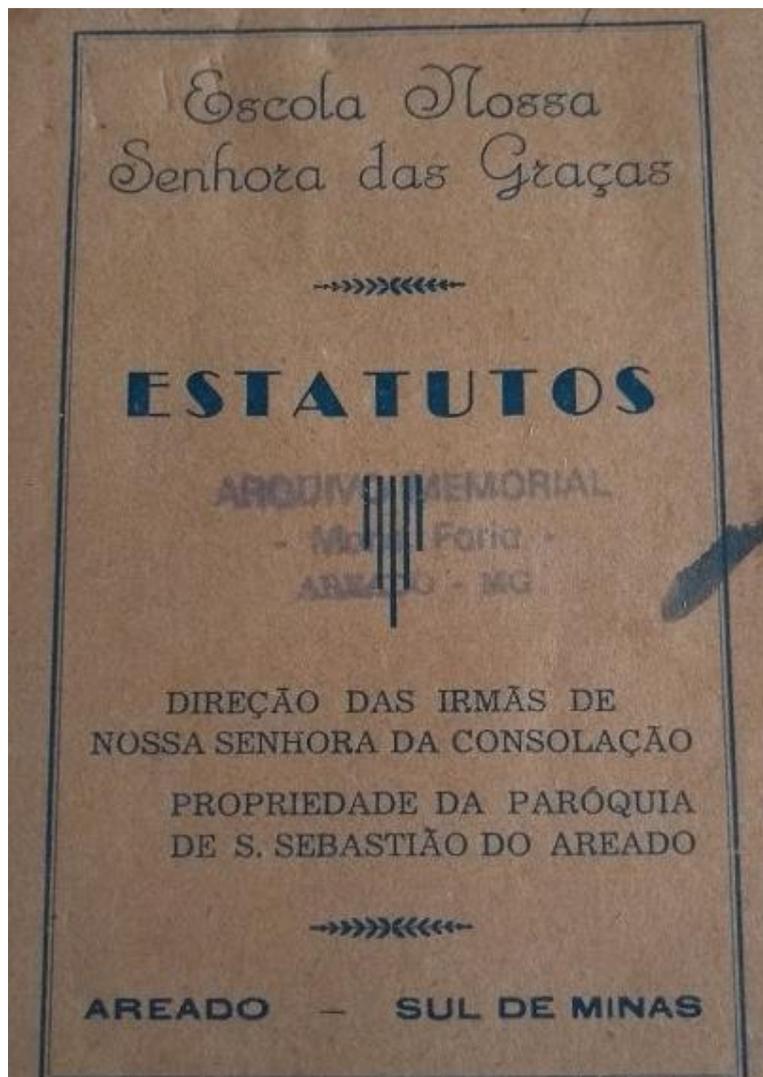


Dulce Lêa Silva. Bacharelanda de 1948.



Domingas Ap. de Andrade. Bacharelada de 1948.

COLEGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE AREADO-MG



Estatuto do colégio.

Fonte: Museu Municipal Monsenhor Faria



Fundadora da Congregação Nossa S. da Consolação.
Fonte: Museu Municipal Monsenhor Faria.